



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA

Acções de Salvaguarda e Reabilitação do Património: O Exemplo do Palácio Fronteira

Joana de Avelar Teixeira Califórnia Quintas

(Licenciada em Arquitectura de Interiores)

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos

Orientação Científica

Orientador, Prof. Catedrático Doutor Jorge Novais Telles Faria Corrêa Bastos

Co-orientador, Prof. Catedrático Doutor José Manuel da Cruz Fernandes

Júri

Presidente: Doutor José Manuel Aguiar Portela da Costa

Vogal: Doutor José Duarte Centeno Jorge

Doutora Maria Teresa Pires da Fonseca Dias

Prof. Catedrático Doutor José Manuel da Cruz Fernandes

Prof. Catedrático Doutor Jorge Novais Telles Faria Corrêa Bastos

Lisboa, Março de 2011



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA

Acções de Salvaguarda e Reabilitação do Património: O Exemplo do Palácio Fronteira

Joana de Avelar Teixeira Califórnia Quintas

(Licenciada em Arquitectura de Interiores)

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos

Orientação Científica

Orientador, Prof. Catedrático Doutor Jorge Novais Telles Faria Corrêa Bastos

Co-orientador, Prof. Catedrático Doutor José Manuel da Cruz Fernandes

Júri

Presidente: Doutor José Manuel Aguiar Portela da Costa

Vogal: Doutor José Duarte Centeno Jorge

Doutora Maria Teresa Pires da Fonseca Dias

Prof. Catedrático Doutor José Manuel da Cruz Fernandes

Prof. Catedrático Doutor Jorge Novais Telles Faria Corrêa Bastos

Lisboa, Março de 2011

ÍNDICE

	Pág.
Índice	I
Índice de Figuras e Tabelas	IV
Agradecimentos.....	X
Resumo.....	XI
Abstract.....	XII
Glossário.....	XIII
Acrónimos.....	XV
Definição do Processo de Investigação.....	XVI
1. INTRODUÇÃO – CONSIDERAÇÕES GERAIS	
1.1. Estrutura do estudo.....	1
2. O LEGADO DAS IDEIAS	
2.1. A evolução internacional	3
2.2. A dinâmica dos conceitos em Portugal	13
2.3. Novas técnicas e saberes	18
2.3.1. A fotografia como documento histórico.....	18
2.3.2. Os meios de comunicação em massa.....	20
2.3.3. A digitalização da informação.....	21
2.4 Bibliografia do Cap. 2.	23
3. A QUINTA DE RECREIO DOS MARQUESES DE FRONTEIRA E ALORNA	
3.1. A Herança Histórica	26
3.1.1. Primeiro momento – início de uma metamorfose.....	26
3.1.2. Segundo momento – o Séc. XVIII.....	30
3.1.3. Estrutura-geral actual dos espaços do Palácio	32
3.1.3. Alguns espaços interiores.....	35
3.1.4. Os Jardins.....	45
3.1.5. O Contexto e o Território entre o rural e o urbano, evolução recente	55
3.2. Intervenções no Palácio Fronteira – Um caso de estudo	66
3.2.1. Antes do Séc. XX.....	66
3.2.2. Iª metade do Séc. XX.....	71
3.2.3. Após a IIª metade do Séc. XX	74
(a) Capela.....	74
(b) Corpo central do Palácio.....	71
(c) Fachada e Loggia Norte.....	74
(d) Fachada e Loggia Nascente/ Biblioteca.....	84
(e) Fachada Sul.....	89
(f) Sala das Batalhas.....	89
(g) Sala dos Quatro Elementos ou Sala de Juno.....	94

(h) Sala dos Painéis ou Sala Holandesa.....	95
(i) Ala do Séc. XVIII.....	95
(j) Corpos anexos da Ala do Séc. XVIII.....	97
(k) Estruturas/ Coberturas	98
(l) Casa de Fresco.....	99
(m) Arte móvel.....	100
3.3. Intervenções realizadas nos Jardins	102
3.3.1. Antes do Séc. XX.....	102
3.3.2. Séc. XX.....	105
(a) Arquitectura e Arquitectura Paisagística	105
(b) Azulejos dos espaços exteriores.....	112
(c) Estátuas dos Jardins.....	117
3.4. Síntese das Intervenções no Palácio e Jardins.....	120
3.4.1. Até aos anos 80 do Séc. XX.....	120
3.4.2. Com a Fundação das Casas de Fronteira e de Alorna.....	122
3.5. O Papel da FCFA na Salvaguarda do Monumento.....	124
3.5.1. Resumo histórico.....	124
3.5.2. Estratégia de preservação e sustentabilidade	126
3.5.3. As “Visitas pagas” e outros processos de viabilização	130
3.5.3. Outros Planos: Fundação Ricardo Espírito Santo Silva.....	132
3.6. Bibliografia do Cap. 3.....	134
4. APRENDER COM O PALACIO FRONTEIRA. ALGUNS TEMAS E METODOLOGIAS PARA AS ACÇÕES DE REABILITAÇÃO E SALVAGUARDA.....	137
4.1. Hipótese: Procedimentos de reabilitação.....	138
4.1.1. O Plano Preliminar	140
4.1.2. O Plano Estruturante (“ <i>Master Plan</i> ”).....	141
(a) A investigação crítico-filológica e diagnóstico.....	143
(b) Fase A.....	144
(c) Fase B.....	150
4.1.3. Uma Proposta para Manutenção Programada – Manutenção Preditiva.....	152
4.1.4. Um Plano de Valorização.....	155
4.2. A aplicação das Hipóteses no Palácio Fronteira.....	152
4.2.1. Aplicação do Projecto Estruturante no Monumento.....	156
4.2.3. Aplicação do Plano de Manutenção no Monumento.....	158
4.4. Bibliografia do Cap. 4.	159
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
5. 1. Aspectos mais críticos e recomendações	161
5.2. Futuros desenvolvimentos.....	163
5.2.1. Importância do Arquitecto/ Técnico de Reabilitação.....	163
5.2.2. Contributo da Divulgação da Informação.....	164

ANEXOS	
ANEXO 1	A-1
HERCULANO ALEXANDRE. <i>A voz do Profeta</i> . in MOURÃO-FERREIRA, David. <i>Alexandre Herculano e a Valorização do Património cultural português</i> . Edição da Secretaria – Geral de Estado da Cultura, 1977, Lisboa, pp. 10 e 11. B.N.L., cota 31576 H.G.	
ANEXO 2. - Relativo ao Cap. 2. - O Legado das Ideias	A-2
A.2. Referências Internacionais	A-2
A.2.1. Organizações europeias e mundiais.....	A-2
A.2.2. Cartas e Convenções.....	A-3
(a) Carta de Atenas do Restauro, 1931.....	A-7
(b) I Carta Italiana do Restauro, 1932.....	A-7
(c) Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado - Convenção da Haia, 1954.....	A-7
(d) Carta de Veneza, 1964.....	A-8
(e) II Carta do Restauro, 1972.....	A-8
(f) Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972.....	A-9
(g) Da Carta Europeia do Património Arquitectónico à Carta de Amesterdão, 1975.....	A-10
(h) Recomendação de Nairóbi, 1976.....	A-10
(i) Carta de Burra, 1980.....	A-11
(j) Carta de Conservação e de Restauro de Objectos de Arte e Cultura, 198	A-11
(k) Conferência de Nara, 1994.....	A-12
(l) Carta de Cracóvia, 2000.....	A-12
(m) Nova Carta de Atenas, 2003.....	A-13
(n) Carta de Leipzig, 2007.....	A-14
A.2.3 Pensamento Universal Vs. Património da Humanidade	A-23
ANEXO 3. - Relativo ao Cap. 3. – A Quinta de Recreio dos Marqueses de Fronteira e Alorna	A-26
A.3.1. Textos/Citações vários.....	A-26
Relatório escrito pelo Conde Lorenzo Magalotti relativo à viagem de Cosme de Medicis, Grão Duque da Toscana, a Portugal a 7 de Fevereiro de 1669 in DÁ-MESQUITA, Marieta. <i>História e arquitectura: uma proposta de investigação: o Palácio dos Marqueses de Fronteira como situação exemplar da arquitectura residencial erudita em Portugal</i> , Dissertação para Doutoramento, FAUTL, Lisboa, 1992, Vol. I., pp.508.....	
	A-26
Carta de A.C. Jantillet, 1678, a R. Bluteau inserida em <i>Horae Subseviae</i> . Tradução de Cassiano Neves, 1954, pp. 18-26.	
	A-26
MASCARENHAS BARRETO, D. José Trasimundo. <i>Memórias do Marques de Fronteira ditadas por ele próprio em 1861, revistas e coordenadas por Ernesto</i>	

<i>Campos de Andrade. Parte Primeira e Segunda (1802 a1824)</i> , Imprensa da Universidade de Coimbra, 1926-1932. pp. 226. B.N.L., cota 14961 V.....	A-32
MASCARENHAS BARRETO, D. José Trasimundo. <i>Memórias do Marques de Fronteira ditadas por ele próprio em 1861, revistas e coordenadas por Ernesto Campos de Andrade</i> . Imprensa da Universidade de Coimbra, 1926-1932. Vol. III (1824 a 1833), pp. 113. B.N.L., cota, 15418 V.	A-33
MASCARENHAS BARRETO, D. José Trasimundo. <i>Memórias do Marques de Fronteira ditadas por ele próprio em 1861, revistas e coordenadas por Ernesto Campos de Andrade</i> . Imprensa da Universidade de Coimbra, 1926-1932. Vol. IV (1842 a 1853), pp. 412 e 413. Consulta na B..N.L., cota, 15419 V.....	A-34
<i>Noticia biographica da Illustríssima e Excellentíssima Senhora Marquiza de Fronteira e de Alorna. in Lisboa: Impr. Nacional, 1860, pp.17.</i> B.N.L., cota 14956 H.G.	A-35
ORTIGÃO, Ramalho. <i>Palácio Fronteira em Bemfica</i> . IN AAVV. <i>A arte e a natureza em Portugal: álbum de fotografias com descrições, clichés originaes, cópias em phototypia, monumentos, obras d'arte, costumes e paisagem</i> . IV Volume, Emilio Biel & C. ^a Editores, 1902-1908, Porto. B.N.L., microfilme cota F. 1721.	A-35
MASCARENHAS, D. Fernando. <i>Sermão ao meu sucessor</i> . Integrado na terceira parte (Sermões ao Futuro) do Ciclo: <i>O Sermão Pregado – Oratória Lisboeta do Passado Presente e Futuro</i> . Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, Lisboa, 1994. B.N.L., cota P. 12000 V. pp.21-26.....	A-38
A.3.2. Notas sobre a Rega de Ouro.....	A-40
A.3.3. Tabelas.....	A-41
A.3.4. Peças gráficas.....	A-50

ANEXO 4. - Relativo ao Cap. 3 – A Fundação das Casas de Fronteira e Alorna (FCFA)	A-59
--	------

ÍNDICES DE FIGURAS E TABELAS

ÍNDICES DE FIGURAS

Fig.	Título	Pág.
	1. INTRODUÇÃO	
1.1	Palácio Fronteira. <i>in</i> NEVES, Cassiano, 1995.	2
	2. O LEGADO DAS IDEIAS	
2.1.	Foto de Charles Marville, <i>Construção na Avenida de L’Opera</i> , próxima da passagem de Molière, Paris, 1877. <i>in</i> Arquivo Universal – a condição do documento e a utopia fotográfica moderna, 2009.....	19
	3. A QUINTA DE RECREIO DOS MARQUESES DE FRONTEIRA E ALORNA	
3.1.	Gravuras em madeira de Sebastiano Serlio – <i>Quarto Libro di Architettura</i>	29
3.2.	Capela e Galeria das Artes. Foto da Autora (2007).....	29

3.3.	Planta do Piso Térreo realizada pelo Arq. Frederico George e adaptadas pela autora.....	33
3.4.	Planta dos Pisos 1 e 2 realizadas pelo Arq. Frederico George e adaptadas pela autora.....	34
3.5.	Janela da Parede Norte e janela <i>trompe l'oeil</i> , pintada sobre gesso, na parede Poente. Foto da Autora (2008).	35
3.6.	Alto-relevo em estuque (tamanho natural) de D. João de Mascarenhas, Segundo Conde da Torre e Primeiro Marquês de Fronteira. <i>in</i> NEVES, Cassiano, 1995.	37
3.7.	Espaço interior (biblioteca) do Palácio Fronteira, foto da Autora (2008).....	38
3.8.	Sala de Refeições/ Sala Holandesa, vista para Nascente. Foto da Autora (2008)	40
3.9.	Loggia Norte. Vista interior e exterior para a Sala de Juno. Foto da autora (2008).....	41
3.10.	Sala de Juno. Vista para a Sala dos Quatro Elementos. Foto da autora (2008).	42
3.11.	Interior da Sala de Aparato da ala do Séc. XVIII. Foto da autora (2008).....	44
3.12.	Espaços exteriores do Palácio Fronteira. Fotos da autora (2008).....	45
3.13.	Jardim de Vénus e Alçado Sul do Palácio dos Marqueses de Fronteira e Alorna.	48
3.14.	Planta do Palácio e Jardins. <i>In</i> H. Carita e A.H. Cardoso, 1998.....	49
3.15.	Janela da Galeria dos Reis – Eixo Orientador do Jardim Formal. Vista para NW e N, respectivamente. Foto da autora (2007).....	50
3.16.	Planta do Palácio Fronteira e dos Jardins Formal e de Vénus, estão representados os eixos, a azul, orientadores do edifício e da sua envolvente. Planta realizada pela Autora e baseada nas peças gráficas da Prof. ^a Marieta Dá-Mesquita (1992, Vol. III).	51
3.17.	Azulejos e Estatuária da Galeria dos Reis. Foto da autora (2007).	53
3.18.	Azulejos policromos do Séc. XVII com ninfas e tritões alusivos ao Canto IX e X dos <i>Lusíadas</i> . Em baixo marinheiros navegam no Oceano Índico “figuras e acessórios do reinado de Filipe IV.....	53
3.19.	Chaminé da Mina da Quinta dos Marqueses de Fronteira e Alorna, antes da intervenção.....	55
3.20.	Vale de Alcântara com Viaduto Duarte Pacheco, 1941. Foto de Horácio Novaes. <i>in</i> TOSTÕES, Ana (1992).....	58
3.21.	Miradouro dos Moinhos do Mocho, anos 50 do Séc. XX. Foto de Horácio Novaes. <i>in</i> TOSTÕES, Ana (1992)	58
3.22.	1904-11– Quinta de Recreio do Palácio Fronteira. <i>in</i> PINTO, Silva e CORREIA, Sá (2007).....	61
3.23.	Junho 1965. Fotografia aérea.. <i>in</i> BASTOS, J. N. (2007).....	62
3.24.	1993 - Planta de localização. <i>in</i> BASTOS, J. N. (2007).	62
3.25.	Jardim Formal, vista para Sete Rios. Foto da autora (2007).....	65
3.26.	A Evolução Construtiva do Palácio – Uma possível interpretação. Desenhos de J. N. Bastos, 1992, segundo Marieta Dá-Mesquita (1992).....	68
3.27.	Gravura do Palácio dos Marqueses de Fronteira e Alorna – Vista do Jardim Formal. <i>in</i> NEVES, Cassiano (1995).....	69

3.28.	Gravura do Palácio Fronteira, Séc. XIX – Vista da Rua 24 de Janeiro. <i>in</i> NEVES, Cassiano (1995)	69
3.29.	Marcas dos pontos de apoio dos balaústres dos degraus. Fachada Nascente.....	70
3.30.	Pátio de entrada e Torreão Nascente, antes da intervenção, onde ainda é possível observar uma das duas esculturas que se localizavam os torreões e uma porta que separava o Pátio do Jardim Formal. Foto de Benoliel, Joshua, 1911. <i>in</i> Arquivo fotográfico de Lisboa.	71
3.31.	Planta de intervenções realizadas no Palácio Fronteira, desde o início do Séc. XX, até aos anos 80.....	73
3.32.	Cobertura de vidro, realizada nos anos 60, na Ala do Séc. XVIII. Foto da Autora (2008).....	75
3.33.	Tecto da Sala de Entrada - representação da figura mitológica de Hércules. <i>in</i> ALMADA, Carmen e Figueira Luís T. (1997).....	76
3.34.	Loggia Norte, fechada, com sinais de deterioração na cornija – infiltrações. Fotografias de Carlos Azevedo (1988) e de Frederico George, década de 80. ...	77
3.35.	Recuperação da Fachada Norte e respectiva cobertura. <i>in</i> Prof. Jorge N. Bastos, 1989.	78
3.36.	Loggia Norte – Estudo Prévio - Alçado Norte, Corte HH´ e Planta do Piso 1.....	79
3.37.	Restauro da cobertura de madeira da Loggia Norte e fixação da estrutura metálica. <i>in</i> BASTOS, J. N. (2007).	80
3.38.	Projecto de Execução para o restauro da cobertura Loggia Norte. BASTOS, J. N. (2007).....	81
3.39.	Tecto da Loggia Norte, Piso1. São visíveis na abóbada, a fixação dos estuques com papel de arroz, manchado da cola de farinha. Foto da Autora (2007).	82
3.40.	Torrinha Norte - Plantas piso 0 e piso 1, com a proposta de pregagem, a vermelho.....	82
3.41.	Torrinha Norte - Alçado Nascente e Alçado Norte, com a proposta de pregagem, a vermelho.....	83
3.42.	Entrada Principal do Palácio Fronteira – Loggia Norte fechada, (<i>in</i> Carlos Azevedo, 1988) e aberta (Pof. Jorge N. Bastos) respectivamente.....	84
3.43.	Desenho de Alçado Este de Frederico George.....	85
3.44.	Deformação observada na cornija da cobertura da Biblioteca ($\Delta H \approx 0,30m$).....	86
3.45.	Fachada Nascente do Palácio Fronteira, antes da sua reabilitação – Vista da Galeria dos Reis, 1996. Foto do Prof. Jorge N. Bastos.....	86
3.46.	Estrutura metálica utilizada para suportar a cobertura de madeira da Biblioteca – Proposta em 1995.....	87
3.47.	Obras de reabilitação na Biblioteca. <i>in</i> Revista <i>Monumentos</i> nº7 (1997).....	88
3.48.	Fachada Sul, antes (Dá-Mesquita, Marieta, 1992) e depois da reabilitação.....	90
3.49.	Sala das Batalhas, Planta Piso 1 e Corte HH´.....	90
3.50.	Baixo-relevo na parede poente e pormenor da respectiva inscrição.....	93
3.51.	Pregagem vertical e pregagem oblíqua para a consolidação das paredes de alvenaria de pedra. Desenho executado pelo Prof. Jorge N. Bastos (1993).....	93
3.52.	Sala das Batalhas – Estudo Prévio.....	94

3.53.	Proposta de recuperação das paredes de alvenaria da Ala do Séc. XVIII (não realizado). Desenho do Estudo Prévio executado por A.C.E. (1995).....	95
3.54.	Cobertura da Sala de Estar e Quarto do Marquês. Vista para SW e para NE, respectivamente. Foto da Autora (2008).....	96
3.55.	Recuperação da Ala do Séc. XVIII – Estabilidade e Fundações, Planta Piso 1. Estudo Prévio executado por A.C.E. (1995).....	97
3.56.	Localização do Canal adjacente ao Palácio.....	98
3.57.	Caracterização geotécnica do Palácio - Bloco diagrama interpretativo	99
3.58.	Interiores e exteriores da Casa de Fresco no Jardim de Vénus.....	100
3.59.	Planta síntese de intervenções no Palácio nos anos 90, Séc. XX.....	101
3.60.	<i>Giardino Secreto</i> – Interpretação do Jardim de Vénus antes da intervenção do Séc. XVII, segundo os relatos da visita de Jantillet em 1678, por Rodrigo A. Dias.....	103
3.61.	Tanque Grande e Galeria dos Reis, 1802 a 1818. <i>in</i> MASCARENHAS, D. José (1802 a1824, Vol.).....	104
3.62.	Jardim e fachada Nascente do Palácio, 1802-1818. <i>in</i> MASCARENHAS, D. José (1802-1824, Vol. I).....	104
3.63.	Fachada Nascente e Sul, 1865-1868. <i>in</i> Augusto Moreira (1865-1868).....	105
3.64.	Estudo Prévio - Cortes dos Jardins realizados pela equipa coordenada por João Mateus. <i>in</i> revista <i>Monumentos</i> , nº7 (1997).....	106
3.65.	Planta do Palácio e Jardins - Identificação dos Muros M1, M2, M3 e M4.....	107
3.66.	Espaços exteriores do Palácio dos Marqueses de Fronteira e Alorna – Galeria dos Reis, antes da intervenção. Foto do Prof. Jorge N. Bastos (1994).....	109
3.67.	Piscina. Vista para SE. Foto da Autora (2008).....	110
3.68.	Pombal da Quinta, antes da intervenção. Foto do Prof. Jorge N. Bastos (1996).	110
3.69.	Carta de visibilidade dos pontos notáveis do Jardim Formal, 1988, proposta de reabilitação de C. Castel-Branco (2008).....	112
3.70.	Azulejos do Jardim Formal. Foto da Autora (2007).....	113
3.71.	Azulejos Jardim Formal, onde se observa a colocação de azulejos com uma composição diversa do desenho original, de modo a preencher os espaços vazios.....	114
3.72.	Espaços exteriores do Palácio Fronteira – Azulejos do Jardim Formal. Foto do Prof. Jorge N. Bastos, 1996.	115
3.73.	Painel de azulejos <i>O Fogo</i> de Paula Rego. Foto da Autora (2009).....	116
3.74.	Espaços exteriores do Palácio Fronteira – estátuas do Jardim Formal.....	117
3.75.	Estado de degradação das estátuas do Jardim Formal, (Prof. Jorge N. Bastos, 1996) e estátua recuperada (2007).....	118
3.76.	Restauro das fontes do Jardim Formal. Vista para SW e para E, respectivamente. Foto da Autora (2008).....	119
3.77.	Loja - vista para Poente e para Nascente, piso térreo. Foto da Autora (2007)...	125
3.78.	Gráfico do número de visitantes nos anos de 1990 e 2000, <i>in</i> FCFA.....	126

3.79.	Espaço interior do Palácio de Azurara – Sala D. Maria I' <i>in Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva</i> . http://www.fress.pt	133
-------	---	-----

4. ACÇÕES DE REABILITAÇÃO E DE SALVAGUARDA

4.1.	Diagrama de acções para um Projecto de Reabilitação.	139
4.2.	Diagrama de acções para um projecto de reabilitação e salvaguarda.....	140
4.3.	O Plano Estruturante - contextualização de uma metodologia.....	141
4.4.	Diagrama com as duas fases do Plano Estruturante e o orçamento total.....	142
4.5.	Expressão gráfica da queda de desempenho natural de uma edificação com o tempo segundo Lichtenstein (1985). <i>in</i> ANDRADE, Tibério e SILVA, Angelo.....	146
4.6.	Expressão gráfica do custo final do elemento a reabilitar, perante os factores de tempo e de deterioração de 5%.....	147
4.7.	Exemplo do crescimento exponencial do custo de manutenção com o tempo (adaptado de Alani, Amir, 2001). <i>in</i> ANDRADE, T. e SILVA, A.	151
4.8.	Fases do plano estruturante e orçamento total, aplicados ao Palácio Fronteira em 1994.	157
4.9.	Gráficos da percentagem das tarefas realizadas face a um factor de risco de 75% e de 55%.....	158

ANEXOS

ANEXO 2. - Relativo ao Cap. 2. – O Legado das Ideias

A.2.1.	Volume de lixo espacial. Órbita terrestre baixa, a 2.000km da superfície terrestre (à esquerda) e órbita terrestre baixa, fotografia acima dos 35.785 km de altitude do Pólo Norte	A-25
--------	--	------

ANEXO 3. - Relativo ao Cap. 3. – A Quinta de Recreio dos Marqueses de Fronteira e Alorna

A.3.1.	Planta de Coberturas - Consolidação das paredes em Alvenaria de Pedra. <i>in</i> A.C.E., 1994.	A-42
A.3.2.	Galeria das Artes, onde se pode observar no torreão a Poente uma pintura em <i>trompe l'oeil</i> , em losangos alternados. <i>in</i> SEQUEIRA, Gustavo Matos (195-)...	A-50
A.3.3.	Desenho de Alçado Este de Frederico George nos anos 60 (cima) e Loggia Norte – Vista do Pátio de Entrada, 1959, S.a.	A-51
A.3.4.	Espaço interior do primeiro andar da Loggia Norte antes de ser encerrada. <i>in</i> BINNEY, Marcus (1987).	A-52
A.3.5.	Obras de iluminação, na Sala das Batalhas, realizadas em 1990. Vista para Poente. Foto da Autora (2007).	A-52
A.3.6.	Ala do séc. XVIII – Vista de Noroeste, antes das obras de reabilitação. <i>in</i> DÁ-MESQUITA, Marieta (1992).....	A-53
A.3.7.	Campo de Cultivo da Quinta antes da intervenção. Prof. Jorge N. Bastos, 1996.	A-53
A.3.8.	Espaços Interiores dos anexos do Palácio dos Marqueses de Fronteira e Alorna, porta nº2, após a sua intervenção em 2001. Fotos da Autora (2008).....	A-54
A.3.9.	Planta da Quinta dos Marqueses de Fronteira e Alorna – Evolução construtiva.....	A-55

A.3.10.	Planta do sistema hidráulico existente (arq. pais. João Mateus, 1997).	A-56
A.3.11.	Obras de Recuperação na Fonte da Fachada Norte. Foto da Autora (2008).....	A-57
A.3.12.	Pinturas dos espaços interiores da Torre Sul, vista para SW e SE, a necessitarem de serem reabilitadas. Foto de Autora (2008).....	A-57
A.3.13.	Necessidade de obras de Recuperação dos espaços Interiores do Piso 2. Fotos da Autora (2008).	A-58
A.3.14.	Entidades que participaram na reabilitação Palácio. Montagem da Autora (2010)	A-58

ÍNDICES DE TABELAS

Tab.	Título	Pág.
3. A QUINTA DE RECREIO DOS MARQUESES DE FRONTEIRA E ALORNA		
3.1.	Sala da das Batalhas – Metodologia de recuperação.....	88
3.2.	Intervenções realizadas antes da FCFA.....	118
	Intervenções realizadas depois dos anos 70 do Séc. XX.	120
4. ACÇÕES DE REABILITAÇÃO E DE SALVAGUARDA		
4.1.	Proposta de gestão das prioridades e sub-fases do Plano Estruturante.....	146
4.2.	Enumeração de Tipos de Risco.....	150
4.3.	Gestão de prioridades num Projecto de Reabilitação (Projecto Estruturante)....	154
4.6.	Gestão de prioridades num Projecto de Manutenção (Fase do Plano Estruturante).	155

ANEXOS

ANEXO 2. - Relativo ao Cap. 2. – O Legado das Ideias

A.2.1.	Síntese das várias Cartas Patrimoniais.....	A-4
A.2.2.	Normas de Organismos com âmbito Internacional.....	A-15
A.2.3.	Normas de Organismos com âmbito Nacional.....	A-20

ANEXO 3. - Relativo ao Cap. 3. – A Quinta de Recreio dos Marqueses de Fronteira e Alorna

A.3.1.	Antecedentes da família dos Marqueses de Fronteira. <i>in</i> DÁ-MESQUITA, Marieta (1992)	A-41
A.3.2.	Planta de Cobertura – Consolidação das paredes em alvenaria de Pedra.	A-42
A.3.3.	Plano de Restauros do Palácio Fronteira (1994)	A-43
A.3.4.	Listagem de obras ainda não programadas no Plano de Restauros do Palácio Fronteira (1994)	A-44
A.3.5.	Faseamento das obras do Plano de Restauro (1994)	A-44
A.3.6.	Estimativa de custos realizada pela FCFA (1994) para o período de 1995 a 2000, que considerava a recuperação estrutural das coberturas e das paredes de alvenaria de pedra.	A-46
A.3.7.	Enumeração dos espaços no Palácio Fronteira em 2009	A-46
A.3.8.	Quantificação das áreas no Palácio Fronteira, 2009	A-49
A.3.9.	Quantificação das áreas dos Jardins do Palácio Fronteira, 2009	A-50

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar a nossa gratidão pela sabedoria demonstrada na orientação pelo Professor Catedrático Jorge de Novais de Telles Faria Corrêa Bastos.

Agradecemos ao Professor Doutor Arquitecto José Manuel da Cruz Fernandes, nosso co-orientador científico, pela contribuição ao prosseguimento da investigação.

Destacamos o contributo dado pela Fundação das Casas de Fronteira e Alorna na consulta de documentos e nas visitas ao Palácio Fronteira.

Este trabalho não teria sido possível sem a inestimável ajuda da investigadora e Designer Industrial, Mestre Maria João Braga de Melo, que sem reservas sempre partilhou connosco os seus conhecimentos.

Não poderíamos ainda deixar de referir, as qualidades humanas dos dois professores, o Mestre Arquitecto João Pernão e o Mestre Compositor Eurico Carrapatoso que, de áreas tão distintas, nos auxiliaram nas nossas escolhas segundo uma visão única da arte.

Aos meus avós por toda a ternura e inspiração que sempre me proporcionaram.

Por último mas não menos importante, foi todo o apoio e incentivo que a nossa família e amigos representaram durante todo o processo do Mestrado, manifestando-lhe a nossa profunda admiração, amor e respeito. Entre eles salientamos de forma especial o nosso pai, Raul Henrique Califórnia Quintas.

RESUMO (247 palavras)

A história ao revelar a nossa identidade faz com que a herança cultural seja um dos pilares para o nosso conhecimento. Perante este facto e face à existência de inúmeros documentos legais sobre a conservação e o restauro, as intervenções realizadas no património arquitectónico nem sempre são coerentes, colocando em risco a sua autenticidade. É necessária a investigação e a divulgação dos casos que vão contra esta situação, de modo a poder evitá-la.

O Palácio dos Marqueses de Fronteira e Alorna distingue-se como um dos exemplos mais notáveis da arquitectura em Portugal e também, como um dos poucos que ainda mantém a sua função inicial de residência. A construção inicial tem origens no Séc. XVII com influências do Renascimento Italiano. Sucede-se, no Séc. XVIII, um importante momento na história do edifício, com a adição de novos elementos no período Barroco. Inúmeras foram as intervenções necessárias para a sua sobrevivência, mas as suas épocas, as técnicas utilizadas e os autores não estão claramente identificados, sendo importante estudá-los.

Será apresentada uma análise cronológica das intervenções realizadas ao longo da história deste Monumento Nacional. A sua sistematização segundo uma estratégia global de acções de reabilitação, procurará contribuir para uma futura utilização de procedimentos que preservem e valorizem a nossa herança. Sugere-se que a coerência na conservação do conjunto histórico do Palácio e Jardins tenha como base um modelo de gestão, que associa as acções de reabilitação ao turismo cultural e que utilize diferentes actividades e iniciativas, como forma de salvaguarda.

ABSTRACT (246 words)

While revealing our identity, the history makes that the cultural heritage becomes the foundations of our knowledge. In view of this fact, while considering the existence of innumerable conservation and restoration legal documents, the interventions performed over the architectural heritage weren't always consistent, thus jeopardizing its authenticity. To avoid such situation, it is necessary to research and to disseminate cases which go against such situation.

The *Marqueses de Fronteira e Alorna* Palace, distinguishes itself as one of the most remarkable architecture examples in Portugal, also as one of the fewest which retains its original purpose of residence. The initial construction was originated in the seventeenth century with influences of Italian Renaissance. Further on the eighteenth century, an important moment took place over the building's history when new elements in the Baroque period were added. Numerous interventions were necessary for its survival, but the periods, the techniques used and the authors are still not clearly identified, being important to study them.

It will be presented a chronological analysis regarding the interventions performed throughout the history of this National Monument. Accordingly with a comprehensive strategy for rehabilitation, the systematization will try to contribute for the future use of procedures while envisaging the preservation and enhancement of our heritage. Provided the consistency towards the conservation of the historic envelopes comprising the Palace and Gardens, as a safeguard, it is suggested to base a management model envisaging rehabilitation in liaison with cultural tourism, while using assorted activities and initiatives as safeguard.

GLOSSÁRIO

		Pág.
Balaustrada	Parapeito formado por balaústres, isto é, pequenos colonelos ou pilares, que emolduram um corrimão ou imposta.	34, 45, 71, 78, 86, 100, 111, 118
Cornija	Elemento arquitectónico que está assente sobre o friso de um entablamento, de um pedestal ou de uma balaustrada. No primeiro caso, segundo o classicismo, podemos encontrar vários tipos de cornijas consoante as ordens de que fazem parte, sendo que, o termo <i>ordens arquitectónicas</i> refere-se ao conjunto de cinco tipos distintos de embasamento, coluna e entablamento. Assim, podemos encontrar a cornija arquivada, a de chanfro, a circular, a compósita, a continuada, a coríntia, a de coroamento, a cortada, a dórica, a eléctrica, a falsa, a jónica, a quebrada, a rampante, a seguida e a toscana.	76, 81, 84, 85, 86, 116
Embrechado	Refere-se a um tipo de ornamento feito de conchas, búzios, pedras ou outros elementos. É geralmente incrustado em superfícies arquitectónicas ou elementos escultóricos, localizados em jardins.	41, 44, 49, 71, 97, 111, 120
Entablamento	Designa coroamento ou moldura de uma ordem arquitectónica. É constituído pela arquivada, friso e cornija, cujas dimensões variam segundo a ordem que representam.	78, 87, 99
Loggia	Também designada por <i>Lógia</i> , é uma galeria ou pórtico aberto. Pode estar ou não, avançado relativamente ao plano da fachada e tem o tecto muitas vezes abobadado.	34, 39, 40, 65, 69, 71, 76, 77, 79, 81, 83, 89, 94, 122, 129, 155
Lixiviação	Processo físico, que dissolve algumas substâncias do material sólido, através da acção da água, deslocando os sedimentos resultantes para outras áreas. Esta extracção, ao alterar as propriedades do material em causa, pode contribuir para a sua degradação.	85 e 90

		Pág.
Murete	Refere-se a um muro de altura reduzida.	45
Nártex	É um espaço de entrada na basílica estando adossado à fachada principal. Pode ser uma zona exterior e interior e ainda, funcionar como um vestíbulo.	42, 45, 46, 121, 123, 124
Parterre	Termo francês para designar Jardim Formal. Refere-se à plantação de elementos vegetais (bustos) numa superfície plana, formando desenhos na sua maioria geométricos, cruzados e envolvidos por alamedas de passeio geralmente pavimentadas com gravilha.	111 e 120
Pérgula	Estrutura formada por colunatas paralelas que suportam uma cobertura vazada constituída por vigas e sarrafos entrecruzados, nos quais podem desenvolver-se variadas trepadeiras.	44, 111, 120
Pórtico	Conceito que designa, uma galeria aberta, localizada na fachada do edifício e que é apoiada em colunas ou pilares.	34 e 69
Serliana	Janela ou porta tripartida. Elemento arquitectónico cego que se baseia numa abertura central com um arco semicircular sobre o qual se localizam dois entablamentos, cada um suportado por duas colunas ou pilastras que limitam as aberturas mais estreitas de cada lado.	30, 34, 37
Fingido	Técnica de pintura utilizada com o objectivo de enriquecer a decoração dos espaços, imitando alguns materiais. Esta pode representar, por exemplo, os veios da madeira ou os marmoreados da pedra.	34 e 35

ACRÓNIMOS

BNL	– Biblioteca Nacional de Lisboa
CE	– Comunidade Europeia
CEE	– Comunidade Económica Europeia
CEU-ECTP	– Concelho Europeu de Urbanistas
CIAM	– Congresso Internacional de Arquitectura Moderna
ERPS	– Escola de Recuperação do Património de Sintra
DGEMN	– Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
IPPC	– Instituto Português do Património Cultural
ICCROM	– Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais
ICM	– Instituto de Conservação da Natureza
ICOM	– Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	– Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios
IGESPAR	– Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
IHRU	– Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana
IPAMB	– Instituto de Promoção Ambiental
IPPAR	– Instituto de Português do Património Arquitectónico
IUCN	– União Internacional para a Conservação da Natureza
FCFA	– Fundação das Casas de Fronteira e Alorna
FRESS	– Fundação Ricardo Espírito Santo Silva
NASA	– Administração Nacional do Espaço e da Aeronáutica
ONU	– Organização das Nações Unidas
PNPOT	– Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
UE	– União Europeia
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Definição do Processo de Investigação

A proposta de investigação irá contemplar os seguintes aspectos mais relevantes:

- (1) **Campo de Investigação** – Reabilitação dos bens culturais
- (2) **Área de Investigação** – Intervenções no património arquitectónico.
- (3) **Tema** – Estratégias metodológicas de intervenção no património arquitectónico.
- (4) **Titulo** – Acções de Salvaguarda e Reabilitação do Património: O Exemplo do Palácio Fronteira.
- (5) **Questão de Investigação** – Como aplicar os princípios, as técnicas e os fundamentos essenciais à reabilitação e salvaguarda do património?
- (6) **Hipótese** – Através da adopção de procedimentos que assegurem a integridade e a autenticidade de valores do Património.
- (7) **Palavras-Chave** – Palácio Fronteira, Património, Reabilitação, Salvaguarda.

“No meio de uma vida tão efêmera, de um tempo como o presente, atravessado constantemente por coisas passageiras, soa-nos tranquilamente dentro da alma, que somente a cultura, o patrimonio cultural, ficam.”

Fernando Pessoa

1. INTRODUÇÃO

1.1. ESTRUTURA DO ESTUDO

As sociedades estão cada vez mais consciencializadas para protegerem a sua herança cultural como um elemento fundamental para a compreensão da sua origem e evolução, bem como um meio edificador de identidades, urgindo ser aprofundada a dinâmica do actual processo do esvanecer das memórias. Como forma de salvar os testemunhos do passado, essa atitude, consubstanciada em políticas, leis, instituições e actividades, tem gerado várias iniciativas orientadas para a preservação e valorização do património.

Assim, a vontade premente de conhecer a realidade que contextualiza e rege os bens culturais com o propósito geral de proteger o património e de contribuir para o desenvolvimento económico, social e cultural da sociedade, motivou a realização deste estudo, e conduziu-nos à formulação da seguinte questão de investigação: *“Como aplicar os princípios, as técnicas e os fundamentos essenciais à reabilitação e salvaguarda do património”*.

Falar da salvaguarda, implica o estudo de um conjunto complexo de elementos compreendidos entre o planeamento, a gestão financeira, as acções jurídicas e o desenvolvimento sustentável, a par com a alteração das características físicas e a optimização do uso de objectos e lugares. Por outro lado, o estudo do processo de reabilitação engloba a compreensão dos conceitos de conservação e restauro.

De acordo com estas premissas e procurando abordar as origens das preocupações actuais, esclarecemos os conceitos ligados ao restauro e aplicaremos os conhecimentos que vínhamos adquirindo a um caso de estudo prático dos bens arquitectónicos - o Palácio dos Marqueses de Fronteira e Alorna e a sua Quinta de Recreio.

A sua escolha foi motivada pela nossa admiração por este património classificado como Monumento Nacional, pelo desejo de contribuir para a sua valorização através da divulgação das nossas conclusões e propostas, pela facilidade de acesso a fontes criadas por investigações anteriores que produziram documentos fundamentados numa abordagem histórica, bem como, a hospitalidade e a vizinhança ao objecto em estudo proporcionado pela Família Mascarenhas

Propomo-nos abordar os projectos de reabilitação efectuados com base nesses pressupostos históricos, enunciando as suas consequências, os métodos e as técnicas utilizadas para o efeito, decifrando a sequência cronológica das sucessivas intervenções na clarificação e datação das épocas.

Embora fosse nosso desejo poder aceder a uma fundamentação proporcionada pela análise laboratorial e arqueológica, tivemos que nos condicionar à pesquisa documental dos levantamentos e observações “*in situ*”. Tal deve-se ao curto tempo para elaboração da dissertação e à falta de apoios económicos para a mesma.

A nossa reflexão sobre o modelo de gestão da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna indica uma estratégia que redefine metodologias de projecto. Procurámos solucionar a nossa questão de salvaguarda e reabilitação do património através da formulação da hipótese que propõe um conjunto de procedimentos que sejam faseados e permitam aplicar uma metodologia específica nas intervenções.

Com este trabalho esperamos dar um contributo para a mudança de sensibilidades, no sentido de uma maior responsabilidade a assumir para com os bens culturais no presente, e para um futuro cujo termo seja mais distante.



Fig.1.1. Palácio Fronteira. *in* NEVES, Cassiano, 1995.

2. O LEGADO DAS IDEIAS

As diferentes áreas de actividade profissionais e académicas associadas ao património, com as suas ambíguas interpretações e usos, têm gerado confusão na definição dos conceitos. A questão torna-se particularmente complexa quando consideramos a sua semelhança com as línguas de diferentes nações. A origem histórica da adopção dessas diferentes terminologias será desenvolvida.

2.1. A EVOLUÇÃO INTERNACIONAL

Françoise Choay (1925) define **património histórico** como um fundo “*constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos (...)*”¹.

Dentro deste conceito, podemos encontrar o tema de **património arquitectónico**, que segundo a definição da Convenção de Granada (1985), inclui os monumentos, os conjuntos arquitectónicos, os sítios de interesse histórico, e ainda, o arqueológico, o artístico, o científico, o social e o técnico.

Actualmente a noção de património refere-se não só ao histórico, como também, ao **património intangível**, como é o caso do conhecimento transmitido por via oral, da cultura, da gastronomia e incluindo a paisagem e o território. Este conceito foi alargado ao **património cultural**², que engloba os bens materiais e imateriais.

O conceito de **preservação**³ refere a protecção e segurança do bem cultural em causa. São acções que abrangem vários aspectos, tais como, os económicos, os históricos, os funcionais, de segurança, entre outros, garantindo a integridade do património, incluindo assim a manutenção, as cartas e os decretos, as estratégias de salvaguarda do meio ambiente, e os planos de conservação.

A **conservação**⁴ tem como objectivo, eliminar os processos de deterioração do objecto, como é o caso dos agentes biológicos, atmosféricos, luz, poluição e de origem

¹ - CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Património*. Edições 70, Lisboa, 2006.

² - “(...) o conceito de Património Cultural, foi amplamente alargado no seu objecto e nos respectivos atributos, inserindo-se em diferentes categorias e assumindo-se como a materialização das realidades históricas, sociais, políticas e até religiosas geracionalmente adquiridas e que constam da referida memória colectiva, enquanto valor incontornável da identidade de um povo. Nesta perspectiva o uso da palavra património remete-nos para um conjunto de elementos, tais como, eventos históricos, mitologias, memórias populares, linguagem, etc., que se associam simbólica e historicamente a um povo, a uma região, a um espaço específico”. NUNES, Mário. *Legislação e acção para defesa e valorização do património cultural*. in *Revista de Divulgação Cultural*, nº16, 2001, pp.45. Consulta na B.N.L, cota B.A. 26715 V.

³ - O adjectivo preventivo é definido como “o que tem por fim impedir, acautelar ou prevenir que alguma coisa desagradável ou indesejável se produza”. in AAVV. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa*, Vol. II, ed. Verbo 2001, pp.2957.

⁴ - “Conjunto de acções levadas a cabo para evitar a deterioração, incluindo todos os actos que prolongam a vida do património cultural, com o objectivo de o apresentar àqueles que o usufruem” (Feilden, 1994).

humana, conferindo estabilidade à obra. Ligado principalmente à conservação das colecções museológicas encontramos ainda, o conceito de **conservação preventiva**, também designada por conservação passiva ou indirecta⁵. Os seus objectivos são a erradicação ou diminuição das causas de deterioração e a descoberta precoce das ameaças⁶, que agem sobre o objecto como é o caso da climatização, da temperatura, da humidade e do transporte. A **conservação curativa** refere-se à intervenção directa sobre o objecto, como é o caso da consolidação, da desinfestação de parasitas, do revestimento, da fixação de fissuras e do preenchimento de lacunas.

Até ao Séc. XVIII, a noção de restauro confundia-se frequentemente com a **reutilização**, observando-se poucas iniciativas para o proteger. Na antiguidade Clássica surgem os primeiros registos de protecção do Património, embora sejam limitadas a alguns territórios de actuação⁷. O arquitecto Leon Battista Alberti (1404-1472), no contexto do Humanismo, foi uma das primeiras pessoas a compreender a importância da memória para a nossa identidade e a fundamentar algumas propostas para intervir no Património⁸. Em 1425 foi publicada a Bula do Papa Martinho V “*Etsi in cunctarum orbis*” que enunciava a profissão de “magistri viarum” com a função de recuperar pontes, ruas, portas e em parte também edifícios. Em 1562, com a Bula do Papa Pio II “*Cum aliam nostram urbem*” e em 1574, com a Bula do Papa Sisto IV “*Quum provvida*” foram especificadas algumas iniciativas para evitar a destruição de monumentos históricos, seguidas mais tarde por outras normas de protecção de diferentes Papas⁹.

As acções de **restauro**¹⁰ diferem-se das anteriores reutilizações do património, pois têm como objectivo principal conferir estabilidade ao bem cultural mas também, compreender o máximo de informação e significado que ele nos possa transmitir. Estas efectuem-se caso não seja possível realizar a conservação do objecto, pelo seu elevado grau de deterioração, procurando respeitar no máximo possível o original, através de referências históricas e documentais sobre ele.

Para promover uma intervenção mínima nas construções em ruína e de conferir aos edifícios históricos uma funcionalidade, o Sexto Congresso Internacional dos

⁵ - As acções de intervenção sobre um objecto podem ter um carácter directo (p. ex: o restauro de pinturas ou o controle da luz expositiva num museu) ou indirecto (p. ex: a aprovação de uma lei).

⁶ - ALARCÃO, Catarina. *Prevenir para preservar o património museológico*. s.d., disponível na internet em <http://mnmachadodecastro.imc-ip.pt>

⁷ - Os primeiros documentos conhecidos que traduzem as primeiras preocupações de preservação do património foram: “*Decreto de cerca de 44 d.C. descoberto na cidade de Herculano, Itália, e um Édito de 17 de Julho de 389, dos imperadores Valentiano, Teodósio e Arcádio*”. in LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel, Brito. *Património arquitectónico e arqueológico – Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. Livros Horizonte, 2004, Lisboa, pp. 13. B.N.L., cota 24427 B. A.

⁸ - CHOAY, Françoise. *Ob. cit.*, pp. 18.

⁹ - LOPES, Flávio e BRITO, Miguel. *Ob. cit.*, pp. 13.

¹⁰ - Segundo Daniela Lamberini (2008), “*O restauro arquitectónico é uma operação cultural, que tem por objectivo manter a eficácia, facilitar a leitura e transmitir ao futuro os bens arquitectónicos herdados do passado (...) um exercício filológico em acções, que depende em primeiro lugar da história e da crítica e que utiliza os conhecimentos técnicos do presente, de modo a garantir a continuidade histórica entre passado e futuro*”.

Arquitectos realizado em Madrid divulgou, em 1904, alguns dos conceitos e ideias presentes no documento produzido pela Comissão Geral de Viena para o restauro de monumentos, em 1898. No segundo assunto abordado, foi focado o tema “*The Preservation and Restoration of Architectural Monuments*”, onde se dividiram os monumentos segundo duas categorias: por um lado os “**monumentos mortos**” que pertenceram a uma civilização antiga mas que perderam o uso para que foram construídos e por outro, os “**monumentos vivos**” que continuam a desempenhar a função para a qual foram originalmente concebidos. Estas definições centraram-se na funcionalidade que os edifícios cumpriam e, neste sentido, os “monumentos mortos”, que possuíam importância pelo seu valor histórico e técnico, deveriam ser preservados e reforçados apenas no indispensável para não se transformarem numa ruína. Para os “monumentos vivos” defendia-se o restauro de maneira a que estes pudessem continuar a ser utilizados, dado que a utilidade da arquitectura é uma das bases da sua beleza.

Com a Revolução Francesa surgem as primeiras medidas de **Salvaguarda**¹¹ dos monumentos, nascendo a *Commission des Monuments* em 1790 (na qual Ludovic Vitet foi o primeiro *Inspecteur des Monuments Historiques*, em 1830) que resultou na necessidade de realização do inventariado do património histórico e do estabelecimento de um conjunto de normas para a sua conservação. Em 1793, foi criada a “*Instructions sur la manière d’inventorier et de conserver dans toute l’étendue de la République tous les objets qui peuvent servir aux arts, aux sciences, à l’enseignement*”, onde se observou uma consciência e estabelecimento de normas para conservação dos monumentos¹². Estavam assim lançadas as bases para o Restauro Moderno¹³ e contra os vandalismos ideológicos, anti-monárquico, anti-clerical e anti-feudalista.

Na segunda metade do século XIX, Viollet-le-Duc (1814-1879) e, posteriormente, Prosper Mérimée (1803-1870) são defensores duma ideologia conhecida como **restauro estilístico**, onde este era considerado como uma reconstrução ou reintegração dos elementos em ruína, ou inexistentes, do monumento e para tal, consideravam o estilo original do monumento. O monumento era lido com o objectivo de resolver funções económicas e culturais. Esta linha de pensamento opunha-se ao **ruínismo** ou **conservação estrita** de John Ruskin (1810-1900) que encarava a ruína, como algo que poderia viver novamente através da atribuição dum uso prático ou funcional. Ruskin acreditava que a arquitectura era um conceito biológico e descrevia metamorficamente o monumento, como um edifício caracterizado por um nascimento,

¹¹ - Art. 4º da Carta do Restauro de 1972: “*Entende-se por salvaguarda toda e qualquer medida conservativa que não implique a intervenção directa sobre a obra*”.

¹² - HÉLENE, Mare. Article *Le déplacement du mobilier conventuel de 1790 à 1793 : Aux sources de la conscience patrimoniale dans les Pyrénées-Orientales*, Université Toulouse-Le Mirail. Disponível na internet em www.univ-perp.fr

¹³ - AGUIAR, José, *Ob. cit.*, pp. 36.

vida e inevitável morte¹⁴. Defendia as operações básicas de manutenção, condenando as reinterpretações estilísticas que desproviavam o monumento da sua autenticidade enquanto obra de arte. Os “monumentos mortos” eram valorizados como ruína pela sua importância estética e simbólica

“*Take proper care of your monuments and you will not need to restore them*” (John Ruskin)¹⁵.

O **restauro arqueológico** surge, no Séc. XIX, nos restauros do Fórum de Roma, do Arco de Tito e do Coliseu de Roma, por Giuseppe Valadier (1762-1839)¹⁶. Este tipo de intervenção procura recolocar as peças originais dos monumentos no seu lugar inicial e reconstruir os elementos em falta com materiais e formas diferentes das existentes mais simplificadas, como p. ex. a **recomposição** ou **anastilosis**¹⁷, não conduzindo a uma falsificação histórica. Defende-se a distinção entre o novo e o antigo.

Camillo Boito (1836-1914), com o **restauro filológico** ou Restauro Moderno, reconheceu a importância das ideias de Viollet-le-Duc, nomeadamente na reutilização como uma medida de salvaguarda dos monumentos, mas não acreditou na reconstrução hipotética, baseada em referências estilísticas ausentes de provas físicas e documentais verosímeis. Boito teve como principal contribuição teórica, a tentativa de reconciliação das teorias de John Ruskin e Viollet-le-Duc. Boito, acreditando que os monumentos são considerados como documentos históricos e artísticos. As suas ideias foram seguidas por Luca Beltrami (1854-1933) com o **restauro histórico**¹⁸ e influenciaram mais tarde, a *Carta del Restauro de 1931* através de Gustavo Giovannoni (1873-1947).

Giovannoni criou uma nova abordagem no restauro, o **restauro científico**, onde era possível através duma intervenção mínima e manutenção regular dos monumentos, salvaguardar a autenticidade dos mesmos como testemunhos históricos e obras de arte, evitando ao mesmo tempo, o *Restauro Estilístico*. Acreditava na duplicidade de existência de “monumentos vivos” e “monumentos mortos”. Os primeiros abrangiam os que estavam na origem da cultura ocidental e cristã e, mantinham o seu uso original

¹⁴ - MAIA, Maria Helena. *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)*. Lisboa, Edições Colibri – IHA/Estudos de Arte Contemporânea, FCH – Universidade Nova de Lisboa, Fevereiro de 2007, pp. 44. Original em: SILVA, António Martins. *Revista Portuguesa de História*, Tomo XIX, Coimbra, 1982, pp. 45.

¹⁵ - AGUIAR, José. *Cor e cidade histórica: Estudos Cromáticos e Conservação do Património*. Porto: FAUP, 2002, pp. 43. Original em: RUSKIN, John. *The Seven lamps of architecture*. Kent, George Allen (1880). Fac-símile da segunda edição. Nova Iorque: Dover Publications, 1989 pp.196.

¹⁶ - AGUIAR, José. *Ob. cit.*, pp. 39.

¹⁷ - Anastilose - “*recomposição de partes existentes, mas desmembradas*”. in *Carta de Veneza de 1964*, artigo 15º.

¹⁸ - “*Beltrami considerava que o principal objectivo do restauro consistia em preservar o legado artístico do monumento e dos seus valores figurativos. Entendia ser dever do restaurador actuar reconstitutivamente, isto é, proceder à restituição dos elementos necessários à expressão da essencialidade artística de cada monumento, permitindo a leitura do seu contributo específico enquanto obra de arte. Defendia também que acções de restauro, sobretudo as que implicavam reintegrações ou reconstruções, deviam basear-se em provas objectivas, em vestígios físicos ou documentais. Daí resultou a classificação desta teoria como Restauro Histórico*”. in AGUIAR, José, *Ob. cit.*, pp. 45.

podendo ser desta forma reutilizados com programas adequados ou com fins próximos dos originais, de modo a que a sua adaptação funcional sofresse o mínimo de modificações. Para isso, propunham acções como a consolidação, a recomposição, o completamento, a remoção e a inovação, sendo as duas últimas aplicadas apenas no caso de não ser possível executar as anteriores e caso a sua realização não interferisse com a leitura histórico-artística do monumento. Os segundos designavam os edifícios testemunhos duma cultura inexistente e que estavam desprovidos de uso como por exemplo, as ruínas e os vestígios de antigas fortificações.¹⁹

Alois Riegl (1858-1905) com o seu ensaio “*O culto moderno dos monumentos*”, de 1902, questiona a tutela e conservação dos monumentos históricos²⁰. Para distinguir monumento histórico do conceito de monumento, o autor defende duas categorias de valores: os valores memoriais e os valores contemporâneos²¹.

Cesare Brandi (1906-1988) na sua obra *Teoria del Restauro* de 1963, contestou a renovação, defendendo o **restauro crítico**²², em que a qualidade do restauro depende directamente do juízo crítico do valor artístico do objecto sobre o qual incide. O autor considera a funcionalidade do património histórico, que inclui o património arquitectónico ou móvel, como um aspecto secundário face a outros que o classificam como obra de arte e sugere ainda, que o restauro encontra-se intimamente relacionado com a avaliação crítica dos valores artísticos do objecto em causa:

“ (...) quando se tratar de obra de arte, mesmo que entre as obras de arte haja algumas que tenham estruturalmente um objecto funcional, como as obras de arquitectura e, em geral, os objectos das chamadas artes decorativas, torna-se claro que o restabelecimento da funcionalidade, embora entre na intervenção de restauro, não representará, definitivamente, senão um lado, ou secundário ou concomitante, e nunca o primário e fundamental que diz respeito à obra de arte enquanto obra de arte (...) Como produto da actividade humana, a obra de arte coloca, de facto, uma dupla instância: a instância estética que corresponde ao facto basilar da artisticidade pela qual a obra é obra de arte; a instância histórica que lhe compete como produto humano realizado num certo tempo e lugar e que num certo tempo e lugar se encontra”.

(Cesare Brandi, 1963: 1-3).

¹⁹ - ICOMOS. *Carta de Atenas para a Recuperação dos Monumentos Históricos*. Adoptada Primeiro Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Atenas, 1933. Disponível na Internet: http://www.icomos.org/athens_charter.html

²⁰ - “*Riegl pensa em termos de monumento histórico, noção que prevaleceu durante todo o século XIX até aos anos sessenta do século XX, e não em termos de património: este último conceito, forjado para designar bens pertencentes à nação e susceptíveis de um novo tipo de conservação, perde a sua pertinência e cai em desuso assim que a Revolução (francesa) termina*”. CHOAY Françoise, *Ob. cit.*

²¹ - Nos valores memoriais ou *Erinnerungserte* fazem parte os valores de memória ou de lembrança, o de história, de história de arte e de antiguidade. Nos valores contemporâneos ou *Gegenwartserte* fazem parte os valores de uso, os artísticos relativos e os artísticos novos. CHOAY, Françoise, *Ob. cit.*

²² - Termo utilizado por José Aguiar. *Ob. cit.*

A teoria de Brandi defendia o restauro como o reconhecimento da obra de arte segundo um processo científico, sendo fundamental o conhecimento dos elementos que caracterizam a obra como de arte. Estes princípios estiveram na base da Carta de Veneza (1964) e mais tarde, na Carta do Restauro (1972).

“O restauro constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dupla polaridade estética e histórica, com vista à sua transmissão ao futuro (...) deve visar o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que seja possível sem cometer um falso artístico histórico, e sem apagar nenhum sinal da passagem da obra de arte no tempo”.

(Carta do Restauro, 1972)

Umberto Baldini (1921-2006), discípulo de Brandi, fala-nos em **restauro conclusivo** ou **restauro pictórico**²³, acreditando na necessidade da diferenciação para não se criar uma igualdade falsa:

“Imitare questa acquisita realtà secolare-storica (che è il tempo-vita dell’oggetto) perché elemento di equilibrio e di positivo inserimento nell’opera, imitare questa realtà che è natura d’esistenza dell’opera e pertanto ineguagliabile e irripetibili equivale a immettere nell’opera un autentico falso temporale”²⁴.

Baldini sugere soluções matemáticas para uma intervenção qualitativa onde após a atribuição de valores numéricos, a obra de arte passa a traduzir o somatório da criação do artista (1º acto), com a acção do tempo (2º acto) e a acção do homem (3º acto). Na impossibilidade de repor os valores originais, defende o equilíbrio numérico entre os valores existentes. Fala na integração diferenciada das lacunas repostas, que permanecem na policromia e embora sendo evidenciadas como elementos distintos, têm a capacidade de fazer a união do todo através da selecção ou abstracção cromática²⁵. Em comparação com a conservação dos monumentos, a preocupação com a cidade histórica é uma questão recente, sendo que a consciencialização da cidade como património histórico inicia-se com Ruskin, desde a segunda metade do Séc. XIX.²⁶ Em Paris, a destruição de parte do núcleo histórico por Georges-Eugène Haussmann (1809-1891)²⁷, em prol da melhoria das condições de saúde, circulação e estética, levou a que o Poeta Victor Hugo escrevesse livros em defesa da “Paris

²³ - UMBERTO, Baldini. *Teoria del restauro e unità di metodologia*. 4ª ed., Nardine Editore, 1988, Firenze, pp.11. B.N.L. cota 1783.

²⁴ - UMBERTO, Baldini, *Ob. Cit.*, pp. 12 e 13.

²⁵ - Baldini defende que as lacunas a serem integradas devem ter a capacidade de transformar a lacuna perdida (perca total da matéria) numa lacuna falta (perca de policromia), transformando-se um elemento que corresponde ao tempo/vida positivo da obra de arte, o que evita que esta se transforme num *Bios* (vida) em estado de *Thanatos* (destruição, abandono ou morte) imitando o *Éros* (reconstituição da realidade como obra de arte). *in* UMBERTO, Baldini. *Ob. Cit.*, pp. 9.

²⁶ - CHOAY, Françoise, *Ob cit.*, pp.158.

²⁷ - A reforma determinada por Napoleão III e que decorreu entre cerca de 1851 e 1870, caracterizava-se por um conjunto de transformações urbanas em Paris de acordo com o novo conceito de Urbanismo. Ruas largas, edifícios grandiosos, preservação dos monumentos e o seu isolamento, a melhoria das utilidades e dos transportes, eram alguns dos objectivos deste plano urbanístico.

medieval” (como é o caso do Romance *Notre Dame de Paris* publicado em 1930), simultaneamente reforça-se a consciencialização da cidade histórica como um elemento importante para a nossa memória.

Posteriormente e em oposição, a **Carta de Atenas (1933)**²⁸ defendeu uma *Cidade Funcional* que destruiu parte das zonas históricas urbanas. Privilegiava a *Cidade-Jardim* que separava as áreas residenciais, dos espaços de lazer, e dos locais de trabalho, influenciando o crescimento e reconstrução das cidades europeias depois da Segunda Guerra Mundial. Após este conflito bélico, algumas cidades europeias (como Varsóvia, Berlim e Londres) enfrentaram o paradoxo da reconstrução das áreas destruídas pelos bombardeamentos, com alterações a nível funcional e morfo-tipológico²⁹.

A preocupação com a requalificação e valorização do património edificado antigo surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, na sequência das intervenções de **renovação urbana**³⁰ que pretendiam ser uma resposta à destruição das cidades europeias em consequência do conflito bélico³¹. As soluções do modernismo foram criticadas em detrimento do património da cidade e do timbre dos seus lugares. À importância dos bens arquitectónicos passou a associar-se uma componente sociocultural. Os habitantes e trabalhadores locais bem como as suas tradições e costumes representavam agora uma componente importante na identidade dos lugares e dos seus valores simbólicos, históricos e culturais. A *Carta de Amesterdão* (1975), une a conservação integrada à necessidade de **reabilitação**³² dos edifícios monumentais, aos instrumentos legais e meios financeiros que permitem a sua preservação bem como, aos valores sociais inerentes, promovendo também, a participação de todos e a inclusão das necessidades modernas de conforto. A *Carta de Cracóvia* (2000) refere-a, como uma intervenção necessária não apenas aos edifícios históricos como também, aos núcleos urbanos, aos rurais, à paisagem e aos bens culturais.

²⁸ - A Carta de Atenas é o manifesto urbanístico, escrito pelo arquitecto Le Corbusier e é uma consequência do IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna - CIAM.

²⁹ - AGUIAR, José, *ob. cit.*, pág.10.

³⁰ - A noção de renovação urbana relaciona-se com a protecção do ambiente, com a melhoria das condições de vida e de higiene da população, sendo um conceito muito utilizado no planeamento urbano.

³¹ - Metrópoles como Londres e várias cidades Alemãs, como Dresden, Hamburgo e Darmstadt, foram reabilitadas após a II Grande Guerra.

³² “*Conjunto de acções tendentes a permitir a utilização de um edifício histórico, envolvendo ou não adaptações*” (Feilden, 1994). José Aguiar define-a como “*o conjunto de operações dirigidas à conservação e restauro das partes significativas – em termos históricos e estéticos - de uma arquitectura, incluindo a sua beneficiação geral, de forma a permitir-lhe satisfazer níveis de desempenho e exigências funcionais actualizadas. A reabilitação participa de uma intenção ecológica, ou seja, integrando a reutilização de bens materiais disponíveis e evitando a sua demolição, com consequente substituição, que implicam sempre o dispêndio de mais amplas energias e matérias fósseis*”. Com a Carta de Amesterdão e a declaração que se seguiu em 1975 o conceito de reabilitação alarga-se às cidades históricas.

“Num quadro físico mais amplo pode-se falar de reabilitação urbana, não só por se considerar a reabilitação de um conjunto ou de todos os edifícios de uma área urbana, mas também dos espaços e equipamentos públicos, enquanto patrimónios arquitectónicos complementares e relevantes, por si e para a imagem e valor do conjunto, assim como da satisfação de exigências sociais, económicas e culturais de um núcleo urbano carente nesses domínios” (José Aguiar, 2000).

No domínio da herança cultural, a **conservação integrada**³³ é uma única intervenção caracterizada por diferentes processos que no seu somatório formam o resultado final. São os contributos das várias áreas do conhecimento, como a arquitectura, a história, a sociologia, a economia, as artes plásticas, a gestão e o planeamento, a biologia e engenharia, entre outras, que por se relacionarem, vão permitir compreender o património e as melhores formas para o preservar.

Paralelamente à sua importância arquitectónica, os monumentos são caracterizados por outros valores imprescindíveis para a construção da nossa identidade colectiva e pessoal. Os aspectos culturais, sociais, históricos, pedagógicos, económicos e funcionais, são alguns dos factores que tornam a arquitectura num depósito de memórias. A **conservação integrada, a nível do edifício singular**, visa a reabilitação de diversos aspectos, como os físicos, os usos, as várias artes presentes no edifício, a sua gestão, sustentabilidade e a sua função para a sociedade. O projecto de reabilitação deve assim, ser realizado por especialistas de áreas diversas do conhecimento, onde as abordagens de diferentes aspectos sobre um mesmo assunto são uma importante contribuição para o projecto, incentivando a investigação científica. Para a coerência do projecto, a participação dos utilizadores e da população, é fundamental.

A **conservação integrada a nível urbano** é uma acção que procura melhorar as características físicas, sociais, culturais, económicas e funcionais de uma determinada área, através da interacção de todos estes componentes. Os aspectos que se pretendem requalificar não se resumem apenas aos físicos de um edifício ou conjunto urbano e às condições de habitabilidade, mas também às condições de vida da população, como p. ex: a introdução ou melhoria de equipamentos comunitários, de infra-estruturas, de espaços de uso público, a melhoria das condições ambientais, dos usos e dos aspectos socioculturais. Para tal, é fundamental a existência de planos, programas, estratégias e projectos.

³³ - Do latim *Integratio*, a noção de Integração é usada em várias áreas do conhecimento: na matemática refere-se a um meio que permite encontrar a função primitiva ou integral; na medicina designa uma função de correlação ou de coordenação nervosa do cérebro, cerebelo entre outros; na psicologia a integração mental é a geração da consciência contínua, da qual fazem parte a personalidade e a mentalidade; para os economistas do séc. XIX, indicava um processo onde as actividades subsidiárias se relacionavam com as indústrias principais. Actualmente o conceito relaciona-se com o de globalização.

O debate que aconteceu na década de 80, que dividia os defensores do restauro filológico (P. Marconi) e da conservação estrita (C. Brandi), originou a definição do conceito de **autenticidade**³⁴ com maior exactidão. Neste sentido, promoveram-se dois encontros organizados pela UNESCO, ICCROM e ICOMOS, sendo o primeiro realizado em Bergen, na Noruega e, o segundo em Nara, no Japão. Deste segundo, resultou o Documento de Nara (1994), que defende a autenticidade como:

“O principal factor de atribuição de valores (...) dependendo da natureza do património cultural, seu contexto cultural e sua evolução através do tempo, os julgamentos quanto a autenticidade devem estar relacionados à valorização de uma grande variedade de pesquisas e fontes de informação”.

Posteriormente, foram realizados dois encontros, em Mérida (1996) e em Nápoles (1997), pelo Comité do Património Mundial da UNESCO, embora não se tenha chegado a estabelecer uma definição rigorosa do conceito. Actualmente ainda existe um paradoxo em torno da definição coerente de autenticidade, podendo este ser o ponto de partida na leitura de uma cultura ou de um sistema de avaliação.

Actualmente a palavra **paisagem**³⁵ não se limita a designar a extensão do território ou de uma área que abrange um lance de vista. Ela é compreendida a partir da ideia de representação, isto é, depende do modo como a fruímos e assim, não se separa do que é para nós o belo. Este conceito variou ao longo da história e consoante as sociedades em que se contextualizava e ainda hoje, não é algo que se possa definir segundo critérios e valores previamente estabelecidos. No entanto, alguns dos factores que levavam a que os desertos, as florestas e as montanhas, não fossem considerados como *paisagem*, era a dificuldade de adaptação dos ocidentais às mesmas. Tal devia-se ao clima ser rigoroso, aos problemas de circulação, às dificuldades de encontrar alimentação e mesmo ao medo do desconhecido. Com o avanço da tecnologia e com as revoluções religiosas e sociais, os preconceitos sobre estes territórios foram desaparecendo. Quando falamos em paisagem, estamos sempre a falar na cultura e na sociedade em que esta se insere, pelo que, o entendimento da Paisagem não é consensual mas antes o produto de uma construção

³⁴ - A noção do autêntico foi defendida por C. Brandi, na obra *Teoria del Restauro*, 2006, que acreditava que o principal objectivo do restauro é conservar a autenticidade material, que influenciou mais tarde a redacção da *Carta de Veneza*, 1964, e a *Carta Italiana do Restauro*, 1972. A autenticidade relacionava-se então com uma prévia avaliação dos valores do património antes da intervenção, para compreender os objectivos a alcançar e qual o conceito projectual. A definição é alargada com a *Carta de Toledo* de 1987 para os valores que caracterizam a morfologia urbana. No entanto, esta era uma visão que se relacionava com a realidade da cultura ocidental dado que, a noção de autenticidade nos Estados Unidos, Japão e outros países era distinta. Françoise Choay, Jukka Jokilehto e Charles Taylor são alguns dos nomes que na década de 90, tentaram esclarecer o conceito. Em 1994 é realizada em Nara uma conferência para o definir exactidão (ver 2.2.10 conferencia de Nara, 1994). in Aguiar, José Ob. *Cit.*, pp. 73-76.

³⁵ - A origem na palavra *pagus* (latim) que designava campo ou território cultivado, evoluiu em França para *pays* e, mais tarde, para *paysan* e *paysage*. Em Itália para *paesaggio* e em Espanha para *paisaje*. Por outro lado, em Inglaterra e na Alemanha a palavra *land* é a que se aproxima mais de *pagus*. Ela deu origem às palavras *landscape* e *landscharft*. in AMARAL, Ilídio, Artigo: *Acerca de “Paisagem” – Apontamentos para um debate*, Finisterra, XXXVI, 72, 2001, pp. 75-81.

social e cultural. A Paisagem não existe sem o sujeito que a observa e constrói. É a presença humana que define as paisagens interpretando-as, o que não acontece nos territórios que existem independentemente da presença humana, embora esta os altere e transforme.

O modo como entendemos a paisagem no Ocidente, associa-se ao desenvolvimento da pintura. O seu termo foi durante muito tempo utilizado para designar a pintura/desenho dum acontecimento enquadrado num dado contexto geográfico ou, somente, a acção desse tema, em vez de designar o lugar geográfico real que era representado. No século XV, os pintores Renascentistas como Botticelli, Gozzoli, Mantegna, Carpaccio e Ghirlandaio mostravam já uma preocupação com a representação da *paisagem* que se aproximasse à realidade, utilizando o auxílio da perspectiva para exprimir a nova realidade territorial e sensorial vivida. No Séc. XIX, com a Revolução Industrial, esta passou a representar a natureza e o campo, em oposição à cidade e ao seu tipo de vida. Com o aumento do conhecimento científico no campo da geografia, biologia e da ecologia, as sociedades começaram a tomar consciência das consequências das acções humanas no território e na sua transformação.

Com o lançamento de satélites no espaço e as novas descobertas sobre o mesmo, foi discutido novamente a noção de paisagem. As missões Gemini em 1965 e 1966³⁶ permitiram tirar fotografias orbitais a cores, a partir de vários pontos da esfera celeste. Os satélites possibilitavam registar não apenas valores da energia emitida pelos corpos da superfície terrestre, mas também, aspectos de uma área específica da superfície do globo em diferentes tempos³⁷. Com a observação da terra a partir do espaço, foi acrescentada uma nova dimensão à paisagem: a energia. Era agora possível não apenas observar a acção que o homem pode ter com o meio ambiente como também monitorizá-la e avaliar os seus impactos e transformações. Actualmente no conceito tem assim incluída uma visão de ecossistema.

As **paisagens culturais** são o resultado das interacções entre os homens, e entre estes e a natureza. Elas permitem compreender a evolução das sociedades pois mostram a consequente reacção da natureza sobre a acção que o homem exerce

³⁶ - “ (...) No começo dos anos 60 foi iniciado pela NASA o programa do satélite NIMBUS. Este programa tinha por finalidade desenvolver um sistema operacional, capaz de atender as necessidades de pesquisa e desenvolvimento de cientistas preocupados com observações atmosféricas e da Terra. Inicialmente planejado como um substituto para o satélite TIROS, tornou-se a plataforma básica para outros estudos espaciais orientados. Em 1961, ocorreu um grande impulso para o sensorialmente remoto. Neste ano a primeira fotografia orbital tornou-se disponível. Uma série de várias centenas de fotografias coloridas de 70 mm foram tiradas por uma câmara automática na espaço-nave não tripulada MA-4 Mercury. Morrison e Chown, dois cientistas americanos, utilizaram estas fotos para construir uma série de mapas geológicos esquemáticos cobrindo milhares de km² do Saara. Além do aspecto sinóptico destas fotos, a comunidade científica imediatamente começou a pensar em termos de cobertura fotográfica global sistemática em vez das cenas ocasionais registadas pelos astronautas. Essas fotografias foram analisadas pelos cientistas e reconhecido o seu valor para o levantamento de recursos naturais”. in *Caderno Didático do Projecto Educa* – <http://www.dsr.inpe.br/selper/idade/caderno2/cad6.htm>

³⁷ - AMARAL, Ilídio, *Ob cit.*, pp. 75-81.

nela³⁸. A análise da complexidade e variedade dos elementos das paisagens contribuem para a compreensão da nossa história, cultura, ciência e expressões artísticas. As relações humanas conferem à paisagem a sua identidade e tornam-na singular, o que lhe concede um valor patrimonial, e é um dos motivos da sua salvaguarda, ordenamento e valorização. Neste sentido, tem todo o sentido designá-las como património cultural³⁹ pois também elas são objectos que se herdam e que podem ser transmitidos às novas gerações. O tema ambiental tem sido alvo dos debates políticos actuais. Presentemente fala-se num modelo de desenvolvimento urbano ecologicamente sustentado (energias renováveis, processos agro-ecológicos e eco-técnicos, reciclagem, etc.). O **desenvolvimento sustentável**, segundo o *Relatório Brundtland* (1987) – elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, avalia as condições actuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de superarem as suas próprias necessidades. Com este documento foi fundamentada uma consciência ecológica importante para a nova forma de pensar a economia e as relações entre a sociedade e o território, cuja organização começa a ser idealizada segundo um desenvolvimento integrado e auto-regenerativo.

2.2. A DINÂMICA DOS CONCEITOS EM PORTUGAL

No Séc. XVII, sobre a designação de “antiguidade”, a noção de património começa a estruturar-se e vai evoluir no século seguinte para “monumento”⁴⁰. Com o movimento Romântico, observa-se o restauro estilístico do património arquitectónico. Neste período as preocupações com estes bens são essencialmente a nível das condições físicas e fazem-se tentativas para evitar a sua degradação. Escritores como Almeida Garrett (1779-1854) e Alexandre Herculano (1810-1877) desempenharam um papel fundamental na salvaguarda da nossa herança, chamando a atenção para o abandono e outros usos destrutivos do património⁴¹, bem como, para as potencialidades económicas do turismo, procurando mudar a sensibilidade pública para a protecção dos seus monumentos. A problemática dos usos apenas foi levantada com maior amplitude, durante o processo de nacionalização dos bens religiosos, em 1834 e 1910, quando muitos edifícios já tinham sido danificados pela sua utilização inadequada.

Nos finais do Séc. XIX, o monumento começa a ser pensado como um valor histórico e documental sendo criadas nesta altura as primeiras associações que procuram a

³⁸ - AGUIAR, José: ICOMOS – *Portugal Património Paisagístico: Os Caminhos da Transversalidade*. APAP 2007. in <http://icomos.fa.utl.pt/index.html>

³⁹ - Na Convenção Geral da UNESCO para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, realizada em Paris em 1972, foram estabelecidos os critérios internacionais para reconhecer e proteger quer o Património natural, quer o cultural. No entanto, a noção de Paisagem cultural, foi apenas apresentada pelo Comité do Património Mundial da UNESCO, em Outubro de 1992. Este designa-a como uma das categorias de bens possuidores de valor cultural e/ou natural, com vista à inscrição na lista do Património Mundial. O seu valor e autenticidade são reconhecidos no Artigo 1 da Convenção como “*the combined Works of culture and of man*” of “*outstanding universal value*”.

⁴⁰ - MAIA, Maria Helena. *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)*. Edições Colibri – IHA-7 Estudos de Arte Contemporânea, FCSH – Universidade Nova de Lisboa, Fevereiro 2007, Lisboa.

⁴¹ -Ver Anexo 1.

investigação e protecção do património, tais como, a Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses – RAACAP em 1893, a Sociedade Martins Sarmiento, em Guimarães, em 1882, a Comissão de Vigilância do Castelo da Freira e a Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda em Arouca, no ano de 1889. São assim realizadas, as primeiras classificações dos bens notáveis e símbolos nacionais pela RAACAP⁴². Com a instauração da República e a nacionalização dos bens da igreja, o Estado passou a ser o seu principal proprietário. Como consequência, foi criado em 1906, o primeiro Decreto de classificação dos monumentos nacionais e a 16 de Junho de 1910, o primeiro Decreto global de classificação, embora este ainda incluíssem essencialmente igrejas, mosteiros e capelas (30%), sítios arqueológicos (18%)⁴³, pelourinhos e cruzeiros (14%), castelos e fortificações (11%), pontes (10%), palácios (6%), fontes e aquedutos (3%), bem como outros edifícios notáveis (4%)⁴⁴.

A primeira instituição portuguesa, com o objectivo de preservar os bens nacionais, foi a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – **DGEMN**, criada em 1929 pelo Estado Novo. A sua tutela era feita pelo Ministério das Obras Públicas, que era responsável pelas construções novas e também pela classificação, conservação e restauro do património centralizando em edifícios públicos e Monumentos. Com a criação do Fundo de Fomento da Habitação – FFH e, das Direcções Gerais das Construções Escolares e das Construções Hospitalares, as suas funções centralizaram-se nos edifícios públicos. A DGEMN foi extinta em 2006/2007 e suas funções foram então atribuídas ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - IHRU e ao Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico - IGESPAR.

Durante a existência da DGEMN foi ainda criado, na década de 80, o Instituto Português do Património Arquitectónico – **IPPAR**, que teve origem no Instituto Português do Património Cultural - **IIPC**, sendo extinto em 1992⁴⁵. Foi fundado em 1993 pelo Decreto-Lei 106/93, tendo como responsabilidades a instrução dos

⁴² - Em 1881 os castelos foram reconhecidos como uma tipologia do estatuto de monumento nacional. Em 1906, foi classificado como monumento nacional o castelo de Elvas e em 1919, foram classificados vários edifícios de arquitectura militar. in TOMÉ, Miguel. *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP – Faculdade de Arquitectura do Porto - publicações, 2002.

⁴³ - A forte percentagem da classificação de sítios arqueológicos como monumentos nacionais deve-se em grande medida, aos trabalhos realizados por José de Vasconcelos, Martins Sarmiento e Possidónio da Silva no séc. XIX e XX. in RODRIGUES, Miguel Areosa. *A Classificação do Património Edificado*. in SILVA, António Manuel (coord). *Cartas Arqueológicas: Do Inventário à Salvaguarda e Valorização do Património. Actas das Jornadas realizadas em Arouca em 2004*. Arouca: Câmara Municipal, 2005, pp. 51-60. B.N.L. cota H.G. 55000 V.

⁴⁴ - A percentagem de imóveis por tipologia refere-se aos classificados no Norte de Portugal. in RODRIGUES, Miguel Areosa. *Ob. cit.*, pp.52.

⁴⁵ - O Instituto Português do Património Cultural teve como tutela a Secretaria do Estado da Cultura ou Ministério da Cultura e até 1986/7 tinha a responsabilidade de gerir todas as áreas relacionadas com a cultura, os arquivos, as bibliotecas, os monumentos (realizando também a sua classificação), os museus, a arqueologia e o património etnológico e musical. De 1986/7 a 1992, as áreas de gestão do IPPC foram reduzidas, destinando-se aos monumentos, aos museus e à arqueologia. Foi ainda feita gestão dos primeiros fundos da CEE, atribuídos ao Programa Integrado de Desenvolvimento Regional - PIDR e ao Quadro Comunitário de Apoio – QCA, cujas obras foram realizadas pela DGEMN. Foi também criado o Departamento de Projectos e Obras, cujas competências passaram a ser assumidas pelo IPPAR, após o IPPC ter sido extinto.

processos de avaliação dos bens culturais, a competência de autorizar obras em monumentos e sítios classificados, a gestão dos Palácios e outros edifícios notáveis, a gestão dos fundos da CEE e ainda, a capacidade de realizar obras de reabilitação em imóveis e sítios classificados⁴⁶. O IPPAR criou também, as Direcções Regionais de Cultura do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve, com competências de salvaguarda, valorização e divulgação do património arquitectónico e arqueológico.

Relativamente à experiência da recuperação dos monumentos arquitectónicos em Portugal referimos ainda, o contributo do **LNEC**, com origens em 1886 no Ministério das Obras Públicas. Em 1946, foi reconhecido pelo Decreto-lei nº 35957, com a designação de “*Laboratório de Engenharia Civil*” e posteriormente de “*Laboratório Nacional de Engenharia Civil*”. Esta instituição representa um contributo para o conhecimento dos materiais e sistemas construtivos, bem como dos seus comportamentos e patologias, através duma base teórica ou cognitiva testada em laboratórios.

Em comparação com a preocupação dos edifícios singulares, a conservação e sustentabilidade dos núcleos históricos ou das cidades, é um paradigma relativamente recente. Na segunda metade do Séc. XIX, o Porto foi uma cidade cujas transformações traduziram os ideais modernos da reestruturação do tecido urbano, através dum grande traçado regulador, que suprimia edifícios e zonas históricas, em prol da melhoria das “condições higiénicas” e do isolamento dos monumentos de maneira a destacá-los, como são exemplo as demolições da Câmara Municipal e da capela dos Três Reis Magos em 1916, para a construção da Avenida dos Aliados⁴⁷.

No Séc. XIX, com o desenvolvimento da industrialização, com o crescimento populacional urbano, com a expansão dos limites das grandes cidades⁴⁸ e o conseqüente agravar das condições de vida da maioria dos seus habitantes, surgem preocupações sociais e são feitos alguns registos sobre a habitabilidade das classes mais desfavorecidas. Em 1919, efectuaram-se as primeiras construções sociais, como os bairros da Ajuda, do Arco-do-Cego, de Alcântara e de Braço de Prata, em Lisboa, bem como da Quinta da Granja de Cima ou Bairro Sidónio Pais, junto à Foz do Douro, no Porto. Durante o Estado Novo, observavam-se ainda poucas preocupações com as condições de vida da maioria da população. No entanto, como resultado do trabalho da Câmara Municipal de Lisboa, foram edificados o Bairro do Alvito e o Bairro da Rua

⁴⁶ - Instituto Português Património Nacional. *in* <http://www.ippar.pt/apresentacao/apresentacao>

⁴⁷ - Embora a acção de reabilitação sobre estes monumentos se reduzisse a uma conservação da fachada e muitas vezes à alteração do seu uso inicial, como é o caso da Igreja de S. Bento da Ave-Maria, no Porto.

⁴⁸ - Após as invasões francesas e a independência do Brasil em 1822, vão sentir-se as conseqüências da *Revolução Industrial* em Portugal. A transformação da estrutura agrária pelo modo de produção capitalista, levou a que muitos trabalhadores ficassem sem emprego e imigrassem para as cidades onde existiam grandes indústrias. No entanto, as áreas urbanas não estavam preparadas para um acentuado crescimento populacional, pelo que se observou uma especulação imobiliária e um agravamento das condições habitacionais da classe operária.

Carvalho Araújo. No ano de 1932 foi implementado o Decreto n.º20.985, de 7 de Junho,⁴⁹ que definiu pela primeira vez, áreas ou zonas de protecção que envolviam o património arquitectónico ou arqueológico classificado.

O conceito de reabilitação urbana começa a ganhar importância em meados da década de 70, após a renovação crescente dos núcleos históricos das cidades, vilas e aldeias. As políticas de reabilitação urbana ao revelarem preocupações também antropológicas, passaram a realizar uma estratégia onde o planeamento procura juntamente com as intervenções físicas no edificado, valorizar os aspectos económicos, socioculturais, ambientais e funcionais. Neste contexto surge em 1985, o Programa de Reabilitação Urbana – **PRU**, que em 1988, passou a chamar-se Programa de Reabilitação de Áreas Degradadas - **PRAUD**.

Estes programas, procuraram ouvir a população e apoiar economicamente as autarquias locais para reabilitação, renovando a forma de planeamento, gestão e projecto urbano. Posteriormente surgem os Gabinetes Técnicos Locais - **GTL**, que baseando-se nas intervenções locais dos anteriores programas e nas experiências do **SAAL** e dos **GAT**⁵⁰, foram organizados a nível autárquico como núcleos de planeamento e projecto urbano pluridisciplinares que, com o apoio da Administração Central (depois regional), deram a resposta às novas exigências da reabilitação⁵¹.

Em 1988, foi fundado o Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados – **RECRIA**, que procurava reabilitar os edifícios de habitação. Ainda na década de 80, a noção sobre os bens nacionais foi alargada a nível legal com a criação do Instituto Português do Património Cultural - **IPPC**⁵² e com a publicação da Lei de Bases do Património Cultural (Lei 13/85) em 1985⁵³, que incluía algumas propostas da Convenção de Granada (1985) para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, do mesmo ano. Esta última Lei, juntamente com a de 107/01 veio classificar o património do seguinte modo: (a) Monumentos Nacionais – MN; (b) Imóveis de Interesse Público – IIP; (c) Imóveis de Valor Regional – IVR; e, (d) Imóveis de Valor Municipal - IVM.

⁴⁹ - O Decreto n.º20.985 de 7 de Junho foi alterado pelos Decretos-Lei n.º22:860, de 20 de Julho de 1933 e actualizado através do Decreto-lei n.º 26 611 de 19 de Maio de 1938 e do Decreto-lei n.º116-B/76.

⁵⁰ - O SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local, foi criado a 31 de Agosto de 1974, por despacho conjunto do Ministério da Administração Interna e do Ministério do Equipamento Social e tinha como objectivo principal intervir na área da habitação social. O acrónimo GAT, designa o Gabinete de Apoio Técnico.

⁵¹ - AGUIAR, José; PAIVA, José Vasconcelos e PINHO, Ana. *Guia Técnico de Reabilitação Habitacional*, Vol. I, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa 2006. pp. 2.

⁵² - O IPPC foi criado em 1980 e extinto em 1986/7. Fazia parte da tutela da Secretaria de Estado da Cultura, ou Ministério da Cultura, e tinha como função a gestão de todas as áreas existentes ligadas à Cultura, como os arquivos, as bibliotecas, os palácios e outros monumentos, os museus, o património etnológico e musicológico, a arqueologia, assim como a instrução dos processos de classificação dos monumentos e a realização de intervenções em imóveis classificados (pareceres vinculativos). O IPPC foi responsável por gerir os apoios da CEE (PIDR; QCA I), criando ainda o Departamento de Projectos e Obras.

⁵³ - RODRIGUES, Miguel Areosa. *Ob. cit.*, pp.55.

Nos anos 90, cresceram o número das intervenções públicas em espaços desfavorecidos a nível urbano, social e económico, através de iniciativas contra o desemprego, a pobreza, a exclusão social, a insegurança e a criminalidade, em programas de iniciativa comunitária, tais como o Programa Indicativo da Cooperação – PIC e o URBAN I e II, ou nos Estados-membros, como o PRU e o Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa – PROQUAL. Estes eram dirigidos às cidades e pretendiam realizar uma abordagem integrada⁵⁴, procurando melhorar o património construído e também as características sociais, culturais e económicas da área a intervir. A 27 de Outubro de 2006, com o Decreto-Lei 207/2006, foi criado o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - **IHRU**, resultado da reestruturação do antigo Instituto Nacional de Habitação – INH e contendo algumas funções de duas organizações já extintas, do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado - IGAPHE e da DGEMN.

Segundo o Relatório do *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – PNPOT* de 2006/2007, actualmente Portugal, não valoriza suficientemente o seu património sendo ainda, um dos países que menos reutiliza o edificado existente, como forma de salvar o legado urbano, e um dos que mais o destrói:

“Não obstante, a atenção pelo património cultural centra-se ainda demasiado na conservação do monumento isolado ou em conjuntos singulares de especial valor histórico e arquitectónico, não tendo os elementos de designada arquitectura merecido até à data a atenção necessária. Assim, por comparação com outros países europeus verifica-se que se encontra muito pouco difundida a prática de recuperação de imóveis, correspondendo esta a uns escassos 5% dos investimentos totais realizados no sector da habitação”⁵⁵.

A Conservação Integrada inserida num planeamento a nível urbano, não se deve limitar aos problemas dos centros históricos⁵⁶ mas incluir também, a sua relação com a cidade e periferias. Neste sentido, o PNPOT enuncia 24 problemas para o Ordenamento do Território⁵⁷, a que procura responder através de um conjunto de opções estratégicas. Neste Programa, o edificado urbano e singular, bem como a cultura, a sociedade, a economia, o ambiente, os serviços e equipamentos, o direito à informação e a atitude governativa, são alguns dos elementos que se devem interligar para um correcto desenvolvimento do Território e da sua Sustentabilidade. A cidade é

⁵⁴ - GONÇALVES, Jorge; NEVES, A. Oliveira. *Reabilitação Urbana – Oportunidades Económicas, Emprego e Competências*, Gráfica Europam, Lda., Fevereiro de 2006, Lisboa. pp.6.

⁵⁵ - Relatório do *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - PNPOT*, 2006/2007. Disponível na internet em <http://www.territorioportugal.pt/pnpot/>, pp. 83

⁵⁶ - Como dificuldades que o centro histórico enfrenta, podemos encontrar, o envelhecimento da população, a degradação do património, o abandono e os problemas funcionais como o estacionamento e inexistência de equipamentos.

⁵⁷ - Enunciando quatro problemas por seis categorias: recursos naturais e gestão de riscos; desenvolvimento urbano e rural; transportes, energias e alterações climáticas; Competitividade dos territórios; Infra-estruturas e serviços colectivos e Cultura cívica, planeamento e gestão territorial. *in PNPOT - Programa de Acção*, 2006/2007.

tida como um potencial sistema de redes⁵⁸, onde é importante contrariar a segregação espacial dos subúrbios e promover a inserção urbana das áreas críticas⁵⁹.

2.3. NOVAS TECNICAS E SABERES

As novas tecnologias de informação são fundamentais para a recolha, armazenamento e gestão dos dados associados ao património. Permitem as bases para os projectos de investigação, o apoio às entidades intervenientes na conservação e valorização, assim como, um suporte na divulgação, um aumento do conhecimento, da inovação no Património e dos valores que lhe estão associados. Os meios de comunicação em massa transmitem o conhecimento, influenciando a compreensão e a construção da realidade. As tecnologias digitais e comunicacionais, como a fotografia, a rádio, a televisão, os computadores e a internet, são uma forma de Salvar a nossa identidade, através do registo e divulgação dos elementos que se encontram em risco e não podem ser reabilitados.

2.3.1. A fotografia como um documento histórico

No Séc. XIX, algumas invenções tecnológicas permitiram divulgar o património cultural, tais como o fonógrafo, por Charles Cross e Thomas Edison, o aparelho fotográfico de Niepce, o cinematógrafo dos irmãos Lumière e o emissor de ondas de rádio de Marconi. A fotografia foi um instrumento que influenciou a protecção dos bens construídos e imateriais chamando a atenção, através do seu carácter melancólico, para a importância da memória.

A fotografia procurava captar as expressões da cultura documentando os costumes e religiões da sociedade, a forma de habitar, os monumentos e também os acontecimentos sociais e políticos. A paisagem urbana, rural e suas transformações, tal como as expedições científicas, os episódios bélicos e os retratos de estúdio, foram também alguns dos temas que estiveram na base do desenvolvimento da fotografia. Esta relatava o património construído e imaterial ou intangível,⁶⁰ de uma maneira detalhada, embora limitasse em termos visuais o contexto da realidade, caracterizando-se por uma função dupla. Se por um lado documentava a história, por outro modificava a opinião pública através do impacto da imagem. A fotografia permitiu complementar e revolucionar as linguagens existentes, como a pintura, a escultura, a literatura e a música, que se puderam libertar da representação dos detalhes do mundo e explorar mais profundamente os seus horizontes.

⁵⁸ - A rede de transportes, a rede ecológica metropolitana, a comunicação em rede ou as actividades em rede, são alguns dos sistemas enunciados no Relatório do PNPO de 2006/07, para promover a criação de cidades que se afirmam como motores de internacionalização e desenvolvimento.

⁵⁹ - Relatório do PNPO. *Ob. cit.*, pp. 107.

⁶⁰ - O Património Cultural Intangível (ou Património Cultural Imaterial) é constituído pelas expressões culturais e pelas tradições de uma determinada sociedade ou grupo de indivíduos, como p. ex: os saberes, os modos de fazer, as celebrações, as danças populares e as músicas.

Em 1851, a *Commission des Monuments Historiques*⁶¹ fundou a *Société Héliographique* que mais tarde, impulsionaria várias organizações e associações fotográficas. Com o objectivo de realizar um arquivo fotográfico público dos monumentos históricos e criar objectos de arte, para permitir aos artistas a expressão da sua identidade⁶², o governo francês promoveu uma campanha denominada de *Mission Héliographique* onde os fotógrafos Édouard Baldus, Hippolyte Bayard, Gustave Le Gray, Henry Le Secq e Auguste Mestral, foram seleccionados para documentar fotograficamente o património arquitectónico Francês. Simultaneamente o mesmo governo patrocinou campanhas fotográficas ao Médio Oriente, Ásia e à América⁶³, aumentando as possibilidades de investigação arqueológica e os conhecimentos de Belas Artes à população. A *Mission Héliographique* surge simultaneamente com o nascimento do conceito de património urbano e é uma reacção, à destruição de parte do núcleo histórico de Paris por Georges-Eugène Haussmann (1809-1891)⁶⁴, em prol da melhoria das condições de saúde, da circulação e da estética.

A necessidade de documentar em pormenor os edifícios e as ruas da “antiga Paris”, revela a consciencialização da cidade como monumento histórico, iniciada segundo Françoise Choay⁶⁵, com Ruskin desde a segunda metade do Séc. XIX, e antecipa um novo estilo documental da fotografia desenvolvido no Séc. XX. Em Portugal, Marques de Abreu destaca-se como editor e fotógrafo, tendo publicado estudos sobre os monumentos nacionais, nas revistas de Arte e Ilustração Moderna⁶⁶.

⁶¹ - Foi a primeira entidade governamental francesa fundada com o objectivo de salvaguardar e reabilitar o património arquitectónico francês.

⁶² - Esta dualidade expressa as preocupações pela preservação da memória e identidade nacional, mas revela também uma intenção de denúncia dos problemas que o património enfrentava na procura de alterar a opinião pública e favorecer a reabilitação dos monumentos.

⁶³ - A iniciativa do Estado Francês em promover álbuns fotográficos sobre zonas coloniais do seu império, revela a noção da potencialidade que a fotografia realiza na criação de uma opinião pública. Estes álbuns foram maioritariamente impressos por Blanquart-Evrard, p. ex: o álbum de Maxime Du Camp no Egipto, Auguste Salzmann em Jerusalém e Désirée Charnay no Lucatão (México). in PLASENCIA, Clara. *Guia da Exposição: Arquivo Universal – a condição do documento e a utopia fotográfica moderna*. Editores Museu de Arte Contemporânea de Barcelona, Espanha, 2008. Fundação de Arte Moderna e Contemporânea – Coleção Berardo 2009, pp.57.

⁶⁴ - A reforma urbana, determinada por Napoleão decorreu entre cerca de 1851 e 1870 e caracterizou-se por um conjunto de transformações urbanas em Paris de acordo com o novo conceito de Urbanismo. Ruas largas, edifícios grandiosos, preservação dos monumentos e seu isolamento, melhoria das utilidades e dos transportes, eram alguns dos objectivos deste plano urbanístico.

⁶⁵ - CHOAY, Françoise, *Ob. cit.*, pp. 158.

⁶⁶ - TOMÉ, Miguel. *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP – Faculdade do Porto, Publicações 2002, pp. 25.



Fig.2.1. Foto de Charles Marville, *Construção na Avenida de L'Opera*, próxima da passagem de Molière, Paris, 1877. in Arquivo Universal – a condição do documento e a utopia fotográfica moderna, 2009.

2.3.2. Os meios de comunicação em massa

O desenvolvimento da indústria gráfica aliado à fotografia iniciou um novo processo de conhecimento sobre os factos políticos, sociais, culturais e as descobertas científicas. No entanto, após a II Guerra Mundial, o desenvolvimento das tecnologias de comunicação transformaram a cultura numa escala mais alargada. O rádio, e mais tarde a televisão em 1960, vão corresponder a meios de comunicação de massa, por permitirem registar e produzir imagens, som e vídeo, de uma maneira mais acessível à grande maioria das pessoas. O seu desenvolvimento relaciona-se com a evolução da política, da sociedade e da economia. Os *Media*⁶⁷ influenciam a opinião pública e de certo modo, estabelecendo comportamentos, costumes, modas e divulgando ideologias. Paralelamente, os meios de comunicação revelaram-se como instrumentos que permitiram transpor barreiras linguísticas e reduzir distâncias entre culturas e sociedades, aproximando-as. Marshall McLuhan (1911-1980) defende que estes são uma extensão do homem e relaciona-os com o conceito de *Aldeia Global*⁶⁸. No

⁶⁷ - O conceito dos *Media* remete-nos ao conjunto das várias empresas de comunicação social, como são exemplo as emissoras de rádio e televisão, os portais de internet, o cinema, os jornais e revistas. Aqui a comunicação pode apresentar diferentes ramos como o jornalismo informativo, o entretenimento e a publicidade.

⁶⁸ - Segundo McLuhan a *Aldeia Global* é um acontecimento caracterizado pelo desaparecimento do tempo e do espaço. O autor defendeu que os meios tecnológicos, como os computadores e telecomunicações, têm uma dimensão multisensorial colocando-nos novamente em contacto com as emoções tribais. Estes permitem que em diversas partes do mundo, as pessoas possam comunicar

domínio da conservação, os meios de comunicação em massa são um instrumento que por divulgarem a informação, facilitam a tomada de consciência da importante relação entre cultura e a sociedade a que pertencem, contribuindo para alargar o conceito de património.

Em Portugal, durante o Estado Novo os meios de comunicação eram instrumentos que divulgavam as ideologias do regime, como foi por exemplo a Rádio Renascença, na década de 30 e a estação televisiva da RTP, nos anos 50, que pertenciam ao Estado e à igreja. No final da década de 40, confronta-se uma situação paradoxal de pós guerra, se por um lado, existia uma arquitectura nacionalista que utilizava temas do regime, por outro, havia uma tentativa de acompanhar o movimento moderno influenciado por Le Corbusier. Os arquitectos que trabalhavam com os monumentos nacionais levantavam algumas questões relacionadas com os procedimentos da sua prática e com as premissas teóricas existentes, numa tentativa de acompanhar as novas cartas de Restauo.

O filme de António Lopes Ribeiro, “*A grandiosa obra de salvação dos monumentos nacionais*” é uma importante referência para a avaliação da acção do estado⁶⁹. Nos anos 50, os meios de comunicação levaram a um alargamento dos conceitos ligados ao património e à modificação da noção de monumento, nomeadamente com a divulgação da arquitectura popular e de algumas paisagens. Na década de 60, observou-se uma maior influência internacional e um aumento dos assuntos em debate, traduzidos na reabilitação com intervenções de equipas multidisciplinares e uma redução do *Restauo Estilístico*, comparativamente ao existente nos anos 40.

Com o 25 de Abril de 1974, a imprensa foi nacionalizada e na década de 90, surgem novos canais de comunicação independentes. Com o aparecimento, em 1994, da televisão por cabo e satélite, os diversos canais nacionais e estrangeiros permitiram ao telespectador um aumento da possibilidade de escolha da informação à escala mundial. Os meios de comunicação passaram a influenciar os órgãos de decisão, dado que as populações ao acederem à informação de uma forma acelerada, dificultam a existência de um único poder central. No entanto, a força audiovisual das mensagens, a sequência de raciocínio, a omissão de informação e a falta de participação do espectador, pode revelar perigos de manipulação da informação e a falta de reflexão independente.

2.3.3. A digitalização da informação

A digitalização permite a visualização do documento original segundo diferentes meios tecnológicos. Marco Dantas (1999) defende que a informação assim é tratada como

como se vivessem numa aldeia. in MCLUHAN, Marshall. *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*. 11ª ed. São Paulo: Cultrix, 2001, pp. 17.

⁶⁹ - TOMÉ, Miguel. *Ob. cit.*, pp.125.

uma cadeia de sinais binários codificados⁷⁰ e comunicados através de canais ou conjuntos de tecnologias. O autor refere ainda, que a digitalização da informação é “*a base técnica sobre a qual evoluirá o capitalismo*”, reestruturando a forma de trabalhar, o mercado financeiro, o marketing, os meios de comunicação, o ensino e as actividades ligadas à cultura, o que contribuiu para a alteração da noção de tempo e de produção. Os computadores depois da II Grande Guerra tornaram-se instrumentos menos dispendiosos, estes eram inicialmente disponíveis para as grandes e as médias empresas, até que se transformaram em artigos de consumo para o uso da população em geral, servindo as mais variadas actividades económicas, lúdicas e didácticas. Simultaneamente, com a necessidade de troca de informação entre os computadores, surgiram as redes de comunicação de dados, também designadas por teia ou rede de computadores. Estas encontram-se em constante evolução, das ligações entre poucos computadores de grande porte e pequenas redes locais, até a uma rede mundial – a Internet⁷¹ nos anos 90. As redes digitais caracterizam-se pela transferência de informação entre máquinas, de uma maneira fácil e acessível economicamente à grande maioria da população dos países desenvolvidos. Este facto que possibilitou a colaboração e interacção entre zonas geograficamente distantes, marcou a produção actual e a economia global. Estes dois acontecimentos reduziram os intervalos de tempo e custos da comunicação, disseminaram culturas, através da cópia, produção e partilha de réplicas semelhantes ao original e impuseram novos paradigmas sociais. Se por um lado o direito a informação é um factor determinante na evolução de uma sociedade e da sua economia, por outro está relacionada com os direitos de autor.

A possibilidade de armazenamento da informação, da sua transformação e das oportunidades de recriar, de testar os objectos virtualmente e a capacidade de comunicar os dados recolhidos de uma forma rápida, revolucionou a maneira de conservar o património. Associada à inventariação da informação e à sua transformação em conhecimento, encontra-se uma análise segundo valores simbólicos, que se relacionam com a cultura que lhe está associada. Desta forma, a inventariação e documentação devem ser processos interdisciplinares.

“ (...) aumentada a capacidade de gestão de enormes quantidades de informação, a interoperacionalidade entre diferentes aplicações informáticas e a obtenção de relações múltiplas de dados a que as bases de dados dão acesso, vão proporcionar aos técnicos a oportunidade de fundamentarem as intervenções em conhecimentos precisos e

⁷⁰ - Como sinais binários codificados, podemos ter o nível sonoro, o icónico, os verbo-linguais e o lógico-matemático.

⁷¹ - A Internet é um conjunto de redes e relaciona-se com o protocolo de comunicação *Transmission Control Protocol/ Internet Protocol* - TCP/IP desenvolvido para o instituto governamental *Advanced Research Project Agency* - ARPA, com o objectivo de ligar redes de comunicação de características diferentes. Para que isso fosse possível, o Protocolo estabeleceu um conjunto de regras que possibilitam uma transferência de informação, cópia e estruturação de dados que permitem manter uma compatibilidade entre os computadores conectados num conjunto de redes públicas e privadas, de diversas zonas do mundo, mas vistas como uma única rede. Os dados assumem diversas formas como texto, fotografia, música, vídeo ou outros elementos digitalizados e as suas principais aplicações são o correio electrónico (e-mail), os newsgroups (grupos de discussão), o acesso remoto (telnet, rlogin), a captura de informação (ftp, gopher, www) e o IRC (chat).

documentarem de forma sistemática, as alterações realizadas nos imóveis ao longo do tempo” (Margarida Alçada).

A nível económico, o tipo de trabalho e o processo produtivo, traduziram as transformações do capital resultantes da evolução das tecnologias, dos meios de comunicação e da divulgação do conhecimento. O tempo que as empresas necessitavam para trabalhar a informação e para reproduzirem materialmente o modelo do produto, era consideravelmente maior do que o actual onde o auxílio da tecnologia permite disponibilizar o tempo para o desenvolvimento de novas ideias. O tratamento, registo, gestão e comunicação da informação é efectuado num suporte físico computacional, o que reduziu a objectivação e concretização do trabalho informativo, anteriormente dependente de instrumentos rudimentares, sujeitos a difíceis e morosos processos de reprodução.

A redução do tempo de circulação da informação permitiu diminuir as despesas associadas à comunicação e ao conhecimento. O valor da informação relaciona-se por sua vez, com o tempo de acesso ao conteúdo da mensagem e às decisões a tomar. Actualmente o conceito de digitalização, manifestado em projectos como *Global Information Infra-Structure - GII*⁷², evolui segundo estratégias em que programas dispendiosos de reestruturação das infra-estruturas de comunicação condicionam a economia e a competitividade dos países.

2.4. BIBLIOGRAFIA DO CAP. 2 - O LEGADO DAS IDEIAS

2.4.1. Publicações

- [2.1] AA.VV. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa*, Vol. II, Ed. Verbo, 2001, pp.2957.
- [2.2] AA.VV. *Caminhos do Património. DGEMN (1929-1999)*. Lisboa, DGEMN e Livros Horizonte, 1999.
- [2.3] AA.VV. PNPOT - Relatório de 2006/07.
- [2.4] ALARCÃO, Catarina. *Prevenir para preservar o património museológico*. s.d., disponível na internet em <http://mnmachadodecastro.imc-ip.pt>
- [2.5] AMARAL, Ilídio, Artigo: *Acerca de “Paisagem” – Apontamentos para um debate*, Finisterra, XXXVI, 72, 2001, pp. 75-81.
- [2.6] ANTT, Casa de Fronteira. *Inventário por Morte da Primeira Marquesa de Fronteira*, (1673(8?) Ms. 241, J-IX-14.
- [2.7] ADORNO W. T e HORKHEIMER, M. A. *Indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*. in *Dialéctica do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

⁷² - “The global information infrastructure (GII) is the developing communications framework intended to eventually connect all telecommunications and computer networks world-wide. Sometimes called a network of networks, the GII would eventually make all electronically stored or transmitted information accessible from anywhere on the planet”.
in http://searchcio.techtarget.com/sDefinition/0,,sid182_gci913102,00.html

- [2.8] AGUIAR, José. *I Congresso da Ordem dos Arquitectos, Évora, 2000 - Memória, Cidade e Projecto - Questões e paradoxos na conservação do património arquitectónico e urbano.*
- [2.9] AGUIAR, José, *Côr e cidade histórica: Estudos Cromáticos e Conservação do Património.* Porto: FAUP, 2002.
- [2.10] AGUIAR, José: ICOMOS – *Portugal Património Paisagístico: Os Caminhos da Transversalidade.* APAP 2007. Disponível na internet em <http://icomos.fa.utl.pt/index.html>
- [2.11] AGUIAR, José; PAIVA, José Vasconcelos e PINHO, Ana. *Guia Técnico de Reabilitação Habitacional*, Vol. I, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa 2006.
- [2.12] BOLANO, César. *Indústria Cultural, Informação e Capitalismo.* in *Revista de Economia Política*, vol.21, nº3 (84), Julho, Setembro de 2001.
- [2.13] BRANDI, Cesare, *Teoria do Restauo.* Amadora: Edições Orion, 2006.
- [2.14] CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*, Lisboa: Edições 70, 2006.
- [2.15] CONSIGLIERI, Victor: *As Significações da Arquitectura, 1920-1990*, Editorial Estampa, Lisboa, 2000.
- [2.16] GONÇALVES, Jorge; NEVES, A. Oliveira. *Reabilitação Urbana – Oportunidades Económicas, Emprego e Competências*”, Gráfica Europam, Lda., Fevereiro de 2006, Lisboa.
- [2.17] HÉLENE, Mare. Article *Le déplacement du mobilier conventuel de 1790 à 1793: Aux sources de la conscience patrimoniale dans les Pyrénées-Orientales*, *Université Toulouse-Le Mirail*. Disponível na internet em www.univ-perp.fr
- [2.18] *Infopédia e Dicionários.* Porto Editora, 2003-2009. Disponível na internet em <http://www.infopedia.pt>
- [2.19] JOKILEHTO, J. A. *history of architectural conservation, The contribution of English, French, German and Italian thought towards an international approach to the conservation of cultural property.* Dissertação de doutoramento, York, The University of York, 1986.
- [2.20] JUSTICIA, M. *Antologia de textos sobre restauración*, Jaén, ed. Universidade de Jaén, 1996
- [2.21] KEA, European Affairs - *The Economy of Culture in Europe – Study prepared for the European Commission (Directorate-General for Education and Culture)*, Outubro 2006.
- [2.22] LEYSER, Maria de Fátima Vaqueiro Ramalho. *Direito à Liberdade de Imprensa.* São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.
- [2.23] LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel, Brito. *Património arquitectónico e arqueológico – Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais.* Livros Horizonte, 2004, Lisboa. B.N.L., cota 24427 B. A.
- [2.24] MAIA, Maria Helena. *Património e Restauo em Portugal (1825-1880).* Lisboa, Edições Colibri – IHA/Estudos de Arte Contemporânea, FCH – Universidade Nova de Lisboa, Fevereiro de 2007
- [2.25] MCLUHAN, Marshall. *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem.* 11º ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
- [2.26] MOURÃO-FERREIRA, David. *Alexandre Herculano e a Valorização do Património cultural português.* Edição da Secretaria – Geral de Estado da Cultura, 1977, Lisboa. B.N.L., cota 31576 H.G.
- [2.27] NUNES, Mário. *Legislação e acção para defesa e valorização do património cultural.* in *Revista de Divulgação Cultural*, nº16, 2001. B.N.L., cota B.A. 26715 V.
- [2.28] PLASENCIA, Clara. *Guia da Exposição: Arquivo Universal – a condição do documento e a utopia fotográfica moderna.* Editores Museu de Arte Contemporânea de Barcelona, Espanha, 2008/ Fundação de Arte Moderna e Contemporânea – Colecção Berardo 2009, pp.57.

- [2.29] RODRIGUES, Miguel Areosa. *A Classificação do Património Edificado*. in SILVA, António Manuel (coord). *Cartas Arqueológicas: Do Inventário à Salvaguarda e Valorização do Património*. Actas das Jornadas realizadas em Arouca em 2004. Arouca: Câmara Municipal, 2005, pp. 51-60. B.N.L. cota H.G. 55000 V.
- [2.30] RUSKIN, John. *The seven lamps of architecture*, George Allen, Kent, 1880 (Dover Publications, Nova York, 1989)
- [2.31] SOLENIT, B. Fressato. *A Teoria Dialéctica de Adorno – Possibilidades e limites do Conceito de “Indústria Cultural”*. Terceiro Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador da Baía, Brasil, 2007.
- [2.32] TOMÉ, Miguel. *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP – Faculdade de Arquitectura do Porto - publicações, 2002.
- [2.33] UMBERTO, Baldini. *Teoria del restauro e unità di metodologia*. 4ª ed., Vol. II e Vol. II., Nardine Editore, 1988, Firenze. B.N.L., cota B.A. 1783, e B.A.1784.

2.4.2. Cartas e Convenções

- [4.C.1] *Carta de Restauro, 1972*. in BRANDI, Cesare, *Teoria do Restauro*. Amadora: Edições Orion, 2006, Anexo 1, pp.157-179.
- [4.C.2] Conselho Europeu dos Urbanistas (CEU-ECTP) . *Nova Carta de Atenas 2003 / A Visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do Séc. XXI*. Atenas, 20 de Novembro de 2003.
- [4.C.3] Conselho da Europa. *Carta Europeia do Património Arquitectónico*, Estrasburgo (Amesterdão), 1975.
- [4.C.4] ICOMOS. *Carta de Atenas para a Recuperação dos Monumentos Históricos*. Adoptada no Primeiro Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Atenas, 1933. in http://www.icomos.org/athens_charter.html
- [4.C.5] ICOMOS. *Carta de Burra*, Austrália, 1980.
- [4.C.6] ICOMOS. *Carta de Veneza – Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e dos Sítios*, 1964.
- [4.C.7] ICOMOS, Comissão Nacional Portuguesa. *Estatutos ICOMOS – Portugal*. 1983, Lisboa.
- [4.C.8] ICOMOS, UNESCO. *Carta Internacional para a Conservação das cidades históricas – Carta de Toledo*. Espanha, Toledo, 1986.
- [4.C.9] ICOMOS, UNESCO. *Carta de Florença*, 1981.
- [4.C.10] ICOMOS, UNESCO. *Carta de Washington - Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas*. 1987
- [4.C.11] Plano Tecnológico, Documento de Trabalho nº8 - Indústrias Criativas. Unidade de Coordenação do Plano Tecnológico.
- [4.C.12] *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) - Programa de Acção*, 2007. Disponível na internet em <http://www.territorioportugal.pt/pnpot/>
- [4.C.13] SECONDO CONGRESSO INTERNAZIONALE DEGLI ARCHITETTI E TECNICI DEI MONUMENTI, *Carta internazionale sulla conservazione e il restauro di monumenti e insiemi architettonici: Carta di Venezia*. Venezia 1964. in http://www.unrestauro.it/carte_leggi/veneziah.htm
- [4.C.14] Sociedade das Nações. *Carta de Atenas do Restauro*, 1931.
- [4.C.15] *Recomendação sobre a Salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea*, UNESCO, Nairobi (Quénia), 1976. in <http://194.65.130.238/media/uploads/cc/salvaguardaconjuntoshistoricos1976.pdf>

- [4.C.16] U.E. *Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis*. Adoptada na reunião informal dos Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Urbano e Coesão Territorial, Leipzig, 24 e 25 de Maio de 2007.
- [4.C.17] Unesco. *Carta de Cracóvia – Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído*, Polónia, 2000.

2.4.3. Internet

- [2.i.1] *Europa – Sínteses da legislação da UE – Glossário*
http://europa.eu/scadplus/glossary/subsidiarity_pt.htm
- [2.i.2] *SearchCIO.com Definitions - Global information infrastructure*
http://searchcio.techtarget.com/sDefinition/0,,sid182_gci913102,00.html
- [2.i.3] *Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Divisão de Sensoriamento Remoto*
<http://www.dsr.inpe.br/selper/image/caderno2/cad6.htm>
- [2.i.4] *United Nations Educational, Scientific and Cultural Civilization - World Heritage*
<http://whc.unesco.org/en/list>
- [2.i.5] *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*
<http://www.iccrom.org>
- [2.i.6] *International Council on Monuments and Sites – Documentation Centre*
<http://www.icomos.org>
- [2.i.7] *Council of Europe – Culture, heritage and nature*
<http://www.culture.coe.int>
- [2.i.8] *Lunar Embassy Website*
<http://www.lunarembassy.com/>
- [2.i.9] *NASA Orbital Debris Program Office*
<http://www.orbitaldebris.jsc.nasa.gov>
- [2.i.10] *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*
<http://www.territoriportugal.pt/pnpot/>
- [2.i.11] *Laboratorio di restauro architettonico dell' Università G. D'Annunzio*
<http://www.unrestauro.it>
- [2.i.12] *Portal Vitruvius – Documentos sobre Património Histórico*
<http://www.vitruvius.com.br/documento/patrimonio>

3. A QUINTA DE RECREIO DOS MARQUESES DE FRONTEIRA E ALORNA

3.1. A HERANÇA HISTÓRICA

3.1.1 - Primeiro momento - início de uma metamorfose

A Restauração da Independência Nacional, em 1640, e a paz com Espanha celebrada em 1668, interrompeu um ciclo de cerca de 30 anos de batalhas. O posterior aumento das actividades governativas e fulgor da aristocracia portuguesa com as primeiras remessas de ouro com origem no Brasil (1699), após 60 anos de ocupação pela dinastia filipina, caracterizam o contexto histórico da construção do Palácio Fronteira e respectivos jardins. Foi uma época de rupturas que, sendo inicialmente políticas, se alargaram ao domínio estético e ao domínio artístico.

O primeiro documento que se conhece que refere o Palácio Fronteira foi o relatório escrito pelo Conde Lorenzo Magalotti que decorreu da viagem de Cosme de Medicis, Grão Duque da Toscana, a Portugal em 1669⁷³. Segundo a Prof.^a Marieta Dá-Mesquita, a edificação do Palácio ocorreu entre 1666 e 1672 a cargo de D. João de Mascarenhas, Cavaleiro da Corte e Marechal-de-Campo do Exército Português, tendo sido inaugurado ente 1671-72⁷⁴. O *Inventário de Partilhas*, realizado em 1673 após o falecimento da marquesa D. Madalena de Castro I^a Marquesa de Fronteira, indica-nos que a propriedade onde se localiza o monumento era constituída por várias parcelas, possivelmente com origens diferentes⁷⁵. Refere-nos ainda que o monumento e os jardins já continham grande parte da decoração. O inventário de 1678, realizado por Alexis Collotes de Jantillet, *Horae Subsecrivae*, é também um testemunho importante.

A cultura do academismo da sociedade da época da Restauração da Independência Nacional, condicionou a linguagem da arquitectura civil e religiosa no período de 1650 a 1700, com destaque para a ligação de inúmeros aristocratas com a arquitectura e engenharia militar, fruto da circunstância da Guerra. O casamento entre Catarina de Bragança e Carlos II de Inglaterra abriu as ligações entre Portugal e alguns países europeus. O título de Primeiro Marquês de Fronteira foi atribuído em 1679 a D. João de Mascarenhas (1632-1681), conde da Torre e de Conculim, pelo Rei D. João IV, como reconhecimento da sua coragem, lealdade e capacidade de liderança, nas batalhas pela independência de Portugal.

A escolha do local de implantação do Palácio dos Marqueses de Fronteira e Alorna coincidiu com uma propriedade próxima do Convento dos Dominicanos em Benfica⁷⁶. Segundo Cassiano Neves (1995), os vestígios históricos de pertença deste terreno, conhecidos como Morgado Novo, datam de 1339. A orientação do complexo arquitectónico seguiu os critérios ideais de exposição solar, dos ventos, de fertilidade do solo e da proximidade da água na Serra de Monsanto. <<SW33333+’

⁷³ - Ver Anexo 3.

⁷⁴ - NEVES, J. Cassiano. - *Jardim e Palácio dos Marqueses de Fronteira*, 2^o ed., Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1954, pp.26.

⁷⁵ - “ (...) *pode concluir-se que a ligação dos Mascarenhas a Benfica remonta, pelo menos, ao século XVI. Ao domínio original, cuja exacta identificação não foi até agora possível, foram acrescentados, a partir da segunda metade do século XVII, outras propriedades que vieram a constituir, nos finais do século XVIII, os complexos cujo núcleo principal ainda hoje subsiste (...)*”. DÁ-MESQUITA, Marieta. *Ob. cit.*, pp. 493.

⁷⁶ - Segundo Cristina Castel-Branco (2008, pp.102), o eixo central do Palácio coincide com a cúpula do Convento de São Domingos de Benfica, sendo um “ *sinal de devoção religiosa da Família Mascarenhas*”. O Convento de S. Domingos de Benfica localiza-se num terreno onde se situava o Palácio Paço de Benfica. Foi oferecido pelo rei D. João I, a pedido de João das Regras, aos Dominicanos em 1399. Em 1834 pela extinção das ordens religiosas, a actividade de culto religioso no convento foi cessada, sendo ainda praticada na Igreja de S. Domingos de Benfica. No convento estão sepultados alguns membros da Família Mascarenhas e de importantes figuras portuguesas. *in* NEVES, J. Cassiano. - *Jardim e Palácio dos Marqueses de Fronteira*, 2^o ed., Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1954, pp. 9.

D. João de Mascarenhas lançou a primeira opção de projecto conhecida. Esta apresenta influências classicistas na escolha do modelo do edifício, no desenho dos jardins e nos respectivos sistemas hidráulicos⁷⁷. Castel-Branco (2008) defende que o actual edifício do Palácio é composto por quatro elementos de períodos históricos diferentes: (i) a capela; (ii) o Pavilhão de Caça; (iii) o Terraço que estabelece a união entre o Pavilhão e a Capela; e, (iv) a Ala Ocidental do Séc. XVIII.

A capela do Palácio é o primeiro elemento a ser construído - a inscrição na entrada "*Dicatum Charitati Coeli – Januae MDLXXXII*", data-a de 1584, mas uma descrição de Collotes de Jantillet define-a como uma capela ou ermida preexistente ao Palácio⁷⁸. A Prof.^a Marieta Dá-Mesquita defende que um Torreão localizado a SW, poderia ser um elemento existente no corpo central do Palácio, alterado posteriormente com a construção da Galeria das Artes⁷⁹. No Palácio alguns dos elementos que apresentam uma linguagem do Renascimento do Norte de Itália são, uma planta em "U"⁸⁰ com dois pisos, sendo o piso térreo destinado a zonas de serviço e o primeiro piso com espaços de representação, as torres nos cantos, as fachadas com três arcos de volta perfeita, bem como, a repetição das formas⁸¹. Contém ainda, algumas semelhanças com os desenhos do livro de Serlio. Nos espaços interiores do monumento, a concepção clássica é apresentada num ambiente feito à medida do homem.

A primeira fase de construção é caracterizada por um estilo Maneirista, possivelmente com influências nos trabalhos do arquitecto italiano Sebastiano Serlio (1475-1554), nomeadamente nas plantas com torres nos ângulos, evocando edifícios fortificados, ou nos desenhos de *Villae*, de Galeazzo Alessi (1512-1572), divulgados por P. Rubens (1577-1640).

As **fachadas** do Palácio Fronteira, particularmente com o uso de colunas dóricas, no piso inferior e jónicas, no piso superior, alternadas por três arcos de volta perfeita, apresentam algumas semelhanças com os palácios na *Villa Sauli*, Genova de Galeazzo Alessi, como é o caso da fachada da *Villa Cambiaso* (1548). A fachada

⁷⁷ - DÁ-MESQUITA, Marieta. *Palácio Fronteira: um percurso arquitectónico*. in *Revista Monumentos*, nº7, DGEM, Lisboa, 1997, pp.9.

⁷⁸ - JANTILLET, Collotes de. *Horae subsecrivaee, Ulyssipone*, ex Typographia Joannis a Costa, 1679.

⁷⁹ - DÁ-MESQUITA, Marieta. *Ob cit.*, 1992. Vol. I, pp.505.

⁸⁰ - "(...) a planta em U é muito timidamente ensaiada, com os corpos laterais pouco salientes em relação ao corpo central, mas sem por isso restar dúvidas sobre a solução procurada. O exemplo mais notável é o Palácio dos Marqueses de Fronteira, em Benfica, cuja construção foi iniciada em 1669 e que se encontrava terminada poucos anos depois. Aí, o corpo principal da casa, cuja fachada apresenta uma triplíce arcada, é apenas ligeiramente recuado, mas o esquema em U é, mesmo assim evidente. A inspiração italianizante de todo este corpo fora já observada por Vilhena Barbosa no século passado, e poderemos mesmo afirmar que a fachada, com a sua arcada de colunas dóricas – repetidas no andar superior -, se inspira directamente num desenho de Serlio, o que constitui prova importante da popularidade daquele grande tratadista em Portugal". in AZEVEDO, Carlos. *Solares Portugueses*, Livros Horizonte, Lisboa, 1988, pp. 62. B.N.L., cota. 10608. O autor refere ainda, como outros exemplos de construções com plantas em U que surgem em Portugal no séc. XVII, a Casa de Vale de Flores (Braga), o Palácio Galveias (Lisboa), a Casa de Calhariz (Arrábida), Casa dos Duques de Aveiro (Azeitão), Casa dos Figueiredos (Condeixa-a-Nova), Casa de Pascoais (Amarante) e a Casa de Covas (Ponte-de-Lima).

⁸¹ - KUBLER, George. *A Arquitectura Portuguesa Chã – Entre as Especiarias e os Diamantes, 1521-1706*, ed. Vega, 1991, pp.169. B.N.L., Cota B.A. 10677 V.

Nascente é a única cujos arcos laterais não integram uma Serliana perfeita, dado não dispor de vãos colaterais⁸². A Prof.^a Marieta Dá-Mesquita (1992) refere as influências teóricas e práticas que Leon Battista Alberti (1404-1472) sobre o conceito de *Villa*, Sebastiano Serlio, com publicações, no *Livro VI*, de residências suburbanas e ainda de Andrea Palladio (1508-1580) poderão ter tido no projecto do edifício.

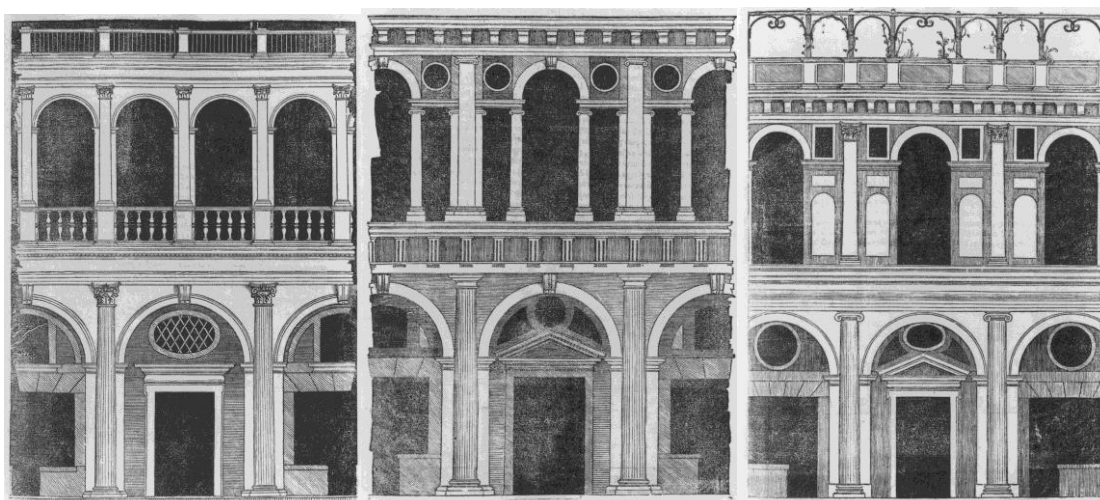


Fig.3.1. Gravuras em madeira de Sebastiano Serlio – *Quarto Libro di Architectura*⁸³.



Fig.3.2 Capela e Galeria das Artes. Foto da Autora (2007).

⁸² - DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, pp. 304.

⁸³ - BASTOS, J. N. *A Portuguese Heritage Project – The Restoration of the Palácio Fronteira*. 1º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza, 12º Congr. da Assoc. Port. para o Desenvolvimento Regional, *Theme: Recreating and Improving Territorie.*, Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo, Junho 2007.

Um possível arquitecto ou autor do risco⁸⁴, que desenvolveu o projecto do Palácio poderá ter sido João Nunes Tinoco (1610-1689)⁸⁵, cujos projectos revelam uma influência do estilo da Escola Italiana e que representou, um importante contributo para a arquitectura portuguesa dos séculos XVII e XVIII. A origem das formas do edifício e dos seus jardins foi um pavilhão de caça, sendo a sua função principal o repouso e a realização de actividades lúdicas, numa habitação longe da metrópole de Lisboa - ideia de *Villa*⁸⁶ e *Quinta de Recreio*⁸⁷.

3.1.2. - Segundo momento - o Séc. XVIII

O Terramoto de 1755, deixou Lisboa parcialmente destruída e o Palácio dos Marqueses de Fronteira na baixa de Lisboa (Rua das Chagas)⁸⁸, contava-se entre os inúmeros edifícios que ruíram. A construção sobre basalto fez com que o Palácio em Benfica resistisse melhor ao Terramoto, tendo um comportamento diferente da grande cidade de Lisboa, construída maioritariamente sobre zonas calcárias e depósitos de argilas. Como consequência, o Marquês D. Fernando, viu-se forçado a fazer da Quinta de Benfica, a sua residência permanente, o que implicou, adaptações e a realização de obras de melhoramentos. Com D. José Luís Mascarenhas (1721-1799), Vº Marques de Fronteira, foram realizadas inúmeras intervenções e acrescentada uma nova ala rectangular em 1776, do lado poente, o que, juntamente com um gradeamento e com dois torreões de pequenas dimensões, adicionou um novo Pátio

⁸⁴ - O autor de risco designa o mestre que trabalhava na Sala de Risco. Este era um espaço onde se projectava o edifício e onde se definiam regras e procedimentos de construção próprias, através de desenhos feitos sobre diversos suportes como é exemplo, a pedra de traçaria do Convento de S. Francisco de Santarém.

⁸⁵ CASTEL-BRANCO, Cristine, *Fronteira. An Analysis and Restoration Proposal for a Seventeenth Century Garden*, unpublished Master of Landscape Architecture Thesis, The University of Massachusetts at Amherst, Amherst, MA, USA, May 1989. 51-117. Segundo a autora, a hipótese que Ramalho Ortigão apresentava sobre a autoria de um arquitecto Italiano (nome desconhecido), não era coerente dado que tal acontecimento não foi citado no relatório de Cosme de Médici, escrito por Magalotti, assim como pela escolha do uso de azulejos e de uma linguagem Maneirista, quando em Itália já se utilizava a Barroca. DÁ-MESQUITA, Marieta (1994, pp. 506-507) refere-nos ainda, que Francisco de Holanda (Lisboa, c. 1517 - Lisboa, 1585) é sugerido pelo arquitecto Jorge Segurado (pp. 506-507) e que João Antunes poderá ter sido o arquitecto que sucedeu a Francisco da Silva Tinoco (pp. 533).

⁸⁶ - "A Villa é uma casa de campo projectada para o bem estar e recreio do seu encomendador. Podendo ser o centro de uma empresa agrícola, o factor de lazer é o que distingue a Villa da casa de campo e a quinta de recreio da propriedade agrícola. (...) o florescimento das Villae associou-se historicamente ao desenvolvimento urbano (...) o fundamento da ideologia da Villae é a idealização da vida campestre e das suas virtudes, em contraponto com a vida urbana e os seus vícios". DÁ-MESQUITA, Marieta *Ob. cit.*, pp. 99.

⁸⁷ - "Chama-se quinta de recreio à propriedade rústica que, independentemente da dimensão, inclui terrenos de cultivo, hortas e pomares, edifícios de apoio à exploração agrícola e pecuária, habitações de trabalhadores rurais e, junto à residência do proprietário, zonas de lazer, designadamente jardins, pavilhões, fontes, lagos, pombais e matas, variando em função do estatuto social dos moradores. (...) é quase sempre uma residência secundária de uma Família possuidora de casa ou palácio em Lisboa (...) As mais próximas tinham como função constituir espaços alternativos à cidade, logo lugares de repouso e ócio" (DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, pp. 231-233).

⁸⁸ - ORTIGÃO, Ramalho. *Palácio Fronteira em Bemfica. in AAVV. A arte e a natureza em Portugal: álbum de fotografias com descrições, clichés originaes, cópias em phototypia, monumentos, obras d'arte, costumes e paisagem*. Vol. IV., Emilio Biel & C.^a Editores, 1902-1908, Porto. B.N.L., microfilme cota F. 1721.

aberto de ligação ao exterior ao edifício existente. Este novo corpo tinha agora três pisos, sendo um dos seus espaços, a Sala de Aparato, com duplo pé direito.

Paralelamente às novas adições e suas ligações com os espaços existentes, algumas salas foram decoradas em estilo rococó, tendo sido iniciado este tipo de alteração na capela. Esta decoração contrasta com a fachada nascente e poente da ala noroeste, onde predomina a simplicidade numa forma rectangular com vãos dispostos segundo um ritmo racional. O estilo barroco muda o carácter artístico preexistente do palácio e manifesta-se principalmente nas ornamentações. Um novo momento de metamorfose dá-se ainda com a importância do Romantismo, expressa nos motivos pictóricos presentes nos tectos e paredes do interior do Palácio. A fachada Norte desta ala merece ser destacada - com uma varanda, três janelas de sacada (no piso superior) e uma janela protegida por grades, no piso térreo, ela apresenta uma escolha erudita do programa e uma decoração com grande nível de detalhe.

As nações⁸⁹ da Europa nos finais do Séc. XVI, tinham fronteiras territoriais bem definidas e um sistema governativo monárquico e absolutista, como é o caso de Portugal, Espanha, Holanda, Suécia, Dinamarca e Inglaterra. O conceito de nação como Estado desenvolve-se entre os finais do Séc. XVII ao Séc. XIX, num contexto caracterizado pelo iluminismo e simultaneamente pelas revoluções, tais como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. A utilização de temas nacionalistas é visível na decoração do Palácio, através da representação da luta pela Restauração da Independência Nacional nos oito Painéis azulejos da Sala das Batalhas, da inscrição sobre os *Lusíadas* na Sala de Aparato e da pintura sobre a batalha luso-holandesa na Sala dos Painéis.

A história pela independência de Portugal, durante as invasões de Napoleão⁹⁰, relaciona-se ainda com o Palácio Fronteira quando, entre 1808 e 1810, se observa a alteração das funções dos espaços e a sua adaptação a quartel-general do comandante das tropas inglesas, Arthur Colley Wellesley, I Duque de Wellington (1769-1852). Pelas reuniões políticas que se organizavam no edifício e os inimigos

⁸⁹ - A nação é, para o historiador espanhol Jose Antonio Maravall, "(...) a *forma de comunidade correspondente ao Estado moderno (séculos XV-XVII)*". Para o autor a noção de pátria ou de nação tem que ver com o território e sua população, isto é, com os valores, normas e políticas, bem como com a língua e os factores económicos. Defende também que "*o aparecimento de um estado de consciência comum a quantos se sentem vinculados por uma relação de co-pertença a um grupo nacional, não significa a sua generalização a todos*". in SOBRAL, José Manuel. *A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português*, em *Análise Social*, vol. XXXVII (165), 2003, pp. 1093-1126.

⁹⁰ - Em 1807 as tropas francesas entraram em Espanha iniciando a *Guerra Peninsular* ou *Guerra da Independência*, designações do período desde a entrada do exército napoleónico em Lisboa até à sua expulsão. Este conflito envolveu Portugal, Espanha, França e Inglaterra (aliada). Em 1808 dá-se a primeira invasão francesa em Portugal e em 1809 deu-se a segunda e o fim da *Batalha de Corunha*, com o auxílio das tropas inglesas. Em 1810 dá-se a *Batalha do Buçaco* pela terceira invasão e em 1813, com a *Batalha da Vitória* seguida da *Batalha dos Pirenéus* estão reunidas as condições essenciais para o fim da Guerra Peninsular no ano que se seguiu.

que delas resultavam, entre 1848 e 1853, o monumento esteve perante o risco de ser destruído e incendiado pela população⁹¹.

“ (...) e o duque na minha casa, acampado o exercito inglês ao norte e ao sul da estrada de Mafra, na vizinhança d’aquelles quartéis generaes. A minha casa de Bemfica tornou-se um verdadeiro quartel general com as sua secretarias. A sala dos retratos que era então casa do docel, passou a ser quarto de cama do General Wellesley; a sala onde estão os meus retratos e da Marqueza ev que se chamava sala azul era a sala do General; a casa do bilhar e a livraria foram destinadas para as secretarias e alli vi muitos officiais de Estado Maior escrevendo e sobre as mesas immensos mapas; na torrinha do lado do jardim, que pertence hoje ao Conde da Torre, estava alojado um Ajudante de Campo do General e na torrinha do lado do pateo era um quarto dum official do Estado Maior, nobre hanoveriano, ao serviço d’Inglaterra, primo co-irmão de minha Mãe, o Conde Frederico d’Oyenhausem, o qual estava tísico e embarcou para Inglaterra alguns dias depois de chegar a Bemfica, morrendo alli dentro de pouco tempo.”⁹²

3.1.3. – Estrutura-geral actual dos espaços do Palácio

O sistema estrutural, observado no Palácio Fronteira, é constituído por três elementos principais:

- (I) Sistema Vertical - caracterizado por paredes em alvenaria de pedra calcária, com uma espessura que varia entre os 0.60m e os 0.80m (a parede Sul da Sala das Batalhas tem excepcionalmente 1.00m) e cuja altura máxima é de cerca 10 /11m. Alguns dos factores que estiveram na origem da degradação das paredes em alvenaria de pedra foram o envelhecimento natural das juntas da alvenaria composto por um ligante de cal e areia, a alteração das propriedades da argamassa com as infiltrações da água das chuvas, a presença de vibrações na estrutura do Palácio decorrentes da circulação de automóveis (que cresce com a construção de novas estradas em Monsanto e S. Domingos de Bemfica, assim como pela quadruplicação da linha de Sintra) por fim, a deterioração das fundações causada pela variação de humidade aos solos do período das cheias e períodos secos;
- (II) Sistema Horizontal – Os pavimentos são compostos por um sistema de vigas de madeira, apoiadas nas paredes em alvenaria de pedra, revestidas por tábuas de soalho (parte superior) e por tectos estucados ou com forro de madeira (parte inferior);

⁹¹ - MASCARENHAS BARRETO, D. José Trasimundo. *Memórias do Marques de Fronteira ditadas por ele próprio em 1861, revistas e coordenadas por Ernesto Campos de Andrade. Parte Primeira e Segunda (1802 a1824)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1926-1932. Vol. IV (1842 a 1853), pp. 412 e 413. B.N.L., Cota, 15419 V. Ver Anexo 3.

⁹² - MASCARENHAS BARRETO, D. José Trasimundo. *Ob. cit. - Parte Primeira e Segunda (1802 a1824)*, pp. 57 e 58.

- (III) Coberturas - de madeira revestidas exteriormente por forro e com telha portuguesa. Temos também os elementos de suspensão dos tectos em masseira estucados⁹³;
- (IV) Fundação - O monumento está implantado numa meia encosta, que se caracteriza como lugar de transição entre a baixa aluvionar de Sete Rios (a Este) e o maciço de Monsanto que faz parte do “Complexo Vulcânico de Lisboa” (a Oeste)⁹⁴. Na zona SE do Palácio localiza-se uma linha de água contínua e com um caudal importante, que está canalizada numa galeria enterrada;

A nível funcional podemos dividir os espaços do Palácio Fronteira segundo três usos principais, aos quais estão associadas zonas técnicas que os auxiliam: 1) zona de habitação da família Marqueses de Fronteira e Alorna, que representa a maior percentagem de área utilizada, ver Anexos, Tab. A.3.7.; 2) os espaços destinados à visita do público em geral e, 3) os espaços destinados à gestão e funcionalização da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna.

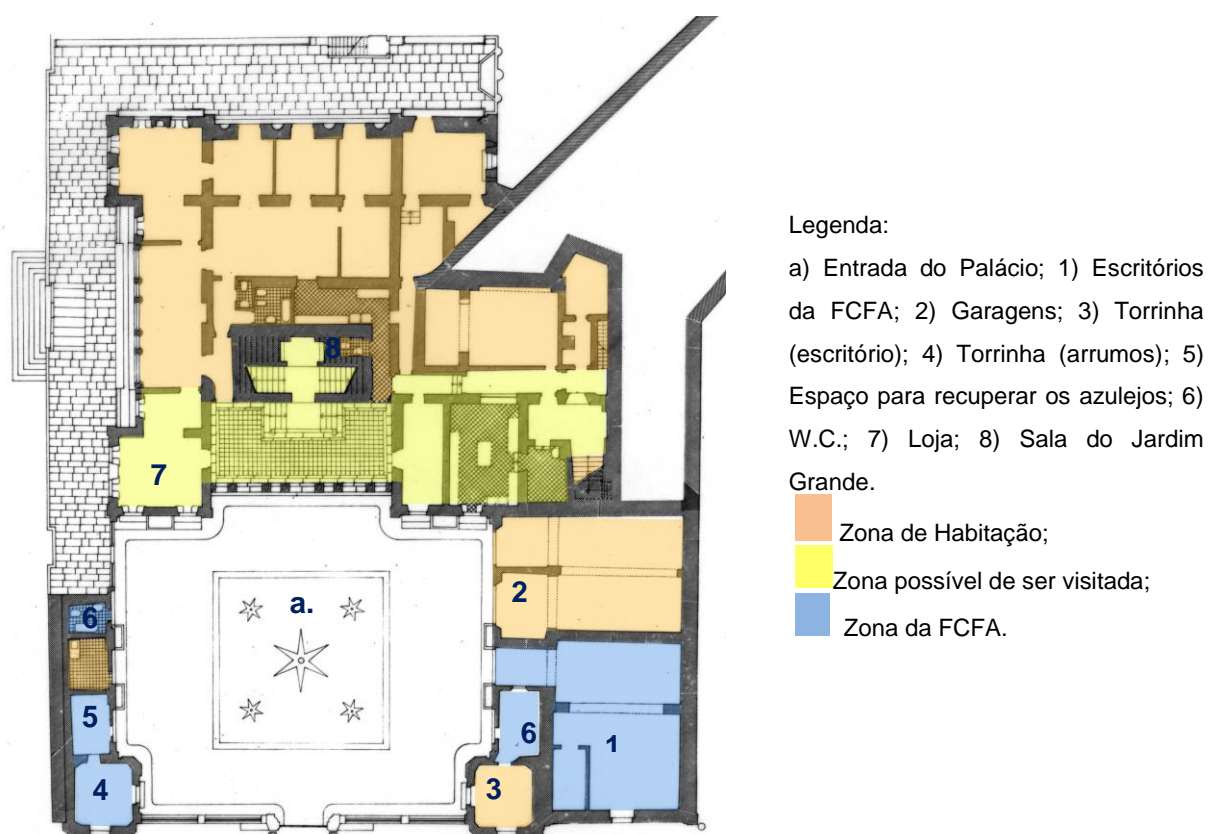


Fig. 3.3. Planta do Piso Térreo realizadas pelo Arq. Frederico George e adaptadas pela autora.

⁹³ - A degradação progressiva que ocorreu nas coberturas foi devida à infiltração da água das chuvas pelas telhas e paredes - o que originou a deformação acentuada da cobertura, a deterioração dos apoios das asnas em madeira e conseqüentemente os deslocamentos nas paredes de alvenaria de pedra - bem como, à acumulação de entulhos e argamassas de assentamento de telhas, provocando um acréscimo de carga permanente nos telhados.

⁹⁴ - BASTOS. J.N. *Ob. cit.*, 2007.



Legenda: b) Sala das Batalhas; c) Biblioteca; d) Sala Holandesa ou Sala dos Painéis; e) Galeria ou Loggia Norte; f) Sala de Juno ou Sala Império; g) Sala dos Quatro elementos ou Sala Intima; h) Sala de Aparato; i) Capela; 1) Sala de Eros; 2) Átrio de entrada; 3) Torre Nascente-Sul; 4) Galeria das Artes; ■ Zona de Habitação; ■ Zona possível de ser visitada; ■ Zona da FCFA.

Fig.3.4.Plantas dos Pisos 1 e 2 realizadas pelo Arq. Frederico George e adaptadas pela autora.

3.1.3. – Alguns espaços Interiores

Os espaços interiores mais importantes, e à volta dos quais se realizam as principais actividades, são a Sala das Batalhas, a Sala dos Painéis, a Sala de Juno, a Sala de Aparato do século XVIII, as antecâmaras e a dupla escadaria de aparato na entrada do Palácio. A decoração dos interiores é única e o seu sentido ganha importância com a presença dos quadros pintados e do mobiliário existente⁹⁵, com origem em vários contextos histórico-culturais e documentando a história da Família Mascarenhas e a própria história nacional.

(a) Entrada do Palácio

Depois de atravessada a Loggia com a fachada Serliana, encontra-se no piso térreo um átrio com uma planta de aproximadamente 5.5m por 11.6m. Aqui localiza-se uma espécie de nicho, com a forma de um arco em ferradura cujas paredes e o tecto são revestidos a azulejos azuis e brancos de padrão camélia do Séc. XVII⁹⁶. Na parede Sul está uma carranca em mármore que abastece uma taça esférica do mesmo material – o **Pórtico**.



Fig.3.5. Janela da Parede Norte e janela *trompe l'oeil*, pintada sobre gesso, na parede Poente. Foto da Autora (2008).

⁹⁵ - O “*Inventário e Partilhas por morte de Donna Madalena de Castro, 1ª Marquesa de Fronteira*”, iniciado em 1673, por D. João de Mascarenhas, é um documento que nos relata o “luxo e requinte” da Família, um “gosto cosmopolita”, com temas greco-romanos, religiosos e ligados à Casa Real. in DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, pp. 425.

⁹⁶ - DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, pp. 318.

Este espaço, é ladeado por duas escadarias laterais de dois lanços revestidas a azulejos de padrão e guarnecidas por balaustradas em mármore de Carrara, do Séc. XVII, permitindo aceder ao átrio do andar nobre, que faz a ligação com a Sala das Batalhas, Biblioteca e Sala Holandesa. Nesta entrada, podemos observar estuques pintados do Séc. XVIII, no estilo neoclássico, fingimentos com estuque pintado ou marmoreado⁹⁷ nas paredes e ainda o escudo dos Mascarenhas, com influências do período rococó. Destaca-se a pintura do tecto, que retrata a figura mitológica de Hércules⁹⁸ e uma janela fingida, ou *trompe l'oeil*, na parede a Poente.

(b) Sala das Batalhas

A Sala das Batalhas apresenta uma planta rectangular com aproximadamente 8,80m x 11,20m e 7,00m de altura até ao limite do tecto interior e tem à entrada, na porta no átrio superior, o escudo de armas dos Marqueses de Fronteira e Condes da Torre. A Norte, é voltada para o Jardim de Vénus, a Poente, para a Galeria das Artes, a Nascente, para uma das torres e, a Sul, está o espaço de entrada do Palácio. Os temas representados nos oito painéis de azulejos das paredes interiores, estão na origem do nome da Sala - pinturas barrocas do Séc. XVII, com grande nível de detalhe e interessantes informações, em tons de azul-cobalto, de roxo de manganês e por vezes de verde cobre. Estas relatam as principais batalhas da Guerra da Restauração da Independência Nacional (1640-1667)⁹⁹ e revestem a parte inferior das paredes de alvenaria de pedra.

“Os assuntos guerreiros não constituem composições isoladas, pois são dispersamente pintados em grupos de peões e cavaleiros, e, em diversos pontos, fortalezas e castelos (...) Nalguns pontos, incisões narrando as batalhas decisivas; noutros, as designações das localidades onde se deram os combates mais importantes e os nomes dos cavaleiros que os comandaram” (José Queirós, *Cerâmica portuguesa*).

(Neves Cassiano, 1995)

Na parte superior das paredes podemos observar fingimentos em estuque pintado, seguidos por um tecto abobadado em masseira¹⁰⁰, com frisos e medalhões também em estuque pintado. Estes são característicos do Séc. XVIII, no estilo rococó, com

⁹⁷ - “ (...) o estuque aparece a imitar mármore – era muito vulgar nessa época usar-se o estuque misturado com cola, que era depois trabalhado com espátula para ficar brilhante, dando-lhe a cola uma dureza muito grande. Um conjunto magnífico desta época é a Sala da Concórdia no Palácio Pombal em Oeiras.” MECO, José. *Os estuques e os azulejos rococó*. in NEVES, Cassiano. *Ob. cit.*, pp. 128.

⁹⁸ - ALMADA, Carmen e FIGUEIRA, Luís Tovar: *Intervenções de Conservação e Restauro no interior do Palácio*, in Monumentos, nº7, pp. 45.

⁹⁹ - 1. Batalha do Montijo (26 de Maio de 1644), na parede Sul; 2. Combate de Arronches (08 de Novembro de 1653), na parede Sul; 3. Batalha de S. Miguel ou cerco de Badajoz (22 de Julho de 1658), na parede Norte; 4. Batalha das Linhas de Elvas (14 de Janeiro de 1659), na parede Nascente; 5. Batalha do Ameixial (08 de Julho de 1663), na parede Poente; 6. Batalha de Castelo Rodrigo (07 de Julho de 1664), na parede Sul; 7. Batalha de Montes Claros (17 de Junho de 1665), na parede Norte; 8. Reencontro em Trás-os-Montes (20 de Novembro de 1667), na parede Sul. in NEVES, Cassiano. *O Primeiro Monumento da Restauração*. Publicação J. C. Neves, Viseu, 1907, pp. 21. B.N.L., cota 38215 H.G.

¹⁰⁰ - Armação de madeira sobre a qual se construiu a abóbada de gesso do tecto da Sala.

influências italianas de Grossi e Gomassa¹⁰¹ e representam os bustos dos Mascarenhas¹⁰² e as alegorias da Paz, da Guerra e da Vitória. No revestimento decorativo das paredes e tecto é ainda utilizada, pontualmente, a folha de ouro. Existe ainda, um vão falso pintado na parede Nascente, que equilibra visualmente o programa do espaço. A Sala das Batalhas traduz-se como um espaço com importantes valores nacionais, estando presente o absolutismo e a imponência da monarquia portuguesa.



Fig.3.6. Alto-relevo em estuque (tamanho natural) de D. João de Mascarenhas, Segundo Conde da Torre e Primeiro Marquês de Fronteira. *in* NEVES, Cassiano, 1995.

¹⁰¹ - DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, pp. 348.

¹⁰² - D. Fernão Martins Mascarenhas, D. Manuel Mascarenhas (s.d. - morre em 1545), D. Fernando Mascarenhas (s.d - morre na batalha de Alcácer Quibir em 1574), D. Manuel Mascarenhas (s.d. - morre em 1612), D. Fernando Mascarenhas (1587-s.d), D. João de Mascarenhas (1632-1681, I^o Marques de Fronteira), D. Fernando Mascarenhas (1655-1729, II^o Marques de Fronteira), D. João José de Mascarenhas (1679-1737, III^o Marques de Fronteira), D. Fernando Mascarenhas (1717-1765), IV^o Marques de Fronteira), D. José Luís Mascarenhas (1721-1799, V^o Marques de Fronteira), D. Francisco Mascarenhas (I^o conde de Coculim e II^o filho do I^o Marques de Fronteira).

Na parede Nascente, localiza-se um Alto-relevo em estuque, de tamanho natural, do II^o Conde da Torre e I^o Marquês de Fronteira com a seguinte inscrição:

“Dom João Mascara^{as} 1^o Marques de Fronteira = 2^o Conde da Torre: Sor da V^a de Fron^{tra} com^{dor} do rosmainhal e de ovtras 5. Comendas na Ordem de Christo: na gverra da Restavração deste reino M^e de Campo gen^{al} do exercito. E prov^a do Minho. M^e de Campo gen^{al} e gen^{al} da cavalaria da provva de Alemtejo. Mre de campo central jvto à pessoa de el rei na corte, e provva da Estremadura. E governador das armas de Cascaes. E Setvbal: gentilhomem da camera del rei D. P^o. 2^o, sendo príncipe regente: do sev cons.^o de estado. e gverrs: vedor da fazenda e priois do grato depoi^s, conta va povcos dias, qvãdo o sorpendeo a morte, cheio de gloria militar, e politica, egregiam^{te} adqvorida, na gverra pello sev marcial esforço, e provida conducta, comq foi grande parte nas memoráveis victorias. Daqvella tempo; e na paz pella sva inteligência, circvnspecção, e activid.e no exercício dos sevs svblimes empregos, emq se mostrov digno de todos: valerozo, prvdente, e magnífico, do qve não he o menor monvmento esta qvinta qve fvndov, e exornov completam.^{te} benemérito dos sev^s príncipes, e da pátria, e gloriozo a memoria dos sevs descendentes entrov na sva eternidade em 16 de Setembro de 1681 = 48 annos 12 mezes, menos 2. Dias”.

(c) Biblioteca

No Piso 1, da ala nascente do Palácio localiza-se a Biblioteca, à cota aproximada uma de 4,4m. As dimensões em planta são cerca de 4.0m x 14.0m e uma altura variável entre os 4.5m e os 6.25m. Este espaço, comunica com as duas Torres, a Norte e a Sul, com o átrio de entrada e, visualmente, com o Jardim Formal.



Fig.3.7. Espaço interior (biblioteca) do Palácio Fronteira, foto da Autora (2008).

Como materiais podemos observar um pavimento em vigas de madeira e soalho corrido, paredes em alvenaria de pedra revestidas, na parte inferior, por painéis de azulejos, escondidos por estantes com livros, estucadas e pintadas na parte superior. O tecto é abobadado e com estuques neoclássicos, possivelmente de 1780¹⁰³, brancos sobre um fundo verde. A fachada da biblioteca caracteriza-se por três Serlianas que enquadram três janelas envidraçadas. Inicialmente este espaço era aberto¹⁰⁴ e correspondia a uma zona de lazer e contemplação. Os livros expostos caracterizam uma colecção, principalmente, dos séculos XVII e XVIII¹⁰⁵.

A biblioteca é ladeada por duas torres, permitindo aceder às mesmas. A **Torre Nascente-Sul**,¹⁰⁶ caracteriza-se por um tecto abobadado com estuque pintado representando paisagens. As suas paredes foram revestidas na parte inferior, por azulejos da autoria de Constant Gabriel (1863-1937), em 1925, encomendados pelo X Marquês de Fronteira, sendo o rodapé das mesmas, por azulejos monocromáticos a “imitar o antigo”¹⁰⁷. Na Torre Nascente-Sul, encontram-se pinturas com cenas rurais e construções imaginadas segundo o estilo Neoclássico, dos finais do Séc. XVIII, dada a escolha dos temas, as composições e as execuções pictóricas¹⁰⁸.

O tecto deste espaço é pintado a têmpera ou *mesofresco*¹⁰⁹. Esta Torre, possibilita-nos ainda, a contemplação de uma decoração de revestimentos estucados, com altos-relevos figurativos e motivos vegetalistas, nas paredes, conciliando-se com pinturas de paisagens sobre estuque e traduzindo um gosto Rococó. No tecto abobadado, uma pintura em estuque representa a figura mitológica *Atena*.

“A partir de 1750 há um grande incremento da pintura a fresco nas paredes das habitações com temas vegetalistas, fauna exótica ou paisagens historiadas. À medida que aumenta a decoração com estuque, os tectos de madeira ou masseira passam a ter uma importância secundária” (Dá-Mesquita, Marieta, 1992).

No andar inferior exposta a nascente, no piso térreo encontra-se a **Sala do Jardim Grande** cujas paredes são revestidas por painéis de azulejos policromos, até 1.0m ou 1.5m de altura, do Séc. XVII, com temas alusivos à caça.

¹⁰³ - NEVES, J. Cassiano. *Ob. cit.*, pp.48.

¹⁰⁴ - A fachada da Biblioteca foi fechada nos finais do séc. XVIII ou inícios séc. XIX. *in* NEVES, Pedro Mascarenhas, *Ob. cit.*, p.15.

¹⁰⁵ - FREESE, Alexander. *Palácio Fronteira: visita ao palácio e aos seus jardins/ Visite du palais et de ses jardins*. Fundação das Casas de Fronteira e de Alorna, Lisboa, 2005. B.N.L., cota B.A. 27773 V.

¹⁰⁶ - Esta pode ter sido inicialmente uma Sala de armas, local onde se guardavam os utensílios de caça, dado este tema ser representado nos Painéis de azulejos interiores e exteriores, na fachada nascente. *in* CASTEL-BRANCO, Cristina, *Ob. cit.*, pp.136.

¹⁰⁷ - NEVES, Cassiano. *Ob. cit.*, pp. 48

¹⁰⁸ - Como é exemplo a batalha e a caravela com uma bandeira da restauração, uma caravela holandesa e várias ruínas. *in* OSÓRIO, Mafalda. *A pintura mural*. *in* NEVES, Cassiano. *Ob. cit.*, pp 133.

¹⁰⁹ - Técnica de pintura com o estuque molhado.

(d) Sala Holandesa ou Sala dos Painéis

A Sala Holandesa localiza-se no piso 1, é actualmente uma Sala de Jantar e tem as dimensões em planta aproximadas de 6.75m x 10.35m. Com sete portas, sendo uma falsa, comunica com o átrio de entrada (a Nascente), com a Galeria das Artes (a Norte), com a Sala de Juno (a Sul) e com um corredor que a liga à Sala dos Quatro Elementos e à zona de serviços (a Poente). O seu nome tem origem nos painéis de azulejos que revestem as paredes. Segundo o Historiador de Arte José Meco (1997), no Séc. XVII foram importados Painéis azulejares figurativos pintados na Holanda, cujos temas são variados, cenas mitológicas, caçadas, um episódio marítimo. O autor dos Painéis divide especialistas, se por um lado, é defendido Cornelis van der Kloet (por Santos Simões) por outro, acredita-se que seja Jan van Oort (por Rainer Marggraf). Observa-se também a existência de painéis de azulejos ornamentais que, tal como os figurativos, encontram-se na parte inferior das paredes bem como, de estuques com temas de instrumentos musicais e ainda, estuques pintados, dos inícios do Séc. XIX, com cenas da História de Portugal, a batalha luso-holandesa, na parede Norte¹¹⁰. No tecto abobadado estão pintadas seis paisagens e ao centro está uma lira com um sol (revestidos a folha de ouro). Pelas representações das pinturas neste espaço, lança-se a hipótese de ter sido no Séc. XVIII, a Sala de Música¹¹¹.



Fig.3.8. Sala de Refeições/ Sala Holandesa, vista para Nascente. Foto da Autora (2008)

¹¹⁰ - Osório, Mafalda. *A pintura mural*. in NEVES, Cassiano. *Ob. cit.*, pp 133.

¹¹¹ - *Fundação das Casas de Fronteira e Alorna*. www.fronteira-alorna.pt

(e) Galeria ou Loggia Norte

Localizada na fachada Norte do primeiro piso, a galeria tem as dimensões em planta compreendidas entre 5,26m x 11,30m. Como materiais podemos encontrar um pavimento em madeira e paredes de alvenaria de pedra revestidas a azulejos de padrão, azuis e brancos e com pinturas ornamentais, cujos motivos recordam um viveiro para pássaros, revelando o gosto do Séc. XVIII. Sobre as portas estão representados dois faunos em baixo-relevo de estuque. O tecto é pintado com motivos geométricos, com quatro paisagens e ainda doze pássaros diferentes. Este espaço foi fechado, nos finais do Séc. XVIII ou inícios do Séc. XIX, com janelas de vidro em caixilharia de madeira, tendo sido reaberto nos finais do Séc. XX. Segundo C. Neves (1995, pp. 54) pela decoração existente (frutos pintados) esta zona pode ter sido uma Sala de Jantar. Foi adaptada também, a Sala de Bilhar e a Biblioteca (pelo X Marquês de Fronteira), para onde foram transferidos os livros, pela X Marquesa de Fronteira.

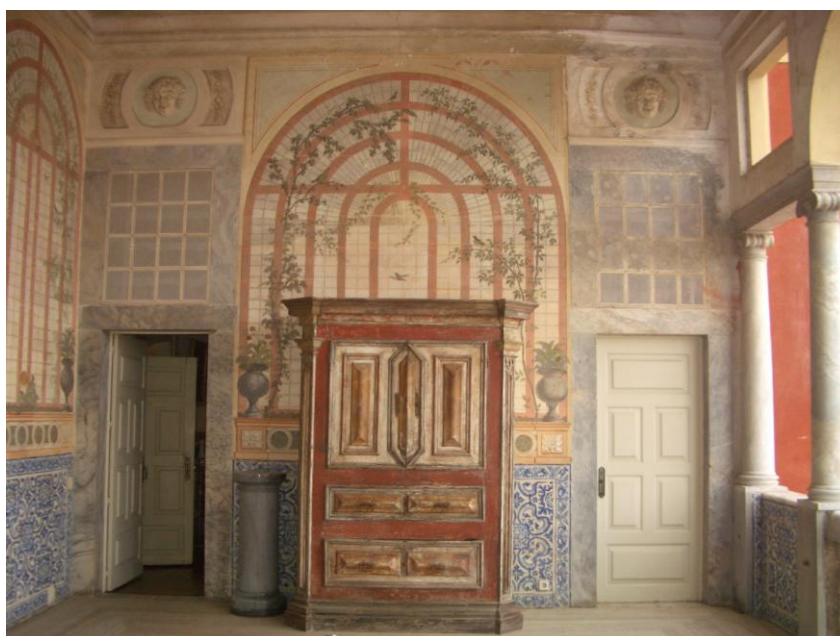


Fig.3.9. Loggia Norte. Vista interior e exterior para a Sala de Juno.
Foto da autora (2008).

(f) Sala de Juno ou Sala Império

A Sala de Juno, também designada de Sala Amarela¹¹², tem as dimensões aproximadas de 7.6m x 6.5m em planta, ligando-se com a Sala das Batalhas e a Sala dos Quatro Elementos. Localiza-se numa das torres do Palácio, na Torrinha Poente, comunicando visualmente com o Pátio de Entrada no lado Sul. Na parede Nascente encontram-se duas portas separadas por uma lareira de mármore verde do Séc. XIX, com uma composição pictórica na parte superior da parede, que parece emoldurar o

¹¹² - SEQUEIRA, Gustavo Matos. *Ob. cit.*, pp. 17.

quadro de óleo atribuído a Domingos de Sequeira ou a Pellegrini¹¹³. Ainda neste lado, um vão à direita liga a sala à Loggia Norte. Na parede Poente existe um vão envidraçado no centro (ver Fig.3.8.), que possibilita a passagem deste espaço para a Sala dos Quatro Elementos. As pinturas das paredes datam dos princípios do Séc. XIX, com ornamentos ao estilo Rocóco¹¹⁴, observados também no tecto abobadado, cuja pintura no centro retrata a *Deusa Juno* ou *Hera* que dá o nome à Sala.¹¹⁵ Os dez vãos existentes, dos quais quatro são falsos, são emoldurados por pinturas, a têmpera, de grinaldas com o fundo rosa sobre estuque. Estas utilizam a sombra para criar a ilusão de profundidade e aproximar-se da linguagem e da perspectiva, que transmitem os altos-relevos em estuque dos medalhões, com figuras de *putti* – alegorias às artes e ao saber¹¹⁶, sobre os vãos.



Fig.3.10. Sala de Juno. Vista para a Sala dos Quatro Elementos. Foto da autora (2008).

(g) Sala dos Quatro Elementos ou Sala Íntima

Com as dimensões em planta de cerca de 5.3m x 4.9m, a Sala dos Quatro Elementos localiza-se na Ala do Séc. XVIII, comunicando com a Sala de Juno, a Nascente, com o corredor que dá para a Sala das Batalhas, a Norte, e ainda com a **Sala de Eros** ou antiga **Sala Cor-de-Rosa**¹¹⁷, é utilizada actualmente para refeições. O tecto

¹¹³ - Segundo Cassiano Neves (1995, pp. 66) na pintura estão representados “os três irmãos ainda meninos: D. José Trazimundo, sétimo Marquês de Fronteira, D. Leonor Mascarenhas, pelo seu casamento, Condessa de Alva e D. Carlos Mascarenhas”.

¹¹⁴ - C. Azevedo (1988, pp. 62) refere a decoração da Sala de Juno como “estilo Império”.

¹¹⁵ - DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, pp. 357.

¹¹⁶ - “ (...) a nascente encontra-se, à direita e ao centro, a pintura, e, à esquerda, a escultura; a norte, à direita, a geometria, ao centro a astronomia e, à esquerda, a literatura; a poente, à direita, o teatro, sendo o centro e a esquerda dedicados a aparelhos de precisão; a sul, à direita como à esquerda, a música.” in DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, pp. 357.

¹¹⁷ - Com a adição da Ala do séc. XVIII, a Sala de Eros foi construída e revestida, em 1760/70, com painéis centrais de azulejos da autoria de Francisco Jorge da Costa, com cenas galantes nas cores azuis e brancas, estando enquadradas por pinturas policromas de elementos florais e concheados (semelhantes aos Painéis da Sala da Música do Palácio Marques de Pombal, em Oeiras). in Meco, José. *A Azulejaria*. in Revista *Monumentos*, nº7. DGEMN, 1997. Cassiano Neves (1995, pp. 71) refere que segundo o Marquês de Ávila e Bolama, este espaço foi o quarto da poetisa *Alcipe* (D. Leonor de Almeida Portugal e Lencastre, 1750-1839, XVII Marquesa de Fronteira), quando esta residia no Palácio Fronteira.

abobadado da Sala Íntima contrasta com as paredes simples, através de estuques e pintura a óleo, sobre uma parede previamente protegida por verniz, em estilo rococó. O nome da Sala tem origem na temática da pintura do centro, onde se inscrevem os quatro elementos - ar, terra, fogo e a água¹¹⁸. São ainda de destacar, as quatro pinturas na parte inferior da porta envidraçada e o rodapé de azulejos holandeses¹¹⁹.

(h) Ala do Séc. XVIII e Sala de Aparato

Construída em 1776 após o grande terramoto, a **Ala do Séc. XVIII** tem na zona Oeste, uma planta rectangular cujas medidas têm sensivelmente 10m x 20m e uma altura de 10m. Caracteriza-se a nível construtivo por paredes em alvenaria de pedra e pavimentos em madeira. A estrutura da cobertura era inicialmente em madeira e está hoje reforçada por uma estrutura metálica, revestida com um forro de madeira e um telhado mouriscado. As fachadas a Poente e a Nascente revelam influências do estilo barroco e a fachada Norte, com uma varanda de dimensões reduzidas, é a mais erudita, manifestando o gosto pela decoração do período Rococó.

A nível do programa, podemos encontrar no piso 0, as caves semi-enterradas do edifício, acedidas pela fachada poente da Ala do Séc. XVIII, que funcionam como arrecadações e garagens. A **Sala de Aparato** localiza-se no piso 1, tem aproximadamente 8.0m x 6.5m em planta, 6.5m de altura máxima e liga-se com a Sala das Quatro Estações e a uma instalação sanitária. As paredes são revestidas por painéis de azulejos, que representam temas de caça e na parte superior, por pinturas de grandes dimensões em óleo sobre estuque, com temas da mitologia greco-romana da autoria de Pedro Alexandrino (1729-1810)¹²⁰, a quem se atribuem ainda as pinturas emolduradas por estuques sobre os vãos. Esta sala contém doze medalhões que envolvem bustos de imperadores romanos, ambos pintados a imitar gesso.

O tecto abobadado e em masseira é também estucado e pintado com temas da mitologia greco-romana, embora o seu autor seja desconhecido. No painel central são representados *Faetonte* e *Zeus*, num segundo plano *Afrodite* e nos cantos as artes clássicas como a pintura, a astronomia, a escultura, a música e a poesia. A norte está num dos medalhões, uma inscrição referente a Luís de Camões e aos *Lusíadas*. A magnificência do espaço, a qualidade dos elementos arquitectónicos e decorativos utilizados, a própria função e as suas grandes dimensões, traduzem o movimento barroco tardio em Portugal. O piso 2, com tectos em masseira estucados e pintados, ocupa parte da Ala Oeste, uma vez que a Sala de Aparato e a Sala de Jantar existentes no piso 1 possuem duplo pé-direito. A Ala Oeste do Séc. XVIII representa uma importante adição ao desenho arquitectónico inicial, dos finais do século anterior, permitindo definir um Pátio aberto que serviria de ligação ao exterior.

¹¹⁸ - O ar é sugerido pelos instrumentos de sopro e pela existência de uma ave, a terra pelas referências à jardinagem, o fogo pelas duas tochas e cavaca e, finalmente, a água pelas duas cestas de pesca e pela taça.

¹¹⁹ - NEVES, Cassiano. *Ob. cit.*, pp. 70

¹²⁰ - ORTIGÃO, Ramalho. *Ob. cit.*, Ver Anexo 3.



Fig.3.11. Interior da Sala de Aparato da ala do Séc. XVIII. Foto da autora (2008).

(i) Capela

Para entrar na capela podemos escolher dois percursos, sendo um pelo Jardim de Vénus e o Tanque dos “S’s”, através de uma escadaria revestida de azulejos monocromáticos do Séc. XVII e, o outro, pelo Terraço ou Nártex da Capela na continuação da Galeria das Artes. Este é um espaço de transição antes da Capela com um alpendre suportado por quatro colunas Jónicas de mármore que sustentam um arco revestido por elementos vegetalistas cerâmicos, duas janelas vazadas e um frontão triangular. As paredes do Nártex são decoradas por azulejos figurativos azuis e brancos na parte inferior e na parte superior por **embrechados**¹²¹.

Neste espaço podemos encontrar, dois medalhões cerâmicos de folhas e frutos em cerâmica ao estilo de Luca Della Robbia¹²², dispõe ainda de dois bancos a Sul e de uma fonte com taça de mármore branco, próxima de um pequeno nicho da mesma pedra. À entrada da Capela, numa parede revestida de azulejos e embrechados, observam-se três vãos, os laterais têm dois medalhões na parte superior, com dois bustos em alto-relevo de imperadores romanos, e o do meio, o único que dá acesso ao interior deste espaço, tem um frontão com um nicho que envolve uma escultura, que representa a esperança. Embora na frontaria da Capela exista uma inscrição com

¹²¹ - Os embrechados encontram-se presentes no Palácio Fronteira na Fonte da Carranquinha, no nartex da Capela, na Casa de Fresco e na Galeria dos Reis e são definidos como “*revestimentos arquitectónicos formados por conchas, pedrinhas e cascos de porcelana e de vidro (...) Reflectem, por um lado, o forte ascendente dos jardins maneiristas italianos, mas revelam também um gosto e uma utilização de materiais que Portugal desenvolveu através dos múltiplos contactos com o Oriente*”. In Meco, José. *Os Embrechados*. Revista Monumentos nº7, DGEMN, 1997.

¹²² - ORTIGÃO, Ramalho. *Ob. cit.* Luca Della Robbia (1400-1482) foi um importante escultor e ceramista italiano, tendo ensinado vários artistas. Desenvolveu a arte da cerâmica esmaltada e vitrificada que protegia o barro cozido, contra a degradação originada pelos elementos atmosféricos, possibilitando assim, a colocação de cerâmica em ambientes exteriores.

data de 1584, desconhece-se a data de sua inauguração. A forma da planta da capela é em cruz e as suas dimensões são aproximadamente de 5.9m (porta ao altar) por 2.7m (largura da nave) e 5.6m x 1.7m (planta do transepto). No lado esquerdo transepto (para quem entra) existe um altar, com uma inscrição de 1771, data de casamento do V^o Marques de Fronteira, e uma Sacristia. No lado direito, encontra-se um oratório com uma pequena Via-sacra. O altar-mor frontal é em madeira pintada, mármore verdes e rosas, contendo a imagem de uma Virgem¹²³. As paredes são decoradas por painéis de azulejos de padrão e policromos do Séc. XVII e por estuques do Séc. XVIII. Os pavimentos são na sua maioria em madeira, tendo ainda alguns vestígios do piso anterior em tijoleira, os tectos são em abóbada de berço, diferenciando-se o do cruzeiro, em abóbada cruzada e com uma torre lanterna ou lanternim¹²⁴.

3.1.4. - Os Jardins

Um muro, hoje num vermelho envelhecido pelo tempo, limita as fronteiras dos cerca de 6 hectares da Quinta, anteriormente denominada de *Quinta dos Loureiros* ou *Morgado Novo*¹²⁵. Esta é constituída pelo Palácio, Capela e outros edifícios, Jardins, terras de cultivo, pomares, vinha e por uma mata. Os Jardins revelam a influência de culturas diferentes mas têm em comum, um sistema de captação, armazenamento e irrigação de água, que traduz uma admirável obra de engenharia hidráulica do Séc. XVII.



a. Galeria dos Reis e Jardim Formal.



b. Jardim Formal e Galeria dos Reis, Jardim de Vénus (à esquerda).

Fig.3.12. Espaços exteriores do Palácio Fronteira. Fotos da autora (2008).

¹²³ - Cassiano Neves (1995, pp. 82) defende que é a Nossa Senhora dos Desamparos, enquanto que o Padre Alvaro Proença (1964) crê tratar-se da Nossa Senhora das Portas do Céu. in DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, 393.

¹²⁴ - DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, pp. 381.

¹²⁵ - ANT, Casa de Fronteira, Inventário por Morte da Primeira Marquesa de Fronteira, [1673(8?)], Ms,241, J-IX-14.

São várias as influências presentes nos espaços exteriores deste monumento, que o tornam tão singular e importante para a compreensão da nossa própria cultura. A cultura oriental encontra-se em características que Christopher Thacker (1979)¹²⁶ refere ser dos jardins persas e mongóis, como um jardim ordenado cujos diversos elementos vegetais estão envolvidos por uma cerca regular. São também de influência islâmica os conhecimentos de hidráulica¹²⁷ e o uso de azulejos, com motivos geométricos, ramagens e outros elementos decorativos. As influências italianas são dadas através dos desenhos geométricos dos Jardins, traduzindo o gosto pelo Renascimento¹²⁸. Podemos observar a presença deste estilo nos seguintes elementos:

- (a). **Jardim Formal** - É formado pelo Jardim Grande¹²⁹, pelo Tanque Grande¹³⁰ e pela Galeria dos Reis, manifestando um carácter monumental. O gosto italiano é visível nas temáticas das estátuas, nas fontes¹³¹ do jardim, nos azulejos (doze meses do ano, os planetas, os quatro elementos e os signos do zodíaco) e nos muretes que envolvem o Jardim Formal. Com representações da mitologia greco-romana destaca-se ainda o Deus *Neptuno*, localizado no Jardim Grande, sobre a forma dum alto-relevo, cujo estado de conservação está bastante deteriorado.
- (b). **Jardim de Vénus** – caracteriza-se em planta, por um desenho rectangular com aproximadamente 30m x 40m e contém uma fonte de oito pontas no centro, com uma estátua que está na origem do seu nome e ainda pela presença da **Casa de Fresco** e do **Tanque dos Pretos** ou **Tanque dos Loureiros**¹³². Este espaço localiza-se no lado Sul do Palácio e transmite uma melodia intimista e exótica, através dos elementos vegetais importados do Brasil, África e Índia. É um espaço de repouso, inspirado possivelmente nos Jardins das Vilas Italianas e nos ideais

¹²⁶ - CASTEL-BRANCO, Cristina, *Ob cit.*, pp. 25. Original em THARKER, Christopher. *The History of Gardens*. University of California Press, Berkeley, 1979.

¹²⁷ - Como é o caso do espelho de água e o tanque de Cavaleiros.

¹²⁸ - Os elementos do Renascimento italiano foram aplicados pela primeira vez na Quinta da Bacalhoa, em aproximadamente 1540. *in* CASTEL-BRANCO, Cristina, *Ob cit.*, pp. 61.

¹²⁹ - Com dimensões em planta de cerca de 65,30m x 57,50m, o **Jardim Grande** contém doze estátuas de chumbo, que representam figuras mitológicas sendo, seis de figuras femininas e seis de masculinas e dispõe ainda de cinco fontes sendo que, uma delas localiza-se no centro do Jardim e as restantes (de planta ortogonal) nos quatro centros dos dezasseis conjuntos de canteiros de buxo. Estes formam por sua vez, desenhos geométricos e definem os dois grandes eixos (Norte-Sul e Este-Oeste) do Jardim. Finalmente num dos limites do Jardim Grande e de frente para a fachada Nascente, encontra-se uma **pérgula** rectangular envolvida por muretes de azulejos (com temas de caça), tendo no centro uma mesa em mármore. Esta permite descer para a zona de horta e pomar através de uma escadaria.

¹³⁰ - Com as dimensões de cerca de 48.0m x 18.0m x 1.2m, o **Tanque Grande** ou **Tanque dos Cavaleiros** localiza-se no do Jardim Formal. É limitado a Norte por uma balaustrada, a Sul por uma parede revestida a azulejos (com os dez cavaleiros), entradas onde se localizam as grutas e por fim, a Este e Oeste por duas escadarias (cujas paredes, revestidas a azulejos do séc. XVII, representam a Poente, dois dos cavaleiros e a Nascente Neptuno) que possibilitam o acesso à Galeria dos Reis. No centro do tanque Grande existem ainda quatro estátuas que jorram água.

¹³¹ - Localizadas nas praças formadas pelos bustos, as fontes tem bases e nichos diferentes suportados numa coluna. A fonte central do jardim – *Fonte dos cupidos* – tem uma esfera armilar com as armas dos Mascarenhas e a coroa de Marquês.

¹³² - O Tanque dos Pretos surge descrito pela primeira vez no documento de Janntillet, em 1678 e as nove estátuas que inicialmente o ornamentavam eram de bronze, sendo substituídas posteriormente por estátuas de estanho. *in* CASTEL-BRANCO, Cristina, *Ob. cit.*, pp. 50. Actualmente este Tanque, é caracterizado por uma piscina, um lago e uma parede a Poente (muro de sustentação de terras) com novos ninhos, onde estão inseridas esculturas de bronze de figuras mitológicas.

de Alberti¹³³. A presença italiana é ainda justificada pelos cinco princípios que segundo M. Ponti, caracterizam um jardim italiano:

“1) elementos de construção de pedra, água e plantas persistentes; 2) a utilização de terraços nas encostas das colinas; 3) a apresentação simultânea da casa e do Jardim; 4) o contraste entre áreas de sombra e de sol; e, por fim, 5) a escala, as proporções e a unidade de todo o projecto”¹³⁴.

Ao fundo do jardim, adjacente à fachada Sul e no terraço também conhecido por Jardim dos Jasmins, encontra-se a fonte da **Carranquinha**¹³⁵ que, tal como a Casa de Frescos, tem a particularidade de ser revestida por embrechados.

- (c). **Galeria das Artes, Passeio da Oratória ou Terraço da Capela** – É um terraço que faz a união entre o corpo principal do Palácio e o Nártex da Capela, na parte Poente, permitindo desfrutar visualmente do Jardim de Vénus, a Sul, numa cota inferior. Neste lado da galeria, localizam-se um murete constituído por balaustradas em mármore, por bancos num total de dez pares e por oito floreiras revestidas com azulejos figurativos, azuis e brancos do Séc. XVII¹³⁶. No lado Norte e na zona Nascente, localizam-se nichos revestidos por azulejos policromos até aos arcos de volta perfeita, com treze estátuas de mármore em tamanho natural, com conchas de mármore próximas das respectivas bases, sendo sete destas representações de Deuses greco-romanos¹³⁷. Estas esculturas encontram-se separadas por painéis de azulejos azuis e brancos, que representam os temas do conhecimento: Aritmética, Música, Dialéctica, Retórica, Astronomia, Geometria, Gramática, e a Poesia que é destacada na parede oposta. Por cima dos vãos de acesso à Sala Holandesa, estão representadas nos azulejos as faculdades humanas, como a memória, o entendimento e a vontade, assim como, os sentidos do gostar e do apalpar, nas portas de entrada para a Sala das Batalhas.
- (d). **Galeria dos Reis** – Espaço situado a Sul do Grande Tanque e do Jardim de Vénus e que se trata dum percurso que liga os dois jardins, sendo acedido por duas grandes escadarias no Jardim Formal. Contém dois **torreões** de desenho Maneirista¹³⁸ e uma parede a Sul, revestida com azulejos e bustos esculpidos, das figuras que regiam a monarquia. Como influências italianas podemos observar a temática das estátuas – *Apolo* e *Mercúrio* nos torreões, a Deusa da *Oportunidade/Ísis/Ocasão* sobre o arco central, as figuras mitológicas retratadas

¹³³ - DIAS, Rodrigo Alves: *O Giardino Secreto – percorrendo um Jardim Virtual*, Revista Monumentos, nº7, Semestral de Edifícios e Monumentos, DGEM, Lisboa, Setembro de 1997, pp.31

¹³⁴ - CASTEL-BRANCO, Cristina, *Ob. cit.* pp. 82.

¹³⁵ - A fonte da Carranquinha localiza-se, no Jardim dos Jasmins ou Pátio dos Jasmins (passadiço de pedra no Alçado Sul do Palácio).

¹³⁶ - Os azulejos que revestem os muretes da Galeria das artes (a Sul), representam temas diversos que vão desde a caça, a figuração de animais, a “macacarias” e outras representações satíricas.

¹³⁷ - Os Deuses representados na Galeria das Artes são na parede Norte: (1) *Ártemisa ou Diana*, Deusa da Lua; (2) *Mercúrio ou Hermes*, o mensageiro dos Deuses; (3) *Vénus ou Afrodite*, Deusa do amor e da beleza; (4) *Apolo*, Deus do Sol; (5) *Júpiter ou Zeus*, na parede Nascente; (6) *Marte ou Ares*, Deus da guerra; (7) *Saturno ou Cronos* a comer um dos seus filhos, o único que não pertence ao monte Olimpo e, (8) *Apolo e Marsias* na parede Nascente.

¹³⁸ - DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, 99 272.

nos Painéis de azulejos da escadaria e as doze estátuas no grotto central do Grande Tanque que representam Musas da mitologia grega¹³⁹. As esculturas do varandim desta Galeria são identificadas como da autoria de Pierre Mignard, dada a sua inscrição na janela vazada “*Petrus Minariae Fecit*”¹⁴⁰.

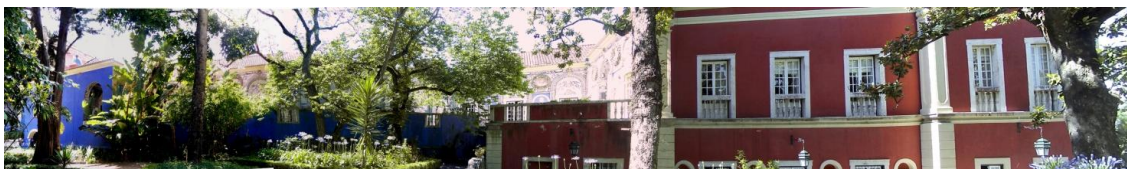


Fig.3.13. Jardim de Vénus e Alçado Sul do Palácio dos Marqueses de Fronteira e Alorna.

Como elementos da cultura italiana podemos ainda encontrar, nos espaços exteriores do monumento, coroas de folhas e frutos em cerâmica, ao estilo de Luca Della Robbia¹⁴¹, observadas por cima das estátuas da Galeria das Artes e envolvendo bustos de imperadores em alto-relevo, nas fachadas na Capela e na parede dos cavaleiros no Grande Tanque.

Como influências dos jardins franceses, do Séc. XVII, encontramos três grutas no Tanque Grande, onde a central é denominada de Gruta do Ninfeu, decoradas com estátuas de musas, com conchas, com pedaços de porcelana e com imitações de rocha. Reveladoras deste gosto, são também as esculturas sobre as balaustradas da escadaria, lembrando os jardins do Palácio Vaux-le-Viconte¹⁴² projectados pelo paisagista André Le Nôtre (1613-1700).

*“Ao contrário da influência italiana que se manifesta na disposição e na articulação do desenho dos jardins, nos jardins de Fronteira a moda francesa sente-se nos temas da ornamentação e nos pormenores. Ambas (...) modificadas para se adaptarem ao local, ao clima e à utilização permanente de azulejos”*¹⁴³

A importância da Restauração da Independência Nacional está presente na Galeria dos Reis, pela escolha da temática da monarquia portuguesa, representada nos bustos das figuras. D. Henrique da dinastia Afonsina (encimado no torreão Nascente) que inicia este percurso (na parte construída no Séc. XVII), ao seu lado estão D. Sancho I e D. Afonso II continuados (na parede Sul e enquadrados por nichos) por D.

¹³⁹ - As estátuas identificadas com nomes gregos e que se localizam numa parede à volta da fonte central são Erato (musa da poesia lírica), Polímnia (musa dos hinos sagrados), Urânia (musa da astronomia), Melpómene (musa da tragédia), Terpsícore (musa da dança), Euterpe (musa da música e da poesia lírica), Tália (musa da comédia), Calíope (musa da poesia épica ou heróica), Clio (musa da história). *in* CASTEL-BRANCO, Cristina, *Ob. cit.*, pp. 160-161.

¹⁴⁰ - DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, pp. 276.

¹⁴¹ - Vilhena Barbosa, Ignácio de. *Monumentos de Portugal: históricos, artísticos e archeologicos*. 1811-1890, pp. 493-496. B.N.L., ficheiro digitalizado. Opinião também defendida por SEQUEIRA, Gustavo Matos. *Ob. cit.*, pp. 18.

¹⁴² - O Palácio Vaux-le-Viconte foi construído entre 1658 e 1661 pelo arquitecto Louis Le Vau para Luís XIV, Nicolas Fouquet.

¹⁴³ - CASTEL-BRANCO, Cristina. *Ob. cit.*, pp. 91.

Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Pedro I, D. Fernando e D. João I até ao arco central, onde se localiza por sua vez, o busto de D. Fernando (o Infante Santo). Seguem-se os de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II bem como, D. Manuel, D. João III, D. Sebastião e D. Henrique. No torreão Poente, no lado do Jardim de Vénus, encontramos D. Pedro II (encimado), D. João IV (à sua esquerda) e D. Afonso VI e no lado Nascente, D. Pedro (encimado) rei ainda regente na altura da realização da escultura, dado ter a coroa na sua base¹⁴⁴. Na parte construída no Séc. XVIII, que se situa do lado do Jardim de Vénus, inicia-se a dinastia da Casa de Bragança e observamos os bustos do imperador Tibério (encimado no torreão poente) e as representações (na parede Sul) de D. João V, D. José, D. Maria I e D. João VI. A Dinastia Filipina, como monarquia espanhola que ocupou o País, não foi representada na Galeria.

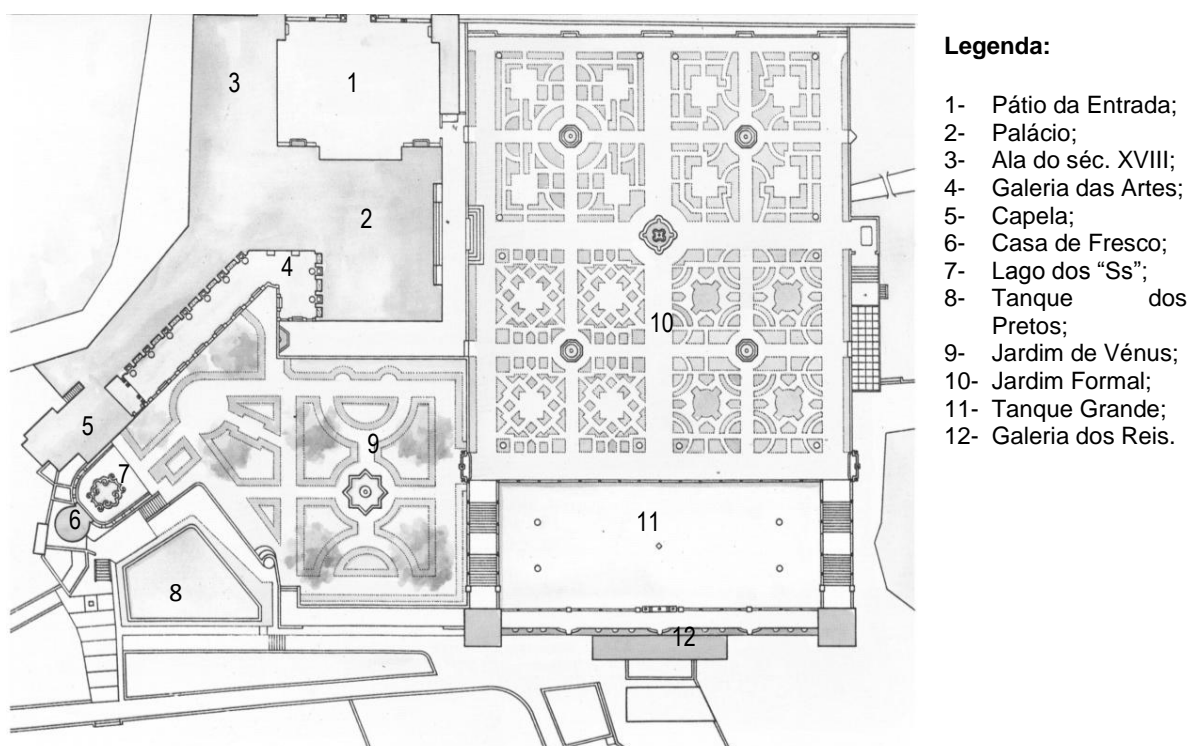


Fig.3.14. Planta do Palácio e Jardins. In H. Carita e A.H. Cardoso, 1998.

Os doze cavaleiros podem ter duas interpretações possíveis, por um lado Collotes de Jantillet (1678) sugere-os como antepassados da Família Mascarenhas¹⁴⁵ e por outro, José Queiroz (1991) identifica-os como os Doze de Inglaterra, baseando-se no *Canto VI*, dos *Lusíadas*, de Luís de Camões. Podem ainda tratar-se dos chefes da Guerra da Restauração da Independência Nacional ou da "aristocracia como sustentáculo da realeza" (XII Marquês de Fronteira)¹⁴⁶. Ramalho Ortigão (1836-1915) refere, que estes

¹⁴⁴ - NEVES, Cassiano. *Ob. cit.*, pp 94.

¹⁴⁵ - Embora falte um símbolo que o confira, como p. ex: escudo.

¹⁴⁶ - *Idem*, pp. 138.

são inspirados nos retratos equestres do infante Baltasar Carlos, de Filipe IV e do Conde-Duque de Olivares, da autoria de Velásquez (1599-1660)¹⁴⁷.

No Palácio Fronteira e respectivos jardins, a questão da escala e relações das dimensões do Renascimento sugerem a proporção de ouro¹⁴⁸.

“ (...) as proporções entre a largura e o comprimento e a posição de alguns dos seus elementos comuns, como a dimensão do lago, a localização dos pontos onde se inserem as estátuas do lago, seguem os princípios renascentistas do rectângulo de ouro herdeiros da arte e da arquitectura gregas e romanas” (Cristina Castel-Branco, 2008)

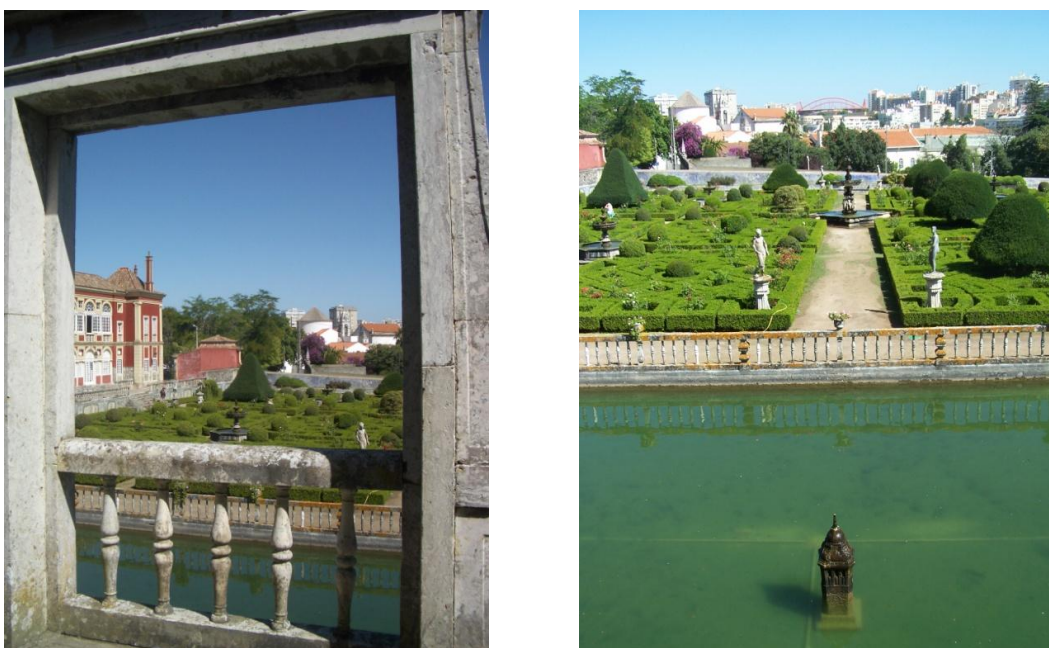


Fig.3.15. Janela da Galeria dos Reis – Eixo Orientador do Jardim Formal. Vista para NW e N, respectivamente. Foto da autora (2007).

C. Castel-Branco (2008) estabelece ainda, uma relação de semelhança entre os eixos da *Villa Lante* em Bagnaia, projectada por Vignola em 1568 para o Cardeal Gambara, com os do Fronteira:

“ (...) um eixo central do qual desce uma disposição simétrica até um parterre principal aberto às vistas das colinas circundantes. (...) Os eixos dos dois jardins são reforçados por fontes situadas nos principais cruzamentos dos eixos. (...) O aspecto mais surpreendente, e que é comum às duas propriedades, é constituído pelos terraços com inclinações semelhantes a acabarem em parterres com áreas muito próximas. (...) Em ambos os jardins está presente uma janela veneziana, uma abertura tripartida cujo vão central, mais largo, é fechado por um arco, enquanto os vãos laterais têm lintéis”.

¹⁴⁷ - ORTIGÃO, Ramalho. *Palácio Fronteira em Bemfica*. in AAVV. *A arte e a natureza em Portugal: album de fotografias com descrições, clichés originaes, copias em phototypia, monumentos, obras d'arte, costumes e paisagen*. Vol. IV., Emilio Biel & C.^a Editores, 1902-1908, Porto. B.N.L., microfilme cota F. 1721.

¹⁴⁸ - Ver Anexo 3.

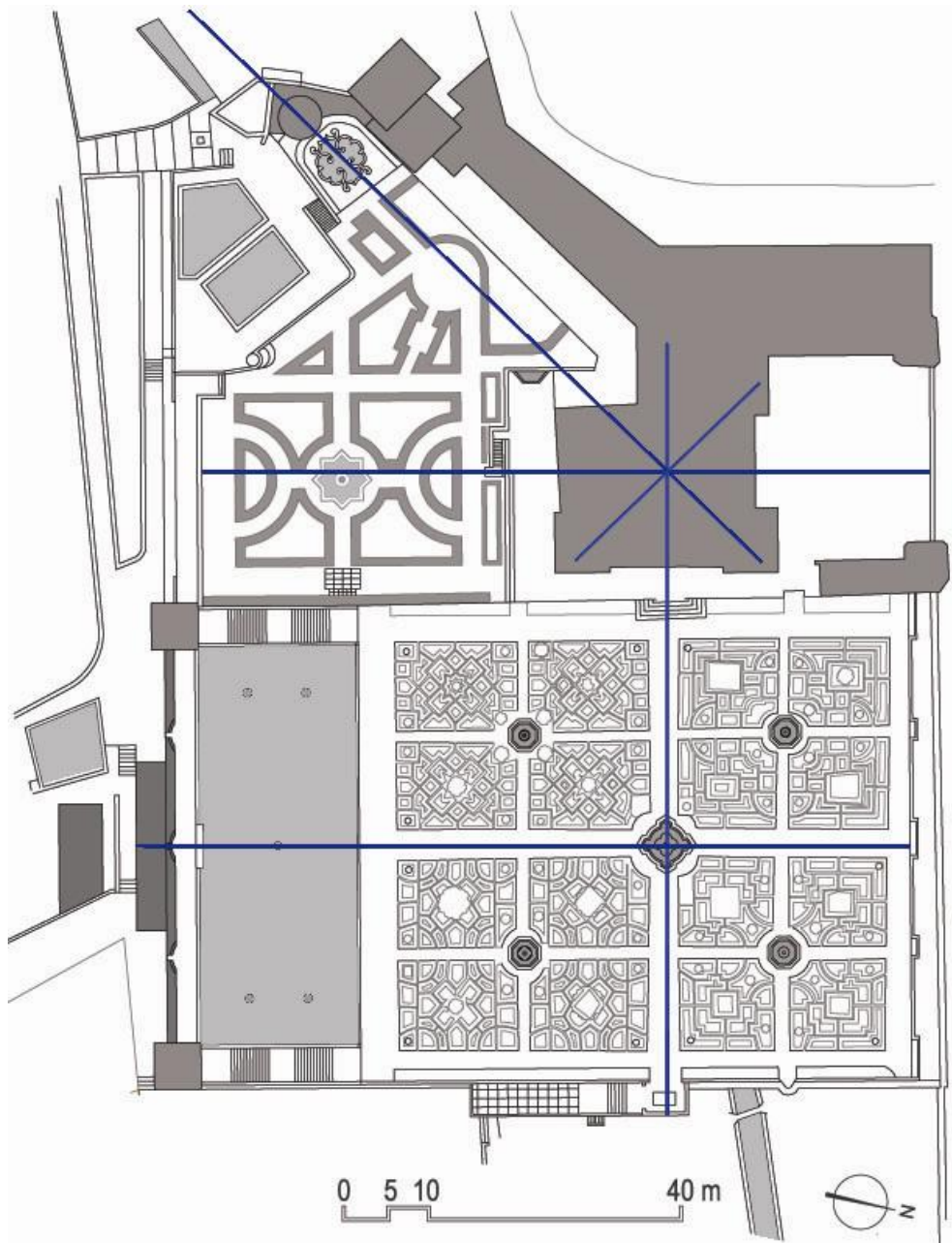


Fig.3.16. Planta do Palácio Fronteira e dos Jardins Formal e de Vénus, estão representados os eixos, a azul, orientadores do edifício e da sua envolvente. Planta realizada pela Autora e baseada nas peças gráficas da Prof.^a Marieta Dá-Mesquita (1992, Vol. III).

A **Casa de Fresco ou Casa de água**, localizada no lado Poente do Jardim de Vénus, foi construída antes de 1669, dado já ser referida no documento de Corsini e está inserida no “*modelo das grutas artificiais da Renascença e Maneirismo Italianos*”. Na frontaria de entrada observa-se o escudo de armas dos Castros, Família da 1^a Marquesa de Fronteira (Prof.^a M. Dá-Mesquita, 1992: 284). A casa de Fresco é caracterizada por uma acústica muito particular – a planta circular com aproximadamente 6m de diâmetro, a cobertura com cúpula semi-esférica (cujo tecto tem quatro arcos de volta perfeita cruzados perpendicularmente), os quatro nichos

recuados por arco (cada um com uma pequena fonte e um banco), o pavimento de pedra, bem como o revestimento das paredes em azulejos policromos seiscentistas, até à metade inferior, e embrechados, na parte superior, conferem um conforto acústico muito grande ao espaço. As suas formas côncavas são muito ressonantes, mas o cruzamento das ondas que delas resulta foi tido em conta na concepção - um espaço de descanso onde se pode conversar sem esforçar a voz, pois ouve-se com clareza fora dos ninchos. No entanto, quem estivesse sentado dentro destes, poderia sentir uma certa privacidade dado que a sua cavidade e o barulho da água limitariam a onda sonora no seu espaço, criando dificuldades a quem estivesse fora deles, para ouvir as conversas. Os embrechados pela sua textura e material contribuem por um lado, para difundir as ondas sonoras de forma homogénea pelo espaço e por outro, para absorver o som.

“Trata-se da mais bela gruta de embrechados de Portugal, na tradição tipicamente italiana das “rocailles” criada por D. João de Udine a partir de 1515, na Villa Madama de Roma e na Gruta de Romans no Palácio de Mântua” (Cassiano Neves, 1995, pp. 100).

A Casa de Água é antecedida pelo **Lago dos Ss**. Este tem duas esculturas nos topos, é revestido por azulejos brancos, no interior, e por motivos marítimos, no exterior, e é ladeado por dois bancos com azulejos policromos de meados do Séc. XVII em forma de semicírculo. Os **azulejos** do Palácio Fronteira e respectivos jardins são um documento importante da história de Portugal, estando ainda num bom estado de conservação.):

“ (...) os azulejos do palácio e jardim dos Marqueses de Fronteira em S. Domingos de Benfica, tão interessantes como cerâmica e como história” (José de Queirós, 1991).

Com uma temática muito variada e que engloba temas historicistas, profanos, alegóricos, mitológicos e exóticos. Podemos dividir os azulejos em quatro tipos: (a) Policromados geométricos, do Séc. XIV; (b) Azulejos figurativos, com motivos florais e pintados a azul, verde, amarelo e magenta, sobre um fundo branco. Estão presentes nas fachadas Nascente e Sul bem como, nos bancos da Casa de Fresco; (c) Figurativos a azul e branco, de origem holandesa do Séc. XVII, como é o exemplo dos painéis dos 12 cavaleiros na Galeria dos Reis, dos painéis na Galeria das Artes, dos azulejos nos lados Norte e Nascente do Jardim Formal e nos painéis de azulejos em espaços interiores do palácio, como a Sala das Batalhas, a Sala Holandesa etc. e, (d) Mistos com o uso de várias cores em temas figurativos, do Séc. XX, nomeadamente o painel de azulejos de Paula Rego.



Fig.3.17. Azulejos e Estatuária da Galeria dos Reis. Foto da autora (2007).



Fig.3.18. Azulejos policromos do Séc. XVII com ninfas e tritões alusivos ao Canto IX e X dos *Lusíadas*. Em baixo marinheiros navegam no Oceano Índico “figuras e acessórios do reinado de Filipe IV”¹⁴⁹.

¹⁴⁹ - QUEIRÓS, José de, *Cerâmica Portuguesa*, pp. 243

Os azulejos da Galeria dos Reis¹⁵⁰, que revestem as coberturas em pirâmide dos dois torreões e que alternam com os azulejos azuis da parede Sul, têm uma pigmentação composta por partículas de cobre, o que lhes dá um efeito de brilho. No revestimento exterior do telhado Casa de Fresco, localizam-se outros tipos de azulejos azuis e brancos, com padrão de inspiração floral. Como críticas sociais podemos encontrar as “macacarias”¹⁵¹, nos bancos de entrada da Casa de fresco e ainda as representações de animais nos azulejos dos bancos da Galeria das Artes – *o mundo às avessas*, do período Barroco, segundo Freese (2005).

Sistema hidráulico dos Jardins

O sistema hidráulico dos Jardins caracteriza-se pela captação, armazenamento e transporte da água de Monsanto, possibilitando a presença de água nas fontes. Têm a sua origem em cinco minas, com cerca de 1,50m de altura por 0,50m de largura, que estão sob a zona da Mata¹⁵² e desaguam nos tanques de armazenamento. A construção sistema de captação e distribuição das minas, entre 1665 e 1669 coincide com a do Palácio e é anterior aos jardins, cujo desenho e respectivos desníveis ou terraços já considerou os pontos de saída da água subterrânea Castel-Branco, 2008). O terreno onde se localiza a Quinta é um afloramento basáltico, com linhas de água que desaguam na zona de Sete Rios. Sobre este manto localizam-se camadas de rocha calcária que possibilitam o armazenamento da água das chuvas.

Com a edificação do Aqueduto das Águas Livres no Séc. XVIII, no reinado de D. Pedro V, foi construído um canal que ligava o Aqueduto, a Oeste, ao Vale de Sete-Rios, a Leste. Este localiza-se próximo das fundações do Palácio e da Sala das Batalhas, funcionando de maneira semelhante aos descarregadores de cheias duma barragem, dado que perante uma grande pluviosidade possibilitava a imersão das fundações do edifício. O facto de molhar o maciço de fundação, pode ser uma das causas da alteração das características das rochas e dos consequentes assentamentos das paredes de alvenaria de pedra. Depois de captada a água, é distribuída por gravidade para os reservatórios que a canalizam através das minas ou de caldeiras, para os

¹⁵⁰ - “ Os azulejos que revestem toda a Galeria dos Reis são de quatro tipos: os das molduras dos nichos e arcos, que também rematam a cornija e as arestas dos torreões, com pinhas em relevo, cruzadas em grupos de quatro, com reflexos metálicos e moldadas diagonalmente; os que cobrem o interior dos nichos e arcos e os telhados dos torreões, acobreados, de reflexos metálicos; os que compõem uma cercadura que percorre o interior de todos os nichos e os remata, monocromáticos, com quatro camélias divergentes dispostas em cruz; finalmente, os que preenchem toda a restante superfície, de cor azul-cobalto. A estes quatro deve acrescentar-se o do revestimento das fachadas norte de cada um dos torreões, compostos de frisos de temática militar, nomeadamente panópias e escudos de pintura azul contornada a manganês”. DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, pp. 274. Sobre os azulejos com cor-de-cobre, coloca-se a hipótese de serem de origem espanhola. José de Queirós.

¹⁵¹ - Figuração com carácter sátiro, onde os animais representam acções humanas. No painel ao redor do Lago dos Ss e ao lado do painel com as figuras mitológicas, professores de música representados por macacos ensinam gatos, observando-se a seguinte legenda: “*Ev sov o mestre da colfa*”. No painel à sua direita, gatos são barbeados por macacos.

¹⁵² - As minas caracterizam-se por “pedras calcárias cortadas, e o tecto do túnel formado por duas lajes inclinadas ou pela rocha basáltica cortada. Em quase toda a extensão do túnel, o chão é feito de tijolos ladeando um canal de pedra para o qual as galerias subsidiárias conduzem a água, penetrando profundamente a rocha, ramificando-se de modo a criar um sistema de infiltração onde a água corre para o colector central”. CASTEL-BRANCO, Cristina, *Ob. cit.*, pp. 105.

tanques e para as fontes. O Tanque Grande abastece o Jardim Grande e depende do Tanque da Galeria dos Reis e do Tanque da Carranquinha. Os principais reservatórios existentes são o Tanque dos Loureiros, o Tanque da Vinha, o Tanque da Carranquinha e o Tanque do Jardim Grande.



Fig.3.19. Chaminé da Mina da Quinta dos Marqueses de Fronteira e Alorna, antes da intervenção.

Na horta da Quinta existe ainda um **Pombal**, construído no Séc. XVIII e com características da arquitectura pombalina. Este tem uma planta octogonal com o diâmetro aproximado de 4.40m e paredes de alvenarias de pedra, revestidas no interior com azulejos azuis até à cota de 0.85m. No exterior, a pintura data dos finais do Séc. XIX e caracteriza-se por um padrão de vários losangos em ocre rosado, azul e manganês, de modo a criar um efeito tridimensional, lembrando a pintura das fachadas do Palácio no Séc. XIX.

3.1.5. O CONTEXTO E O TERRITÓRIO ENTRE O RURAL E O URBANO, EVOLUÇÃO RECENTE

(a). Uma origem Rural

A importância do Palácio Fronteira não se resume somente a um bem arquitectónico, engloba também, a noção de *Património Paisagístico* sendo o significado do monumento reforçado através do seu contexto. A escolha do lugar onde foi constituída esta Quinta de Recreio, relaciona-se com as condições topológicas, climáticas e características do solo e manto florestal da zona em que se insere. As terras férteis possibilitaram não só a agricultura e a implantação dos jardins em socalcos, segundo uma pendente natural, como o abastecimento de água por gravidade. Por outro lado, a encosta da Serra de Monsanto abrigava o local da intensidade dos ventos a noroeste

e a vegetação transmitia uma sensação de frescura no Verão. A congregação destes factores naturais ajudou a formular o programa inicial do Palácio Fronteira como uma residência de verão ou pavilhão de caça. No entanto, o seu contexto territorial nem sempre teve as formas actuais.

A *Serra de Monsanto* ou Mons Sacrum que significa monte sagrado, era um local de culto durante o período romano. Desta época subsiste a estátua de um sátiro que se encontrava no Convento de S. Domingos de Benfica, hoje pertença do Museu da Cidade¹⁵³. No século XV dá-se um crescimento urbanístico do sítio de São Domingos de Benfica com a construção de habitações ao longo da estrada de Benfica e da Luz. No século XVI começam a ser organizadas várias quintas e no século seguinte, são construídos novos edifícios na zona de **São Domingos** pelas Famílias aristocráticas de Benfica. Estas eram detentoras de extensos terrenos onde construíram residências habitacionais notáveis e Quintas ricas em pomares, hortas e jardins. Estas Quintas de Recreio e respectivos terrenos, proporcionavam tempos de lazer às Famílias da nobreza e da alta burguesia. Simultaneamente começam a surgir pequenos bairros residenciais destinados aos trabalhadores das Quintas, como é o caso do Bairro do Calhau¹⁵⁴.

No Séc. XVIII, verifica-se o aumento populacional para cerca do triplo, de cerca de 1169 pessoas (em 1680) e 3737 pessoas (em 1756)¹⁵⁵. Observou-se um grande desenvolvimento nesta zona e uma alteração da paisagem de Monsanto, pois a maior parte do território, que correspondia a mato, foi transformada em terreno cultivado. A serra dividia-se em vastas propriedades caracterizadas por quintas de recreio com grandes jardins como podemos constatar pelas notáveis descrições do Escritor Ramalho Ortigão¹⁵⁶ e pelas inúmeras fontes de água potável. São também realizadas várias construções na Serra de Monsanto das quais, destaca-se o Aqueduto das

¹⁵³ - "O povoamento da área que liga Campolide à Amadora, passando por Monsanto e Benfica, remonta ao Paleolítico, tendo sido descobertos vestígios particularmente significativos e numerosos em S. Domingos. Monsanto era local sagrado no Neolítico, conservando na própria toponímia reminiscências dessa época. Há indícios de que, nos tempos romanos, durante a ocupação árabe e até à Idade Média, a fixação tenha persistido, sendo certa a existência de um Paço Real onde é hoje S. Domingos de Benfica, no século XIII, reinado de D. Diniz. Foi neste paço que, nos finais do século XIV, se instalou a Ordem dos Pregadores, razão pela qual o sítio passou a ser conhecido por S. Domingos de Benfica". in DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, pp. 475-476.

¹⁵⁴ - O actual Bairro do Calhau localiza-se perto da linha-férrea de S. Domingos de Benfica, no sopé de Monsanto e nas traseiras do Palácio dos Marqueses de Fronteira e de Alorna. A construção dos edifícios não foi simultânea e dividiu-se em diversas fases. A primeira correspondeu à construção de um único bloco, com três pisos e sótão, datando dos séculos XVII e XVIII, com adições posteriores. Pela sua localização ser muito próxima do Palácio Fronteira, pensa-se que este núcleo tenha sido construído para permitir o alojamento dos funcionários do Palácio. No séc. XX, terão sido edificadas construções com qualidade precária, onde se observavam problemas que se traduziam na falta de condições para a habitação a nível de saúde, higiene, segurança e conforto. Estas foram mais tarde demolidas, quando a Câmara Municipal de Lisboa levou a cabo o projecto de recuperação e reconstrução do Bairro do Calhau, em 1980. As suas obras iniciam-se a 18 de Maio de 1982, durante o mandato do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa - o Engenheiro Krus Abecassis. A malha urbana desta última fase é essencialmente ortogonal e tem a maioria dos seus eixos bem definidos.

¹⁵⁵ - DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, pp. 487.

¹⁵⁶ - ORTIGÃO, Ramalho. *Palácio Fronteira em Bemfica*. in AAVV. *A arte e a natureza em Portugal: album de fotografias com descrições, clichés originaes, copias em phototypia, monumentos, obras d'arte, costumes e paisagen*. Vol. IV., Emilio Biel & C.^a Editores, 1902-1908, Porto. B.N.L.

Águas Livres. Na segunda metade do século XIX, a serra adquiriu maior importância a nível geoestratégico e foram criadas estruturas militares que faziam parte do sistema de defesa da capital - o Forte de Monsanto, que funciona como actual estabelecimento prisional de Monsanto, o Forte do Alto do Duque, o reduto dos Montes Claros e as Lunetas. Neste século, dá-se um grande aumento demográfico na zona de Benfica¹⁵⁷ com a chegada dos transportes públicos e a expansão das vias de ligação ao centro da cidade das Sete Colinas. A evolução dos meios de transporte e das suas vias melhoraram as condições de acesso neste local e foram essenciais para a criação de São Domingos de Benfica como uma freguesia distinta¹⁵⁸.

Actualmente a Quinta de Recreio dos Marqueses de Fronteira e Alorna ainda preserva a mata inicial de Monsanto, elemento este de enorme importância, considerando que a vegetação existente na serra já não é a original (Cristina Castel-Branco, 2008, pp. 97). A paisagem das Quintas e Pavilhões de Caça rodeadas por mata e zonas agrícolas foi progressivamente modificando o seu carácter. Em 1930, abundavam os terrenos para pasto, numerosos moinhos de vento e várias pedreiras.

Poucos foram os exemplares de arvoredo que subsistiram, destacando-se apenas algumas oliveiras localizadas principalmente ao longo das antigas estradas e azinhagas. Estávamos perante um cenário, onde predominava a pouca diversidade de plantas nos viveiros existentes e a pobreza dos solos. Em 1868, surgiu a primeira referência à ideia de arborizar a Serra de Monsanto num relatório sobre a arborização geral do país, da autoria de Carlos Ribeiro (1813-1882) e Nery Delgado (1835-1908):

“ (...) podemos lembrar a V. as imediações de Lisboa, toda a Serra do Monsanto que muito conviria arborizar, para mais tarde abastecer a Capital de lenhas e madeiras, amenizando ao mesmo tempo a aridez que nota o viajante quando entra no Tejo vendo num e noutro lado montanhas escalvadas(...)”, “(...)os verdes maciços de arvoredo que dariam à Cidade um aspecto mais risonho e modificariam favoravelmente o clima, contribuindo eficazmente para a salubridade pública”¹⁵⁹.

¹⁵⁷ - Uma descrição de João da Matta (*in* <http://www.cm-lisboa.pt>), datada de 1758, revela-nos que a população de Benfica era de três mil, novecentos e sessenta e duas pessoas, com cerca de oitocentas e cinco pessoas nas periferias. Em 1767, esta freguesia dispunha de oitocentos e cinco fogos e rendia ao Patriarcado duzentos mil reis. A 13 Km de Lisboa, Benfica era considerado um subúrbio desta cidade. Visto como um sítio, lugar, aldeia, paróquia, freguesia, arrabalde de Lisboa, o seu território incluía uma vasta área que ia desde Sete Rios a Belas e de Carnide ao Alto da Ajuda. A Amadora, e mais tarde parte da N.ª Sra. de Ajuda também pertenceram a Benfica que por sua vez, fez parte do Concelho de Belém entre 1852 e 1885. O decreto de 18 de Julho de 1885 dividiu Benfica, integrando-a em Lisboa até à Estrada da Circunvalação e o seu território exterior, à Estrada da Circunvalação em Oeiras.

¹⁵⁸ - A freguesia de São Domingos de Benfica foi criada a 7 Fevereiro de 1950, através do Decreto-Lei nº 142 e faz parte do Concelho de Lisboa. Com 4,30 km² de área e 33 678 habitantes (CENSUS, 2001), possui uma densidade de 7 839 hab/km².

¹⁵⁹ - RIBEIRO, Carlos e DELGADO, Nery. *Relatorio acerca da Arborisação Geral do Paiz*. Lisboa, tipografia da Academia Real das Sciencias, 1868. Disponível na internet em http://webserver.cm-lisboa.pt/pmonsanto/MONS_Historia.htm.

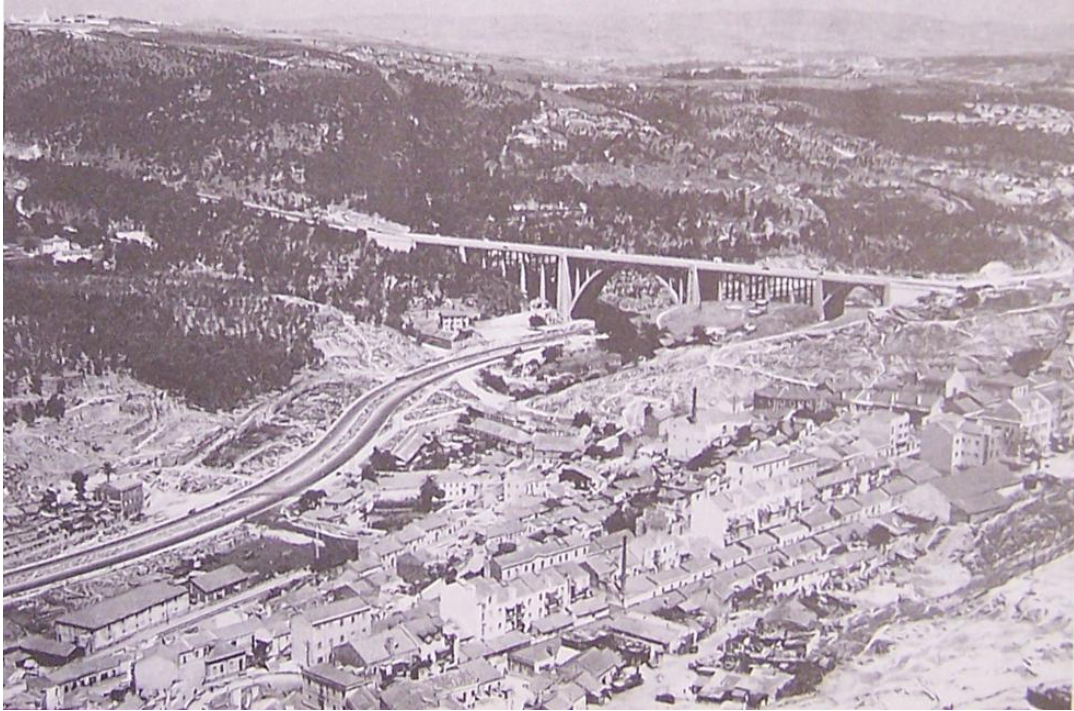


Fig.3.20. Vale de Alcântara com Viaduto Duarte Pacheco, 1941. Foto de Horácio Novaes.
in TOSTÕES, Ana (1992).

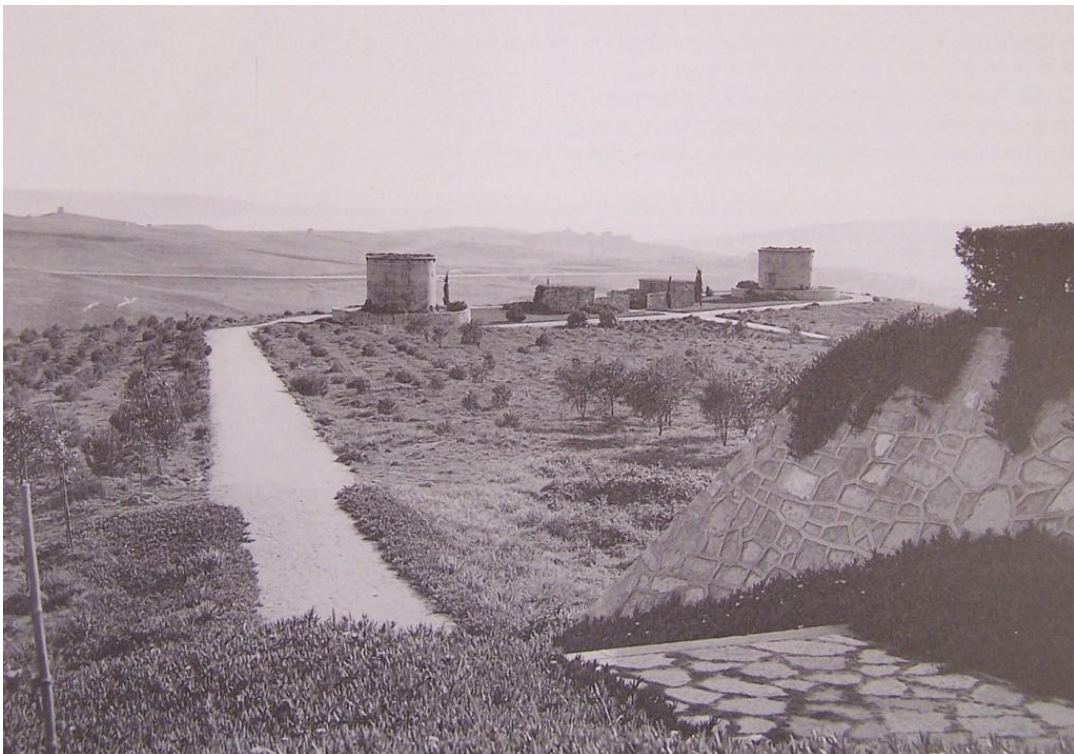


Fig.3.21. Miradouro dos Moinhos do Mocho, anos 50 do Séc. XX. Foto de Horácio Novaes.
in TOSTÕES, Ana (1992).

Esta ideia, à semelhança do Bosque de Bolonha, em Paris, tinha como objectivo proporcionar aos Lisboetas um grande parque de lazer. Em 1925, foi apresentada uma proposta de ordenamento do território, pelos irmãos MacBride, seguida em 1927, de outra, da autoria do urbanista francês Jean-Claude Nicolas Forestier (1861-1930). Ambas consideravam para este território o predomínio de arborização e a instalação de recintos para jogos e desportos, bem como equipamentos de lazer com lagos, miradouros e zonas de estadia, no sector Noroeste da Serra de Monsanto. A primeira solução tinha contudo um carácter utópico, ao propor a concretização de um bosque em Lisboa que, ocupando uma área de 1800 hectares, se expandia sobre a forma de anel, desde o Campo Grande a Monsanto. A segunda solução caracterizava-se por um traçado monumental e pela centralização de um grande parque com jardins e campos de jogos.

Em 1929 foi organizada a primeira comissão para elaborar o plano de arborização da Serra de Monsanto. A iniciativa foi do Ministro da Agricultura, o tenente-coronel Linhares de Lima, que planificou a arborização da Serra de Monsanto, reduzindo aproximadamente para metade a área prevista pelos MacBride. O seu plano baseava-se no modelo do Bosque de Bolonha parisiense e apresentava uma arborização total da Serra num desenho caracterizado por caminhos curvos e labirínticos, por construções de restaurantes, de pavilhões e pela reutilização dos moinhos como casas de chá.

O Engenheiro Duarte Pacheco (1899-1943), com o apoio do Estado Novo, realizou a proposta que serviu de base à actual estrutura física da Serra de Monsanto. O Parque apresentado designava-se como *Parque Florestal (Occidental) de Lisboa* e dele fazia parte, o envolvimento do troço final da Auto-Estrada Estádio Nacional - Lisboa. Este tinha como principal função, ser o "*pulmão*"¹⁶⁰ da Cidade e simultaneamente a zona de lazer da população, diferenciando-se assim, do Vale do Jamor, que dispunha de vários equipamentos desportivos. O contexto do Parque passou a estar legalizado com a implementação do Decreto-Lei nº 24625, de 1 de Novembro de 1934. Com o Decreto-Lei nº. 29135 de 16 de Novembro de 1938, Monsanto foi submetido ao Regime Florestal Total e a Câmara Municipal de Lisboa deu início às expropriações¹⁶¹ dos

¹⁶⁰ - O conceito de *Pulmão Verde* surgiu nas cidades durante a Iª revolução industrial (Inglaterra, final do Sec. XVIII). A poluição e o agravamento da qualidade de vida a nível físico e mental, levaram a que fosse dada uma maior importância ao ambiente rural, considerado como um retiro para os cidadãos que nele podiam "melhorar a saúde" e "renovar energias". Um espaço verde na cidade tinha como principal função, a produção de oxigénio que pudesse compensar a atmosfera poluída e doentia da cidade mas também, proporcionar lazer à população.

¹⁶¹ - Devido ao enorme território contido no plano (cerca de 700 hectares), a Serra foi dividida em seis zonas operacionais. Em 1938 já tinham sido expropriados os 420 hectares da 1ª, 2ª e 3ª zonas, que correspondiam à faixa envolvente da cidade, aos limites com Belém e enquadramento verde da auto-estrada. Em 1940, a 1ª zona foi ampliada envolvendo assim, o traçado final da auto-estrada e protegendo o limite ocidental de Lisboa. Em 1941 foi expropriada a 5ª zona e definidas medidas preventivas contra construções na 4ª zona, localizada próxima à linha de Benfica. No ano seguinte a 6ª zona, que englobava o alto de Monsanto e a região do Forte militar, foi finalmente expropriada. No fim, o total da área ocupada pelo Parque Florestal de Monsanto era de 900 hectares e definia-se a Poente pela praça de Algés até à linha-férrea de Benfica, a Nascente pelo vale de Alcântara até ao Bairro Salazar e a Sul pela Tapada da Ajuda e o Bairro do Restelo.

terrenos para a reflorestação e para a instalação do equipamento projectado. No entanto, foi necessário enfrentar um processo complicado e moroso.

O plano GROER estabeleceu o novo ordenamento de Lisboa. Dele fazia parte um projecto para o Parque Florestal da Cidade, do arquitecto Keil do Amaral, iniciado nos anos 40 e apresentado em 1946. Este pretendia criar um bosque natural com zonas de estadia, miradouros, equipamentos de desporto e lazer. As bases de concepção deste projecto paisagístico não tinham as tradicionais influências dos parques ingleses ou dos jardins formais franceses, sendo por isso inovadoras. Por oposição a uma cidade considerada “fria e moderna”¹⁶² foi idealizado um bosque natural e selvagem, em que predominavam os pinheiros, os eucaliptos e os carvalhos. Miradouros e zonas de estar, permitiam o usufruto tanto da paisagem urbana, como da nova de carácter rural do Parque Florestal de Monsanto. Foram reutilizadas ainda, algumas preexistências dos fortes e moinhos que caracterizavam a Serra. Keil do Amaral, relativamente à circulação dos transportes e peões, optou por atribuir a principal importância aos caminhos pedonais e de cavaleiros, criando circuitos que se cruzavam com as espécies arbóreas e pontos de vista mais interessantes. Para evitar o ruído e a confusão gerados pelo trânsito dos veículos motorizados, as vias destes transportes limitaram-se aos circuitos essenciais. Foi também pensada uma linha eléctrica para o Parque.

(b). Crescimento Urbano

O arquitecto enfrentou contudo, diversos problemas que impossibilitaram a execução do PFM na totalidade. Os limites do Parque previstos no Plano GROER, não foram legalmente definidos, levando a que várias áreas fossem urbanizadas pela própria Câmara Municipal. Este processo é iniciado com a construção do Bairro da Boavista em 1943 e posteriormente, do Bairro do Caramão da Ajuda (1945), da expansão de Caselas (1947) e do Bairro da GNR (1957). Mais tarde, são construídas as instalações da Força Aérea Portuguesa, em 1955, e da Marinha, nos espaços destinados aos equipamentos e infra-estruturas do projecto. Das construções previstas pelo arquitecto, apenas foram realizados os principais acessos, o Parque Infantil do Alvito e o Restaurante - Miradouro de Montes Claros. Por outro lado, vários terrenos privados, como é o caso das Quintas de St^o. António, de S. José, da Fábrica do Rajá e de outros com dimensões menores, nunca foram expropriados. Estes acontecimentos, levaram a que a outrora activa campanha do Eng.^o Duarte Pacheco fosse perdendo a sua intensidade, dando lugar a uma fase com princípios opostos como é o caso da urbanização parcial do Parque.

Na década de 60, destaca-se a construção do Parque de Campismo e as obras dos acessos à Ponte 25 de Abril, bem como, a construção do primeiro clube privado: tiro ao chumbo, em 1962. Em 1970, o Decreto-lei nº. 297/70, de 27 de Junho, reduz o

¹⁶² - ALMEIDA, D. Fernando. *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Vol. V., Tomo I, Junta Distrital de Lisboa, 1973, pp. 54.

conceito de “utilização pública” do parque e prevê a construção de infra-estruturas de carácter informativo, formativo, de desporto e lazer. Deste modo, em poucos anos, foram aprovadas diversos equipamentos: a Rádio Televisão Portuguesa (1952), Rádio Difusão Portuguesa, várias unidades escolares, serviços prisionais, Hospital Ocidental de Lisboa, Automóvel Clube de Portugal. Foram estudadas também, várias hipóteses para a Universidade Técnica de Lisboa e de diversas unidades Hoteleiras. No ano de 1971 é edificado o Bairro dos funcionários do Ministério da Justiça e, em 1972, o estádio do CIF - Clube Internacional de Futebol.

A densa construção de edifícios com mais de três andares, a partir da década de 70, teve consequências negativas sobre o horizonte visual que o Palácio Fronteira outrora usufruía, envolvendo-o com uma malha urbana, em vez de zonas verdes, descontextualizando-o materialmente, da sua história original – enquanto pavilhão de caça e retiro da metrópole de Lisboa.

Esta tendência de aumentar a área “urbanizada” de Lisboa com a construção de lotes no Parque Florestal de Monsanto mudou o seu rumo com a aprovação do Decreto-Lei nº.380/74 de 22 de Agosto de 1974, que anulava o anterior de 1970. Este novo Decreto-Lei, foi proposto pelo arquitecto Gonçalo Ribeiro Teles (n. Lisboa 1922) e permitiu, à Câmara Municipal de Lisboa e à Direcção Geral das Florestas, estabelecer os limites precisos (resultantes do levantamento do PFM, realizado entre 1973 e 1978) em Maio de 1979.



Fig.3.22. 1904-11– Quinta de Recreio do Palácio Fronteira. in PINTO, Silva e CORREIA, Sá (2007).

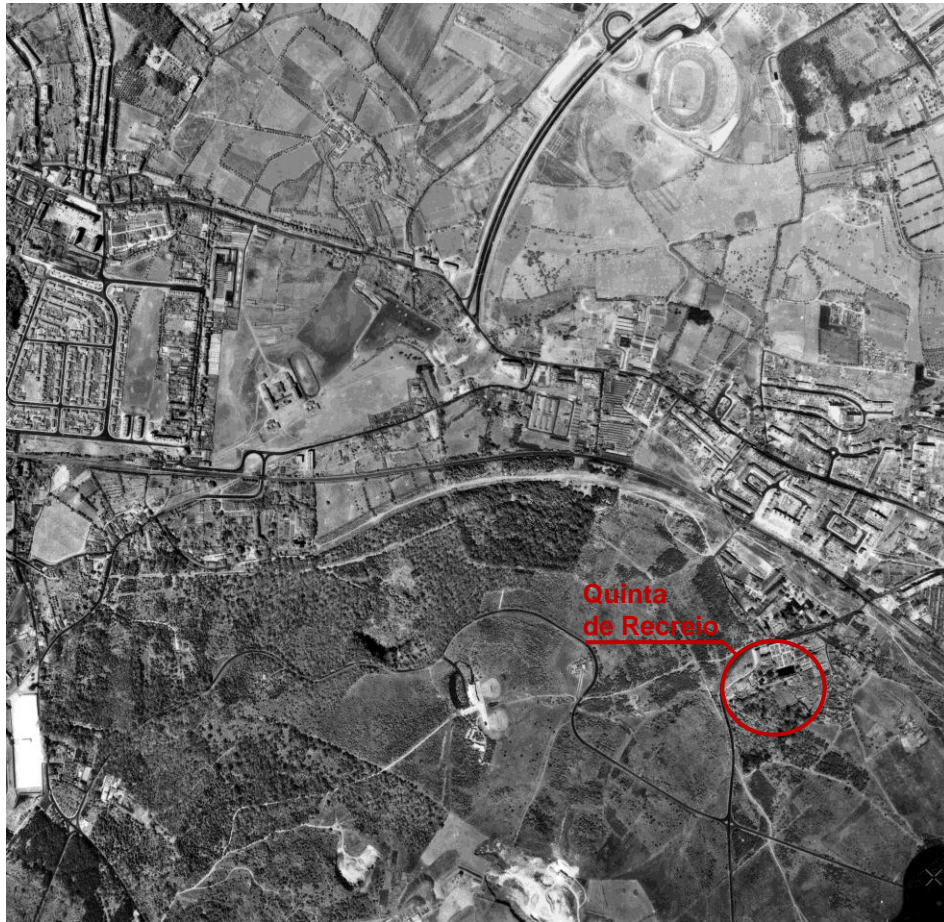


Fig.3.23. Junho 1965. Fotografia aérea.. in BASTOS, J. N. (2007).

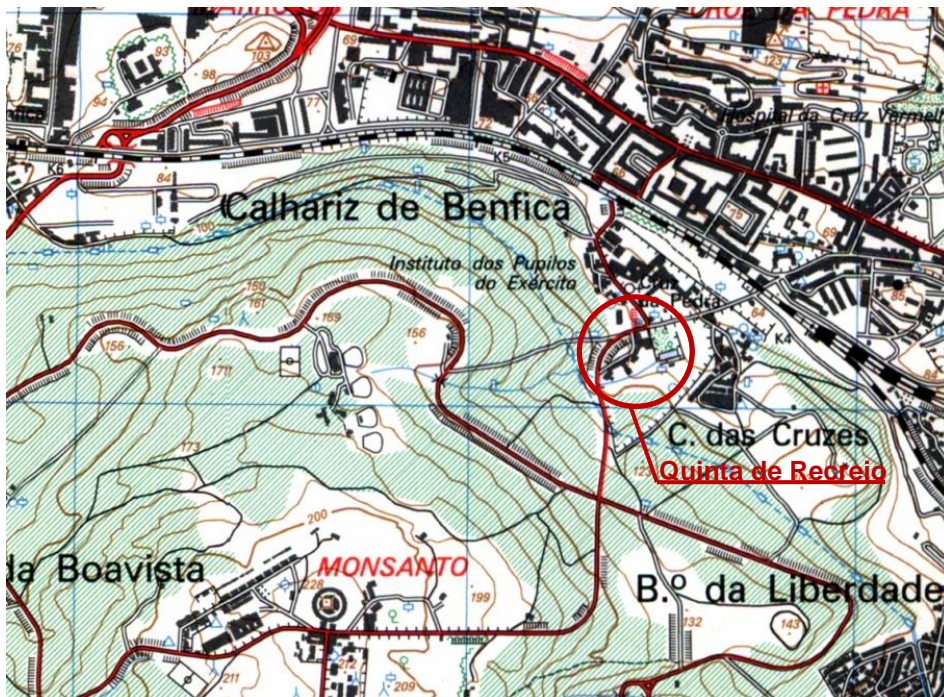


Fig.3.24. 1993 - Planta de localização. in BASTOS, J. N. (2007).

Os “Parques Urbanos” foram determinados e autorizados pela Câmara Municipal de Lisboa, em 1987. Estes designavam as zonas onde, pelas suas características biofísicas e de localização, era possível a construção de equipamentos, de pólos de dinamização e de referência para a coerência de todo o conjunto do Parque.

Em 1988, o Governo retirou 56 hectares do perímetro do parque para a instalação do Pólo Universitário 2 da Universidade Técnica de Lisboa no Alto da Ajuda. No entanto, em 1990 Jorge Sampaio consegue reduzir a área, destinada à instalação da UTL, para 39 hectares. Em 1989, são cedidos terrenos para a edificação de um colégio ligado à Opus Dei e de dois campos de rãguebi do Grupo Desportivo de Direito. O projecto do colégio, ainda que concretizado, foi fortemente contestado pelos vereadores comunistas durante o mandato de Sampaio. Este seu voto foi considerado insuficiente e pouco relevante. No início da década de 90, concretizou-se na zona Norte do PFM, o Parque Urbano do Alto da Serafina, formado por duas zonas distintas: o Parque Recreativo de Alto da Serafina (um espaço lúdico vedado e aberto ao público) e o Parque do Calhau¹⁶³ ligados entre si pelo caminho do Aqueduto¹⁶⁴.

Em 1991, é aceite um novo Plano de Ordenamento e Revitalização do Parque (PORM) que fez a revisão do anterior (de 1986). No ano seguinte, inicia-se a construção da CRIL, que irá subtrair sete hectares à área de Monsanto, e anuncia-se a decisão de erguer a Cidade Judiciária, na zona da antiga cadeia de Monsanto. O Parque Urbano do Alto da Serafina é inaugurado em 1993, na zona Norte do Parque Florestal de Monsanto. Ocupando cerca de 50 hectares, é um espaço que se dedica principalmente à educação ambiental. Nesta data é também lançado o concurso, actualmente cancelado, para a construção e exploração de um teleférico que faria a ligação entre Sete Rios, Alto da Serafina, Cidade Judiciária e o Restaurante panorâmico.

O Centro de Interpretação foi inaugurado em Março de 1996 e trata-se de um edifício de apoio ao Parque Ecológico, sendo a sua função principal a recepção, informação e encaminhamento dos visitantes do Parque Florestal de Monsanto. Em 1999 destaca-se a recuperação da Mata de S. Domingos de Benfica, de que fez parte a instalação de um parque infantil, de um parque aventura e sinalização, bem como a criação de um circuito de manutenção e a recuperação dos equipamentos existentes. Neste ano, foi ainda inaugurado o Parque Recreativo dos Moinhos de Santana.

¹⁶³ - O Parque do Calhau localiza-se junto ao Bairro do Calhau. Utilizado pelo público desde 1990, é constituído por um grande relvado e equipamento de lazer, onde encontramos um miradouro sobre a Zona Leste da Cidade. Neste Parque situam-se as sedes do Centro Associativo do Calhau, constituído pela ASPEA, QUERCUS e CAAL.

¹⁶⁴ - O caminho do Aqueduto é uma estrutura pedonal que segue o Aqueduto das Águas Livres e possibilita estabelecer uma ligação directa entre a Buraca e Campolide.

Em 2001, foi realizada a actualização do Plano de Ordenamento e Revitalização de Monsanto e três anos mais tarde, criaram-se novos Pólos de dinamização do Parque, tais como, “*No Ar e Sobre Rodas*”, “*Desporto no Penedo*” e “*Parque da Pedra*”.

Actualmente, observa-se uma crescente preocupação política em relação aos espaços verdes urbanos, públicos e privados. O **Plano Verde de Lisboa**¹⁶⁵, com o objectivo de melhorar o ecossistema do tecido urbano, as condições ambientais e de vida neste território, procura recuperar as zonas verdes e criar novos espaços. No entanto, embora esteja a aumentar a noção da importância de zonas verdes na cidade, a excessiva densificação da malha urbana juntamente com a especulação imobiliária e a falta de um planeamento e gestão adequada, ameaçam a implementação de novos espaços verdes, descurando mesmo a manutenção e conservação dos já existentes.

A aplicação da Reserva Agrícola Nacional - RAN e da Reserva Ecológica Nacional - REN, através dos Planos Directores Municipais – PDM, é em alguns casos confusa, mas é por vezes um elemento fundamental de Salvaguarda que permite a conservação de solos, a defesa dos leitos de cheia, das cabeceiras das linhas de água e do coberto vegetal. No entanto, uma paisagem não se limita às fronteiras dos territórios Municipais onde se insere, embora sofra destruições consoante os diferentes organismos de gestão onde se localiza. Neste sentido, é necessária a existência de um Plano Geral de Ordenamento do Território – PROT bem elaborado e fundamentado, onde os diferentes PDM(s) se estruturam, para posteriormente se interligarem com as diferentes Câmaras Municipais.

O Parque Florestal de Monsanto não deve ser visto somente como um espaço de lazer e turismo pedagógico, é necessária a consciencialização da sua importância para a regeneração e auto-suficiência da Cidade de Lisboa e das suas periferias. Esta zona da cidade deve ser observada como uma estratégia de qualificação ambiental e paisagística, como um espaço que desempenha funções culturais para os seus habitantes e como um modo de salvaguarda do património que é Lisboa.

Consequências da transformação da envolvente

No Séc. XXI, foram construídos o passadiço sobre a linha férrea e a via rápida, próximo do Palácio Fronteira, o Estádio da Luz foi ampliado (2004) e o grande crescimento vertical dos edifícios dos Bairros que envolvem a Serra de Monsanto (particularmente em Benfica e em Sete Rios), veio acentuar a problemática de contraste entre uma paisagem rural e uma nova paisagem urbana. A linha férrea que divide os dois tipos de ocupação do solo, evidencia o contraste das mesmas.

¹⁶⁵ - No Plano Verde de Lisboa é proposta uma Estrutura Ecológica (EE) que baseando-se na morfologia da paisagem, organiza-se segundo ecossistemas (espaço natural) e conjuga-se com as áreas edificadas (espaço artificial). Desta forma a EE permite não apenas melhorar o funcionamento do território como também, relacionar valores e vivências da cidade com os da natureza e da ruralidade.

A Norte a construção em altura revela uma malha urbana, que pela sua densidade e pouca coerência a nível da escala, entra em contraste com o equilíbrio da zona verde da Serra de Monsanto, no lado oposto da linha.

A Sul, encontramos edifícios que tiveram em consideração o contexto geográfico, paisagístico e as condições ambientais de Monsanto. Neste sector, o núcleo urbano, no qual se inclui o Bairro do Calhau, foi o que melhor preservou o carácter inicial de Benfica, quer a nível do edificado, quer a nível cultural. Nesta zona da freguesia de S. Domingos sentimos ainda, o que seria viver nos arredores da antiga cidade de Lisboa, o que contrasta com o lado oposto, onde se salienta a visão de uma cidade que cresce sem lógica nem regras sobre as suas periferias.

O aumento do tráfego em Monsanto e da poluição, assim como, a falta de manutenção e conservação ao longo dos anos do Palácio Fronteira, são responsáveis pela sua elevada deterioração que quase levou ao colapso da fachada Norte do edifício. Actualmente o complexo do Palácio encontra-se constantemente com obras de restauro, mas este é um processo crítico, devido à actual rapidez da deterioração e à escassez de verbas atribuídas para esta função.



Fig.3.25. Jardim Formal, vista para Sete Rios. Foto da autora (2007)

3.2. INTERVENÇÕES NO PALÁCIO FRONTEIRA – UM CASO DE ESTUDO

Os projectos de reabilitação no Palácio Fronteira e a sua concretização, constituem a proposta deste caso de estudo. Estes caracterizaram-se principalmente por escolhas de conservação, de restauro e de manutenção, tornando-se um exemplo de referência pois não optaram por soluções de renovação, mantendo muitos dos elementos existentes como eram inicialmente. No entanto, a linguagem das intervenções nem sempre é evidente o que torna difícil a distinção cronológica das suas épocas.

3.2.1. Antes do Séc. XX

O Palácio Fronteira é actualmente constituído por quatro elementos fundamentais mas construídos em épocas diferentes. Segundo C. Castel-Branco (2008) estas dividem-se em:

- (I) **A Capela** com uma inscrição de 1584 e o primeiro elemento a ser construído. Neste corpo, pela data de inscrição de 1771 do altar da direita e pelo estilo da capela, pensa-se que tenham sido realizadas grandes obras¹⁶⁶.

- (II) **O Pavilhão de Caça ou Corpo central**, mandado construir nos inícios do Séc. XVII, está na origem da forma actual do corpo principal do Palácio. Neste século, foi ainda construída a Casa de Fresco. Nos inícios do Séc. XVIII, foram realizadas obras de conservação na **antecâmara do Palácio**¹⁶⁷ e registadas as primeiras obras de recuperação das coberturas do edifício¹⁶⁸. Em 1771-1781 a Sala das Batalhas foi decorada com estuques pintados e alto-relevos nas paredes e tecto, por encomenda do V Marquês de Fronteira, D. José Luís de Mascarenhas¹⁶⁹. Nos finais do Séc. XVIII ou inícios do Séc. XIX, as fachadas da Loggias Norte e Nascente foram fechadas. Ainda no Séc. XIX, pensa-se que tenha sido realizada, nas fachadas do monumento, uma espécie de pintura em *trompe l'oeil* em losangos alternados, em voga na época (ver Fig. 3.25. e Fig 3.26.)¹⁷⁰.

- (III) **O Terraço da Galeria das Artes** ligando o Pavilhão à Capela, com a possível data de construção de 1669.

¹⁶⁶ - NEVES, Cassiano. *Ob. cit.*, pp.82.

¹⁶⁷ - “(...) oje vim a esta caza para fazer acabar estes romendos, o estuque da ante-camera cairão muitos pedaços e a porta que vai desta caza a em que dormem mininos há mister huma pedra que se vai rachando na parede, as tilhados todos se fizerão de novo assim de madeira, como de pedreiro (...)”: Cartas da 2ª Marquesa de Fronteira d. Joana de Toledo e Meneses ao 2º Marquês de Fronteira D. Fernando Mascarenhas, Lisboa, 21 Agosto de 1709. in DÁ-MESQUITA, Marieta, 1992, *Ob. cit.*, Vol. II, pp.308.

¹⁶⁸ - DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, Vol. II, pp. 281-307.

¹⁶⁹ - DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, pp. 355. As intervenções neste século não são evidentes, levantando-se a questão de saber se as marcas de balaústres nas portas laterais da parede Sul desta sala e que comunicam com o átrio de entrada, serão ou não testemunhos de um programa diferente do edifício com a possível existência de uma escadaria nobre (Idem, pp. 548). Segundo Fernando Mascarenhas (2003, pp.21 e 22, Ver ainda Anexo 3.), o V Marquês de Fronteira de modo a obter o financiamento necessário para restaurar o Palácio teve necessidade de vender móveis e objectos pertencentes ao monumento, tal como o fez o actual Marques de Fronteira.

¹⁷⁰ - Osório, Mafalda. *A pintura mural. in NEVES, Cassiano. Ob. cit.*, pp. 132.

(IV) **A Ala Ocidental do Séc. XVIII** mandada construir pelo V Marquês de Fronteira e Alorna entre 1771 e 1781. Como consequência da construção da nova ala e numa data em simultâneo, entre o ano de 1770 e 1780, a Fonte de Vénus foi deslocada. São também desta fase, alguns revestimentos de azulejos e de pinturas sobre estuque a têmpera nas paredes e tecto, nomeadamente na Sala de Juno, na Sala dos Painéis, na Torrinhã Norte, com uma temática paisagística, e no tecto da biblioteca, com temas que variam do estilo rococó ao neoclássico¹⁷¹. Com a adição da Ala do Séc. XVIII, a Sala dos Quatro Elementos foi alterada para estabelecer a ligação com este novo corpo. A zona da Galeria dos Reis no Jardim de Vénus foi igualmente construída nesta campanha de obras, em 1781. No Séc. XIX, verificou-se o desabamento do tecto da Sala de Aparato¹⁷² e ainda nesta época, alguns dos espaços do Palácio foram utilizados como salões de festas, após a expulsão do exército de Napoleão.

“(...) Os salões de Benfca, outr’ora tão desertos, eram nesta época muito frequentados, não só porque minha Avó attrahia alli a sociedade, pelo seu talento e espírito, mas porque os elegantes procuravam conviver com as minhas tias que, tendo estado muitos anos fora de Portugal, passavam pelas primeiras elegantes (...)”¹⁷³.

Com o VII Marquês de Fronteira, o monumento foi restaurado pelo estucador Daniel, algumas paredes foram pintadas com cor de Mogno e foi realizado um restauro e a conservação de parte do mobiliário existente, o que não teve resultados positivos dado que foi comprada uma nova mobília, entre 1818 a 1824, pelo seu casamento. Após a Guerra Civil Portuguesa ou Guerra Liberal (1828-34), a Família regressou ao Palácio¹⁷⁴ ao fim de 10 anos de ausência e, no ano de 1834, o Palácio voltou novamente a ser decorado com um mobiliário feito à semelhança do existente antes do casamento¹⁷⁵.

Na Fig. 3.24, podemos observar de forma esquemática, que após ter sido construída a Capela e o Pavilhão de Caça, a Galeria das Artes vem desempenhar um papel de ligação entre estes dois corpos. A Ala do Séc. XVIII, foi edificada cerca de cem anos depois e veio reforçar esta união, bem como, adicionar um novo corpo a Nordeste. A construção das Casas de Guarda e do Pátio exterior, acrescentaram uma praça exterior e reforçaram os limites territoriais do Monumento, bem como os seus limites visuais, contra a “curiosidade exterior”. A Casa de Fresco e o Jardim dos Jasmins (adjacente à fachada Sul) criaram um elo de ligação entre o Palácio e o Jardim de Vénus, do mesmo modo que a nova escadaria a Nascente, estabelece a comunicação principal entre o edifício e o Jardim Formal.

¹⁷¹ - NEVES, J. Cassiano. *Ob. cit.*, pp.48.

¹⁷² - DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, pp. 361

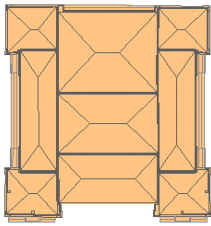
¹⁷³ - MASCARENHAS BARRETO, D. José Trasimundo. *Ob. cit.*, , pp.144.

¹⁷⁴ - *Noticia biographica dallustrissima e Excellentissima Senhora Marqueza de Fronteira e de Alorna. in Lisboa: Impr. Nacional, 1860, pp. 17. B.N.L., cota 14956 H.G.*

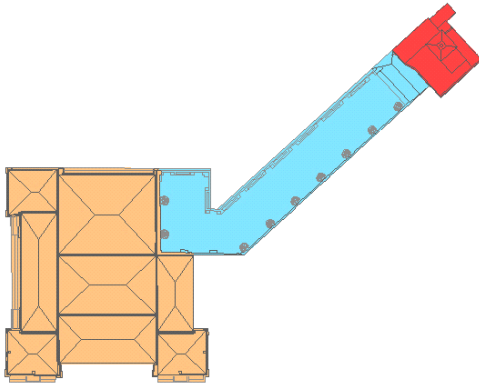
¹⁷⁵ - MASCARENHAS BARRETO, D. José Trasimundo. *Ob. cit.*, Vol. III (1824 a 1833). B.N.L., cota 15418 V. Ver Anexo 3.



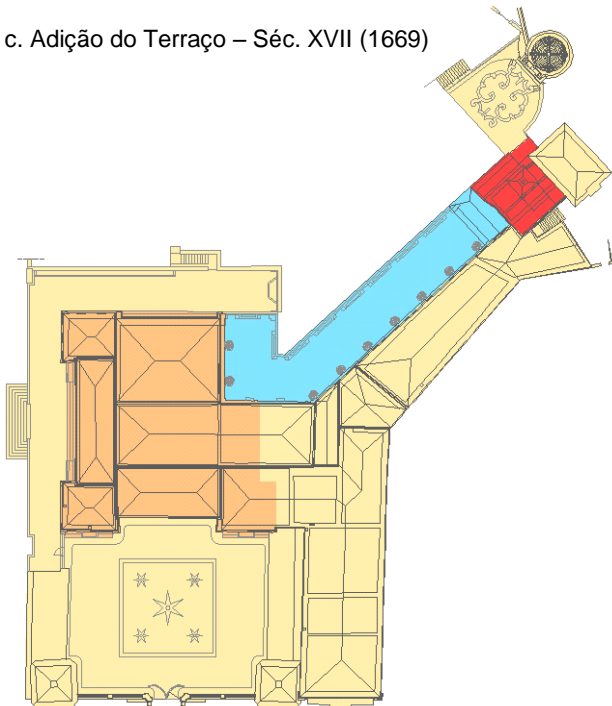
a. Capela 1584



b. Pavilhão - Séc. XVII (entre 1666 e1972)



c. Adição do Terraço – Séc. XVII (1669)



d. Adição da Ala Oeste 1776, Pátio de Entrada,
Casas da Guarda e Casa de Fresco (Prof. Jorge N. Bastos, 1992).

Fig.3.26. A Evolução Construtiva do Palácio – Uma possível interpretação. Desenhos de J. N. Bastos, 1992, segundo Marieta Dá-Mesquita (1992).



Fig.3.27. Gravura do Palácio dos Marqueses de Fronteira e Alorna – Vista do Jardim Formal. in NEVES, Cassiano (1995).

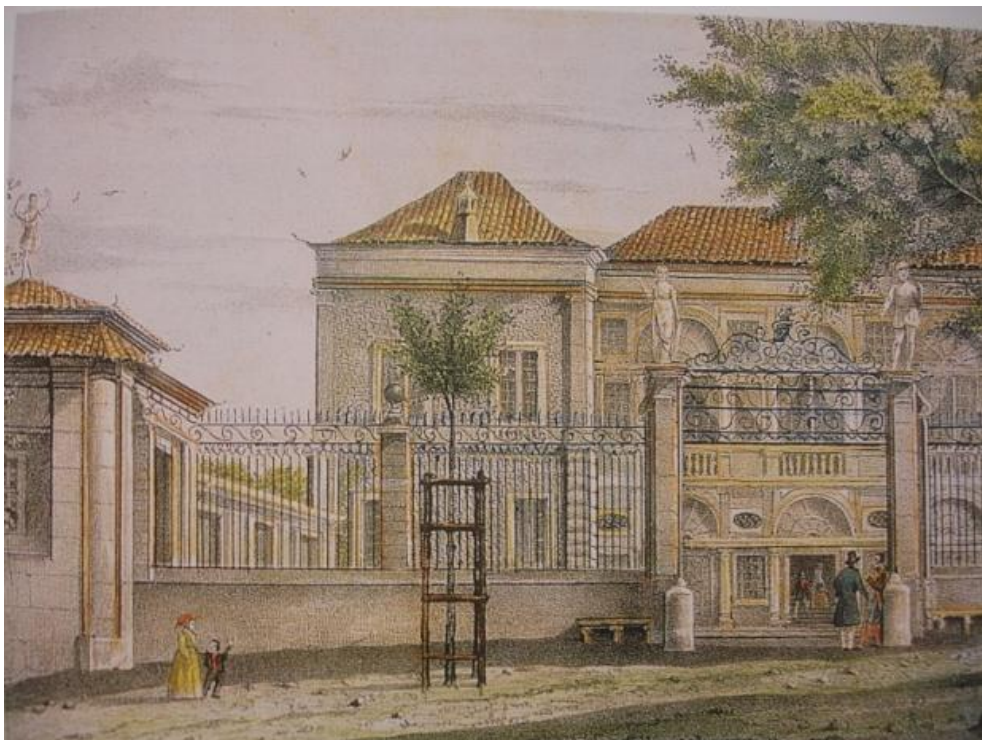


Fig.3.28. Gravura do Palácio Fronteira, Séc. XIX – Vista da Rua 24 de Janeiro. in NEVES, Cassiano (1995)¹⁷⁶.

¹⁷⁶ - Original de Charles, fl. *Palacio do Sr. Marquez de Fronteira em S. Domingos de Bemfica*. Fotografia de 1839 e 1847. Dim. da composição sem letra: 14x21,1 cm. in B.N.L (<http://catalogo.bnportugal.pt>)

Por confirmar, será a existência dum **tanque de água** que envolvia as fachadas Sul e Nascente, actualmente lajeado e possivelmente fechado com as obras de alteração do Séc. XVIII. Este, juntamente com o Tanque Grande, era um espelho de água que reflectia o Palácio e a sua envolvente, aumentando a dimensão espacial do monumento. Uma passagem que saía da Loggia Nascente, anteriormente aberta, em direcção ao parterre central, do Jardim Formal, ligava estes dois espaços. A existência deste elemento é ainda sugerida pela presença de uma concha no pavimento da Loggia Nascente, referida por Jantillet como uma fonte em mármore, até às obras para o fecho deste corpo. A presença de figuras marinhas, como sereias e tritões nos painéis de azulejos desta fachada, apontam para uma relação visual entre o elemento horizontal da água e o vertical pictórico (CASTEL-BRANCO, Cristine, 2008: 130 e 136)

“Depois dos pórticos encontram-se duas alas do edifício, formando um átrio de elegante projecto; no começo destas, duas pequenas fontes abertas nas paredes servem de suporte a duas cabeças de silvanos de mármore de tamanho médio que deitam àgua corrente. Mais adiante um pórtico dá acesso a várias entradas; atravessando o arco médio uma fonte pura e cristalina se depara aos visitantes e nela uma cabeça de silvano, aberta num rictos, expele água por uma concha de puríssima pedra branca; ornam a fonte dois delfins iguais, de caudas erguidas para a figura do silvano e as suas bocas, ávidas do líquido tão próximo, inclinam-se para a concha.”

(Jantillet, 1678. in NEVES, Cassiano 1954: 20)

“ Tem mais esta quinta no coarto baixo hum pazeio debaixo da varanda lageado com suas colunas de pedra bornida de cores com três degraus que descem para o jardim grande com huma ponte sobre o tanque que tem grades de pedraria (...)”

(Inventário e partilhas por Morte de D. Madalena de Castro, 1663. in Dá-Mesquita, Marieta, 1992: 316).



Fig.3.29. Marcas dos pontos de apoio dos balaústres dos degraus. Fachada Nascente.

3.2.2. 1ª metade do Séc. XX



Fig.3.30. Pátio de entrada e Torreão Nascente, antes da intervenção, onde ainda é possível observar uma das duas esculturas que se localizavam os torreões e uma porta que separava o Pátio do Jardim Formal. Foto de Benliel, Joshua, 1911. *in* Arquivo fotográfico de Lisboa.

Em 1915, a VIII Marquesa de Fronteira mandou realizar o restauro dos estuques da Sala das Batalhas, no qual se inclui o baixo-relevo, que representa o I Marquês de Fronteira a cavalo, e onde se observa a seguinte inscrição:

“Mandada restaurar em 1915, com especial interesse, por D. Leonor Maria Mascarenhas e António José de Ávila, segundos Marqueses de Ávila e de Bolama, que herdaram esta casa de sua prima co-irmã D. Maria Mascarenhas Barreto, oitava Marquesa de Fronteira e sexta Marquesa de Alorna”.

Segundo José Meco o restauro dos estuques foi muito incorrecto, tendo dado um carácter grosseiro à preexistência¹⁷⁷. Nesta época, foram possivelmente realizados diversos revestimentos azulejares de padrão e outras obras de restauro, como está referenciado na inscrição localizada a Poente na Sala das Batalhas¹⁷⁸. Em 1925, com o X Marquês de Fronteira, foi restaurado o tecto abobadado da torre Norte e colocados painéis de azulejos com motivos de cabazes de flores, da autoria de Gabriel Constante, actualmente tapados por estantes¹⁷⁹.

¹⁷⁷ - MECO, José. *Os estuques e os azulejos Rococó*. *in* NEVES, Cassiano. *Ob. cit.*, pp. 128.

¹⁷⁸ - *Fundação das Casas de Fronteira e Alorna*. <http://www.fronteira-alorna.pt>.

¹⁷⁹ - NEVES, Pedro Mascarenhas. *Ob. cit.*, pp. 48.

Nos anos 30, segundo Pedro Mascarenhas (1997), o **Pátio de entrada** ou **de honra**, cujo pavimento era de terra batida, foi revestido a calçada à portuguesa, com desenhos geométricos negros sobre um fundo branco. Em 1933 foi colocado o Portão de entrada na zona norte palácio, pelo X Marquês de Fronteira, com uma linguagem e materiais (metal) semelhantes aos do Portão de entrada do Pátio¹⁸⁰. Pedro Mascarenhas (1997) defende ainda que nos anos 30, foi efectuada a abertura do piso térreo da **loggia Norte**, anteriormente encerrada com portas de madeira, e a construção dos dois lances de escadas, com balaustradas e quatro esferas em mármore de Carrara. Em 1936, atribui-se ao X Marquês de Fronteira, a colocação do **pedra-de-armas** dos Mascarenhas¹⁸¹. Nos anos 40, foi construído o portão de ferro que dá acesso do Pátio de entrada ao Jardim Grande.

Nesta década e posteriormente nos finais de 50, com a X Marquesa de Fronteira, foram efectuadas obras de recuperação de grandes dimensões, orientadas em parte, pelo arquitecto Frederico George, que supervisionou e dirigiu todas as intervenções até 1994, ano de sua morte. As obras tiveram um cariz essencialmente funcional, datando desta altura a nova cozinha, as copas de apoio, a lavandaria e várias instalações sanitárias. Neste período foi também realizado o Restauro dos bustos de Imperadores Romanos no Terraço, dos estuques na Sala das Batalhas e feita a protecção dos revestimentos azulejares de exterior. Ainda nos anos 50, Gustavo Sequeira faz a seguinte descrição do andar nobre do átrio de entrada:

*“ Entrando o portal brasonado, sobe-se por uma escadaria de balaústres de mármore e está-se dentro do solar, rodeado de preciosidades, em mobiliário, loiças, esculturas e outros adornos (...)”*¹⁸².

Nos anos 50 e 60, foram transferidos os livros para a Loggia Nascente, libertando a Loggia Norte onde estavam anteriormente. Na década de 60, realizou-se um extenso levantamento arquitectónico registado em desenhos feitos a tinta-da-china sobre papel vegetal, da Capela, do corpo central do Palácio, da Loggia Norte e Nascente, da Sala das Batalhas, da fachada Poente, da Ala do Séc. XVIII, dos respectivos anexos e da Casa de Fresco, supervisionados pelo arquitecto Frederico George (ver Fig.3.43 e Fig.A.3.4).

¹⁸⁰ - NEVES, Cassiano. *Ob. cit.*, pp 29.

¹⁸¹ - A pedra-de-armas localizava-se anteriormente na fachada do edifício, anterior propriedade da Família Mascarenhas e posteriormente o café Chave D'Ouro, no Rossio.

¹⁸² - SEQUEIRA, Gustavo Matos. *Palácios e Solares Portugueses*, Livraria Lello, Porto, (195--), pp. 17. B.N.L., cota B.A. 7798 V.

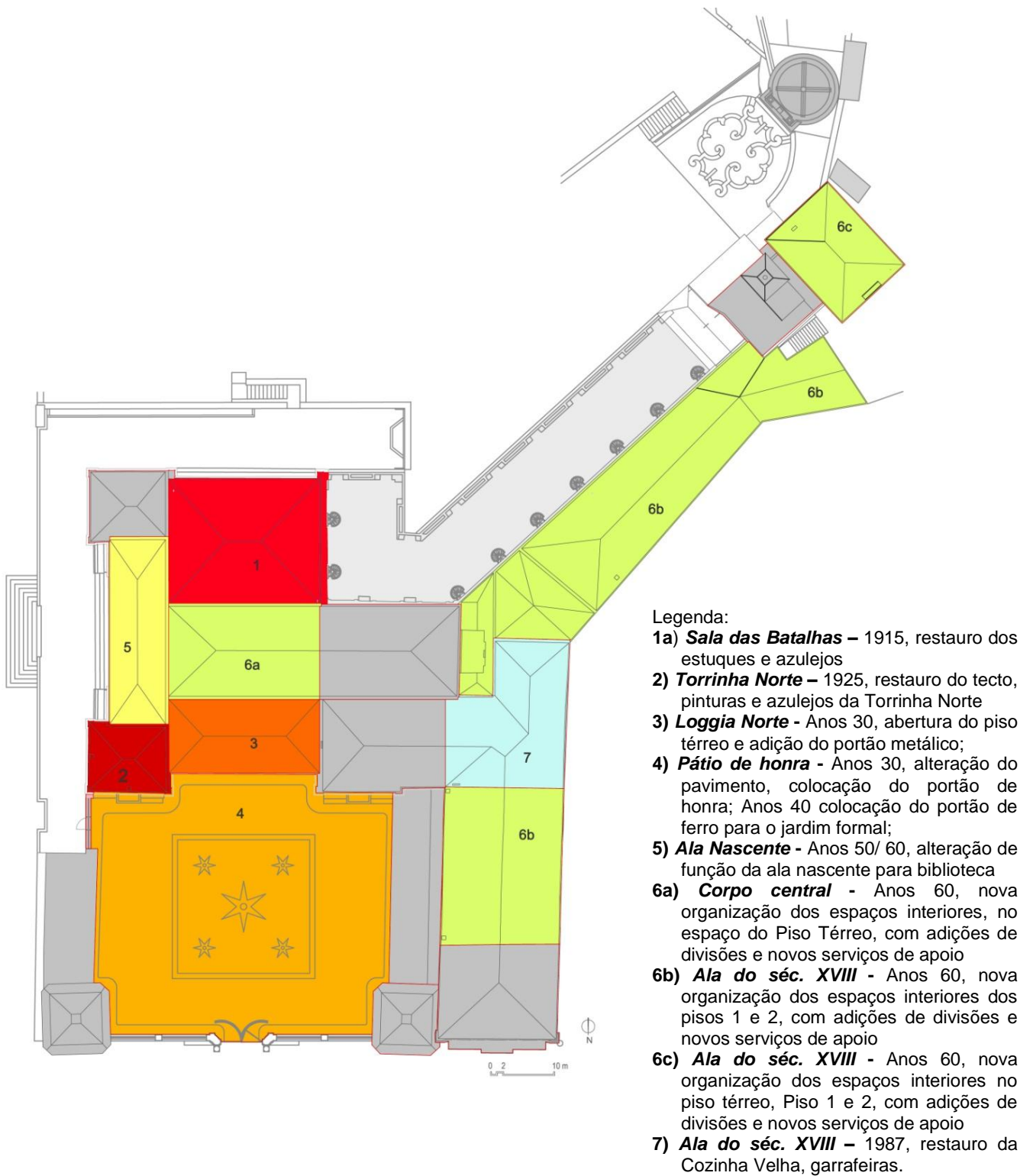


Fig.3.31. Planta de intervenções realizadas no Palácio Fronteira, desde o início do Séc. XX, até aos anos 80.

Podemos constatar (ver Fig.2.9.) que as acções de reabilitação realizadas no Palácio Fronteira, desde o início do Séc. XX até à década de 80 foram efectuadas segundo as necessidades de cada espaço em particular. Não existiu uma visão de conjunto e como tal não se observou um plano de intervenção geral mas antes intervenções pontuais. Antes dos anos 50, foram executados restauros (Sala das Batalhas e Torrinha Norte), alterações (Loggia Norte) e adições (Pátio de Honra). Na década que se seguiu, foram alteradas algumas utilizações dos espaços (Ala Nascente, Corpo Central e Ala do séc. XVIII). Em 1987, foi ainda restaurada a “Cozinha Velha” e as Garrafeiras. A opção por reabilitar alguns elementos em degradação e a decisão em dotar algumas zonas com maior funcionalidade, foi positiva pois permitiu a conservação dos mesmos até à actualidade. No entanto, a falta de uma visão global sobre necessidades fundamentais a intervir no Palácio, levou a que na década de 80 alguns elementos se encontrassem sobre o risco de ruir.

3.2.3. Após a IIª metade do Séc. XX

A descrição sistematizada das intervenções efectuadas será feita desde o início do Séc. XX até ao ano de 2009, de acordo com as alas do Palácio e com a metodologia que a Fundação das Casa de Fronteira de Alorna usou, a partir de 1995, para a reabilitação total do complexo do Palácio. Propomos descrever as intervenções realizadas nos seguintes espaços:

(a) Capela

Nos anos 60, foi feita uma limpeza dos **estuques** do Séc. XVIII, reposta a pintura e alguns elementos arquitectónicos que se pensava serem originais, tais como a base do altar, onde foram limpas e restauradas as respectivas imagens em madeira. Em 1983, foi realizada um levantamento fotogramético, pela empresa *Estereofoto*, à escala 1/10, das estátuas da Galeria das Artes e do alçado Poente da Capela. Em 1994, foi efectuado o restauro dos **azulejos do Nartéx**, caracterizado por uma limpeza, fixação de vidrados, aplicação de fungicida *in situ* e assentamento dos azulejos que se encontravam soltos. Em 2002, foi continuada a recuperação de embrechados e azulejos no Nartéx da Capela, com a participação colaboração com a Escola de Recuperação do Património de Sintra. No ano de 1997, a Capela encontrava-se em pré-colapso, e foi executado um restauro da cobertura e do Nartéx, finalizado em 1998, a cargo da DGEMN¹⁸³.

(b) Corpo central do Palácio

Em 1987, concretizou-se o restauro da **Cozinha Velha**, da **garrafeira** e das zonas adjacentes, com o propósito de realizar nestes espaços a exposição da colecção de Pintura e Escultura Portuguesa Contemporâneas do próprio Marquês. Esta intervenção consistiu na picagem, reboco e pintura das paredes, assim como na

¹⁸³ - A DGEMN assumiu os encargos financeiros, bem como o supervisionamento (pelos membros do Conselho Executivo, nomeadamente do Sr. Secretário-Geral) do restauro da cobertura da Capela em 1997. A empresa que realizou os restauros estruturais foi a *Lourenço, Simões e Reis* (firma que recebeu o Prémio “GECORPA”, em 2001, pela sua intervenção do Palácio Fronteira).

montagem de novas instalações eléctricas. Em 1991, foi iniciada a **renovação dos quadros e da instalação** eléctrica do Palácio, incluindo a aparelhagem, a fiação, as condutas, entre outras, porque as anteriores colocavam o edifício em risco de incêndio. Esta intervenção, foi finalizada em 1992 e teve um custo total de cerca de 125 mil a 150 mil Euros¹⁸⁴.



Fig.3.32. Cobertura de vidro, realizada nos anos 60, na Ala do Séc. XVIII. Foto da Autora (2008).

Em 1996, com o apoio da DGEMN e do IPPAR¹⁸⁵, foi feito o restauro da estrutura da cobertura de madeira antiga da **Entrada do Palácio** (concluída em 1999) e colocada nova telha. Ainda nesta data, foi feito o estudo das **pinturas no tecto e nas paredes do átrio de entrada**, que segundo Carmen Almada e Luís Tovar Figueira, apresentavam sujidade geral (incluindo sujidade de insectos), pequenos levantamentos superficiais e destaques do verniz (que escondia um fundo mais claro e dificultava a distinção entre o original e o refeito), manchas esbranquiçadas devido à humidade, partes repintadas, manchas castanhas de oxidações e desunião de elementos pictóricos. O verniz foi eliminado com gotas de Dymenthyl Formamida (DMF) em Tolueno¹⁸⁶. Foram retirados pequenos pedaços de pigmentos¹⁸⁷ e como resultado final, ficou visível uma pintura a têmpera mais clara, mais fina, com cores

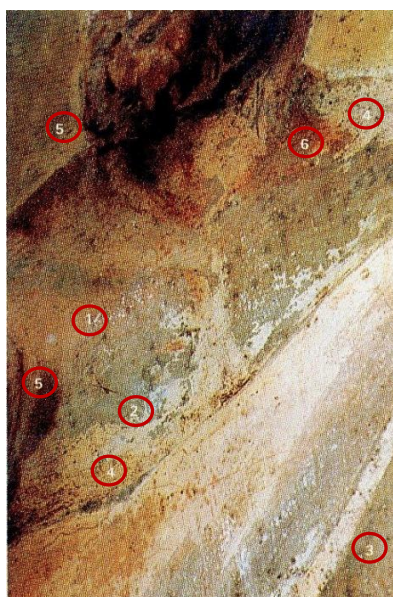
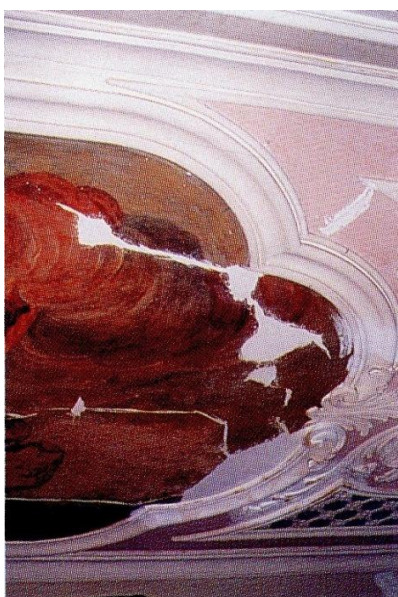
¹⁸⁴ - S.a., *Um sonho no Jardim de Vénus*. Revista *Cultura* nº18, 1995.

¹⁸⁵ - A DGEMN suportou os encargos financeiros e supervisionou as obras. A empresa que realizou os restauros estruturais foi a "Lourenço Simões e Reis". Os restauros interiores foram elaborados pela "Junqueira 220". in S.a., *Curriculum – Fundação das Casas de Fronteira e Alorna*. 2005, Lisboa, pp.42.

¹⁸⁶ - Almada, Carmen e Figueira, Luís Tovar: *Intervenções de Conservação e Restauro no interior do Palácio*. I *Revista Monumentos* nº7, DGEMN, 1997, pp. 45 - 46

¹⁸⁷ - Os pedaços retirados pertenciam a distintas zonas. Foram retiradas amostras de cores para análise do que era realmente original, tendo-se usado posteriormente uma mistura de DMF com Tolueno 25:75 para retirar a pintura mais recente

anteriormente escondidas de verdes e rosas. Nos **estuques do átrio de entrada** eram visíveis fissuras, pulverização, queda de elementos e mesmo um buraco. Principalmente no medalhão central do tecto do átrio observavam-se destaques do suporte de gesso e do fasquiado de madeira, manifestado em bolsas de ar. As fissuras foram limpas e seladas com novo estuque. Os fundos pintados e os ornamentos em estuque que revelavam sujidade e uma cor amarelada, foram limpos à base de água e tensoactivo, e as cores desgastadas foram refeitas (ver Fig.3.31).

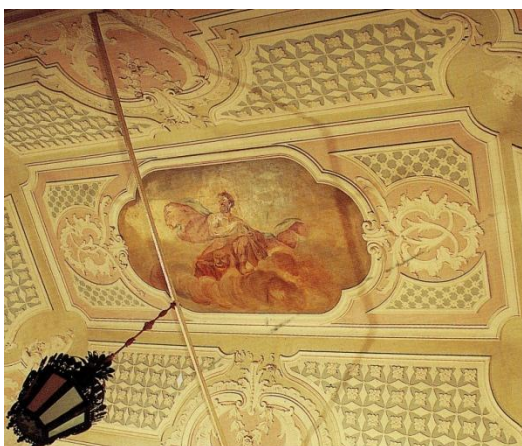


Legenda:

Pormenores do tecto da entrada: na imagem à esquerda um tratamento através das linhagens e selagens das fendas; na imagem à direita o estado da degradação existente antes da intervenção.

- 1) Pequenos levantamentos superficiais;
- 2) Destaques com fundo mais claro;
- 3) Sujidade de insectos; manchas brancas;
- 5) Zonas repintadas;
- 6) Oxidações pronunciadas.

a. Tecto da entrada – selagem das fendas; b. Estado de degradação.



c. Antes da intervenção;

d. Depois da intervenção.

Fig.3.33. Tecto da Sala de Entrada - representação da figura mitológica de Hércules. *in* ALMADA, Carmen e Figueira Luís T. (1997).

Em 1999, devido aos cortes orçamentais (finalização do apoio financeiro do IPPAR e da DGEMN), apenas foram realizadas pequenas obras de conservação da azulejaria. Em 2000, com o recomeço do apoio financeiro da DGEMN, foi feita a recuperação do **Torreão Nordeste**. No ano seguinte, foi pensado um **plano anual de conservação e manutenção das janelas**, iniciado com as janelas do Pátio e terminada em 2003. Neste ano, foi dado início à recuperação das **estátuas de Vénus e Marte do portão do Pátio** e da entrada principal. Em 2002, foi feita uma reparação do estuque, seguido da pintura do corredor, copa e sala anexa do 1º piso do Palácio, foi também recuperada toda a caixilharia. Em 2005 foram realizadas pequenas obras de manutenção da electricidade, canalizações e esgotos.

(c) Fachada e Loggia Norte

Em 1988, foi elaborado um Projecto de Restauro da **fachada Norte**, incluindo a Loggia, sendo feita a renovação do telhado e iniciada a obra de aprumo da fachada do Alçado Norte, do 1º andar do corpo principal do Palácio¹⁸⁸. A elaboração deste projecto relacionava-se com a necessidade de reaprumar a fachada, que estava perante o risco de desabar devido ao elevado peso do entulho existente sobre o forro do telhado.

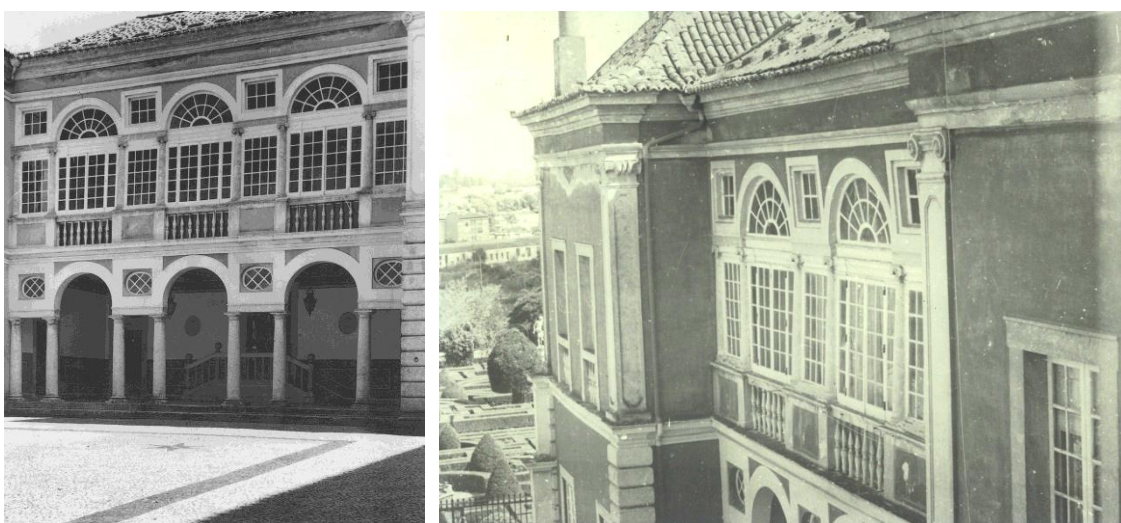


Fig.3.34. Loggia Norte, fechada, com sinais de deterioração na cornija – infiltrações.

Fotografias de Carlos Azevedo (1988) e de Frederico George, década de 80.

No ano seguinte, foi continuada a obra de aprumo desta fachada (concluída em 1992), cujo prolongamento temporal foi devido à dificuldade de encontrar uma solução técnica que correspondesse às existências estruturais, estéticas e que apresentasse simultaneamente uma continuidade temporal.

¹⁸⁸ - Com os apoios da FCFA, do *International Bürger Institut* e da Secretaria de Estado da Cultura.

Em 1990, houve a concordância pela solução actual e continuação das obras na fachada do Alçado Norte, do 1º andar. Procedeu-se à colocação de três tirantes apoiados em barras, na Loggia Norte do Piso 1, para absorver os impulsos horizontais. Em 1991, para retirar parte do peso do telhado, a cobertura de *telha portuguesa* foi levantada, reaproveitada a telha em bom estado de conservação e removidas 6 toneladas de entulho acumulada ao longo de 300 anos de obras de reparação.



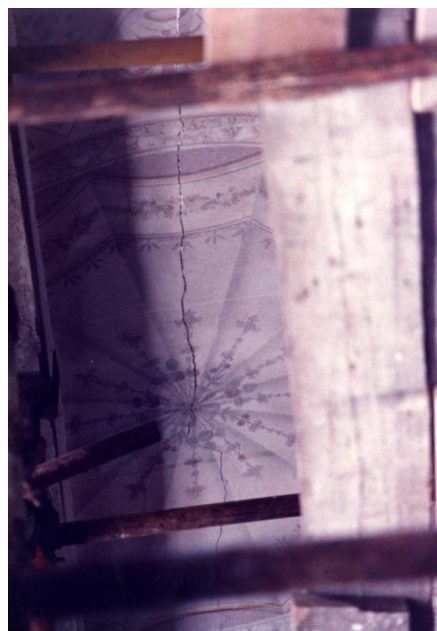
a. Colunas da Loggia Norte.



b. Colunas da Loggia Norte – Pórtico Serliano.



c. Cobertura da Loggia Norte e da Sala de Juno;

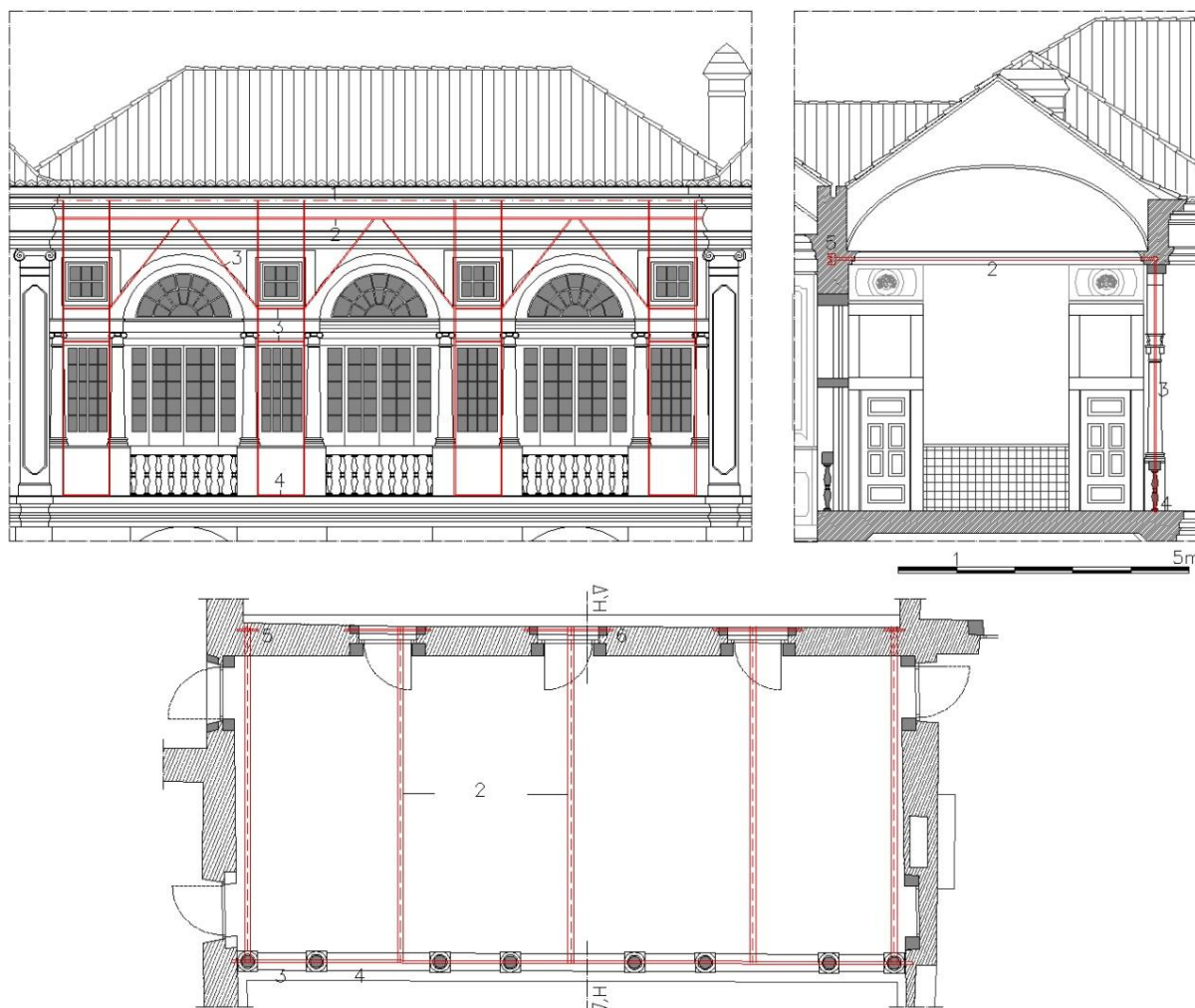


d. Tecto com pintura sobre gesso.

Fig.3.35. Recuperação da Fachada Norte e respectiva cobertura.

in Prof. Jorge N. Bastos, 1989.

A fachada Norte foi apeada conservando todos os tijolos possíveis para serem posteriormente reutilizados. As colunas que se apoiavam na balaustrada, assim como esta própria e os respectivos balaústres, foram removidos e restaurados, numa oficina especializada. Posteriormente, a fachada foi reconstituída com os elementos originais, no entanto, as colunas deixaram de ter funções estruturais, na medida em que foi concebida e colocada uma viga metálica na zona do entablamento, na fachada e as cargas do telhado passaram a ser transmitidas para as paredes laterais. Para o suporte destes novos esforços, as paredes foram consolidadas e reforçadas com pregagens¹⁸⁹.



Legenda: (1) Sanca a Reconstruir em Betão; (2) Tirante $\varnothing 32$; (3) Barra 40x40;
 (4) Chapa 80x20 + 50x20; (5) UNP 16 com 1.00m, que em obra não foram colocados; (6) UNP 16 com 3.00m.

Fig.3.36. Loggia Norte – Estudo Prévio - Alçado Norte, Corte HH' e Planta do Piso 1.

¹⁸⁹ - Pregagem é uma técnica que consiste em “furar” a parede e inserir pregos em aço inox injectados com calda de ligante (cal hidráulica).

No ano de 1992, foi feito um levantamento arquitectónico das Plantas, Alçado, Cortes da Loggia, Fachada Norte e da cobertura de madeira existente na Loggia, seguidos de estudos e soluções de reforço das paredes em alvenaria¹⁹⁰, que incluíam vigas metálicas, tirantes de montagem, selas de apoio e uma cobertura metálica que se fixava à cobertura de madeira pré-existente (ver Fig.3.35). Depois de consolidadas as paredes, foi colocada uma estrutura metálica, assente numa viga também metálica, para o suporte da estrutura em madeira da abóbada e na qual assenta a cobertura, isolada com tela asfáltica. A estrutura de madeira do telhado apoiava-se agora numa nova estrutura metálica, que substituindo funcionalmente a original, não a removeu. A estrutura de madeira foi conservada como suporte do tecto fasquiado com estuques pintados e ficou suspensa na nova estrutura. Foi elaborada uma viga de cintagem para amarrar os bordos livres das paredes e servir de apoio à estrutura da cobertura.



Fig.3.37. Restauro da cobertura de madeira da Loggia Norte e fixação da estrutura metálica. *in* BASTOS, J. N. (2007).

Em 1993, foram introduzidos novos tirantes em locais considerados mais apropriados e que juntamente com a estrutura metálica da cobertura, solucionavam o problema anteriormente existente da estrutura do telhado. Foram deixados uns ligadores para, em caso de serem retirados os de cima, haver novos apoios. Foi finalizada a conservação e o restauro da estrutura da cobertura da Loggia Norte, em que as vigas de madeira foram conservadas e isoladas¹⁹¹.

¹⁹⁰ - Estes elementos foram realizados pela A.C.E. – Arquitectura, Construção e Engenharia Lda., e supervisionados pelo Arquitecto Frederico George.

¹⁹¹ - Sobre a estrutura foi colocado um forro de contraplacado marítimo, revestido com placas de *fibrocimento* e por fim foram repostas as telhas portuguesas, devidamente argamassadas e aramadas.

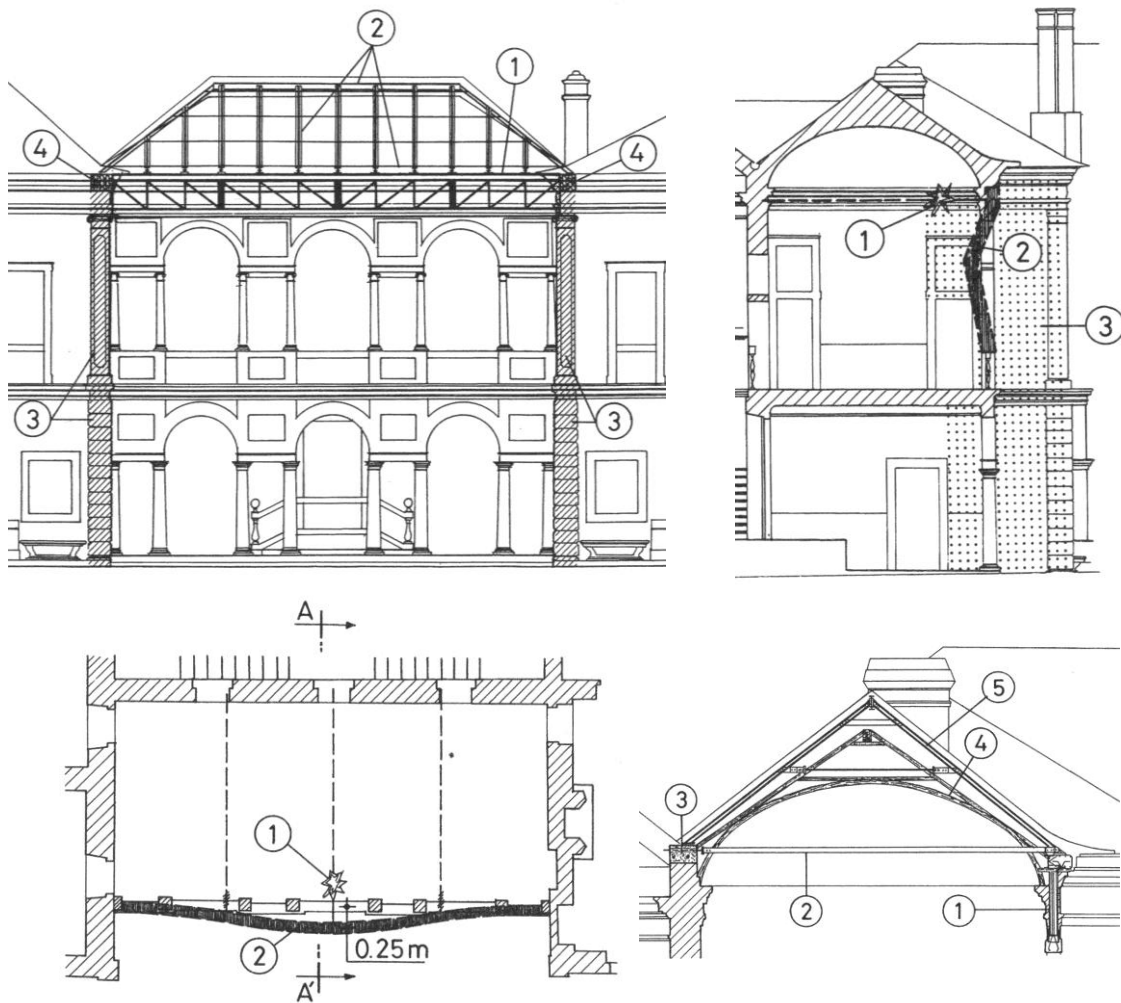


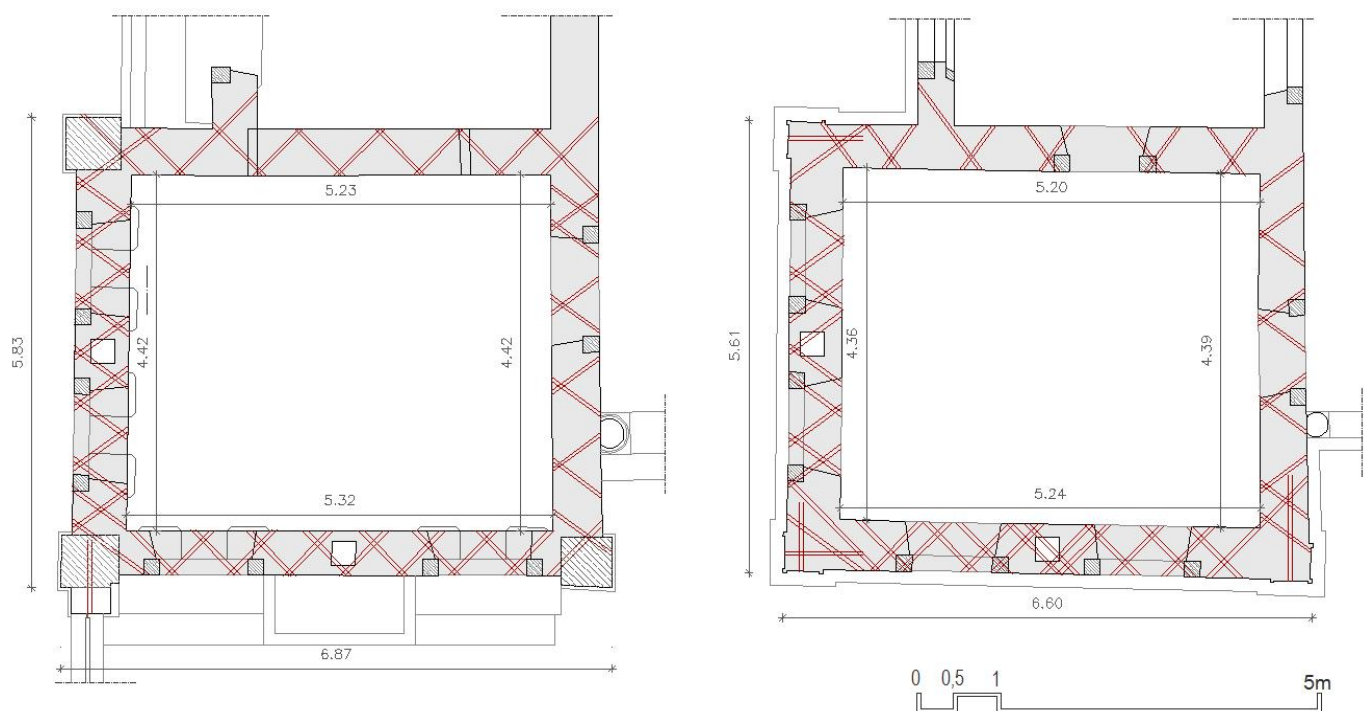
Fig.3.38. Projecto de Execução para o restauro da cobertura Loggia Norte.
BASTOS, J. N. (2007).



Fig.3.39. Tecto da Loggia Norte, Piso1. São visíveis na abóbada, a fixação dos estuques com papel de arroz, manchado da cola de farinha. Foto da Autora (2007).

A estrutura de madeira de castanho da cobertura da **Torrinha Norte** foi conservada em 1993 e removidas as telhas. A estrutura ficou apenas a segurar o tecto de estuque, tendo sido elaborada uma nova estrutura de madeira para suporte do telhado, com o mesmo sistema de forro e cobertura utilizado na Loggia. O telhado da Torrinha Norte manteve a sua geometria mas a sua altura exterior foi elevada artificialmente, de modo a equilibrar as proporções com as coberturas adjacentes, cujo nível foi elevado com a colocação da estrutura metálica na Galeria.

No coroamento da parede e na face interior da sua espessura foi colocada uma viga de cintagem, que se iniciava na Loggia e continuava por todo o edifício. Foi restaurada a cornija que se localizava na mesma altura da viga de cintagem e iniciou-se a consolidação das paredes da mencionada Torrinha, com o mesmo processo de pregagens utilizado nas paredes da Loggia. Antes do tratamento das paredes do piso térreo desta Torre, por pregagens, foi feito um levantamento parcial dos painéis de azulejos de diversas épocas, a sua limpeza e tratamento, sendo recolocados depois da consolidação das paredes. As fachadas a Norte foram caiadas com as cores tradicionais do Palácio, cuja descrição dos elementos constituintes ainda se encontra nos arquivos da Fundação.



Legenda: Inserção de “Pregos” com varão em aço inox. Os furos foram preenchidos com uma calda de injecção por gravidade, argamassa - composta por uma parte de ligante, três partes de areia e duas partes de 4% de bentonite sem outros aditivos.

Fig.3.40. Torrinha Norte - Plantas piso 0 e piso 1, com a proposta de pregagem, a vermelho.



Fig.3.41. Torre de Torrinhã - Alçado Nascente e Alçado Norte, com a proposta de pregagem, a vermelho.

Com a necessidade de remoção da caixilharia de madeira, datada possivelmente do Séc. XIX, a Loggia encontrou-se numa situação visual próxima do seu estado original. Foi então lançado um debate sobre a aparência futura deste espaço sendo que, por um lado defendia-se a reposição da caixilharia e, por outro, deixar a zona aberta. Defendia-se ainda o fecho da Loggia com um sistema diferente. O conselho directivo da FCFA, bem como o seu presidente e sobrinho do actual Marquês de Fronteira, optaram por deixar a Loggia aberta até à presente data. Acreditam que deste modo, se encontra mais próxima da sua concepção original, permitindo usufruir da fachada de uma forma que até então não era possível. No entanto, esta solução tem alguns problemas decorrentes, como a degradação do pavimento e das pinturas das paredes resultantes da acção da chuva e de outras condições atmosféricas adversas. Segundo o Prof. Jorge N. Bastos (2007), o arquitecto Frederico George pensou na colocação de vidros para resolver este problema, mas tal solução não obteve consenso a nível da estética e nunca chegou a ser aplicada.

Em 1994, foram continuadas as obras de consolidação das paredes da Torre de Torrinhã e concluídas no ano seguinte. O interior, no piso térreo e no andar nobre deste corpo foi repintado e foram limpas e consolidadas as pinturas murais. Como consequência das obras de consolidação das paredes, os azulejos dos espaços interiores da Torre de Torrinhã, juntamente com os da fachada Nascente, foram removidos, limpos, tratados

(sendo os vidrados consolidados) e posteriormente reassentados no local de origem. Em 1995, foi feita uma limpeza e revisão geral das coberturas.



Fig.3.42. Entrada Principal do Palácio Fronteira – Loggia Norte fechada, (in Carlos Azevedo, 1988) e aberta (Pof. Jorge N. Bastos) respectivamente.

(d) Fachada e Loggia Nascente/ Biblioteca

No ano de 1986, foi feito um dimensionamento do lintel de coroamento e das asnas da Biblioteca, com o correspondente cálculo de esforços e transmissão das cargas, pelo Prof. Jorge N. Bastos, autorizado pelo LNEC. Em 1991 a **Fachada Este** foi escorada e em 1993, foi feito um levantamento arquitectónico da **Ala Nascente**, à escala 1:20¹⁹². Em 1994, foi feito um novo levantamento arquitectónico da Biblioteca, à escala 1:50, projecto de Recuperação Estrutural¹⁹³. Estes foram digitalizados de modo a facilitar o acesso expedito a pormenores construtivos dos Alçados, Plantas, ou Cortes, assim

¹⁹² - Em 1993, foi feito um levantamento arquitectónico dos Alçados, Plantas (dos dois pisos), de um Corte longitudinal e de cinco transversais, para a intervenção na Torrinha Norte, Sul, Biblioteca e Sala do Jardim Formal. Foi escolhida a escala 1:20 pelo seu nível de pormenor, essencial para identificar as limitações do espaço e dimensões dos elementos estruturais a recuperar. No levantamento, foi realizada inicialmente uma medição à fita métrica com tolerância de 3cm, mas posteriormente verificou-se a necessidade da sua correcção. Para tal, foram utilizadas técnicas topográficas com recurso a um taqueómetro digital e a tolerância passou a ser 1cm.

¹⁹³ - O projecto de Recuperação estrutural foi efectuado pela A.C.E. – Arquitectura, Construção e Engenharia Lda.

como a sobreposição de desenhos, o que possibilitou a correcção dos desenhos de uma maneira mais rápida e eficiente. Neste ano foi também realizado um **Plano de Restauros do Palácio Fronteira**, com enumeração de prioridades, assim como um projecto faseado, para a candidatura ao IPPAR e à Fundação Calouste Gulbenkian.



Fig.3.43. Desenho de Alçado Este de Frederico George.

No ano de 1995, foi elaborado o Projecto Base de Recuperação estrutural do Sector da Biblioteca, do qual faziam parte peças desenhadas, caderno de encargos, medições e orçamentos. Nas medições pode-se verificar que a cornija manifestava um deslocamento de $\Delta H \approx 0.30\text{m}$, para um vão de $L \approx 9.00\text{m}$. Esta deformação horizontal é caracterizada por um índice de $\Delta H / L = 1/30 \approx 3.3\%$, sendo um valor muito elevado se comparado com os correctos de segurança para estruturas que estão a ser utilizadas (serviço)¹⁹⁴. Deste modo, a cornija da Biblioteca com uma espessura mínima de 2,50m e com 9.00m de vão, estava perante um pré-colapso (ver Fig. 3.42.). Ainda nesta data, foram identificadas as patologias e foi realizado um diagnóstico da cobertura da Biblioteca, tendo-se concluído que alguns dos elementos que deram origem a estas deformações foram:

- (i) Os apoios das asnas em madeira, que em contacto com as paredes de alvenaria de pedra, estavam deteriorados devido à humidade e às térmitas. As ligações nos nós das barras tornaram-se assim pouco eficientes;
- (ii) As paredes de alvenaria de pedra continham uma argamassa de cal e areia de ligação, mas a sua capacidade de resistência encontrava-se enfraquecida, observando-se um envelhecimento e lixiviação nas juntas, pela infiltração da água nas fendas que ocorreram com a deformação da parede;
- (iii) A acção dos tirantes na absorção do impulso horizontal era ineficaz ou mesmo inexistente pelo grau de deformação e das fendas da cornija.

¹⁹⁴ - R. Serviço = 1/200 a 1/400

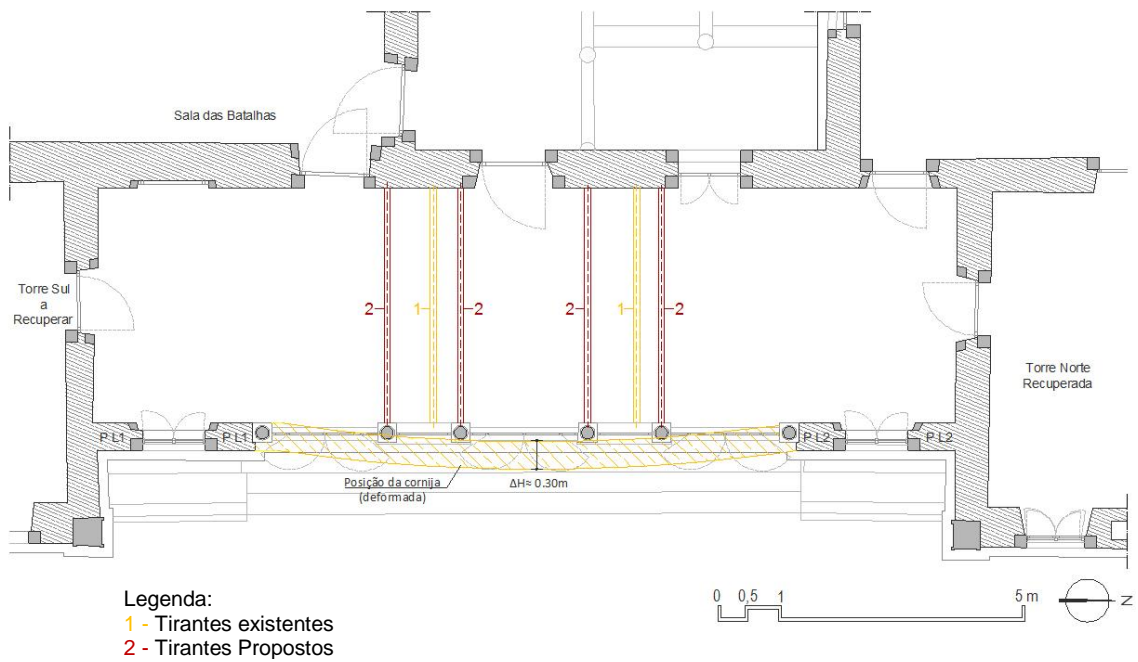


Fig.3.44. Deformação observada na cornija da cobertura da Biblioteca ($\Delta H \approx 0,30m$).



Fig.3.45. Fachada Nascente do Palácio Fronteira, antes da sua reabilitação – Vista da Galeria dos Reis, 1996. Foto do Prof. Jorge N. Bastos.

Em 1996, dá-se o início da recuperação da Biblioteca e da cornija¹⁹⁵, e, no ano seguinte, a sua fachada foi desmontada e posteriormente reposta. A cobertura foi

¹⁹⁵ - A cornija era constituída, por duas paredes laterais externas (cada uma com o comprimento aproximadamente de 2,50m e uma espessura de 0,45m) assim como, por um trecho central de alvenaria de tijolo, com três arcos semi-circulares apoiados em colunas de mármore, com um vão de 9m e a espessura de 0,30m. Este trecho encontrava-se com grandes deformações laterais e extensas fendas, anteriormente referidas.

inteiramente refeita e as paredes e tectos interiores foram restaurados. Nesta obra de reabilitação foi proposta a seguinte metodologia:

- (1) Levantamento das telhas existentes e reaproveitadas as que se encontravam em bom estado de conservação;
- (2) Remoção do guarda-pó e peças das asnas que não puderam ser recuperadas, assim como, das caldeiras e beirados existentes de maneira a ser colocada a viga lintel;
- (3) Picagem dos rebocos das paredes de contorno e posterior lavagem com escova de arame e jacto de água das superfícies;
- (4) Escoramento das paredes laterais em alvenaria de tijolo (com Recuperação e limpeza dos blocos de tijolo), do tecto e da cobertura;
- (5) Execução dos moldes dos arcos em cartão "PLATEX" e dos óculos quadrados, seguida do desmonte da fachada, limpeza e reposicionamento das colunas em mármore do piso 1, da Biblioteca¹⁹⁶. A balaustrada em mármore, deste piso, foi também desmontada, removida, limpa e recolocada no local original;
- (6) A reconstrução da fachada foi realizada com tijolo maciço armado, constituída por novas peças cerâmicas com dimensões semelhantes às originais. Foram assentes com uma argamassa de ligante, cal hidráulica e areia. Tendo sido também, inserida na alvenaria de tijolo uma armadura horizontal, cujos varões de aço inox "AISI 316", nas zonas de argamassa, reforçaram a cornija da biblioteca e ancoraram-na às paredes laterais.

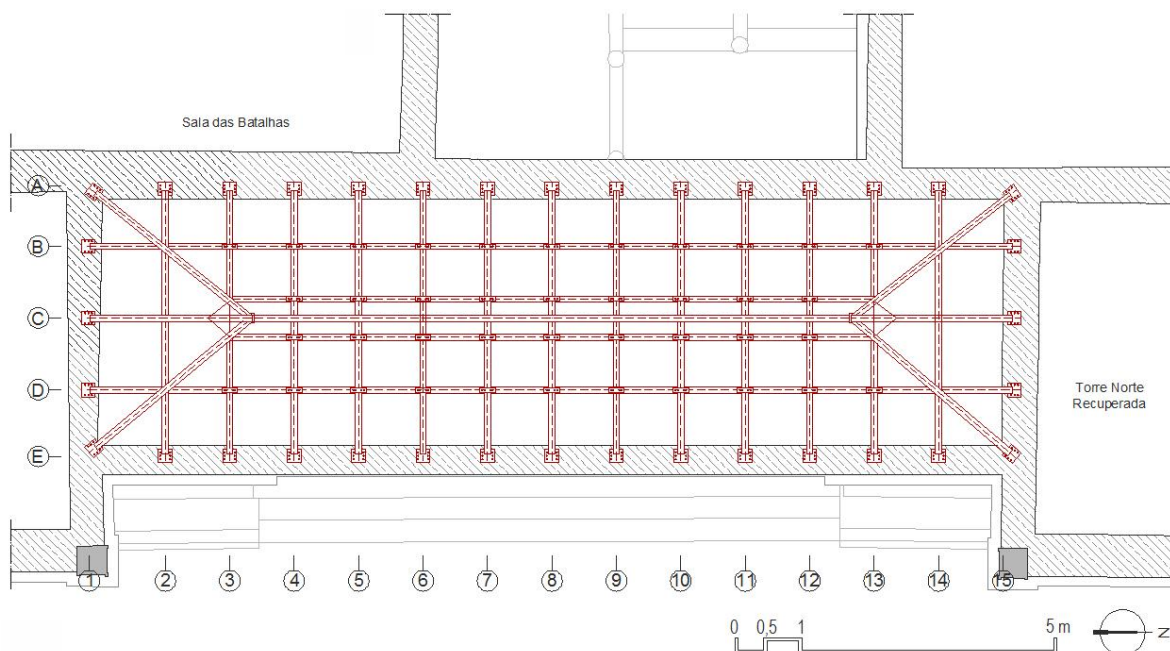
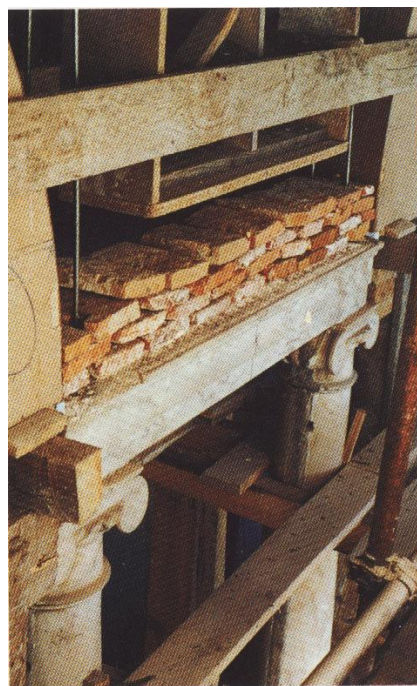


Fig.3.46. Estrutura metálica utilizada para suportar a cobertura de madeira da Biblioteca – Proposta em 1995.

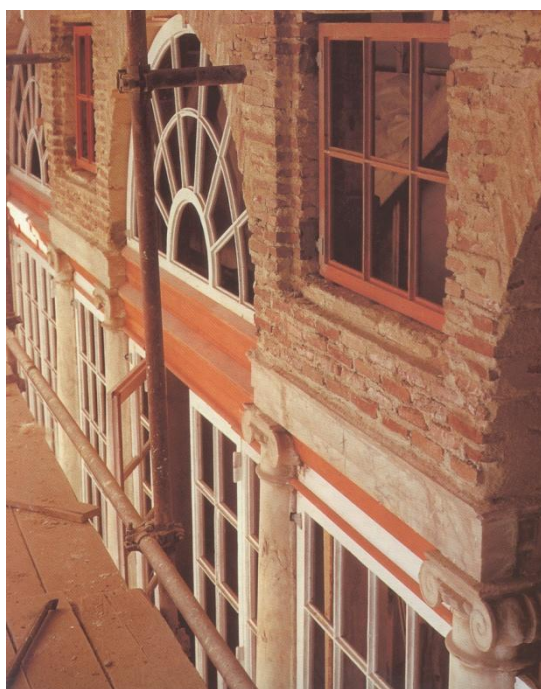
¹⁹⁶ - As colunas do piso 0 foram limpas, com jacto de água e escova de plástico, a que se seguiu uma aplicação de produtos de protecção da pedra calcária.



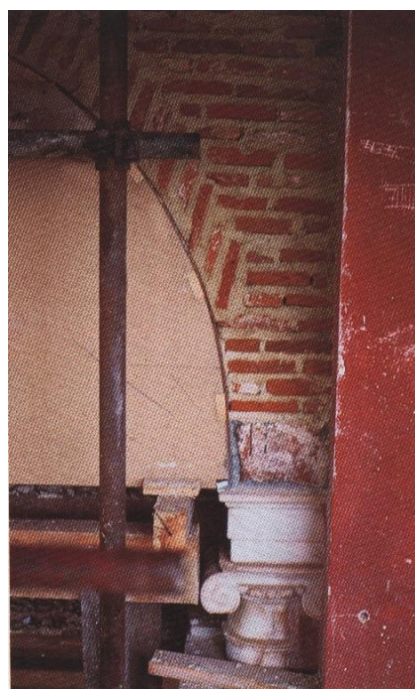
a. Reaprumo das colunas de mármore sob o entablamento, antes da reconstrução da Ala da Biblioteca.



b. Introdução de cortes em algumas alvenarias para a passagem dos varões de aço inox.



c. Entablamento com a reintegração dos caixilhos, após a reconstrução da Ala da Biblioteca.



d. Arranque do arco vendo-se a estereotomia da alvenaria, conforme a técnica pré-existente.

Fig.3.47. Obras de reabilitação na Biblioteca. *in* Revista *Monumentos* nº7 (1997).

Para a conservação da cobertura desta ala, foram adoptados os mesmos procedimentos que tinham sido utilizados para a conservação da cobertura da Sala das Batalhas em 1994. As asnas do *tipo "A"*, apoiadas num lintel em betão armado (com armaduras em aço inox e que forma uma espécie de "*ring*" no contorno das quatro paredes da Biblioteca) pregado às paredes de alvenaria existentes, eram agora de outro tipo, dado terem os apoios suportados em quatro tirantes, que substituíram os dois anteriormente existentes. Actualmente o arco torto e as fissuras na abóbada, indicam os movimentos do espaço e uma má distribuição dos esforços.

(e) Fachada Sul

Em 1995, simultaneamente à abertura do concurso pela DGEMN para a recuperação da Sala das Batalhas, o IPPAR facultou um subsídio que permitiu a abertura de outro concurso para a obra de impermeabilização da zona subterrânea da fachada Sul e celebrar um protocolo com o IPAMB e o ICN, com o objectivo de um programa de Educação Ambiental e a Recuperação dos Jardins. Actualmente, existem ainda elementos para restaurar como é o caso das pinturas dos estuques da **Torre Sul** (ver Anexo 3, Fig. A.3.12.).

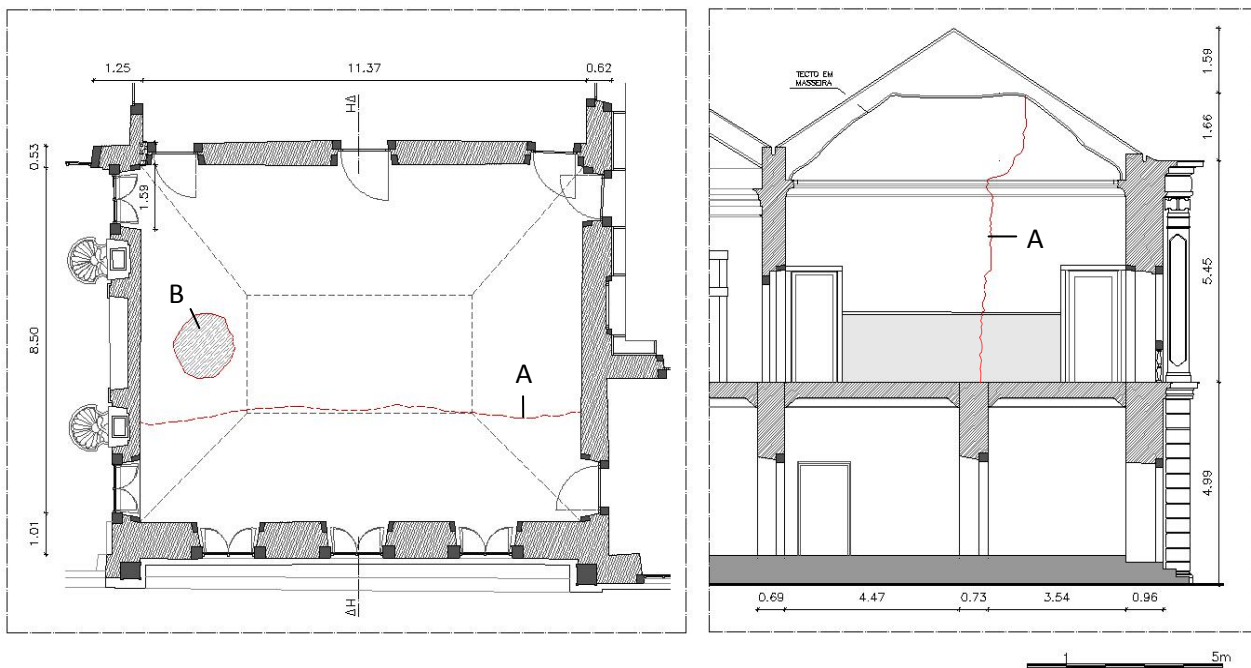
(f) Sala das Batalhas

Em 1986, foi feito um estudo prévio para recuperação da cobertura - cálculo de esforços e reflexão das cargas, pelo Prof. Jorge N. Bastos. Em 1988, com os apoios da FCFA, do *International Bürger Institut* e da Secretaria de Estado da Cultura, foi realizado o restauro de parte dos **estuques** da Sala das Batalhas. No ano de 1990, foi refeita a iluminação deste espaço (ver Anexo 3., Fig.A.3.5.) e em 1994, foi realizado um plano de recuperação do Palácio Fronteira, pelo Prof. Jorge N. Bastos, com enumeração de prioridades e estimativa de custos, assim como um projecto de faseamento, como aconteceu na Biblioteca neste mesmo ano.

Tratou-se de uma resposta face aos danos causados pelas chuvadas intensas e de longa duração, que se verificaram na Primavera de 1994 e que provocaram as infiltrações de água no interior desta zona. Como consequência, os elementos decorativos encontravam-se em risco de rápida deterioração, tendo mesmo caído um medalhão em gesso com cerca de 1m de diâmetro da face Poente do tecto (ver Fig.3.47.). O estudo prévio realizado pelo Prof. Jorge N. Bastos começou pelo diagnóstico da Sala das Batalhas. Depois de ter sido realizado o levantamento deste espaço, concluiu-se, que o tecto em caixotão estava deformado em aproximadamente 0.20m, a meio do vão. Por outro lado, a observação da cobertura permitiu prever uma situação de colapso eminente, por nela existirem grandes deformações.



Fig.3.48. Fachada Sul, antes (Dá-Mesquita, Marieta, 1992) e depois da reabilitação.



a. Planta do Piso1;

b. Corte transversal.

Legenda: (A) fenda no tecto e parede; (B) medalhão de $\varnothing 1\text{m}$ que caiu.

Fig.3.49. Sala das Batalhas, Planta Piso 1 e Corte HH'.

Tal como nas coberturas da Loggia e da Torrinhã Norte, já recuperadas, considerou-se que os fenómenos que originaram estas deformações excessivas foram os seguintes:

- i. Nas asnas em madeira da cobertura, os apoios em contacto com as paredes de alvenaria de pedra, estavam deteriorados devido à humidade e às térmitas. As ligações dos nós das barras tinham-se tornado também, pouco eficientes;

- ii. As paredes continham uma argamassa de cal e areia de ligação, mas a sua capacidade resistente encontrava-se enfraquecida, observando-se um envelhecimento e lixiviação nas juntas pela infiltração da água nas fendas que ocorreram com a deformação da parede;
- iii. O tecto em masseira estucado continha fendas longitudinais de grande largura, devido às deformações com origem no sistema estrutural, de suporte (deformação excessiva das asnas em madeira e a deterioração das ligações dos nós) e também, pela infiltração da água das chuvas;
- iv. O Pátio exterior, com ligação à Sala das Batalhas, continha um curso de água inserido numa galeria de alvenaria de pedra, que originava uma imersão cíclica, com a água das chuvas, nas fundações das paredes e o seu assentamento.

Deste modo, foi realizado um estudo prévio seguido de um projecto de execução, para a Recuperação estrutural da Sala das Batalhas, que contemplava dois aspectos. Por um lado, o reforço e consolidação da cobertura, por outro, a solução de reforço das paredes de alvenaria

TABELA 3.1 – Sala da das Batalhas – Metodologia de recuperação.

1. Reforço/ Consolidaç. da cobertura	Escoramento almofadado total e imediato do tecto para evitar a queda dos restantes estuques do Séc. XVIII;
	Levantamento arquitectónico à escala 1:20;
	Montagem de uma cobertura de zinco provisória, através de um sistema de andaimes tubulares, com o objectivo de proteger a Sala da água das chuvas e possibilitar o levantamento das telhas, forro e o consequente acesso à estrutura de madeira;
	Realizar a cintagem do coroamento das paredes em alvenaria de pedra com um lintel em betão armado “pregado” às paredes;
	Restauro e reforço das asnas de madeira nos apoios e nas ligações dos nós, usando pontualmente empalmes em castanho tratado. Limpeza e tratamento de impregnação com insecticida e fungicida de todas as superfícies de madeira das coberturas. Protecção da madeira com um revestimento retardante ao fogo, nomeadamente no forro em contraplacado, com verniz aquoso ignífugo.
	Inserção de uma estrutura metálica em aço galvanizado (com zinco a quente e com as ligações aparafusadas), entre os elementos da estrutura de madeira (pernas das asnas), servindo de apoio ao forro, ao revestimento do telhado e à suspensão do tecto em masseira. Simultaneamente procurou-se utilizar a cobertura juntamente com os lintéis de coroamento das paredes e as vigas, para ligar as paredes entre si, duas a duas. Foram ainda utilizadas asnas do tipo “A”, na direcção transversal com um vão de 8.80m e uma treliça “subida” na direcção longitudinal de 11.30m;
	Reparação e “aramagem” do tecto em masseira, fixando os elementos soltos de gesso à estrutura de suspensão em madeira;

TABELA 3.1 – Sala das Batalhas – Metodologia de recuperação (conclusão).

1. Reforço/ Consolidação da cobertura	Ligação da estrutura existente em madeira com o novo sistema metálico, através de “esticadores” em aço galvanizado roscados, que possibilitam o ajuste da estrutura perante pequenos deslocamentos.
	Instalação de um sistema de ventilação estático, nas faces ocultas da cobertura, para estabelecer o controlo da humidade existente no vazio entre a cobertura e o tecto em masseira.
	Revestimento da cobertura metálica com painéis de contraplacado marítimo e telhas de fibrocimento.
	Instalação de um acesso para inspecção e manutenção do interior da cobertura;
	Revestimento dos canais de drenagem das águas pluviais, com materiais impermeáveis.
	Revestimento da cobertura com as telhas originais depois de estas estarem limpas e restauradas.
2. Solução de Reforço das paredes de alvenaria	Uma das paredes de alvenaria que apresentava maiores problemas de infiltrações era a poente, sendo visíveis fissuras ¹⁹⁷ assim como, uma mancha de humidade presente no estuque que atingia a legenda, referente ao retrato em alto-relevo em tamanho real de D. João de Mascarenhas, a cavalo (ver Fig.3.48.). A resistência construtiva desta parede reduziu-se, quando se abriu um nicho revestido a azulejos com o tema da “Poesia” no lado exterior da parede.
	A parede oposta apresentava extensas fendas verticais nos dois cunhais adjacentes ao Jardim Formal (ver Fig.3.47.), provocadas pelo “desligamento” da alvenaria e a movimentos de translação para o exterior. A rede de furos, executada nas superfícies exteriores das paredes de alvenaria de pedra, permitiu concluir que o facto de as argamassas se desprenderem facilmente dos blocos a que estavam aglutinadas e de se encontrarem muito deterioradas, resultava do seu envelhecimento e/ou da presença de água resultante das infiltrações, que alteraram as propriedades dos ligantes.
	A proposta de reforço estrutural das paredes de alvenaria, seria feita com a introdução de uma malha de varões de aço inox ¹⁹⁸ (AISI 316) nervurados e de pequeno diâmetro, em furos abertos ou buracos alargados, seguido da injeção, por gravidade, de uma argamassa fluida composta de ligante, areia e água, para consolidar as paredes sem modificar a sua geometria. Drenos retirariam o excesso de ligante introduzido e os orifícios foram estucados e pintados com a mesma linguagem pictórica e cromática da antecedente (não foi executada).

¹⁹⁷ - As fissuras existentes na Parede voltada a poente foram avivadas, seladas e realizada uma pintura em estuque semelhante à existente, com o objectivo de se reintegrar no cromatismo envolvente.

¹⁹⁸ - A escolha do material em aço inox deve-se à tentativa de limitar os efeitos da corrosão com a introdução da malha de reforço, dada a existência de cloretos e outros sais nas argamassas existentes.

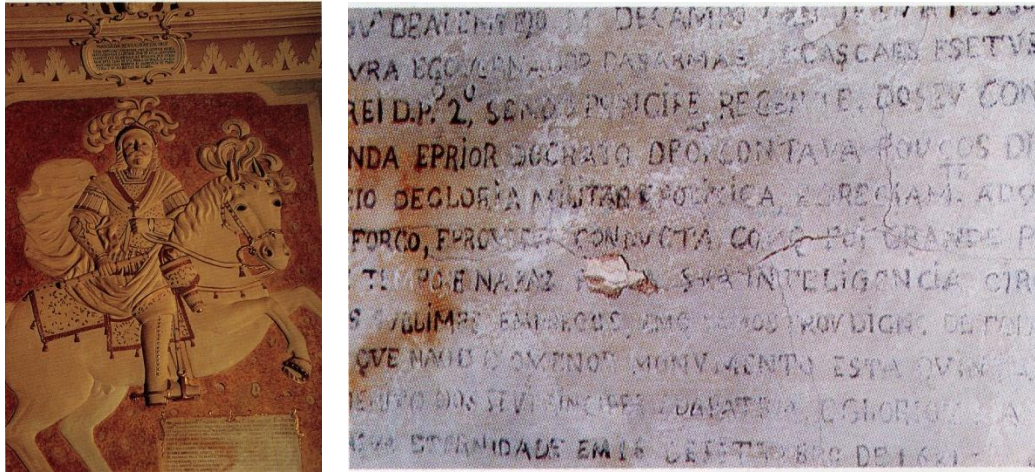
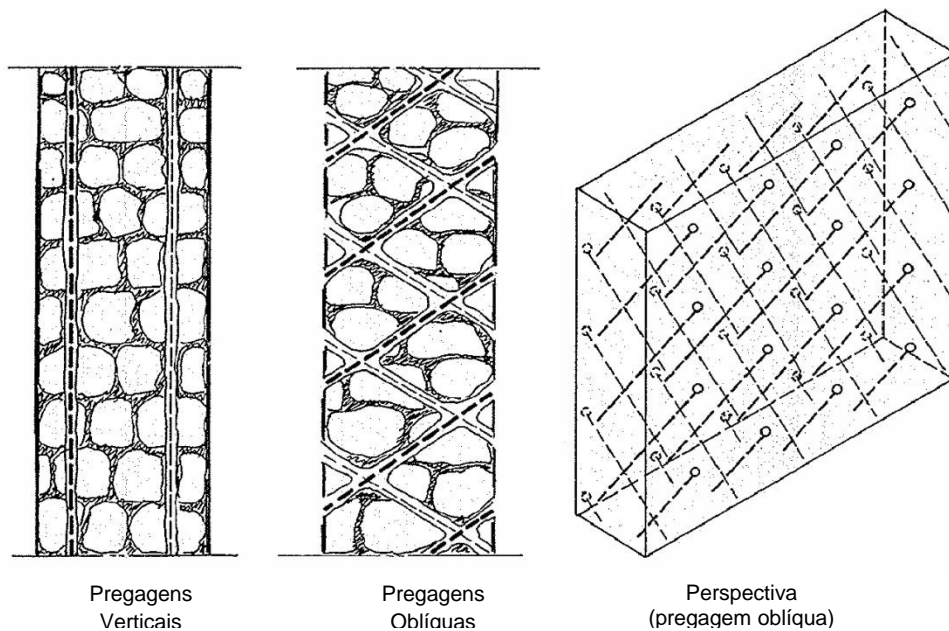


Fig.3.50. Baixo-relevo na parede poente e pormenor da respectiva inscrição.

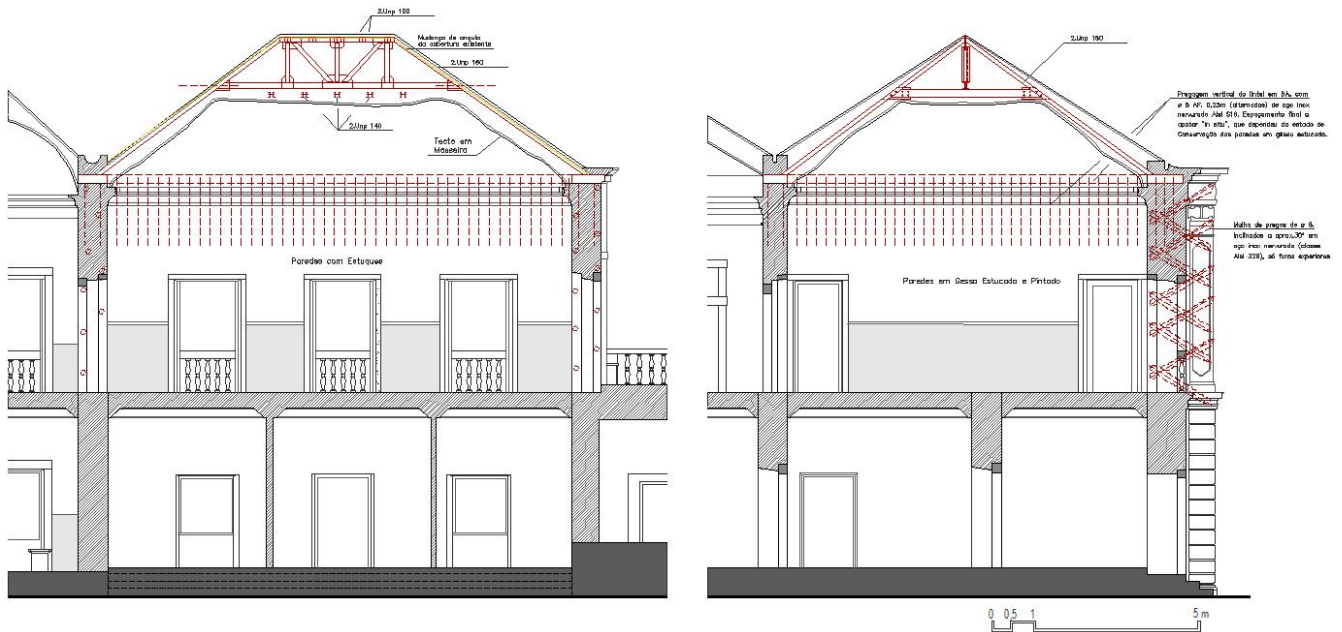


Pregagens
Verticais

Pregagens
Oblíquas

Perspectiva
(pregagem oblíqua)

Fig.3.51. Pregagem vertical e pregagem oblíqua para a consolidação das paredes de alvenaria de pedra. Desenho executado pelo Prof. Jorge N. Bastos (1993).



a. Corte longitudinal (vista para Sul);

b. Corte transversal (vista para Nascente).

Fig.3.52. Sala das Batalhas – Estudo Prévio.

Em 1995, foi aberto um concurso pela DGEMN (baseado no Plano de Restauros do Palácio Fronteira) para a recuperação da Sala das Batalhas. No ano seguinte, com o apoio da DGEMN e do IPPAR¹⁹⁹, a **parede exterior** (a Poente) da Sala das Batalhas foi picada, rebocada e pintada. Foi reabilitada a **cobertura**, inclusive a estrutura metálica sobre a qual a estrutura em madeira estava suspensa. Os **altos-relevos em estuque**, das figuras mitológicas foram restaurados dado terem perdido a sua capacidade de coesão e ligação ao suporte devido às infiltrações. A “Figura da Paz” que caiu, não foi restaurada mas antes reproduzida, servindo como base para esta intervenção, os fragmentos existentes e o registo fotográfico. As “pinturas marmoreadas” das paredes (voltadas a Sul e Nascente) e do tecto foram limpas e os altos-relevos em estuque foram selados e recuperados a nível cromático. Reconstituíram-se alguns elementos figurativos pintados, e as superfícies existentes, sem motivos, foram lavadas, desinfectadas e novamente pintadas com tons semelhantes aos originais.

(g) Sala dos Quatro Elementos ou Sala de Juno

Em 1994, os **azulejos holandeses** do Séc. XVII em rodapé foram limpos e colados. No ano de 1997, foi feita uma recuperação a **nível estrutural**, que incluía a cobertura²⁰⁰.

¹⁹⁹ - A DGEMN suportou os encargos financeiros e supervisionou as obras. A empresa que realizou os restauros estruturais foi a “*Lourenço Simões e Reis*”. Os restauros interiores foram elaborados pela “*Junqueira 220*”. in S.a., *Curriculum – Fundação das Casas de Fronteira e Alorna*. 2005, Lisboa, pp.42.

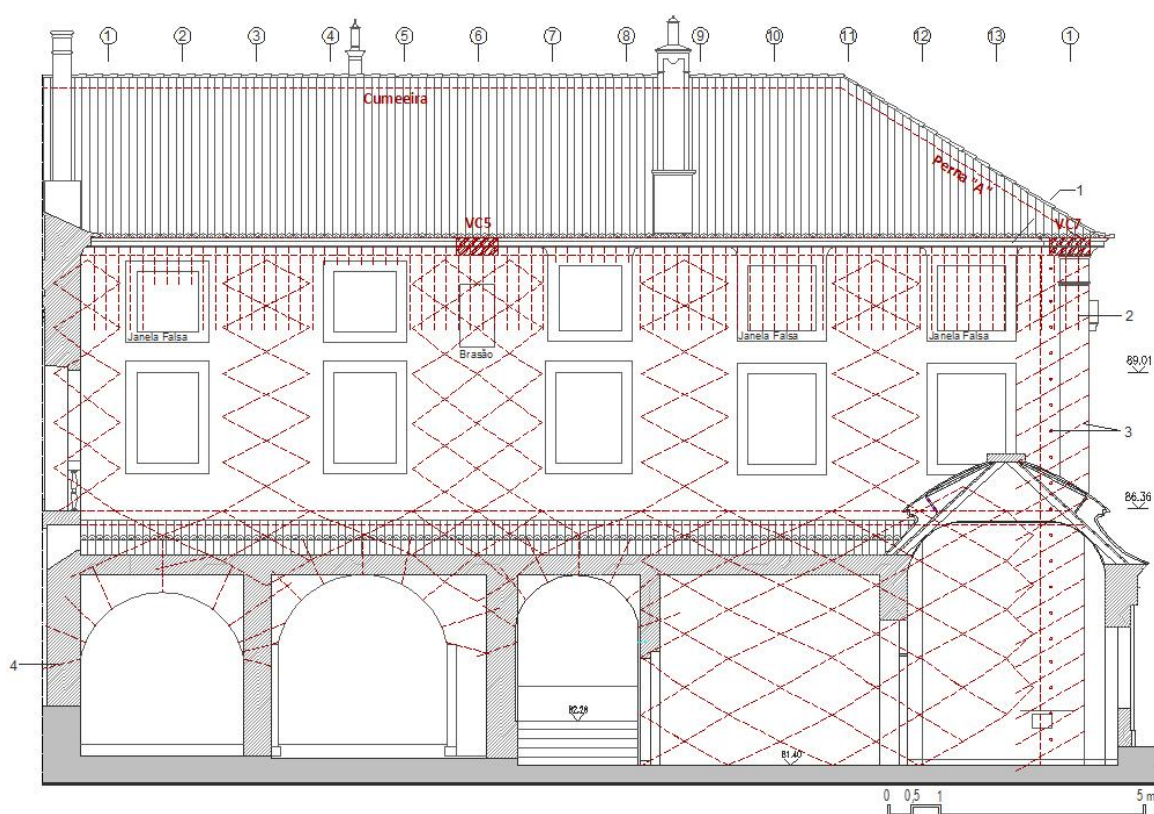
²⁰⁰ - A Recuperação da Sala de Juno em 1997, foi realizada pela empresa *Camilo de Amorim* e com o apoio financeiro do IPPAR.

(h) Sala dos Painéis ou Sala Holandesa

Em 1996, a estrutura da cobertura da Sala dos Painéis foi restaurada²⁰¹ e colocadas novas telhas. Faltou realizar a consolidação do seu interior e restaurar os respectivos estuques e pinturas interiores.

(i) Ala do Séc. XVIII

Em 1992, foi iniciado o restauro das pinturas das paredes interiores da **Sala de Aparato**, tendo sido concluídas duas. Limpeza parcial dos medalhões pintados. Em 1994, as chuvas de grande intensidade da Primavera, provocaram inundações nas caves do piso 0, devido à impermeabilização insuficiente da parede exterior e à inexistência de drenagem no subsolo do pavimento. Observaram-se também infiltrações da Sala de Aparato, nos tectos de estuque pintado e nas paredes de alvenaria, através da cobertura. No ano seguinte, foram restaurados os estuques, do tecto **Quarto de Hóspedes**, no piso 2 e repintadas as paredes.



Legenda: 1) Cinta de coroamento das paredes de betão armado (armaduras de aço inox AISI 316) pregos verticais em aço inox AISI 316; 2) Pregagem vertical do lintel em betão armado; 3) Consolidação do cunhal com pregos em aço inox AISI 316. Os números 2, 3 e 4 definem a malha de pregos e injecções para consolidação da alvenaria de pedra.

Fig.3.53. Proposta de recuperação das paredes de alvenaria da Ala do Séc. XVIII (não realizado). Desenho do Estudo Prévio executado por A.C.E. (1995).

²⁰¹ - Com o apoio da DGEMN e do IPPAR.



Fig.3.54. Cobertura da Sala de Estar e Quarto do Marquês. Vista para SW e para NE, respectivamente. Foto da Autora (2008).

Ainda neste ano, a Ala do Séc. XVIII apresentava um elevado estado de degradação na estrutura em madeira da **cobertura e nas paredes** de alvenaria de pedra, os factores que estavam na sua origem eram muito semelhantes aos enunciados para a Loggia Norte e a Torre Norte e as soluções sugeridas para a recuperação da cobertura e paredes de alvenaria de pedra foram idênticas.

Foi realizado um levantamento arquitectónico desta Ala à esc. 1/100, digitalizado e iniciado o Estudo Prévio para a Recuperação estrutural deste sector do Palácio, embora não tenha sido realizado na sua totalidade²⁰². Também não chegou a efectuar-se um Ante-Projecto nem um Projecto de Execução. Ainda em 1995, foi iniciada a reconversão da **Garagem Norte** para escritórios da Fundação e serviços de apoio, tais como as duas instalações sanitárias revestidas com painéis de azulejos figurativos de Maria do Carmo Peixeiro, concluídas no ano seguinte. Em 1996, deu-se a abertura do concurso e iniciaram-se obras de recuperação da Ala do Séc. XVIII, finalizadas em 1997.

Estas caracterizaram-se por um reforço geral da cobertura (zona Oeste), pela conservação da estrutura de madeira da cobertura, com a introdução de uma estrutura em madeira de reforço entre as pernas das asnas de madeira, suportada nas paredes de alvenaria de pedra. Para a consolidação da alvenaria das paredes foi realizada a obra de drenagem e impermeabilização da fachada Poente²⁰³. Em 1997 foi limpa e

²⁰² - Este propunha duas fases: a primeira se referia ao sector 8.a (renovação do telhado, recuperação das paredes de alvenaria e restauro dos estuques e das pinturas do Quarto Principal e anexos) e a segunda, ao sector 8.b (renovação do telhado, recuperação das paredes de alvenaria e restauro dos estuques do tecto). Esta decisão teve como objectivo reduzir o processo de degradação do Palácio Fronteira, até à obtenção de um apoio económico que possibilitasse realizar uma intervenção mais profunda. A proposta, que não chegou a ser executada, destaca-se o reforço estrutural das paredes de alvenaria, onde foi indicada a injeção de argamassa de cal hidráulica e a introdução duma cinta de coroamento das paredes em betão armado, pregada com varões em aço inox e colocada uma malha de pregagem nas paredes (ver Fig.3.51. e 3.53.).

²⁰³ - Obra de drenagem e impermeabilização da fachada Poente da Ala do Séc. XVIII foi possível graças ao subsídio plurianual do IPPAR. Foi realizada pela empresa *Quinagre, S.a.*

recuperada a Sala de Aparato. No ano que se seguiu, o restauro estrutural da Ala do Séc. XVIII não atingiu o custo previsto no orçamento. Com a verba que restou, foi ainda possível realizar o mesmo tipo de recuperação no telhado que acompanha o terraço até à capela.

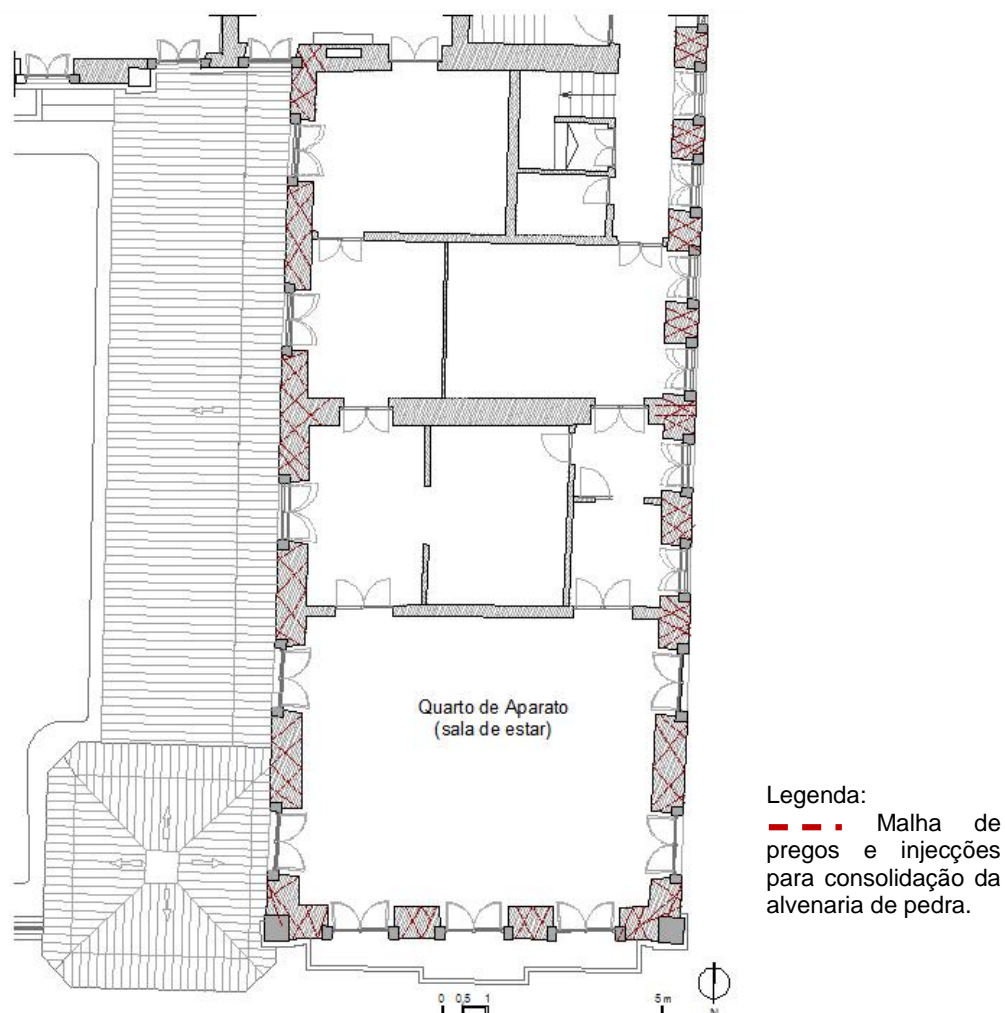


Fig.3.55. Recuperação da Ala do Séc. XVIII – Estabilidade e Fundações, Planta Piso 1. Estudo Prévio executado por A.C.E. (1995).

(j) Corpos anexos da Ala do Séc. XVIII

Em 1991, foram feitas obras de reabilitação em várias dependências anexas, nomeadamente a renovação do telhado do nº5 do Sítio do Barcal, de onde foram removidas as telhas, restaurada a estrutura de madeira de castanho, na qual se colocou telhas de fibrocimento e repostas as possíveis telhas originais no fim. Entre 1992-1998, foram realizadas obras de conservação e renovação no Palácio e em diversas dependências anexas ao Palácio. Em 2001, foram efectuadas diversas obras nos anexos nº 2, 3, 5 e 9 do Sítio do Barcal (economicamente a cargo da FCFA) e continuadas em 2002. No ano seguinte, foram executadas obras de impermeabilização das paredes e pavimentos da casa nº5 do Sítio do Barcal, assim

como as obras do telhado do anexo nº 9. Em 2004 foi realizada a reabilitação do telhado da casa nº2. E por fim, em 2005, foram feitas pequenas obras de manutenção e conservação da casa nº2, como a reparação das redes eléctricas da casa nº9, da carpintaria e do anexo.

(k) Estrutura e Coberturas

Em 1990, realizou-se uma limpeza e a revisão geral dos telhados do Palácio. Foi elaborada uma reparação do telhado do Torreão, a tardoz da Capela. Foram removidas as telhas e restaurada a estrutura de madeira de castanho, na qual se colocaram telhas de fibrocimento. Por fim e sempre que possível, foi reposta a telha original. Por volta desta data, realizaram-se obras de Renovação, com as mesmas características, noutros telhados como, o anexo nº9 do Sítio do Barcal, o Torreão Poente do Pátio e em parte o das Garagens.

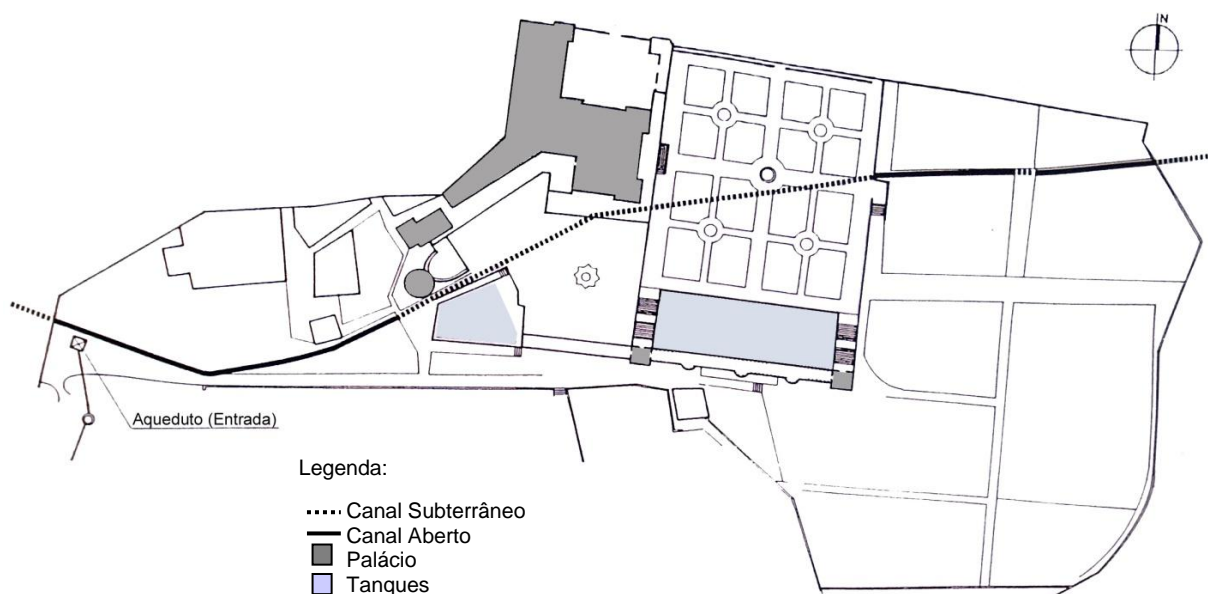


Fig.3.56. Localização do Canal adjacente ao Palácio.

Em 1994, foi efectuado um levantamento geotécnico através de sondagens, possibilitando definir os materiais que caracterizam o solo que suporta o Palácio, dar a conhecer a localização das fundações do monumento e realizar uma melhor análise para a forma de intervir. As sondagens permitiram observar que o “*bed rock*” localiza-se a 4m de profundidade, ao longo do alinhamento da fachada Oeste, e a 2,5m de profundidade, onde existe um coberto de materiais de aterro pedregosos circundados por uma matriz argilo-siltosa²⁰⁴.

²⁰⁴ - Os ensaios de furação revelaram que o maciço rochoso do substrato vulcânico, de natureza basaltolávica, encontrava-se muito alterado na espessura de 1.0m, não apresentando problemas face às fundações directas, cujas tensões de segurança rondavam os 600 KPa, e aos assentamentos de pequena amplitude. A sondagem “S3” permitiu ainda verificar a existência de um nível freático a cerca de -3.00m de profundidade. Concluiu-se deste modo, que os deslocamentos que ocorreram nas fachadas Nascente e Sul do Palácio não tinham como origem os assentamentos das fundações (dado estas estarem assentes fora da camada de aterro e zona de rocha alterada, não interferindo com o

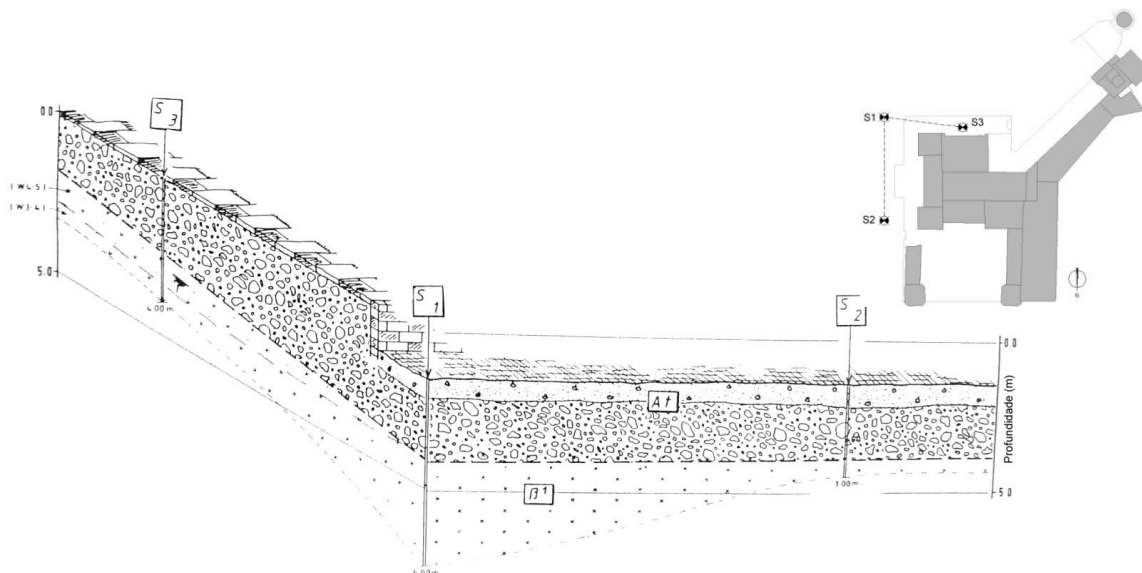


Fig.3.57. Caracterização geotécnica do Palácio - Bloco diagrama interpretativo.

Em 2005, integrados no programa de limpeza dos telhados e manutenção das janelas, realizou-se a limpeza geral dos algerozes dos telhados do Palácio Fronteira, a reparação do telhado e do tecto da Sala dos Painéis, assim como foi efectuada a manutenção das janelas da Sala das Batalhas e da Sala dos Painéis. Em 2009, verifica-se a necessidade de obras de recuperação dos espaços Interiores do piso 2 do Palácio do Fronteira (ver Anexos Fig.3.12.) dado o seu elevado estado de deterioração.

(I) Casa de Fresco

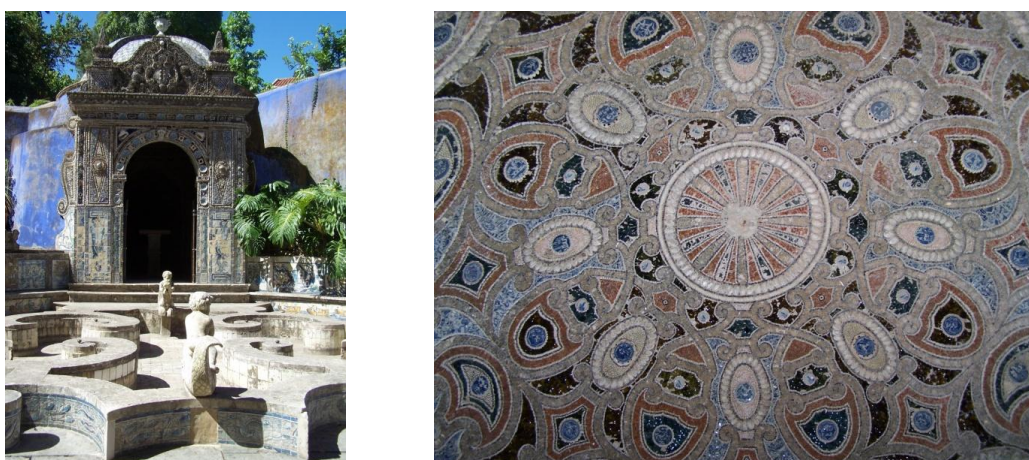
Em 1990, depois de serem identificados os azulejos, estes foram removidos, restaurados e recolocados com massa fraca. Simultaneamente a abóbada foi regularizada pelo dorso e foi impermeabilizada a sua cúpula com tela aconselhada pela TEXSA. As superfícies exteriores rebocadas da Casa de Fresco, foram restauradas com um novo reboco hidrófugo e pintados.

No interior os embrechados foram limpos, conservados e os vidrados dos painéis de azulejos foram também limpos *in situ* e tratados contra fungos. Segundo José Meco (1997), após o restauro na frontaria da Casa de Fresco alguns embrechados e pratos que revestem o arco e o entablamento foram substituídos por novos.

“bed-rock”), mas antes com a deterioração das condições das próprias fundações, que poderiam ser melhoradas através de injeções e de microestacas. *in* AAVV. Geocontrolo, s.d., Lisboa.



a. Casa de Fresco, antes da intervenção de 1990. *in* Dá-Mesquita, Marieta, (1992).



b. Alçado para Nascente e tecto da Casa de Fresco, depois do restauro. Fotos da Autora (2007).

Fig.3.58. Interiores e exteriores da Casa de Fresco no Jardim de Vénus.

(m) Arte móvel

Entre 1995 e 2000, foi realizado o restauro de algumas peças de mobiliário e de porcelana. Nos anos compreendidos entre 2001 e 2005, foi feito o restauro de algumas peças de mobiliário, com a colaboração entre a FCFA e a Escola de Recuperação do Património de Sintra - ERPS. Neste contexto, foram efectuadas provas de aptidão profissional, que incluíram a conservação e o restauro de nove estátuas de mármore e respectiva zona envolvente (vieira e balaustrada), localizadas na Galeria das Artes, um berço em pau-santo, duas credenciais douradas e uma harpa. Esta parceria entre as instituições através dum programa de inventariação, prevenção e manutenção do mobiliário, traduziu-se em benefícios para ambas as instituições – a nível económico para a FCFA e a nível de aprendizagem para os alunos da ERPS.

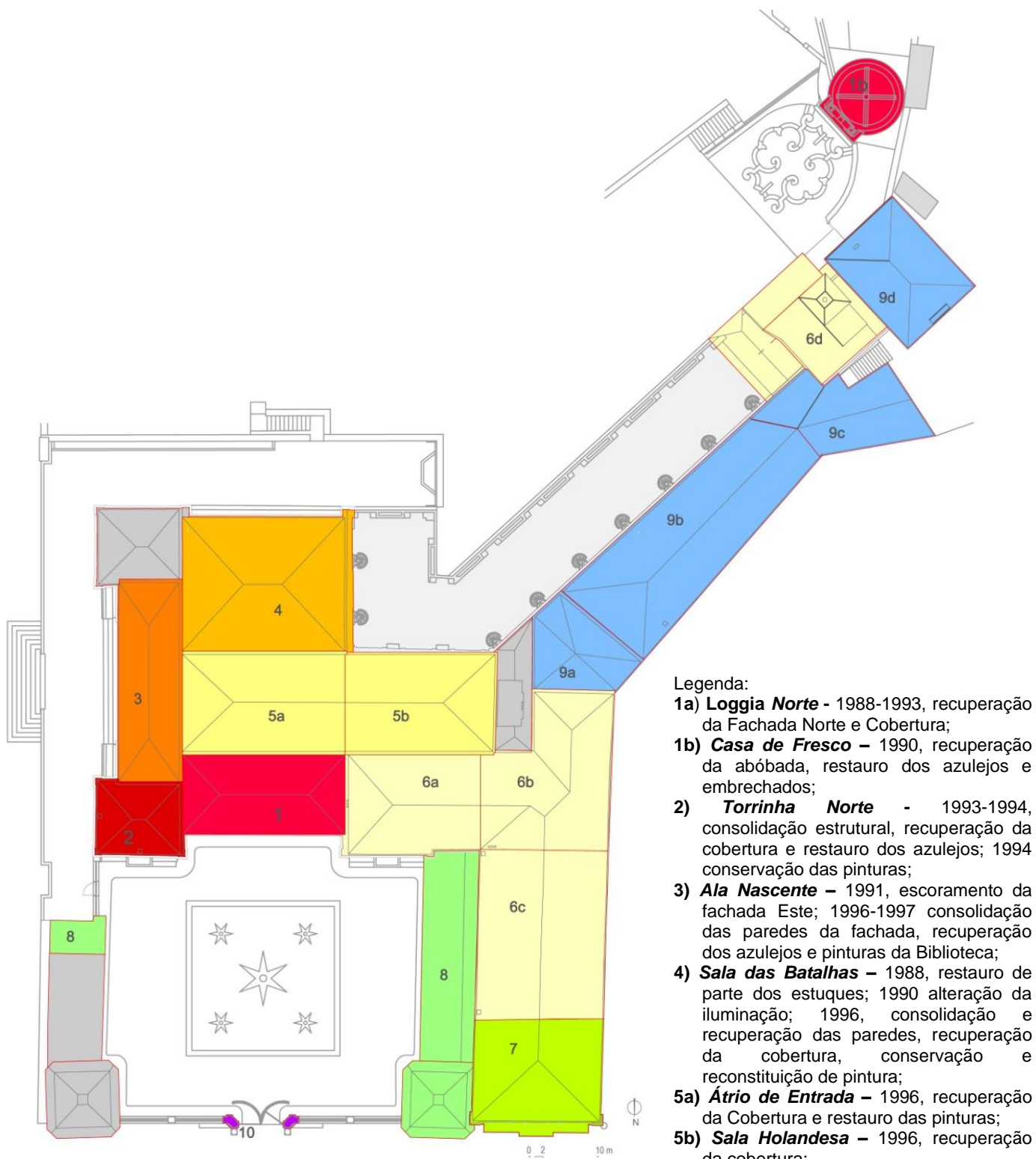


Fig.3.59. Planta síntese de intervenções no Palácio nos anos 90, Séc. XX.

Legenda:

- 1a) **Loggia Norte** - 1988-1993, recuperação da Fachada Norte e Cobertura;
- 1b) **Casa de Fresco** - 1990, recuperação da abóbada, restauro dos azulejos e embrechados;
- 2) **Torrinha Norte** - 1993-1994, consolidação estrutural, recuperação da cobertura e restauro dos azulejos; 1994 conservação das pinturas;
- 3) **Ala Nascente** - 1991, escoramento da fachada Este; 1996-1997 consolidação das paredes da fachada, recuperação dos azulejos e pinturas da Biblioteca;
- 4) **Sala das Batalhas** - 1988, restauro de parte dos estuques; 1990 alteração da iluminação; 1996, consolidação e recuperação das paredes, recuperação da cobertura, conservação e reconstituição de pintura;
- 5a) **Átrio de Entrada** - 1996, recuperação da Cobertura e restauro das pinturas;
- 5b) **Sala Holandesa** - 1996, recuperação da cobertura;
- 5b) - **Sala de Juno e Sala dos Quatro Elementos** - 1994, recuperação dos Azulejos; 1997 Recuperação estrutural;
- 6b e 6c) **Ala séc. XVIII** - 1997, recuperação da cobertura;
- 6 c) **Capela** - 1994, restauro dos azulejos; 1997, restauro da cobertura; 2002 recuperação dos embrechados;
- 7) **Sala de Aparato** - 1993, restauro dos estuques; 1997, recuperação da cobertura;
- 8) **Ala séc. XVIII**- 1995, reconversão das Garagens para espaços de serviços da FDCFA;
- 9 a-d) **Ala séc. XVIII / Anexos** - 2001-2004, recuperação da cobertura;
- 10) **Portão do Pátio** - 2001, recuperação das estátuas

Podemos concluir que, antes da criação da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, as intervenções no Palácio Fronteira não seguiam um plano definido, que estivesse organizado segundo um objectivo de resolver os problemas-base de conservação de todo o edifício e o que se observava, antes da década de oitenta, eram em vez, intervenções pontuais. Nos finais do Séc. XX e perante o risco de ruína de alguns espaços, foi executado um projecto de reabilitação que seguia uma sequência de intervenção concreta.

A orientação do edifício, em regra geral, influencia o estado de conservação dos seus espaços, sendo que, os localizados a Norte apresentam patologias (relacionadas com humidades) mais rapidamente que os localizados a Sul, dado estes terem período de exposição Solar mais alargado. A prioridade de intervenção das zonas do Palácio seguiu então, uma lógica que se baseou na orientação geográfica do mesmo. Iniciou-se com as localizadas a Norte (com a Loggia Norte e a Torrinha Norte), optando por seguir para Nascente (com a Biblioteca), depois para Sul (com a Sala das Batalhas) e por fim, para Poente (com a Ala do Sec. XVIII). Ver Fig. 3.57. A opção por reabilitar as Alas do Palácio separadamente relaciona-se ainda, com a possibilidade de realizar a visita dos espaços já conservados. Ao serem efectuadas visitas nas Alas reabilitadas, enquanto se executa o restauro de outras, permite obter receitas durante as obras que por sua vez, podem ser convertidas para a continuação das mesmas.

3.3. AS INTERVENÇÕES REALIZADAS NOS JARDINS

3.3.1. Antes do Séc. XX

A construção dos Jardins data, provavelmente, da fase inicial da edificação do Pavilhão de Caça, nos inícios do Séc. XVII, tendo-se definido os canteiros de buxo do Jardim Grande. Neste século, foi iniciada a construção dos cinco tanques octogonais, inaugurados o Lago Grande, a Galeria dos Reis e os respectivos pavilhões anexos. Alguma da azulejaria e os elementos escultóricos dos Jardins são também deste período. A propriedade do Palácio continha já, zonas de Pomar, horta e infra-estruturas de apoio à agricultura e funcionamento do edifício, tais como o forno de pão²⁰⁵.

Na primeira metade do Séc. XVIII, foram realizadas obras de conservação no Jardim Grande²⁰⁶, foi destruído o labirinto de elementos vegetais no Jardim de Vénus²⁰⁷ e construído o **Pombal**. Neste século, também foi prolongada a **Galeria dos Reis**, no lado Sul do Jardim Formal, ladeando num piso mais elevado, o grande Tanque e foi

²⁰⁵ - DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, vol. I pp.494.

²⁰⁶ - "(...) já se vai ditando [sic] a pedra fora, e se comerá o tanque em que se a-de pôr a venos porque pareceu a João Antunes melhor fazer-se e assim como se tirare a venos e mais pesas polas logo no lugar [1v.] donde havia de ficar a sereia (...)": Cartas da 2ª Marquesa de Fronteira d. Joana de Toledo e Meneses ao 2º Marquês de Fronteira D. Fernando Mascarenhas, Benfica, 3 Junho de 1707. In DÁ MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, Vol. II pp.307.

²⁰⁷ - JANTILLET, A. Collotes de. (1679). in NEVES, Cassiano. *Ob. cit.*, pp. 18-26.

alterada a localização da **fonte de Vénus**. No século XIX, a cargo do V Marques de Fronteira, foi construída a continuação da Galeria dos Reis (parte que dá para o Jardim de Vénus) e acrescentados os bustos de D. João V, D. José, D. Maria I e D. João VI²⁰⁸. Nesta campanha de obras foram ainda adicionados novos painéis de azulejos nos Jardins²⁰⁹.

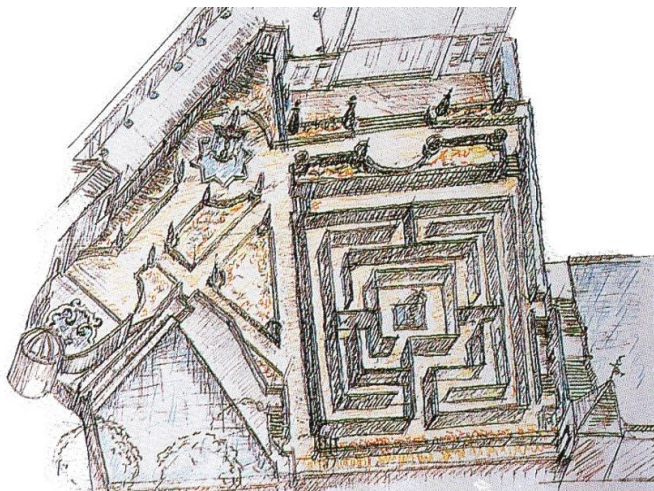


Fig.3.60.
Giardini Secreto – Interpretação do Jardim de Vénus antes da intervenção do Séc. XVII, segundo os relatos da visita de Jantillet em 1678, por Rodrigo A. Dias.

Na IIª metade do Séc. XIX, a cargo dos VIII Marqueses de Fronteira foram plantados pomares e vinhas²¹⁰, assim como árvores exóticas, das quais subsistem actualmente alguns exemplares no Jardim de Vénus.

*“Quando, em 1838, se faz uma referência à produção de laranjas em Fronteira, já três séculos se tinham passado desde as notícias das primeiras laranjas doces associadas com a figura de D. João de Castro e apresentadas no volume da Pena Verde”.*²¹¹

Entre 1802 a 1818 foi realizado possivelmente um restauro da estátua *Ocasão*²¹², localizada sobre o pórtico da Galeria das Artes, dado esta não aparecer numa fotografia deste século (ver Fig.3.61.). Em 1834, face à destruição de alguns elementos, as obras de conservação foram feitas gradualmente²¹³. Por outra fotografia, de 1802-1818 (ver Fig.3.62.) podemos observar que a Loggia Nascente, piso térreo, estava fechada por portas de madeira numa linguagem semelhante às portas dos Torreões do Pátio de Honra, e que o muro a Nascente prolongava-se desde a Galeria dos Reis ao Palácio, não existindo a actual ligação do Jardim dos

²⁰⁸ - NEVES, Pedro Mascarenhas. *Ob. cit.*, pp.15.

²⁰⁹ - DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, pp. 534.

²¹⁰ - NEVES, Cassiano. *Ob. cit.*, pp. 103

²¹¹ - NEVES, Pedro Mascarenhas. *Ob. cit.*,

²¹² - A estátua *Ocasão*, juntamente com a de *Mercúrio*, são duas figuras que assinalam a Restauração de Portugal e a fugacidade do tempo, respectivamente. A independência de Portugal é comemorada com a escolha dos Bustos de Monarcas Portugueses (mesmo que não tenham sido Reis), no qual a dinastia Filipina não é representada. A escolha por este tema foi feita por D. João de Mascarenhas, 1º Marques de Fronteira.

²¹³ - MASCARENHAS BARRETO, D. José Trasmundo. *Ob. cit.*, Vol. III (1824 a 1833). Consulta na B..N.L., Cota, 15418 V. (Ver Anexo 3).

Jasmins e do Jardim Formal. Nos finais do Séc. XIX foi aberta a ligação entre estes dois jardins, como podemos constatar pela Fig.3.63.

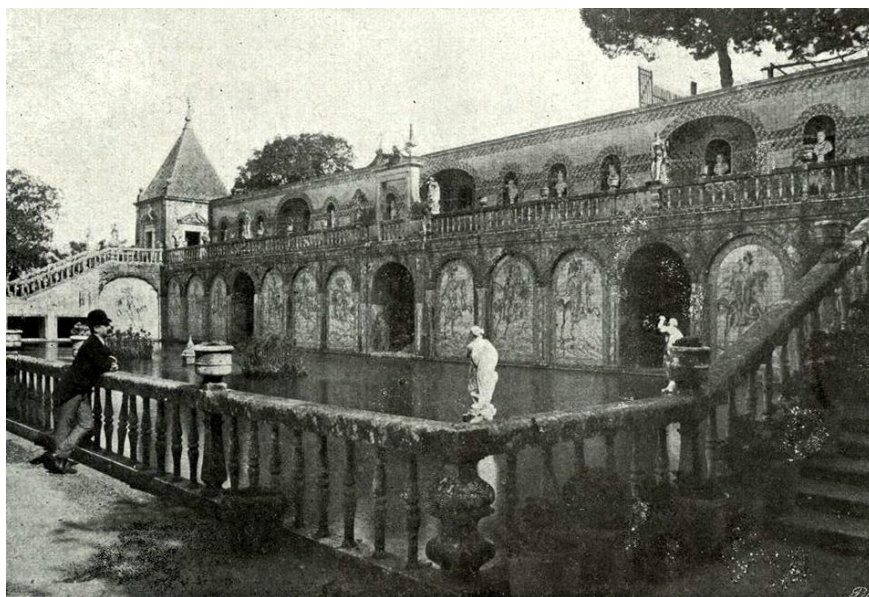


Fig.3.61. Tanque Grande e Galeria dos Reis, 1802 a 1818.
in MASCARENHAS, D. José (1802 a1824, Vol.)



Fig.3.62. Jardim e fachada Nascente do Palácio, 1802-1818.
in MASCARENHAS, D. José (1802-1824, Vol. I).



Fig.3.63. Fachada Nascente e Sul, 1865-1868. *in* Augusto Moreira (1865-1868).

3.3.2. Séc. XX.

Na IIª metade do Séc. XX verificou-se um aumento da rapidez na deterioração dos jardins, causada, possivelmente, pela intensificação do tráfego pesado e ligeiro que circula por Monsanto, com a intensificação da poluição ambiental.

(a) Arquitectura e Arquitectura Paisagística

Em 1994, as chuvas da Primavera levaram à quase ruína dos muros de suporte de terras do Jardim de Vénus. Foi realizado um **Plano de Restauro** do Palácio Fronteira, com enumeração de prioridades, assim como um projecto de faseamento, para a candidatura ao IPPAR e à Fundação Calouste Gulbenkian. Deste fazia parte a recuperação dos **muros de suporte**, tendo sido efectuado um levantamento arquitectónico e fotográfico, seguido de um diagnóstico e por fim, um projecto de reconstrução faseado em betão armado e revestimento em alvenaria de Pedra.

Dos estudos realizados pela equipa coordenada pelo arq. pais. João Mateus, verificou-se que a insuficiência do caudal foi devida à secagem das nascentes e à obstrução do processo de infiltração por compactação do terreno (ver Cap. 3.1.4). Foi proposta a colmatação dos troços de distribuição, a limpeza e a consolidação do terreno. Observaram-se também roturas pontuais nos reservatórios e disfunção nos carregadores assim como, disfunções no circuito de distribuição da água, nomeadamente algumas interrupções na canalização subterrânea. Foi proposta uma reconstituição da estrutura de base dos Pomares e Hortas através do repovoamento de espécies semelhantes às existentes (espécies frutícolas) e com compassos idênticos. Foi proposta a recuperação e ampliação de uma estufa que passou a funcionar como uma estrutura de apoio ao repovoamento dos elementos do Pomar e

como uma zona de auxílio para a Manutenção da Quinta. Foram projectadas as soluções para as cisternas desenvolvidas por Pedro George. Em 1995, foi feito um Plano de Intervenção a nível de macro-estrutura da Quinta de Recreio dos Marqueses de Fronteira e Alorna.

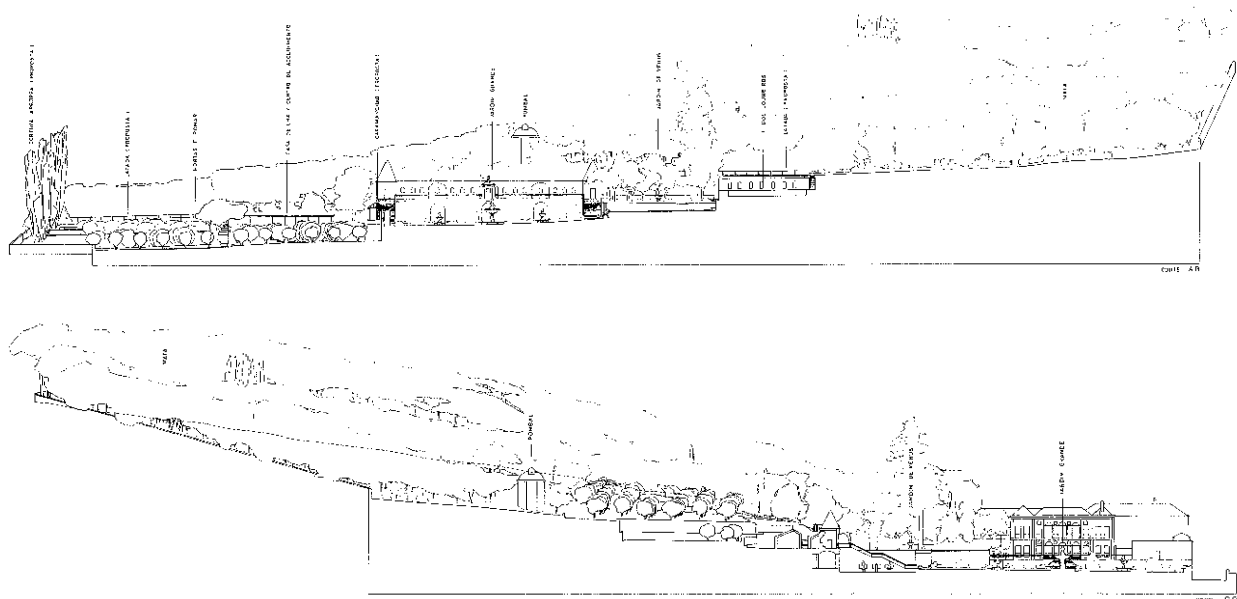


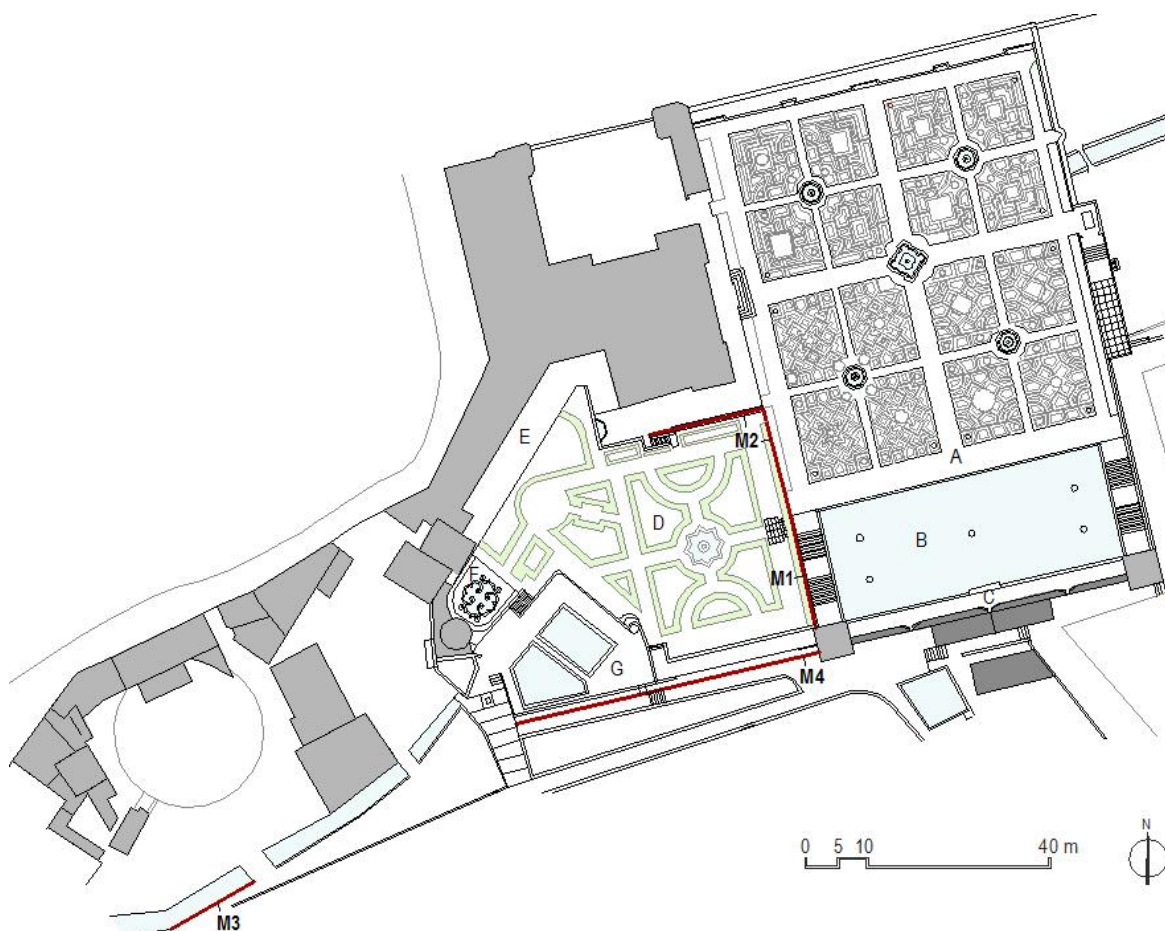
Fig.3.64. Estudo Prévio - Cortes dos Jardins realizados pela equipa coordenada por João Mateus. *in revista Monumentos, nº7 (1997).*

Em 1996, ao abrigo do Protocolo estabelecido com o Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB), com o Instituto de Conservação da Natureza (ICN), com o Programa de Ambiente da União Europeia e com a FCFA, foi lançado o concurso para o projecto de recuperação dos Jardins, precedido pela preparação do Programa de Educação Ambiental²¹⁴. O concurso aprovou o projecto da equipa coordenada pelo arq. pais. João Mateus que incluía um **Plano de Valorização**²¹⁵ e um **Projecto de Recuperação**. Deste faziam parte a recuperação dos muros de suporte, a execução de uma rede de rega para os jardins e a elaboração de uma estrutura verde para o Jardim de Vénus. Este é limitado por quatro Muros (M1, M2, M3 e M4)²¹⁶ que servem de suporte de terras e separam os jardins. Estes são constituídos por alvenaria de pedra calcária, ligada com uma argamassa de cal e areia.

²¹⁴ - A realização do concurso foi possível graças ao subsídio facultado pelo IPPAR para recuperação dos Jardins.

²¹⁵ - Com a identificação de problemas e de patologias, bem como a definição de medidas de reabilitação, de gestão e de dinamização dos espaços

²¹⁶ - O muro que estabelece a divisão entre o Jardim de Vénus e o Jardim Formal foi separado segundo dois troços (Muro 1 e 2). A Nascente o M1 é revestido por um painel de azulejos do séc. XVII. Este faz a ligação com a escadaria do Tanque Grande, tem aproximadamente 20m de comprimento e uma altura que varia entre os 0m e os 3.5m. O M2 separa os dois Jardins, a Norte tem cerca de 30m de comprimento e 2 m de altura. O M3 refere-se ao Muro de paramento da Ribeira e faz parte das infra-estruturas dos sistemas de drenagens da Quinta. O M4 estabelece a separação da Mata e os Jardins do Palácio e é também um elemento de ligação dos Jardins (Galeria dos Reis, Jardim de Vénus e Terraço da piscina). Este contém nichos com embutidos e azulejados, medindo a Sul aproximadamente 30m de comprimento e 4.5m de altura.



Legenda: (A) Jardim Formal; (B) Grande Tanque; (C) Galeria dos Reis; (D) Jardim de Vénus; (E) Passeio da Oratória ou Galeria das Artes; (F) Tanque dos "Ss"; (G) Terraço da Piscina.

Fig.3.65. Planta do Palácio e Jardins - Identificação dos Muros M1, M2, M3 e M4.

Em 1997, foi iniciada uma campanha de caracterização geotécnica no Jardim de Vénus, com a abertura de seis poços de inspeção para se poder caracterizar as dimensões da secção transversal dos Muros (M1, M2 e M4) e definir as características mecânicas do terreno de fundação. No entanto, era possível observar à vista desarmada alguns factores que estavam na origem do seu pré-colapso:

- (i) Muro1 – Rotura no paramento do muro ao nível do piso entre a escadaria do Tanque Grande. Deslocamento horizontal do coroamento do muro em direcção Nascente, apresentando também desligamento. As causas da degradação eram, um insuficiente sistema de drenagem, a elevada pressão das terras, a deterioração das argamassas e a acção das raízes dos elementos vegetais;
- (ii) Muro 2 (sentido N-S) – Deslocamento ($i \approx 8\%$) do coroamento do muro na direcção Nascente e, simultaneamente, a sua rotação para o exterior. As causas de degradação deste muro relacionam-se com as anteriormente enunciadas para o M1; No sentido E-W, o M2 não apresentava deformações excessivas;
- (iii) Muro 3 – Manifestava um jorrimento negativo e fracturas; e,

- (iv) Muro 4 – Apresentava um jorrimento negativo, deformações no coroamento de aproximadamente 0.30m ($i \approx 7\%$)²¹⁷, fracturas verticais e oblíquas, abaulamento, defeitos dos materiais aplicados perante um estado de equilíbrio instável e destacamento dos materiais de revestimento, nos azulejos, na cantaria de pedra e nos rebocos. Como causas da degradação deste muro, encontrava-se o envelhecimento das argamassas e a pressão exercida pelas terras devida a drenagem insuficiente;

Os elevados valores de pluviosidade que se verificaram em Lisboa entre 1993 e 1994, contribuíram para os deslocamentos de alguns muros de suporte (particularmente o M2), dado que modificaram o solo saturado para um solo submerso, devido à insuficiente capacidade de drenagem do terreno. O impulso activo no tardo do muro de suporte punha em causa a segurança da estrutura e justificava a introdução de um sistema eficiente de drenagem das águas pluviais. As acções de restauro e recuperação, tiveram como sequência:

- (a) Escoramento e remoção de algumas árvores adjacentes aos muros M1 e M2, seguida do desmonte de parte da sua extensão. Como medida cautelar realizou-se também o escoramento nos muros, antes das intervenções que foram realizadas;
- (b) Remoção da escada que liga o Pátio dos Jasmins ao Jardim de Vénus e construção de outra (em betão ciclópico e revestida a pedra lioz), numa direcção diferente, mas próxima do local inicial;
- (c) Emprego de um sistema de drenagens nos muros M1 e M2 caracterizada por uma cortina drenante no tardo dos mesmos (em toda a sua extensão e cujo colector desagua na ribeira) e por drenos no paramento da parede. O novo sistema de drenagem tinha agora a descarga directa para a ribeira (afluente);
- (d) Colocação de uma infra-estrutura (em betão armado e tapada por terra) nos muros M1 e M2 para a sua consolidação;
- (e) Abertura de uma vala no tardo de parte do M2 até à fundação seguida da sua remoção e reconstrução com alvenaria de pedra calcária na zona adjacente ao banco, inclusive o desmonte e reconstrução deste e dos balaústres.
- (f) Colocação de reboco e caiação do M2 com pigmentos naturais;
- (g) Remoção da floreira de coroamento do muro M1 e M2 e colocação de capeamento em lajes de pedra;
- (h) Levantamento em fotogrametria arquitectónica de todo o M4. Inventariação, remoção, restauro e recolocação dos azulejos do muro M4. Instalação de um sistema de drenagem das águas pluviais neste muro, ligado ao colector dos muros M1 e M2;

²¹⁷ - Como causas de instabilidade estrutural deste muro, temos simultaneamente, a pressão das terras, a existência de nichos revestidos a azulejos inseridos no traçado do muro (originando zonas de descontinuidade) com cerca 3.50m em planta.

- (i) Levantamento arquitectónico e inventariação das patologias existentes. Pavimentação de uma faixa que se encontrava inferiormente desnivelada, localizada numa zona adjacente ao M4;
- (j) O M3 foi escorado de modo a evitar a sua queda sobre o leito da Ribeira.



a. Degradação do Muro Norte (M4) da Galeria dos Reis (1994).



b. Degradação do Muro Norte (M4) da Galeria dos Reis (1994).

Fig.3.66. Espaços exteriores do Palácio dos Marqueses de Fronteira e Alorna – Galeria dos Reis, antes da intervenção. Foto do Prof. Jorge N. Bastos (1994).

Ainda em 1997 foi realizada a separação do **Tanque dos Pretos** em dois espaços de lazer distintos, uma piscina artificial e uma piscina natural. Actualmente, conservam-se na zona da piscina as estátuas, o muro de suporte e o percurso pelo lago, junto à Casa de Fresco, através dos degraus de calcário branco com composições em basalto.



Fig.3.67. Piscina. Vista para SE. Foto da Autora (2008).

Em 1998, foi concluída a recuperação do Muro M2, foi iniciada a recuperação do muro do M1 e alterado o **traçado da escada** que estabelece a ligação da Fonte da Carranquinha ao Jardim de Vénus. Foi ainda efectuado o restauro, das zonas mais degradadas do M3. No ano seguinte, foi feita a recuperação do **Pombal** com o recomeço do apoio financeiro da DGEMN, ficando concluída em 2000.



Fig.3.68. Pombal da Quinta, antes da intervenção. Foto do Prof. Jorge N. Bastos (1996).

Em 2001, foi recuperado o muro próximo ao portão do Pombal e feitas pequenas intervenções no Jardim e iniciada a recuperação das *balaustradas* no Jardim e no lago, tendo sido implementado um **sistema para a manutenção da água**. Em 2002 foi concretizado o sistema de rega num canteiro no Jardim Formal, recuperados os caminhos e muros na zona da horta e plantado um **Pomar**.

No **Tanque Grande**, em 2002, foi instalado um descarregador de fundo para facilitar as limpezas futuras, foram também limpas e renovadas as pinturas das grutas. Neste ano foi iniciado o restauro da **rede de águas** do Jardim Formal, inclusive dos repuxos e o sistema das Fontes²¹⁸. Para minimizar a formação de lodos, elaborou-se um sistema de oxigenação da água, pondo-se em funcionamento a recirculação dos respectivos jogos de água (um repuxo central e seis repuxos nas estátuas). Foi reconstruída a **Estufa** e os respectivos equipamentos (motores, filtros e bombas de rega) para possibilitar a alimentação e funcionamento do sistema de oxigenação da água, do sistema das fontes. Foram ainda limpos e desobstruídos os terrenos anexos.

Em 2003, foi realizada a abertura de um furo de captação de água para o abastecimento do Tanque Grande, foi também limpo e regularizado o terreno da Horta e da Mata. No ano seguinte, continuou o restauro da rede de rega e abastecimento das fontes do Jardim, prossequindo os trabalhos de captação de água. Em 2005 foram investigadas as melhores formas de reabilitação do **Jardim de Vénus**, foi limpo o terreno das hortas, restaurados os muros, feita a pavimentação de caminhos, plantadas sebes e implantada a rede de rega²¹⁹. No ano de 2007, foi proposta uma cortina verde na periferia, sobre a coordenação da arq. pais. C. Castel-Branco. Ainda em 2007, foi criado numa zona abaixo do parterre do Jardim Formal, um laranjal, uma horta ornamental e plantados ciprestes, para funcionarem como cortinas de vegetação que tapando a vista das novas construções em Benfica.²²⁰

²¹⁸ - O sistema de rega nos Jardins do Palácio distribuía a água, armazenada nos tanques, por bombagem eléctrica, até às bocas de rega localizadas em várias zonas dos Jardins, dado que a rega até essa data era feita através de mangueiras. O sistema de rega do pomar distribuía a água dos tanques de armazenamento até às caldeiras exteriores. O funcionamento destes sistemas estava, no entanto, condicionado à insuficiência de caudal e dependia em parte das descargas de águas excedentárias e ocasionais do Aqueduto das Águas Livres. Para a rega dos Jardins foi instalado um sistema automático.

²¹⁹ - O estudo e reabilitação sobre as pré-existências do Jardim de Vénus, foi coordenado pela responsável do atelier ABC. Lda., e auxiliada pela arq. pais. Raquel de Carvalho. A primeira fase incluiu o estudo das fontes, a sua ligação com a sombra das árvores e a visão em luz natural do parterre. Foram investigados o traçado dos canteiros e o saibro dos antigos caminhos, com a intenção de se reporem os elementos mais antigos. Segundo C. Castel-Branco, as vistas originais do Palácio e Jardins, foram desvalorizadas com o crescimento urbano de Benfica nos anos 70 e 80 do séc. XX. Deste modo, foram plantadas árvores de rápido crescimento (sebes) para tapar as vistas para Benfica e a cidade de Lisboa. O problema foi analisado através de técnicas de vídeo, com a qual se identificaram quatro vistas principais a partir de pontos estratégicos: “ (...) *A Vista 1 é a da Galeria dos Reis em direcção a Norte. Uma plantação por trás do convento vizinho permitiria esconder parcialmente edifícios modernos. A vista 2 é em direcção a nascente, e o miradouro é a janela central da biblioteca do Palácio. A vista 3 é da pérgula, junto ao parterre, para Nascente, ao nível do jardim de buxos. Segue o eixo principal do jardim e cobre um ângulo de 360º, ocupando-se o restauro apenas da vista para Sul*”. A solução proposta foi auxiliada com o uso de software, nomeadamente o *DeluxePaint*, que permite simular o crescimento dos elementos vegetais. in CASTEL-BRANCO, C. *Ob. cit.*, pp. 165 e 175.

²²⁰ - CASTEL-BRANCO, C. *Ob. cit.*, pp. 175 e 177.

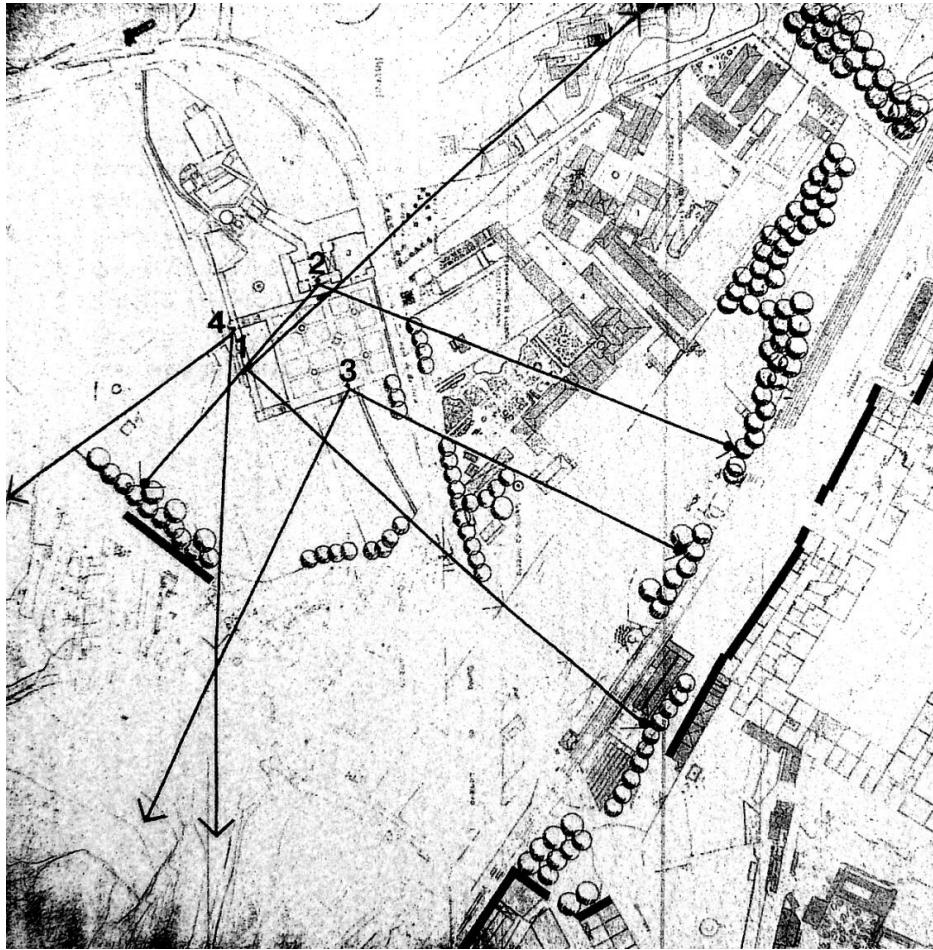


Fig.3.69. Carta de visibilidade dos pontos notáveis do Jardim Formal, 1988, proposta de reabilitação de C. Castel-Branco (2008).

Entre 1998-2000, foi reconstruído no jardim de Vénus o **caramanchão** em metal, ao estilo do Séc. XIX - semelhante ao observado numa fotografia no arquivo da Fundação.²²¹ Em 2008, as estruturas das **minas** ainda não tinham sido reabilitadas. Em algumas zonas, as raízes ou depósitos calcários obstruem os túneis e não permitem a circulação da água para os tanques e sistemas de repuxos. Sob a direcção da arq. paisagista C. Castel-Branco está em curso um projecto de restauro, inserido no “*âmbito do programa europeu EEA Financial Mechanism 2004-2009 para o Restauro de sistemas hidráulicos, muros e caminhos, ganho através da candidatura submetida pela Associação Portuguesa de Jardins e Sítios Históricos*”, que tem como objectivo a limpeza das minas e a retoma do percurso antigo que abastecia os jactos de água da Casa de Fresco e do Lago dos Ss, assim como, a construção de novos tanques.

(b) Azulejos dos espaços exteriores

O programa de recuperação dos azulejos exteriores iniciou a sua primeira fase na iconografia do Jardim Grande e o seu actual bom estado de conservação, deve-se aos

²²¹ - Idem, pp. 175.

trabalhos contínuos de preservação e manutenção ao longo dos anos. Salvo raras exceções (como a destruição de alguns azulejos ou a sua colocação noutras lugares), os painéis de azulejos, os baixos-relevos e os embrechados ainda se mantêm nos seus locais originais, para onde foram propositadamente elaborados.

Existiram vários critérios para a reabilitação dos azulejos, dos jardins do Palácio Fronteira, entre eles encontram-se: (a) manter o existente, sendo susceptível ao crescimento da vegetação; (b) conservar e consolidar; (c) substituir ou reproduzir o que existia, isto é, a renovação ou o restauro estilístico e, (d) preencher lacunas com elementos neutros – o restauro crítico.



a. Painel onde a pintura dos novos azulejos é diferente dos existentes.



b. Painel de azulejos de Junho, onde são visíveis as argamassas de consolidação.

Fig.3.70. Azulejos do Jardim Formal. Foto da Autora (2007).



Fig.3.71. Azulejos Jardim Formal, onde se observa a colocação de azulejos com uma composição diversa do desenho original, de modo a preencher os espaços vazios.

Em 1991, foram conservados e consolidados todos os azulejos exteriores, com excepção dos da Galeria das Artes e da Galeria dos Reis. Em 1992, os painéis dos Signos foi realizada uma limpeza *in situ* (ao ar livre), feitas consolidações e repostas as peças soltas. Em 1993, o restauro do painel de Janeiro do Jardim Formal foi caracterizado por a remoção total (incluindo as floreiras que coroa o muro), a limpeza, a consolidação com argamassas de cal e areia, o tratamento (contra fungos, algas, líquenes e outros microorganismos) e a respectiva recolocação, em 1995, após a reconstrução do suporte do Painel. Foram também restituídas algumas partes que estavam incoerentemente colocadas e substituídas as cópias por originais que estavam guardados. Nesta data foi iniciado o mesmo tratamento para o Painel de Fevereiro, finalizado no ano seguinte. O Painel de Março foi restaurado em 1994, tendo-se efectuado um levantamento da cercadura superior do painel, a limpeza (dos azulejos e seu suporte), fixados os vidrados, aplicado fungicida *in situ* e assentados os azulejos que se encontravam soltos. Foi utilizada esta mesma técnica de restauro em alguns azulejos da Galeria das Artes.

Ainda nesta data, os azulejos do exterior da cúpula da Casa da Água foram limpos e aplicado um fungicida nos azulejos exteriores e interiores. No interior da Casa de Fresco, alguns azulejos foram pontualmente recolocados. Foram também limpos, consolidados e tratados contra fungos (com herbicida), os Painéis dos Cavaleiros (painéis que revestem os arcos cegos, do piso inferior da Galeria dos Reis) e os Painéis das Divindades Aquáticas (azulejos que revestem as paredes do embasamento das escadarias da Galeria dos Reis). Foram ainda recolocadas as peças em cerâmica da cercadura (encontradas durante a limpeza do lago, como azulejos e grinaldas cerâmicas) e alguns azulejos em risco de queda.



a. Painéis de Azulejos do Jardim Formal.



b. Recuperação de um Painel de Azulejos do Jardim Formal.

Fig.3.72. Espaços exteriores do Palácio Fronteira – Azulejos do Jardim Formal. Foto do Prof. Jorge N. Bastos, 1996.

Em 1995, o Painel de Abril e os Painéis das floreiras (que se localizam por baixo das *Artes Liberais* no Terraço) foram limpos, consolidados e receberam um tratamento contra fungos, algas, líquenes e outros microrganismos *in situ*. Nos últimos painéis, foram ainda removidas as massas de preenchimento e substituídas por novas argamassas de traço original. Nesta data foi iniciado o levantamento dos azulejos do Painel Triangular de Apolo, limpos e recolocados os azulejos de padrão na zona da

Carranquinha²²². A FRESS - Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva procedeu ao restauro de azulejos no Palácio de Fronteira através de acção de formação por encomenda da FCFA²²³. Em 1996 foi feita a restituição pictórica a frio, de dois painéis das floreiras da Galeria das “Artes Liberais” no Terraço. O levantamento do Grande painel azulejar de Apolo foi suspenso pela morosidade do processo e pela grande quebra de azulejos que ocorreu. Neste ano, três alunas da Escola Profissional de Recuperação de Sintra puderam realizar estágios de quinze dias, na área da azulejaria, no Palácio Fronteira.

Em 1997, foram iniciados dois estágios de média duração a alunos da Escola Superior de Restauros, na área da azulejaria, com a duração de um ano. Em Maio de 1999 foi inaugurado o Painel “O Fogo” da pintora Paula Rego que se insere na série dos *Quatro elementos*, revestindo uma parede que estava rebocada e pintada de azul. Em 2000 foi feito restauro em dois painéis de azulejos no Terraço, integrados nos estágios de duas alunas da Universidade Nova de Lisboa. Em 2001, foi realizado um estágio de três meses e outro de seis meses de duas alunas da Universidade de Nova de Lisboa que restauraram os Painéis de Julho, da Dialéctica e da Retórica. No ano seguinte, foram restaurados os azulejos do Tanque dos Ss, em colaboração com a Escola de Recuperação do Património de Sintra. Entre 2005 e 2009, continuaram as intervenções de conservação e restauro da azulejaria.



Fig.3.73. Painel de azulejos *O Fogo* de Paula Rego. Foto da Autora (2009).

²²² - *Curriculum – Fundação das Casas de Fronteira e Alorna*, 2005. Lisboa, pp.235. s.a.

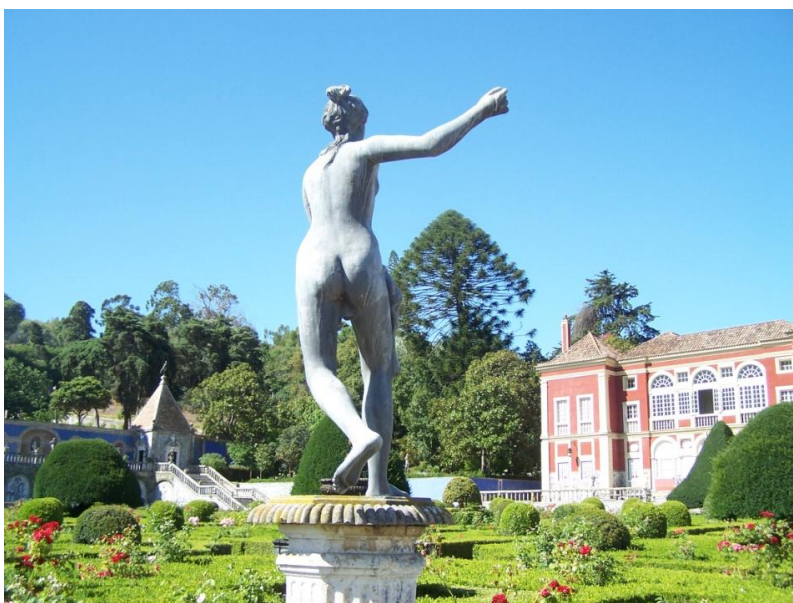
²²³ - Fundação Ricardo Espírito Santo. <http://www.fress.pt/Default.aspx?Pageld=2&ContentId=65>

(c) Estátuas dos Jardins

Em 1993, foi finalizado o restauro da estátua Ocasão, efectuado na ERPS, seguido da sua recolocação com um espigão de latão no local de origem. Início do restauro da estátua central nascente do lado sul do Jardim Formal, concluído em 1995 e da sua recolocação. Conservação dos bustos dos Reis de Portugal (na parte do Séc. XVII da Galeria dos Reis) e sua finalização em 1994 pelos alunos do Curso de Manutenção e Conservação da Pedra do antigo IPPAAR, coordenado pela Dr.^a Fátima Peralta. Esta intervenção caracterizou-se pela limpeza das estátuas e o seu tratamento com fungicidas.



a. Estado de degradação das estátuas do Jardim Formal. Foto de Dussaud Georges, 1993. *in* Arquivo Municipal de Lisboa.



b. Estátua do Jardim Formal, vista para SW, após o restauro, 2007.

Fig.3.74. Espaços exteriores do Palácio Fronteira – estátuas do Jardim Formal.

Em 1994, ainda não tinha sido restaurado o conjunto das estátuas de mármore do Séc. XVII (com um acentuado desgaste causado pela erosão e existência de líquenes), localizadas nas balaustradas e Pavilhões da Galeria dos Reis e escadaria de acesso. A estátua de Mercúrio, situada na Galeria dos Reis ainda tinha um elevado grau de degradação devido à erosão e desligamentos de material. As estátuas assentes em nichos no terraço da piscina – “Tanque dos Prestos”, formadas por chumbo, terracota e gesso, representam figuras mitológicas e manifestavam fissuras e desligamentos de ruição. As estátuas da Galeria das Artes tinham um estado de conservação razoável, pelo que foram propostas acções de manutenção. Três das doze estátuas de chumbo do Jardim Grande estavam derrubadas²²⁴. Em 1996, foi concluído o restauro da estátua lateral Poente do lado Norte do Jardim²²⁵, pelo Mestre Amaro Lima, procedido pela sua recolocação. Foi também restaurada uma estátua no Tanque dos Pretos, com o apoio económico da DGEMN, e facultado o estágio a um aluno da EPRS para a recuperação da estátua de D. João VI.



Fig.3.75. Estado de degradação das estátuas do Jardim Formal, (Prof. Jorge N. Bastos, 1996) e estátua recuperada (2007).

Em 1998, foi iniciada a recuperação da Estátua de Vénus (feita em mármore, que apresentava uma degradação causada por erosão) pela ERPS e do Caramanchão, tendo durado cerca de um ano. Em 1999, foram restauradas duas estátuas de chumbo do Jardim Formal e foi realizado o Curso de Conservação e Restauro da Pedra (que incluía a limpeza, Conservação e Restauro dos bustos do Torreão da Galeria dos Reis). No ano seguinte, foi restaurada uma estátua de metal na zona do Tanque dos Pretos e a fonte do canto SE do Jardim Principal, em colaboração com a ERPS. Em 2001 concluiu-se a limpeza e consolidação dos bustos dos monarcas, prolongamento

²²⁴ - DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, pp. 256.

²²⁵ - Esta intervenção na estátua lateral Poente do lado Norte do Jardim foi financiada pelos “*Amigos da Fundação*”.

da Galeria dos Reis (que apresentavam desgastes de erosão, acumulação de musgos, fungos e líquenes, por estarem localizadas no Jardim de Vénus, uma zona com um elevado teor de humidade) e das estátuas do lago. Em 2002, foram restaurados os elementos escultóricos do Tanque dos Cavaleiros, foi continuada a recuperação da estátua de Apolo no Terraço e de uma fonte, em colaboração com a ERPS. No ano 2003, continuou o restauro dos elementos decorativos metálicos no Jardim e Pátio, tendo sido reconstruída ainda a pérgula do Caramanchão do Jardim Formal, que tinha caído em 1990 (C. Castel-Branco, 2008).



Fig.3.76. Restauro das fontes do Jardim Formal. Vista para SW e para E, respectivamente. Foto da Autora (2008).

Em 2008, foi feito o restauro das **fontes do parterre de buxo** (*Buxus sp*) do Jardim Formal. Estas são formadas por dois tanques de diferentes dimensões. O tanque inferior, de maiores dimensões continha uma camada superficial de colonização biológica, de crostas negras e também líquenes cuja origem deve-se à água estagnada na fonte, assim como aos níveis de humidade e poluição que advêm da sua localização. A intervenção²²⁶ consistiu no registo gráfico e fotográfico seguido da limpeza a seco e consolidação da fonte, da aplicação de herbicida nas raízes de plantas superficiais, da limpeza por via húmida, na remoção de elementos metálicos oxidados (grampos) e de ligantes hidráulicos. Por fim, foram abertas e preenchidas as juntas de pedra calcária, reforçada a estrutura com aço inox roscado e colados os fragmentos de pedra com resinas epóxicas.

²²⁶ - A intervenção foi realizada pela Escola Profissional de Recuperação do Património, a cargo da técnica responsável Vanessa Rodrigues.

3.4. SÍNTESE DAS INTERVENÇÕES NO PALÁCIO E JARDINS

3.4.1. Até aos anos 80 do Séc. XX.

Desde o início da sua construção até à época da X Marquesa de Fronteira, que os mecenas para a encomenda de obras de adições e reabilitações ligadas ao Palácio, são desta Família. É na segunda metade do Séc. XX, com a classificação do complexo da Quinta de Recreio de Fronteira e Alorna como Monumento Nacional em 1982, e com a criação da FCFA – Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, que se assumem como principais patrocinadores para a salvaguarda deste património, a FCFA, a Família dos Marqueses de Fronteira e Alorna e o Estado Português.

TABELA – 3.2. INTERVENÇÕES REALIZADAS ANTES DA FCFA.

Mecenas	Data	Local	Tipo de Obra/ Intervenção
D. Manuel Mascarenhas (+ 1501)	1) 1584	1) Capela	1) Construção
D. João de Mascarenhas (1632-81) I Marquês de Fronteira	1) 1665-69 2) Anterior a 1669 3) 1669-72 4) 1669 5-8) Inícios Séc. XVII	1) Jardins, Pomares e hortas 2) Casa de fresco 3) Pavilhão de Caça, canteiros de buxo do Jardim Grande e cinco tanques octogonais, Lago Grande e Galeria dos Reis 4) Terraço da Galeria das Artes 5) Antecâmara do Palácio 6) Jardim de Vénus e Jardim Grande 7) Pombal 8) Galeria dos Reis	1) Construção do sistema hidráulico 2-4) Adição 5) Conservação 6) Adição, alteração conservação e destruição 7) Construção 8) Adição
D. Fernando Mascarenhas (1655-1729), II Marquês de Fronteira ²²⁷	1) 1698- inícios Séc. XVIII 2,3) 1707 4,5) Inícios Séc. XVIII	1) Pomares e hortas 2) Jardim Formal 3) Jardim de Vénus 4) Antecâmara 5) Coberturas do Palácio	1) Adição e Manutenção 2) Alterações (adição de um tanque) 3) Alterações na Fonte de Vénus 4) Conservação de estuque 5) Recuperação
D. Fernando Mascarenhas (1655-1729), II Marquês de Fronteira ²²⁸ ou D. João José de Mascarenhas (1679-1737), III Marquês de Fronteira ou D. Fernando Mascarenhas (1717-65), IV Marquês de Fronteira	Séc. XVIII	1) Revestimento Pórtico 2) Sala das Batalhas, Sala do Jardim Grande, Sala Holandesa e Escadaria do Nártex da Capela, Galeria das Artes, Tanque grande, Lago dos Ss	1) Adição 2) Adição de Painéis de azulejos

²²⁷ - DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, pp. 531-533.

²²⁸ - Idem.

TABELA – 3.1. INTERVENÇÕES REALIZADAS ANTES DA FCFA (conclusão).

Patrocinadores	Data	Local	Tipo de Obra/ Intervenção
D. José Luís Mascarenhas (1721-99), V ^o Marquês de Fronteira ²²⁹	1) 1771-81 2) 1770-80 3) Finais do do Séc. XVIII 4-7) Séc. XVIII 8) 1771-81	1) Ala do Séc. XVIII e Sala de Aparato 2) Fonte de Vénus 3) Pátio de entrada, exterior (adição da ala rectangular) 4) Sala de Juno, Sala dos Painéis, Torrinhã Norte e Biblioteca 5) Capela (possivelmente 1771) 6) Sala dos Quatro elementos e Sala de Juno 7) Galeria dos Reis (1781) 8) Sala das Batalhas 9) Tanque perto das fachadas Norte e Nascente, lajeado	1) Adição 2) Alteração de localização 3) Adição do portão, gradeamento e dos torreões 4) Adição e redescorção 5) Restauro e redescorção 6) Alteração 7) Adição do prolongamento, de novas estátuas e painéis de azulejos 8) Adição de pinturas nos estuques das paredes e tecto 9) Alteração
D. João José Luís Mascarenhas Barreto (1739-40), VI. Marquês de Fronteira ou D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto (1802-81), VII.º Marquês de Fronteira	Finais do Séc. XVIII/ inícios Séc. XIX	1) Fachada da Loggia Norte	1) Fachadas fechadas com caixilharia (alteração)
D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto (1802-1881), VIIº Marquês de Fronteira	-	Espaços interiores	Pinturas restauradas, novas pinturas em cor-de-mogno, mobiliário restaurado, compra no novo mobiliário
D. José Maria Barreto Mascarenhas (1856-1930), IX Marquês de Fronteira ou D. José Maria Barreto Mascarenhas (1882-1944), X Marquês de Fronteira ou D. Fernando Mascarenhas, (1910--56), XI Marquês de Fronteira	Séc. XIX	1) Pinturas da fachada Norte e Nascente 2) Sala dos Painéis 3) Sala de Juno 4) Sala de Aparato	1) Alteração 2) Adição de estuques e pinturas 2) Adição de estuques, pinturas e da lareira 4) Desabamento do tecto
D. Maria Mascarenhas Barreto, VIII Marquesa de Fronteira	1) IIªmetad, Séc. XIX 3) Finais do Séc. XIX 3) 1915-17	1) Pomares e vinhas 2) Ligação entre o Jardim Formal e o Jardim dos Jasmins 3) Sala das Batalhas	1) Plantação 2) Abertura 3) Restauro e adições dos estuques
D. José Maria Barreto Mascarenhas (1882-1944), X Marquês de Fronteira	1) 1925 2) Anos 30 3) 1930 4) 1936 5) Anos 40	1) Tecto torre Norte 2) Pátio de entrada (exterior) 3) Fachada da Loggia Norte e Nascente 4) Escudo de armas, fachada Poente 5) Portão de ferro para o Jardim grande	1) Restauro de pinturas e azulejos 2) Alteração com novo revestimento e colocação do portão na entrada do Palácio (1933) 3) Reposição do estado original (abertura loggias) e Adição dos dois lances de escadas 4) Adição 5) Alteração do existente e nova construção
D. Maria Margarida de Sousa Canavarro de Meneses Fernandes Costa (1911-1994), XI Marquesa de Fronteira	1-3) Finais dos anos 50 4) Anos 50/60 5,6) Anos 60	1) Nova cozinha, copas de apoio, lavandaria, instalações sanitárias 2) Galeria das Artes, Sala das Batalhas 3) Loggia Norte e Nascente (1950-60) 4) Biblioteca 5) Levantamentos arquitectónicos 6) Ala Séc. XVIII	1) Alteração 2) Restauro 3) Alteração da localização do património móvel 4) Desenhos 5) Alteração da função da ala nascente para biblioteca 6) Organização dos espaços interiores

²²⁹ - Idem, pp. 534-535.

3.4.2. Com a Fundação das Casa de Fronteira e de Alorna

TABELA – 3.3. Intervenções realizadas depois dos anos 70 do Séc. XX.

Mecenas	Data	Local	Tipo de Obra/ Intervenção
-	-	1) Estuques da Capela	1) Restauro e reposição
FCFA	1) 1983	1) Galeria das Artes e exterior da capela	1) Levantamento fotogramético.
1) Programa PORTIC	1) 1986	1) Lintel da Biblioteca e da Sala das Batalhas	1) Dimensionamento e cálculo de esforços
XI Marquesa de Fronteira, XI Marquesa de Fronteira	1) 1987	1) Cozinha Velha, Garrafeira e zonas adjacentes	1) Restauro e realização de uma exposição de artes plásticas
1) FCFA 2) FCFA, <i>International Bürger Institut</i> e Secretaria de Estado da Cultura	1) 1988-93 2) 1988	1) Fachada Norte 2) Sala das Batalhas	1) Renovação do telhado e reabilitação da estrutura da cobertura, aprumamento da fachada 2) Restauro de parte dos estuques
1-3) FCFA	1,2) 1990	1) Sala das Batalhas 2) Corpos anexos nº9, Torreão Poente do Pátio, parte das garagens 3) Casa de Fresco	1) Iluminação foi refeita 2) Restauro das coberturas 3) Restauro dos revestimentos (azulejos, embrechados, reboco)
1-5) FCFA	1-4) 1991 2) 1991-09	1) Quadros e instalação eléctrica do Palácio 2) Fachada Este 3) Ala Nascente 4) Dependências anexas (nº5) 5) Azulejaria dos Jardins, Terraço das Artes e Casa dos Ss	1) Renovação 2) Escoramento 3) Levantamento arquitectónico Conservação e Recuperação 4) Renovação do telhado 5) Conservação, restauro e manutenção
1,2) FCFA	1,2) 1992	1) Fachada Norte 2) Dependências anexas	1) Levantamento arquitectónico e projectadas soluções para reforçar as paredes 2) Conservação e Renovação
1) FCFA 2) FCFA e ERPS	1) 1993-95 2) 1993-08	1) Fachada Norte 2) Estátuas do Jardins	1) Estabilização das paredes 2) Conservação e restauro
1-5) FCAF	1-5) 1994	1) Azulejos Nártex 2) Torre Norte (piso 1) 3) Plano de Restauros do Palácio Fronteira que incluía a Biblioteca, a Sala das Batalhas e os muros de suporte dos Jardins 4) Sala dos Quatro Elementos 5) Fundações	1) Conservação e restauro 2) Conservação, consolidação e “repintura” 3) Concepção 4) Conservação dos azulejos do Séc. XVII 5) Levantamento geotécnico
1) FCFA 2) DGEMN 3,4) IPPAR 5) FCFA 6) IPAMB e ICN 7) FCFA	1-3) 1995 4) 1995-97 5,6) 1995 7) 1995-00	1) Recuperação estrutural do Sector da Biblioteca 2) Sala das Batalhas 3) Fachada Sul 4) Ala Séc. XVIII 5) Garagem Norte (Ala do Séc. XVIII) 6) Jardins 7) Peças de porcelana e mobiliário	1) Projecto Base 2) Abertura de concurso para recuperação 3) Impermeabilização da zona subterrânea 4) Levantamento arquitectónico, estudo Prévio e recuperação da cobertura 5) Reversão de usos 6) Programa de Educação Ambiental 7) Restauro
1,2) DGEMN e IPPAR 4) FCFA	1-3) 1996 4) 1996-97 5,6) 1996	1) Cobertura do Átrio de Entrada (concluída em 1999) 2) Estuques e pinturas do Átrio de Entrada 3) Sala das Batalhas 4) Biblioteca	1) Restauro 2) Conservação, restauro e reconstituição 3) Restauro da parede Poente, reabilitação da cobertura, conservação e reprodução dos estuques e pinturas 4) Recuperação das fachadas, conservação e reabilitação da cobertura dos jardins e aprovação do projecto

TABELA – 3.3. Intervenções realizadas depois dos anos 70 do Séc. XX (conclusão).

Mecenas	Data	Local	Tipo de Obra/ Intervenção
5) DGEMN e IPPAR 6) IPAMB, ICN, Programa de Ambiente da União Europeia e FCFA	5,6) 1996	5) Sala dos Painéis 6) Jardins	5) Restauro da cobertura 6) Abertura do Concurso para reabilitação
1) DGEMN 2) IPPAR 3,4) FCFA	1-4) 1997	1) Capela e Nartéx 2) Sala dos Quatro Elementos 3) Sala de Aparato 4) Jardim de Vénus	1) Restauro da cobertura 2) Recuperação da cobertura 3) Recuperação 4) Estudos geotécnicos, separação do Tanque dos Pretos em duas piscinas
1) IPPAR 2) IPAMB, ICN, Programa de Ambiente da União Europeia e FCFA 3) DGEMN	1-3) 1998	1) Ala Séc. XVIII 2) Jardins 3) Pombal	1) Recuperação da cobertura (desde o terraço à Capela) 2) Recuperação dum Muro de suporte de terras (M2), alteração do traçado da escada do Jardim de Vénus 3) Recuperação
1) FCFA	1) 1999	1) Azulejos Átrio de Entrada	1) Conservação
1) DGEMN	1) 2000	1) Torreão Nordeste	1) Recuperação
1-3) FCFA 4) FCFA e ERPS 5) FCFA	1) 2001- 03 2) 2001 3) 2001- 2002 4) 2001- 05 5) 2001	1) Janelas do Palácio 2) Estátuas de Vénus e Marte do portão do Pátio 3) Anexos nº2, 3, 5 e 9 do Sítio do Barcal 4) Peças de mobiliário 5) Jardins	1) Plano anual de conservação e manutenção 2) Recuperação 3) Obras diversas 4) Restauro 5) Implantação do sistema para a manutenção da água
1-6) FCFA	1-4) 2002 5) 2002- 05 6) 2002	1) Azulejos Nartéx 2) Estuques do Átrio de Entrada e caixilharia do 1º piso 3) Corredor, copa e sala anexa do 1º piso 4) Caixilharia do 1º piso 5) Jardins 6) Tanque Grande	1) Conservação e restauro 2) Reparação 3) Pintura 4) Recuperação 5) Construção de novo sistema de rega 6) Manutenção
1) FCAFA	1) 2003	1) Corpo anexo (nº 5 e nº9 do Sítio do Barcal)	1) Reabilitação das paredes, pavimentos (nº5) e da cobertura (nº9)
1) FCAFA	1) 2004	1) Corpo anexo (nº 2do Sítio do Barcal)	1) Reabilitação do telhado
1-5) FCFA	1-5) 2005	1) Canalizações, electricidade e esgotos 2) Sala das Batalhas e 3) Sala dos Painéis 4) Corpo anexo (nº 2do Sítio do Barcal) 5) Jardim de Vénus	1) Manutenção 2) Limpeza e reparação do telhado e do tecto 3) Manutenção das janelas 4) Manutenção, conservação e alteração 5) Manutenção e restauros
1) FCFA	1) 2007	1) Jardins	1) Plantação de árvores
1) FCFA	1) 2008	1) Jardins	1) Projecto de restauro das minas

Nota: DGEMN - Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; ERPS – Escola de Recuperação do Património de Sintra; FCFA - Fundação das Casas de Fronteira e Alorna; ICN – Instituto de Conservação da Natureza; IPAMB – Instituto de Promoção Ambiental; IPPAR - Instituto de Português do Património Arquitectónico.

3.5. O PAPEL DA FCFA NA SALVAGUARDA DO MONUMENTO

3.5.1. Resumo histórico

Para manter o Palácio Fronteira como “monumento vivo” e poder ser conservado, foi necessário criar uma estratégia de restauro. Com esse objectivo e seguindo alguns dos princípios da S.P.A.B. - *Society for Protectios of Ancient Buildings*, surgiu a Fundação das Casas de Fronteira e Alorna. Em 1986 decorreram as preparações do primeiro projecto de Estatutos da Fundação e a constituição da Comissão Instaladora da FCFA, data de 24 de Fevereiro de 1987. A escritura desta constituição, pelo 3º Cartório Notarial de Lisboa, ocorreu no Palácio Fronteira em 29 de Julho de 1989. A Fundação foi reconhecida por Portaria do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministério da Administração Interna, de 13 de Outubro de 1989, publicada no Diário da República nº 248 de 27 de Outubro de 1989, a páginas 10746 da II Série. Por último, a FCFA foi classificada como *Pessoa Colectiva de Utilidade Pública*, segundo o Decreto-Lei 460/77, de 7 de Novembro, de acordo com o despacho do Exmo. Primeiro-Ministro publicado no Diário da República, II Série, nº 37 de 14 de Fevereiro de 1991.

Em Fevereiro de 1987 começaram a ser efectuadas as primeiras visitas aos Jardins e ao Palácio, com o calendário regular de duas vezes semanais e no primeiro domingo de cada mês, os preços eram reduzidos. Estas visitas eram experimentais pelo que não existiam bilhetes, loja, nem visitas guiadas²³⁰. Neste ano, iniciaram-se as actividades culturais da Fundação e os projectos que incidiam na preservação e valorização do património construído. Foi assim, realizado o primeiro colóquio, “*Escultura em Portugal nos últimos 10 anos*”, sob a orientação do escultor João Cutileiro, marcando uma actividade que iria ser continuada, contribuindo para a sustentabilidade da Fundação²³¹.

À incipiência de apoios do Estado Português, para a subsistência da FCFA, deve-se também a criação de uma Sociedade Agrícola, composta por terrenos no Alentejo propriedade da Família Mascarenhas, bem como, um conjunto de planeamento e gestão de eventos no Palácio Fronteira, de que fazem parte as visitas guiadas, a realização de acontecimentos sociais, culturais, colóquios e workshops, a existência da loja²³² (ver Fig.3.75.), do site oficial e de acções de marketing, onde os azulejos são uma imagem de marca. Para combater a falta de verbas, foram também feitas várias publicações sobre o Palácio e Jardins e divulgações nos meios de comunicação, como na imprensa, na televisão, na rádio e no cinema. Todas estas medidas equilibram economicamente a Fundação principalmente nas épocas em que se verificam menos visitas, entre os meses de Novembro a Fevereiro e Maio a Junho, ver Fig.3.78. A

²³⁰ - CASTEL-BRANCO, C. *Ob. cit.* pp. 174.

²³¹ - *Curriculum – Fundação das Casas de Fronteira e Alorna*. 2005, Lisboa, pp.4

²³² - Localizada na torre norte, no piso térreo, está uma loja de apoio aos visitantes que, para além dos bilhetes para visitas guiadas, vende diversos elementos ligados ao Palácio como livros, postais, guias turísticos, cópias de azulejos presentes no monumento e jardins, peças de roupa, malas e outros pequenos objectos (“*merchandising*”).

particularidade do Palácio manter a sua função de habitação pela mesma Família desde a sua inauguração (1670) é um facto é usado como *marketing* para o turismo.



Fig.3.77. Loja - vista para Poente e para Nascente, piso térreo. Foto de Autora (2007).

As visitas ao Palácio e aos Jardins foram sendo adaptadas ao tipo de público, associando-se a actividades que abrangiam áreas variadas como as artísticas, as de conhecimento ou a diversos eventos, tais como casamentos, jantares de alunos, conferência de imprensa. No período das obras de reabilitação que decorreram entre 1989 a 1995 e que abrangeram algumas das zonas visitáveis do Palácio e Jardins, tiveram que ter o acesso vedado ao público. No entanto, as obras de restauro, realizadas na década de 90, estavam já integradas num programa sustentável para a viabilidade económica do monumento, com a criação de percursos alternativos. O seu faseamento e escolha de zonas a reabilitar coincidiu com um planeamento que tinha como objectivo a continuidade das visitas, contribuindo deste modo para o financiamento do custo das obras.

O número actual de visitantes é de cerca de 15.000 a 18.000 por ano, mas são os programas culturais que mais visitantes atraem a este monumento, com especial destaque para as visitas de estudo. Para o crescente número de visitas não prejudicarem o objecto arquitectónico em questão, estas foram direccionadas, tendo sido ainda necessário estabelecer um número diário pessoas. Para as conferências e encontros, os espaços disponíveis tiveram um limite na lotação:

“Sala das Batalhas (com o número máximo de 100 pessoas sentadas), Sala dos Painéis (com o número máximo de 52 pessoas sentadas), Terraço (com o número máximo de 170 pessoas sentadas) ” (S.a. Curriculum – Fundação das Casas de Fronteira e Alorna. 2005, Lisboa).

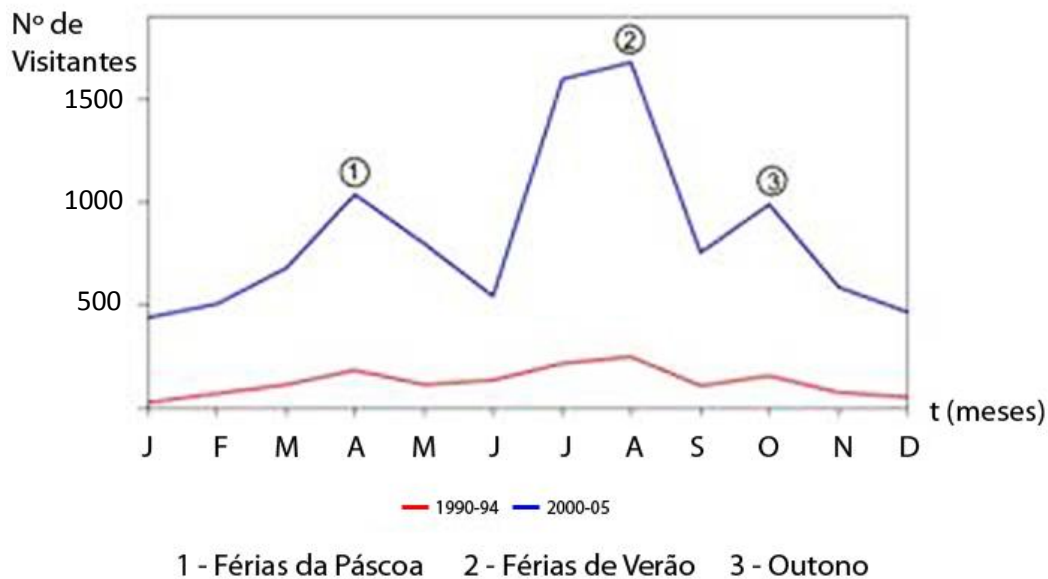


Fig.3.78. Gráfico do número de visitantes nos anos de 1990 e 2000 in FCFA.

3.5.2. Estratégia de preservação e sustentabilidade

A dimensão total dos Jardins e Palácio Fronteira exige uma constante manutenção e implica a concretização de projectos de reabilitação, face aos problemas que vão surgindo ao longo do tempo. Apesar das intervenções que iam sendo efectuadas, a degradação do complexo do Palácio passou a ser mais veloz do que a sua conservação, sendo cada vez maior a possibilidade de ocorrerem novos acidentes, como é p. ex. a queda dos estuques na Sala das Batalhas em 1994. Compreendeu-se que a necessidade das intervenções tem inúmeras origens e diferem em muitos aspectos, quer quanto a materiais, como quanto a técnicas e em escalas, englobando desde a renovação dos muros de separação do exterior até ao minucioso restauro de pinturas e estuques.

Perante a variedade e a grande quantidade de intervenções a realizar, os recursos da FCFA eram escassos e foi necessário realizar uma estratégia que especificasse as prioridades, o tipo e duração das intervenções e o seu orçamento. Para além da clarificação das intencionalidades era necessário articular as intervenções de modo a permitir a sua maximização. O **Plano Geral de Recuperação Estrutural do Palácio** foi desenvolvido em 1995, com a colaboração do Prof. Jorge N. Bastos, a partir do pedido da Fundação²³³ cujo objectivo geral, consistia em qualificar todos os edifícios do Palácio e as suas zonas exteriores, possibilitando-lhes:

- (a) Funcionar de maneira adequada, não somente como monumento, mas também como um edifício de habitação permanente da Família Mascarenhas (sendo esta a sua função principal desde o Séc. XVIII) e ainda como centro cultural;

²³³ - Foi desenvolvido por A.C.E. – Arquitectura, Construção e Engenharia Lda.

- (b) Conservar e restaurar a herança histórica, cultural, social e artística que estão associadas ao Palácio Fronteira, intervindo com as técnicas científicas mais atualizadas e adequadas mantendo, sempre que possível, os materiais originais;
- (c) Permitir a criação e gestão dos elementos necessários para que o monumento se adapte à época actual e às futuras, isto é, manter as características existentes mas adaptar o património face às condições de vida da sociedade em que se insere e face à alteração das condições do ambiente;
- (d) Estabelecer as estruturas necessárias que permitam uma sustentabilidade não apenas física, como também económica do complexo arquitectónico, sem que este perca o seu carácter;
- (e) Trabalho de investigação constante, onde os especialistas de diversas áreas (como história, arquitectura, engenharia civil) aprofundem a história do edifício e identifiquem, as condições existentes a nível de materiais, sistemas construtivos e patologias existentes;
- (f) Identificação das prioridades (faseamento) para a recuperação geral das coberturas e paredes em alvenaria de pedra dos vários sectores do Palácio, de modo a evitar a degradação avançada de alguns elementos que poderia pôr em causa a sua identidade. Para a definição de prioridades das intervenções, foram decisivos dois factores interligados - o grau (tipo) da urgência, sendo importante a coerência entre as obras prioritárias, os objectivos gerais a alcançar e o modo como os trabalhos realizados nas obras interferem com a estabilidade das fundações, com a funcionalidade e com a preservação do património construído, a nível singular e global e,
- (g) Inserção das prioridades (intervenções pontuais) num estudo global, isto é a integração das intervenções propostas e sua prioridade de escolha, face ao grau das patologias identificadas, evitando soluções avulsas para as diferentes zonas a recuperar.

A clarificação destes elementos contribui para a organização do campo de acção da estratégia e seus critérios a nível de recursos económicos. A definição das prioridades das intervenções depende:

- (1) Do modo como pode alterar as obras de arte (fragilidade das obras) e da dificuldade de execução das intervenções;
- (2) Da disfuncionalidade e danos resultantes da degradação e,
- (3) Do valor do orçamento necessário para realizar uma intervenção adequada.

A metodologia proposta apresenta um processo de recuperação estrutural flexível, considerando as condições financeiras existentes e a sua divisão segundo sub-conjuntos (os sectores do Palácio) o que possibilitava, um faseamento das intervenções segundo uma forma pragmática e reversível²³⁴. Foram considerados

²³⁴ - Procurou-se que as intervenções se caracterizassem por um sistema que permitisse a sua substituição, se necessária, e cujo carácter respeitasse as técnicas e materiais existentes.

onze sectores, alguns dos quais já recuperados estruturalmente²³⁵. A proposta inicial do faseamento das obras baseou-se na experiência adquirida entre 1989 a 1995, nas intervenções efectuadas na Loggia Norte, na Torre Norte e na Biblioteca²³⁶. A metodologia proposta procurava combater a rapidez de deterioração observada desde os anos 80 e que era mais intensa do que as acções de restauro efectuadas.

As degradações acentuadas (as fendas nos tectos em estuque e nas paredes de alvenaria, as manchas de humidade e as deformações horizontais excessivas) ameaçavam um pré-colapso e foram o factor decisivo para a realização de uma intervenção de reforço estrutural de fundo, com uma visão de conjunto do monumento. Neste sentido, a renovação dos telhados e a consolidação das paredes foi uma intervenção com importância para a estabilidade e conservação do edificado, mas teve também inúmeras exigências a nível de especialistas e equipamentos técnicos, assim como, um grande investimento económico. Foi uma opção fundamental para a estratégia geral e, por si só, determinou outra estratégia organizativa de intervenções pontuais, trabalhos e todos os elementos que lhe estavam associados. A divisão das etapas por módulos, relacionados com os telhados e a sua evolução, está ligada com a orientação do palácio, iniciando-se de Norte para Nascente e depois de Sul para Poente (ver Fig.3.59.).

Outros exemplos são também, o restauro de elementos localizados em objectos de intervenção (como os painéis de azulejos ou os estuques pintados situados nas paredes a serem consolidadas, que embora não fossem avaliados como urgência, necessitavam ser restaurados), assim como o programa de renovação das infra-estruturas (eléctricas, sanitárias, de segurança contra incêndios e intrusão, a reparação de caixilharias e das redes de rega) que melhoraram os vários tipos de funcionamento quotidiano no complexo do Palácio. A proposta de recuperação estrutural geral do edifício, seguiu uma metodologia definida num caderno de encargos (que especificava normas, procedimentos e materiais), por peças desenhadas e por estimativas de custos para cada um dos sectores do Palácio. Esta era determinada por três aspectos fundamentais – as coberturas, as paredes em alvenaria de pedra e as fundações, identificando os vários sectores que necessitavam de ser reforçados e consolidados (ver Anexo 3.).

Em 1997, foi realizado um **Plano de Valorização e Recuperação** da Quinta de Recreio dos Marqueses de Fronteira e Alorna, que tomou como referência os objectivos e metodologias do anterior Plano Geral de Recuperação Estrutural do Palácio, procurando:

²³⁵ - Os onze sectores incluíam: 1. Loggia Norte, 2. Torre Norte, 3. Torre Sul, 4. Biblioteca, 5. Sala das Batalhas, 6. Salas de Juno e dos Quatro Elementos, 7. Átrio – Sala dos Painéis, 8.a. Ala do séc. XVIII, 8.b. Ala do séc. XVIII, 9. Cozinha e Quarto de Hóspedes, 10.1 Anexos, 10.b. Anexos, 11. Capela.

²³⁶ - As intervenções na Loggia Norte, na Torre Norte e na Biblioteca, permitiram dar a conhecer um conjunto de informações relativamente ao estado de conservação dos telhados e das paredes de alvenaria, sendo utilizadas soluções de reforço estrutural que poderiam ser adaptadas em coberturas e paredes de alvenaria de pedra, de outros sectores do Palácio.

- i. Compreender o valor patrimonial, histórico, intrínseco (qualidade estética) e o valor funcional (a nível físico e da estrutura) dos elementos que compõem a Quinta, adequando o programa e as intervenções às suas características;
- ii. Conhecer o estado de conservação, a interdependência de sistemas, fazer o diagnóstico das patologias de forma a atribuir prioridades de intervenção e posteriormente, recuperar os elementos degradados;
- iii. Realizar as diferentes fases de investigação, projecto e intervenção de maneira integrada com as diferentes especialidades e organizações envolvidas;
- iv. Considerar o equilíbrio ecológico dos elementos vegetais dos Jardins e Pomares, realizando projectos faseados e hierarquizados por estado de conservação, de funcionamento, de prioridades de recuperação e de intervenções graduais.

Este Plano de Valorização é inovador relativamente ao anterior, pois propõe um programa de utilização como salvaguarda da Quinta, considerando os acontecimentos culturais, sociais e a divulgação dos valores (históricos e patrimoniais), como uma maneira de evitar a degradação dos espaços²³⁷. O programa de utilização procurou assim, destacar a autonomia dos espaços pela sua especificidade singular. O plano destaca-se também pela definição de uma área de protecção envolvente ao monumento (dado o elevado crescimento urbano da Cidade de Lisboa, particularmente as zonas de Benfica e de Sete Rios, bem como o aumento das redes viárias), sugerindo estudos de impacto sobre das novas construções no complexo do Palácio. Os projectos de reabilitação²³⁸ foram feitos, após a realização de investigação e diagnósticos, aos quais se seguiu um programa de Manutenção²³⁹.

²³⁷ - Como acções de salvaguarda para a autonomia financeira da Quinta, o Plano de Valorização e Recuperação da Quinta de Recreio dos Marqueses de Fronteira e Alorna sugere: “*Visitas guiadas e temáticas, bem como elaboração de um folheto explicativo; publicação de informação sobre a Quinta, nas suas diferentes abordagens temáticas; promoção e divulgação da Quinta recorrendo aos meios de animação multimédia; venda de artigos associados à promoção turística e Cultural da Quinta; venda de produtos da Quinta (hortícolas, plantas aromáticas, condimentares, flores de corte, entre outros); realização e promoção de conferências de promoção ambiental e cultural; realização de eventos sociais; implementação de serviço de Restauração; reconversão de húmus para aplicação em agricultura biológica; observação da Natureza (flora e fauna); acções de formação na área da recuperação dos Jardins históricos, e o mesmo para o património; implementação de cursos de jardinagem subsidiados e promovidos pelos órgãos competentes; recorrer aos apoios do mecenato e outros, para promoção, financiamento e viabilização do Projecto de Recuperação da Quinta de Recreio dos Marqueses de Fronteira*”.

²³⁸ - Os projectos consistiram na recuperação do relevo do terreno, do sistema hídrico, das estruturas verdes e de algumas construções

²³⁹ - O programa de manutenção propõe “*economizar mão-de-obra pela automatização parcial do sistema de rega; utilizar mão-de-obra especializada proveniente dos cursos de jardinagem específicos para a manutenção dos jardins históricos; controlar os infestantes utilizando processos naturais; utilização do material vegetal seco para adubo (reciclagem integrada); criar a figura de um conservador para a Quinta e que também será responsável por alguns aspectos associados à sua gestão*”. in *Plano de Valorização e Recuperação da Quinta de Recreio dos Marqueses de Fronteira e Alorna*. 1997, cedido por Prof. Jorge N. Bastos.

3.5.3. As “visitas pagas” e outros processos de viabilização

O economista Adam Smith defendeu em 1776 que “*Consumption is the sole end of production*”²⁴⁰, o que manifesta uma grande contemporaneidade de pensamento, se considerarmos que alguns dos nossos valores são ainda determinados pelo consumismo. Se a forma como associam os valores à produção condiciona a autonomia da herança cultural e se estas noções estão em constante alteração consoante a sociedade e época em que se inserem, então é importante analisar a transformação dos valores como um elemento único e não apenas os valores que são “mais rentáveis” e que estão inseridos num objectivo meramente consumista.

Definir a cultura como um produto económico não é possível, pois esta não se limita a uma leitura quantitativa. Neste sentido, o património material e imaterial é um bem que não pode ser avaliado meramente como algo consumível embora seja fulcral no nosso desenvolvimento económico (José Aguiar, 1999). É necessária a compreensão dos modos como ele pode ser utilizado para que este não perca a sua identidade e é ainda importante propor soluções para a harmonia entre ambos os campos - o do Património e o da economia. Esta combinação torna-se particularmente complexa se considerarmos que os diversos valores associados à herança cultural se relacionam muitas vezes com estratégias de *marketing*, sendo a divulgação do património um factor determinante para a preservação ou alteração dos seus próprios valores.

O uso do turismo para a “rentabilidade do património” pode, na verdade, representar a degradação do mesmo através da utilização excessiva dos lugares ou da alteração dos usos existentes. O turismo pode condicionar a vida quotidiana e as expressões culturais que lhe estão associadas, se não forem compreendidos os seus limites. É necessária a existência de uma estratégia integrada que permita gerir o fluxo do número de visitantes e simultaneamente equilibrar a problemática dos usos e as dificuldades económicas que atravessa o nosso património. Uma estratégia que considere o capital cultural como um elemento sustentável.

“(...) economic considerations taking precedent over cultural, social, political, and aesthetic values when it comes to making decisions about what heritage is to be conserved” (Marta de la Torre, 1999)²⁴¹.

Perante os pouco fundos existentes no sector do investimento cultural do orçamento Português²⁴² e a instabilidade do mercado financeiro, é importante a existência de um sistema económico dos Monumentos nacionais, em parte independente das variações

²⁴⁰ - Adam Smith. *The Wealth of Nations*. 1776. In AA.VV. *Economic and Heritage Conservation*. Getty Conservation Institute, December, 1998, Los Angeles.

²⁴¹ - AA.VV. *Economic and Heritage Conservation*. Getty Conservation Institute, December, 1998, Los Angeles.

²⁴² - O orçamento de estado destinado para a cultura apresenta o montante de 236,3 milhões de Euros, que embora represente um crescimento no investimento de cerca de 12% relativamente a 2009 (In *Ministério das Finanças e da Administração Pública – Orçamento do Estado para 2010*), é ainda um valor muito baixo se considerarmos a quantidade de sub-sectores que lhe estão associados.

do mercado e das decisões políticas. O Director do Instituto dos Museus e da Conservação - IMC, João Brigola apresentou a 20 de Janeiro de 2010, o “*Planeamento Estratégico dos IMC – Museus para o Séc. XXI*”. O autor propõe, segundo seis eixos estratégicos, o “reenquadramento do sistema de gestão e a inovação de modelos de gestão para os museus e palácios do IMC/MC”, bem como, a “inovação de modelos de gestão nos museus e palácios do MC/IMC”. Sugerindo ainda, a implementação de procedimentos e instrumentos²⁴³ para o desenvolvimento cultural. No entanto não é aprofundada uma proposta para o sistema financeiro dos Museus.

A Fundação das Casas de Fronteira e Alorna por ser capaz de gerir internamente e externamente receitas destinadas em parte à conservação do património é um elemento de referência na realidade portuguesa. Representa um modo de salvaguardar os valores culturais através da conservação da herança material que por sua vez, se associa ao desenvolvimento económico. Um elemento que traduz o sucesso da FCFA é a sua organização segundo um sistema financeiro, onde as receitas obtidas são utilizadas para recuperar o Património arquitectónico, para o conservar e para tornar possível a sua fruição pública. No seu modelo de gestão, as receitas que povoem da venda de bilhetes de entrada, da comercialização de produtos relacionados com o Palácio e respectivos Jardins, da realização de eventos e de diferentes tipos de mecenato, angariam os fundos necessários para pagar as despesas de funcionamento, de reabilitação e de manutenção do Monumento.

Perante os inúmeros processos de viabilização financeira, dos quais se incluem algumas candidaturas a programas e fundos europeus, as “visitas pagas” manifestam ser a principal forma de rentabilidade económica. Dado a recuperação do Palácio Fronteira e respectivos Jardins estar principalmente associada ao Turismo Cultural²⁴⁴ podemos constatar que a sua sustentabilidade do modelo de rentabilidade adoptado depende da atracção de visitantes. Esta relaciona-se ainda, com o estado de conservação do conjunto arquitectónico, paisagístico e cultural, com os serviços oferecidos e com a divulgação do Monumento. Associam-se portanto, as acções de conservação às formas de valorizar o Património.

Sendo o património essencial para a sociedade e um factor de progresso da economia nacional, sugerimos a necessidade de serem criados novas dinâmicas de visita, a abertura de Monumentos ao público (como é o exemplo do Palácio Pancas Palha em

²⁴³ - Como procedimentos destacamos a referência para a utilização de manuais de manutenção e conservação dos edifícios e para o seu planeamento. Como instrumentos foram ainda mencionados a constituição de redes e parcerias, a inventariação e digitalização das colecções, a documentação fotográfica, as publicações em revistas, a participação em encontros e a formação de técnicos especializados.

²⁴⁴ - Segundo o ICOMOS o turismo cultural é um movimento de pessoas motivadas principalmente por algum interesse cultural, como representações artísticas, festivais e outros eventos culturais, visitas a lugares e monumentos históricos, viagem de estudos, folclore, arte ou peregrinação - “O turismo cultural é uma forma de turismo que tem por objectivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos”. *In Carta do Turismo Cultural, ICOMOS 1976.*

Lisboa) e a melhoria dos acessos e sinalética para alguns exemplos de património classificado²⁴⁵, para permitir a sua fruição.

3.5.4. Outros Planos: Fundação Ricardo Espírito Santo Silva

No panorama Português devemos ainda referenciar a metodologia da FRESS - Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, como um importante exemplo na protecção do património através das artes decorativas. O seu primeiro objectivo foi sensibilizar a população para a arte e para a cultura bem como, para a formação de técnicos especializados na sua preservação, associando a arte à educação. A sua sede localiza-se no Palácio Azurara, no Largo das Portas do Sol, em Alfama. Este, tal como o Palácio Fronteira, foi edificado no Séc. XVII e a sua construção foi recomendada pelos Viscondes de Azurara, contemporâneos da Família Mascarenhas, como podemos verificar na obra de D. José Trasmundo Mascarenhas Barreto (1861, parte 7 e 8). Este monumento foi adquirido pelo Dr. Ricardo Espírito Santo Silva em 1947, restaurado por Raul Lino e decorado com novas peças artísticas nesta data. Actualmente podem ser visitados alguns dos seus espaços como o Salão Nobre, a Sala D. Maria I, a Sala D. José I., a Sala das Vitrinas, a Sala de Jantar e a Sala dos Chavões. No ano de 1953, o Palácio Azurara juntamente com uma colecção de peças artísticas²⁴⁶, foram doados pelo Dr. Ricardo do Espírito Santo Silva (1900-1955) ao Estado Português, dando origem à criação de uma fundação com o nome do banqueiro e coleccionador.

A FRESS foi instituída pelo Decreto-Lei nº39 190 de 27 Abril de 1953 e presidida pelo Dr. Ricardo Espírito Santo Silva, “conselheiro cultural para as artes” durante o regime de Salazar tendo, desde o seu início, a particularidade de aliar o ensino á actividade museológica e como objectivo principal a preservação e salvaguarda das Artes Decorativas Portuguesas, bem como das actividades afins. Actualmente é tutelada pelo Ministério da Cultura e presidida pelo Dr. Luís Calado. No cumprimento das suas funções o museu integra dezoito oficinas de ofícios tradicionais e uma de conservação e restauro, onde se realizam alguns estágios dos cursos do IAO - Instituto de Artes e Ofícios, da ESAD - Escola Superior de Artes Decorativas e outros serviços educativos como ateliers, workshops e visitas guiadas, daí resultando a sua designação de *Museu-Escola*. A FRESS associa-se ainda ao IECC-PMA - Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes, com o objectivo de “*Promover a educação de todo o homem e do homem todo, tendo em vista uma formação integral e*

²⁴⁵ - O património Megalítico é muitas vezes, desvalorizado em Portugal. Como exemplos desta situação, podemos enumerar 1) a *Anta (Grande)*, classificada como Monumento Nacional pelo *Decreto-Lei n.º 26236* de 20 de Janeiro de 1936, localizada na Herdade Comenda da Igreja, distrito de Évora e a Este do concelho de Montemor-o-Novo; 2) a *Anta*, classificada como Monumento Nacional pelo *Decreto-Lei n.º 41191*, de 18 de Julho de 1957, situada na Capela de S. Brissos, no concelho de Montemor-o-Novo; 3) as *Antas*, classificadas como Monumento Nacional pelo *Decreto-Lei de 16 de Junho de 1919*, localizadas na Herdade do Barrocal, em Évora. In Patrício Mareco – *Sítios arqueológicos e Centros de Interpretação, em Portugal – Alentejo e Algarve*.

²⁴⁶ - As peças doadas incluíam peças de mobiliário do séc. XVI ao séc. XX, quadros do séc. XVIII, ourivesaria do séc. XV ao séc. XIX, porcelana chinesa, faiança portuguesa, têxteis orientais, tapetes de Arraiolos e azulejaria barroca e neoclássica, com as características comuns de estarem ligadas a artistas portugueses, ou a outros que tenham trabalhado para Portugal. in <http://pt.wikipedia.org>

*integrada*²⁴⁷. Para a sua criação foi estabelecido um modelo de financiamento baseado numa parceria público-privada, onde o Estado financia parte, mas onde a maior percentagem do orçamento é o resultado do mecenato do Banco BES e de receitas próprias²⁴⁸. Na procura dum maior reconhecimento por parte do Ministério da Cultura e da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Luís Ferreira Calado refere:

*“A FRESS é uma entidade do Estado, integrada hoje na orgânica do Ministério da Cultura, mas não é reconhecida como tal oficialmente. Esta indefinição manifesta-se, por exemplo, no facto de as suas duas escolas - Instituto de Artes e Ofícios e Escola Superior de Artes Decorativas - estarem no ensino particular, com um regime de propinas em conformidade (...) é uma entidade de direito privado, mas não tem accionistas nem lucros, justamente porque, é um projecto cultural assim pensado pelo Fundador, que teve a clarividência de conceber algo que nos diferencia do que há lá fora - uma casa onde o saber fazer associado às técnicas tradicionais é perpetuado de geração em geração (...) o mais importante é a clarificação sobre o papel que esta casa deve ter no campo da conservação e restauro (...) esta é uma instituição pertencente também à cidade”*²⁴⁹.

A FRESS estabeleceu parcerias com FCFA em 1995, através de acções de formação e o restauro dos azulejos no Palácio de Fronteira²⁵⁰. O Museu-Escola da FRESS projectou-se a nível nacional, tendo um enorme impacto na cultura portuguesa e particularmente na Cidade de Lisboa, com a criação de profissões específicas na área da conservação e restauro das Artes Decorativas.



Fig.3.79.
Espaço interior do Palácio de Azurara – Sala D. Maria I in Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva. <http://www.fress.pt>.

²⁴⁷ - <http://www.fress.pt>

²⁴⁸ - As receitas resultam das visitas aos museus, das actividades educativas e formativas, da venda de produtos e serviços, e ainda tal como acontece no Palácio Fronteira, da cedência de espaços para a realização de diversas actividades.

²⁴⁹ - PINTO, Maria João. *Fundação Espírito Santo à espera de reconhecimento*. in *Jornal Diário de Notícias – Arte*, 04 Maio de 2009.

²⁵⁰ - <http://www.fress.pt>

3.6. BIBLIOGRAFIA DO CAP.3. - CASO DE ESTUDO: PALÁCIO FRONTEIRA

3.6.1. Publicações

- [3.1] AA.VV. *Economic and Heritage Conservation*. Getty Conservation Institute, December, 1998, Los Angeles.
- [3.2] AGUIAR, José. *A Cidade do Futuro já existe Hoje – Algumas notas sobre a reabilitação Urbana*. ATIC Magazine, nº 24, Novembro, Lisboa, ATIC, 1999.
- [3.3] ALMADA, Carmen e FIGUEIRA, Luís Tovar: *Intervenções de Conservação e Restauro no interior do Palácio*. in *Revista Monumentos*, nº7. DGEMN, 1997.
- [3.4] ALMEIDA, D. Fernando. *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Vol. V., Tomo I, Junta Distrital de Lisboa, 1973, pp. 54.
- [3.5] ANDRADE, Arsénio Sampaio de. *Dicionário histórico e bibliográfico de artistas e técnicos portugueses (Séc. XIV-XX)*, Vila Nova de Famalicão, 1959. B.N.L., cota H60
- [3.6] ANTT, Casa de Fronteira. *Inventário por Morte da Primeira Marquesa de Fronteira*, (1673(8?) Ms. 241, J-IX-14.
- [3.7] AAVV. Geocontrolo, s.d, Lisboa.
- [3.8] AZEVEDO, Carlos. *Solares Portugueses*, Livros Horizonte, Lisboa, 1988. B.N.L., cota. 10608.
- [3.9] BASTOS, J.e N., e GEORGE, F. H. – *The Palácio Fronteira North Loggia Restoration Process*. I.A.B.S.E. Symposium – Structural Preservation of the Architectural Heritage, Rome, Italy, 1993.
- [3.10] BASTOS, J. N. – *A Portuguesa Heritage Project – The Restoration of The Palácio Fronteira*. 13º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR) e 1º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza, Theme *Recreating and Improving Territories – Session 5 – Culture and Local Development*, Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo, Julho 2007.
- [3.11] BINNEY, Marcus. *Casas Nobres de Portugal*. Difel, Lisboa, 1987, pp. 16-23. B.N.L., cota B.A. 1696 A.
- [3.12] CALDAS, João Vieira. *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, Publicações FAUP, Porto, 1999.
- [3.13] CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*.
- [3.14] CARITA, H. CARDOSO, A. H. *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal*, Livros Quetzal S.A., 2ª ed., Lisboa, 1998.
- [3.15] CASTEL-BRANCO, Cristina. *Os Sardin dos Vice-reis, o Lugar e o Significado*. 1992.
- [3.16] CASTEL-BRANCO, Cristina. - *Fronteira: An Analysis and Restoration Proposal for a Seventeenth Century Garden, unpublished Master of Landscape Architecture Thesis*, Universidade de Massachussets em Amherst, MA, USA, Maio 1989.
- [3.17] CASTEL-BRANCO, Cristina. *Os Jardins dos Vice-Reis – Fronteira*. Edições Asa II, S.S., 2008.
- [3.18] *Curriculum – Relatório de Actividades – Fundação das Casas de Fronteira e Alorna*. 2005, Lisboa. S.a
- [3.19] INE - Instituto Nacional de Estatística - Portugal. *CENSUS de Lisboa*, 2001.
- [3.20] DÁ-MESQUITA, Marieta. *Divagações em Torno de um Sonho – Breve Percurso pelos Jardins do Palácio Fronteira*. Revista do Mestrado em Teorias da Arte da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, nº7, 2005.
- [3.21] DÁ-MESQUITA, Marieta. *História e arquitectura: uma proposta de investigação: o Palácio dos Marqueses de Fronteira como situação exemplar da arquitectura residencial erudita em Portugal*, Dissertação para Doutoramento, FAUTL, Lisboa, 1992.

- [3.22] DÁ-MESQUITA, Marieta. *Palácio Fronteira: um percurso arquitectónico*. in Revista Monumentos, nº7, DGEMN, 1997.
- [3.23] DIAS, Rodrigo Alves. *O Giardino Secreto – percorrendo um Jardim Virtual*, Revista Monumentos, nº7, Semestral de Edifícios e Monumentos, DGEM, Lisboa, Setembro de 1997, pp.31.
- [3.24] FREESE, Alexander. *Palácio Fronteira: visita ao palácio e aos seus jardins/ Visite du palais et de ses jardins*. Fundação das Casas de Fronteira e de Alorna, Lisboa, 2005. B.N.L., cota B.A. 27773 V.
- [3.25] Instituto Geográfico do Exército. Carta Militar nº 431, FA-UTL, Lisboa, 1993.
- [3.26] JANTILLET, A. Collotes de. Carta inserida em: *Horae, Ulyssipone, ex Typographiâ Joannis a Costa*, 1679. Tradução de NEVES, J. Cassiano. *Jardins e Palácio dos Marqueses de Fronteira*, 3º ed., Quetzal Editores, Lisboa, 1995 pp. 18-26.
- [3.27] KUBLER, George. *A Arquitectura Portuguesa Chã – entre as Especiarias e os Diamantes, 1521-1706*, ed. Vega, 1991, p.169. B.N.L., Cota B.A. 10677 V.
- [3.28] LORENZO, Conde Magalotti. *Viaje de Cosimo de Medicis por Espanha y Portugal (1668-1669)*, Edição e notas de Aryel Sanchez Rivero, Madrid, 1938. in DÁ-MESQUITA, Marieta. *História e arquitectura: uma proposta de investigação: o Palácio dos Marqueses de Fronteira como situação exemplar da arquitectura residencial erudita em Portugal*, Dissertação para Doutoramento, FAUTL, Lisboa, 1992.
- [3.29] MARQUES, A. H. de. *História de Portugal*, Vol. I, Palas Editora, Lisboa, 1974. B.N.L., cota RES. 2700 V.
- [3.30] MASCARENHAS BARRETO, D. José Trasimundo. *Memórias do Marquês de Fronteira ditadas por ele próprio em 1861, revistas e coordenadas por Ernesto Campos de Andrade. Parte Primeira e Segunda (1802 a1824)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1926-1932. B.N.L., cota 14961 V.
- [3.31] MASCARENHAS BARRETO, D. José Trasimundo. *Memórias do Marquês de Fronteira ditadas por ele próprio em 1861, revistas e coordenadas por Ernesto Campos de Andrade*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 1926-1932. Vol. II (1824 a 1833), Vol. III (1833 a 1842), Vol. IV (1842 a 1853), Vol. V (1802 a 18881). B.N.L., cotas 15416 V, 15417 V, 15418 V, 15419 V, 15420 V.
- [3.32] MASCARENHAS, D. Fernando. *Estuques ornamentais: da organização dos espaços à descrição de uma moldura*. in Revista Monumentos, nº7, DGEMN, 1997.
- [3.33] MASCARENHAS, D. Fernando. *Sermão ao meu sucessor*. Integrado na terceira parte (Sermões ao Futuro) do Ciclo: *O Sermão Pregado – Oratória Lisboaeta do Passado Presente e Futuro*. Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, Lisboa, 1994. B.N.L., cota P. 12000 V.
- [3.34] MECO, José. *Os embrechados*. in Revista Monumento, nº7, DGEMN, 1997.
- [3.35] MOREIRA, Augusto Xavier. *Álbum Lisbonense*. F. 49 - *Jardim e fachada do palácio do M. de Fronteira*; 50 – *Galeria dos Reis sobre o lago (na quinta do M. de Fronteira)*. 1865-1868. B.N.L., cota E.A. 126 V.
- [3.36] MOSER, Jorge. *Acerca de uma Tapeçaria*, in Boletim do M.N. A. A., nº1, Lisboa, 1999.
- [3.37] NEVES, José Cassiano. *O Primeiro Monumento da Restauração*. Publicação J. C. Neves, Viseu, 1907. B.N.L., cota 38215 H.G.
- [3.38] NEVES, J. Cassiano. *Jardins e Palácio dos Marqueses de Fronteira*, 3º ed., Quetzal Editores, Lisboa, 1995.
- [3.39] *Notícia biographica da Illustrissima e Excellentissima Senhora Marqueza de Fronteira e de Alorna*. in *Lisboa: Impr. Nacional*, 1860. B.N.L., cota 14956
- [3.40] Osório, Mafalda. *A pintura Mual*. in NEVES Cassiano, *Ob. cit.*, pp. 132.
- [3.41] ORTIGÃO, Ramalho. *Palácio Fronteira em Bemfica*. in AAVV. *A arte e a natureza em Portugal: album de fotografias com descrições, clichés originaes, copias em phototypia, monumentos, obras d'arte, costumes e*

- paisagen*. Vol. IV., Emilio Biel & C.^a Editores, 1902-1908, Porto. B.N.L., microfilme cota F. 1721
- [3.42] Plano de Valorização e Recuperação da Quinta de Recreio dos Marqueses de Fronteira e Alorna. 1997
- [3.43] PEREIRA, Gabriel. *Pelos subúrbios e vizinhanças de Lisboa*. Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C.ta., Lisboa, 1910, pp. 84-52. B.N.L. cota H.G. 15758 V.
- [3.44] PINTO, Maria João. *Fundação Espírito Santo à espera de reconhecimento*. in *Jornal Diário de Notícias – Arte*, 04 Maio de 2009.
- [3.45] PINTO, Silva de., CORREIA Sá. C. M. *Lisboa – Plantas antigas (1904/1911) da Cidade de Lisboa.*, FA-UTL, Lisboa, 2007.
- [3.46] QUEIROZ, José. *Cerâmica Portuguesa*, Lisboa, 1991.
- [3.47] REBELO CORREIA, Ana Paula. *As fontes de inspiração dos azulejos da Galeria dos Reis*. in *Revista Monumentos*, nº7, DGEMN, 1997.
- [3.48] RIBEIRO, Carlos e DELGADO, Nery. *Relatório acerca da Arborização Geral do Paiz*”, Lisboa, topografia da Academia Real das Ciências, 1868. Disponível na internet em http://webserver.cm lisboa.pt/pmonsanto/MONS_Historia.htm.
- [3.49] SEQUEIRA, Gustavo Matos. *Palácios e Solares Portugueses*. Livraria Lello, Porto, (195--), pp. 17, 18 e 19. B.N.L., cota B.A. 7798 V.
- [3.50] STOOP, Anne de; BESSA, Álvaro de Moura, ed. lit. *Quintas e palácios nos arredores de Lisboa*. Livraria Civilização, Porto, 1999. B.N.L., cota B.A. 2460.
- [3.51] TOSTÕES, Ana. *Monsanto, Parque Eduardo VII, Campo Grande – Keil do Amaral, Arquitecto dos Espaços Verdes de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, 1992.
- [3.52] *Um sonho no Jardim de Vénus*. *Revista Cultura* nº18, 1995. S.a.
- [3.53] VALE, Teresa. *O ninfeu de Mignard*. in *Revista Monumentos*, nº7, DGEMN, 1997.
- [3.54] Vilhena Barbosa, Ignácio de. *Monumentos de Portugal: históricos, artísticos e archeológicos*. 1811-1890, pp. 493-496. B.N.L., ficheiro digitalizado
- [3.55] RODRIGUES, Maria João; Sousa, Pedro; BONIFÁCIO, Horácio. *Vocabulário técnico e crítico de Arquitectura*, 4.^a Edição, Quimera, 2005 Coimbra.

3.6.2. Internet

- [3.i.1] *Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo fotográfico*
<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/>
- [3.i.2] *Biblioteca Nacional de Portugal*
<http://catalogo.bnportugal.pt>
- [3.i.3] *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*
<http://www.priberam.pt>
- [3.i.4] *Fundação das Casas de Fronteira e Alorna*
<http://www.fronteira-alorna.pt>
Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva
<http://www.fress.pt>
- [3.i.5] *Governo de Portugal – Orçamento do Estado para 2010*
<http://www.portugal.gov.pt>
- [3.i.6] *Wikipédia – A enciclopédia livre*
<http://pt.wikipedia.org>
- [3.i.7] *Oxford University Press. Encyclopedia.com.*
<http://www.encyclopedia.com>

4. Aprender com o Palácio Fronteira. Alguns temas e metodologias para as acções de Reabilitação e de Salvaguarda

A questão fulcral da investigação – “*Como aplicar os princípios, as técnicas e os fundamentos essenciais na reabilitação e salvaguarda do património?*” – deve dar origem a um conjunto de resposta. A hipótese sobre alguns procedimentos em reabilitação, é aplicada à realização de um projecto de reabilitação e salvaguarda. Este é caracterizado por estratégias objectivas, propondo-se para isso uma metodologia dividida em quatro fases, com uma lógica específica e consecutiva, embora as três últimas possam ser realizadas em simultâneo. Assim, este estudo é dividido do seguinte modo:

- (1) Plano Preliminar;
- (2) Plano Estruturante;
- (3) Execução do Projecto e,
- (4) Durabilidade/ Plano de Valorização.

Os objectivos desta metodologia incluem os seguintes conceitos ideais do restauro moderno: “*Conhecer para intervir*” e “*Prever, educar e prevenir*”. A sua concretização prática deve ser adequada á especificidade do bem cultural a intervir, tendo a capacidade de equilibrar os meios técnicos e físicos, aos humanos, isto é, relacionar os níveis histórico-artístico, técnico-construído, materiais, conservativo-recuperativo, operativos, documentais e de difusão²⁵¹. Como metodologia entende-se:

“ O conjunto de acções e articulação dos meios necessários para conseguir um determinado fim, ter claro um método de actuação para alcançar os objectivos propostos. Sendo que também, é necessário delimitar o campo de actuação. A metodologia não deve ser arbitrária, sòmente aplicada (...) ao estudo e à intervenção, de qualquer índole, que requeira, directamente e indirectamente, os bens culturais, o seu contexto, o seu valor e a sua difusão”.²⁵²

A experiência directa com o nosso caso de estudo, o Palácio Fronteira, deu-nos as bases para podermos formular uma proposta de um estudo de reabilitação e salvaguarda. Os dados recolhidos sobre este monumento, foram o somatório das observações, do registo das intervenções, do estudo de documentos e ainda da realização de alguns levantamentos pontuais. Neste processo, foram colocadas diversas questões sobre o contexto das acções de reabilitação, os seus benefícios e as estratégias utilizadas pela FCFA para proteger e conservar a herança de todos. A sua análise correspondeu aos resultados esperados, possibilitando usar os seus

²⁵¹ - Livre tradução de BAGGLIONI, Raniero e LÓPEZ, Maria José. *Metodologia Aplicada ao Estudo e à Intervenção dos Bens Culturais*. in AAVV. 3.º Encontro Científico do IPCR. *Metodologias de Diagnóstico e de Intervenção no Património*. S.d., Lisboa. B.N.L., cota B.A. 24045 V.

²⁵² - Idem.

dados na formulação da nossa hipótese. Foi a crítica destes resultados que permitiu desenvolver uma metodologia, como acção de protecção do património construído, que procurou associar as questões histórico-culturais, com as componentes teóricas e práticas da reabilitação. A conservação e o restauro do património, dependem do conjunto de factores intrínsecos ao próprio objecto, ao seu meio envolvente e às condições socioculturais. Estas, ao serem abrangidas na metodologia de projecto, vão contribuir para o respeito dos valores da obra, possibilitando adequar o tipo de intervenção às várias condições existentes e às suas prioridades.

4.1. HIPÓTESE: PROCEDIMENTOS DE REABILITAÇÃO

A coordenação e complementação das várias especialidades para um projecto de reabilitação e salvaguarda possibilitam um maior equilíbrio valores. Estes podem ser estéticos, artísticos, históricos, arquitectónicos, simbólicos, ou de outras categorias, mas o seu uso deve respeitar a autenticidade do património, seguindo a ideia defendida pela *Carta de Veneza* (art.9) - “O restauro termina onde a hipótese começa”. A importância da existência deste projecto vem ainda enunciada na *Carta de Cracóvia 2000 – Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído*:

- “The conservation of built heritage is implemented by the project of restoration, including the strategy to conserve in the long run. This restoration project should be based on a range of appropriate technical options and prepared in a cognitive process of gathering knowledge and understanding of the building or site (...) All pertinent disciplines have to participate in the restoration project and the co-ordination should be carried out by a person qualified and well trained in conservation and restoration” (Ponto 3).

- “The purpose of conservation of historic buildings and monuments, whether in the urban or rural context, is to maintain their authenticity and integrity (...) Such conservation requires an appropriate “project of restoration” that defines the methods and aims”. (Article 6).

-“Architectural decoration, sculpture and artifacts that are an integrated part of the built heritage should be preserved through a specific project connected to the general project(...)” (Article 7).

A designação de **projecto de reabilitação** em detrimento de **projecto de restauro** deve-se ao facto de este incluir vários tipos de intervenção, como a conservação, a prevenção, a e a manutenção. À designação anterior do projecto é adicionada a de salvaguarda. Esta opção, por um projecto de reabilitação e de salvaguarda, deve-se à necessidade simultânea de criar estratégias que, embora não agindo directamente sobre o objecto, se revelam fundamentais, pois garantem um equilíbrio sociocultural e económico. É um projecto que integra um conjunto de medidas coordenadas e orientadas com o objectivo de melhorar as condições existentes. A sua necessidade é sugerida pela primeira vez na *Carta de Conservação e de Restauro de Objectos de*

*Arte e Cultura de 1987*²⁵³. O projecto de reabilitação e de salvaguarda, realizado por especialistas, permite ainda trabalhar com o património através de medidas legais²⁵⁴. Como estratégia neste projecto propomos um faseamento segundo quatro etapas:

- (1) A primeira refere-se ao plano preliminar, onde é conhecido pelo arquitecto/técnico qualificado (de uma maneira general) o objecto, o tipo de intervenção, advindo daí a tomada a decisão e a escolha do projecto ou não;
- (2) A segunda designa o plano estruturante, sugerindo uma metodologia que por sua vez é faseada, através de vários projectos segundo as prioridades a realizar (Fase A). Caso os elementos estejam num bom estado de conservação é feito directamente um plano de manutenção (Fase B);
- (3) A terceira é a execução do projecto e refere-se à concretização do projecto em obra, isto é, a prática dos conceitos que estão na base das soluções de reabilitação; e, por último,
- (4) A quarta é a durabilidade ou plano de valorização, englobando o conjunto de estratégias utilizadas para que o monumento se mantenha como um património vivo. Relaciona-se, de uma forma geral, com a sustentabilidade, com o programa de usos e com as actividades e as formas de divulgação do património.

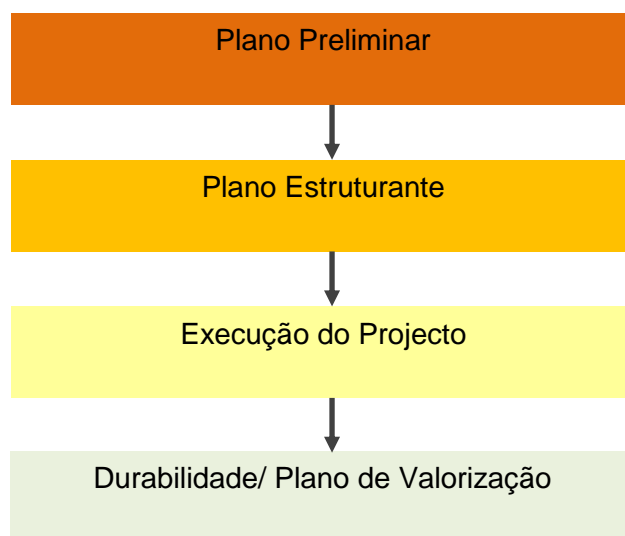


Fig. 4.1. Diagrama de acções para um Projecto de Reabilitação.

²⁵³ - Ver Anexo 2.

²⁵⁴ - “La protección y conservación del patrimonio edificado será más eficaz si se llevan a cabo conjuntamente acciones legales y administrativas. Estas deben estar dirigidas a asegurar que el trabajo de conservación es solo llevado a cabo por, o bajo la supervisión, de profesionales de la conservación. Las medidas legales deben también asegurar un periodo de experiencia práctica en un programa estructurado. Especial consideración debe tener la concesión de cualificaciones a los conservadores recién formados que obtendrán por ello una licencia para la práctica independiente. Estas deben ser concedidas bajo la supervisión de profesionales de la conservación.” (Carta de Cracovia, 2000).

4.1.1. O Plano Preliminar

Nesta primeira fase que se realiza antes do plano estruturante, é uma mais-valia em termos contratuais para o arquitecto/técnico e para quem se encarrega de financiar as intervenções. Procura-se compreender a situação inicial, em diálogo com o promotor ou dono-de-obra e permite ao projectista conhecer os dados para decidir se quer aceitar realizar o projecto de reabilitação, bem como ter a noção das condicionantes. Para isso, são feitos levantamentos de forma geral, mas com uma visão global, embora pouco rigorosa, sobre o estado em que se encontra o bem cultural. A recolha de informação, nesta fase, permite a compreensão sobre as especialidades necessárias a integrar na equipa. Caso se opte por influenciar a fase seguinte, a do Plano estruturante, será iniciado por novas investigações, mais detalhadas, seguidas de diagnósticos, estudos e intervenções.

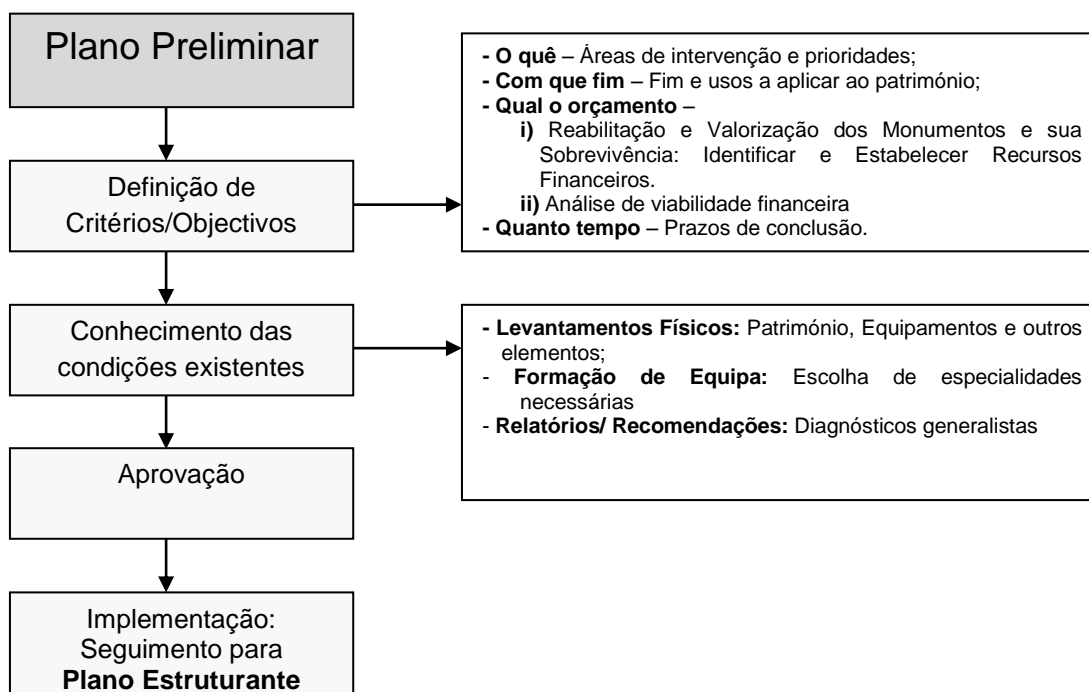


Fig .4.2. Diagrama de ações para um projecto de reabilitação e salvaguarda.

As questões que devem estar devidamente esclarecidas no plano preliminar são:

- (a) “**O quê?**” – no qual é conhecido qual o tipo de obra a intervir, se é um edifício, uma zona urbana, entre outras, enunciados os seus problemas pelo cliente (se são problemas estruturais, patológicos, de utilização e de usos) e quais os métodos e especialidades para realizar um diagnóstico sobre os elementos existentes;
- (b) “**Com que fim/aplicação?**” ou “**Para quê?**”; – no qual se esclarece qual o uso principal do objecto em causa e qual o programa desejado, por exemplo se é uma residência e de que tipo, se é um edifício de uso público ou privado;

- (c) “**Com que orçamento?**” – se é uma investigação que permite saber quais as verbas disponibilizadas pelo promotor e que tipo de diagnóstico se pode fazer;
- (d) “**Quanto tempo?**” – se a sua resposta possibilita a noção dos objectivos do cliente e do rigor que se pode dedicar às várias fases do Plano Estruturante.

4.1.2. O Plano Estruturante (“*Master Plan*”)

Nesta fase as expressões “*step-by-step*” e “*feedback*” são elementos-chave para uma estratégia sustentável. A sua aplicação destina-se principalmente ao património construído e particularmente aos monumentos históricos. O **Plano Estruturante** deve ser elaborado pelo arquitecto/ técnico responsável e divide-se em duas fases, a *Fase A* e a *Fase B* opcionais e por sub-fases a que corresponde um custo específico. O **diagnóstico** resulta do processo crítico-filológico, iniciado pela investigação e deve ser realizado antes das Fases A e B, pois somente após o conhecimento das condições existentes é que se podem propor medidas preventivas e de salvaguarda, assim como, a tomada de opções de reabilitação. A escolha das fases e suas sub-fases prende-se directamente com o estado de conservação dos elementos em causa.

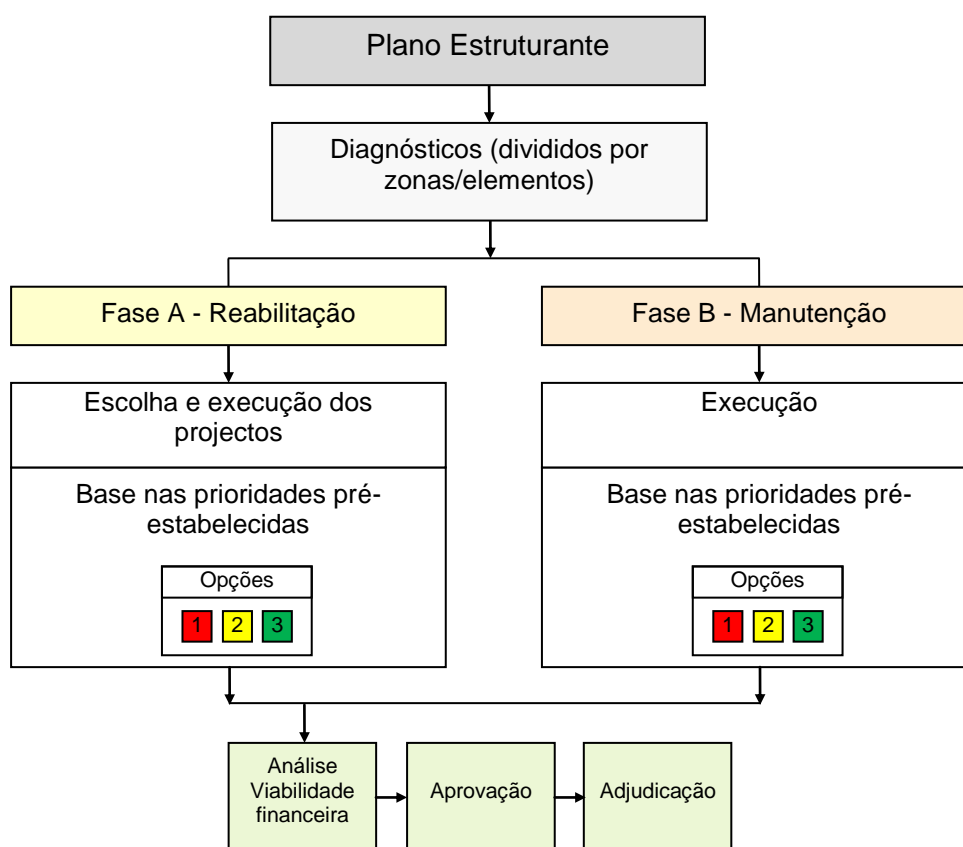


Fig. 4.3. O Plano Estruturante - contextualização de uma metodologia.

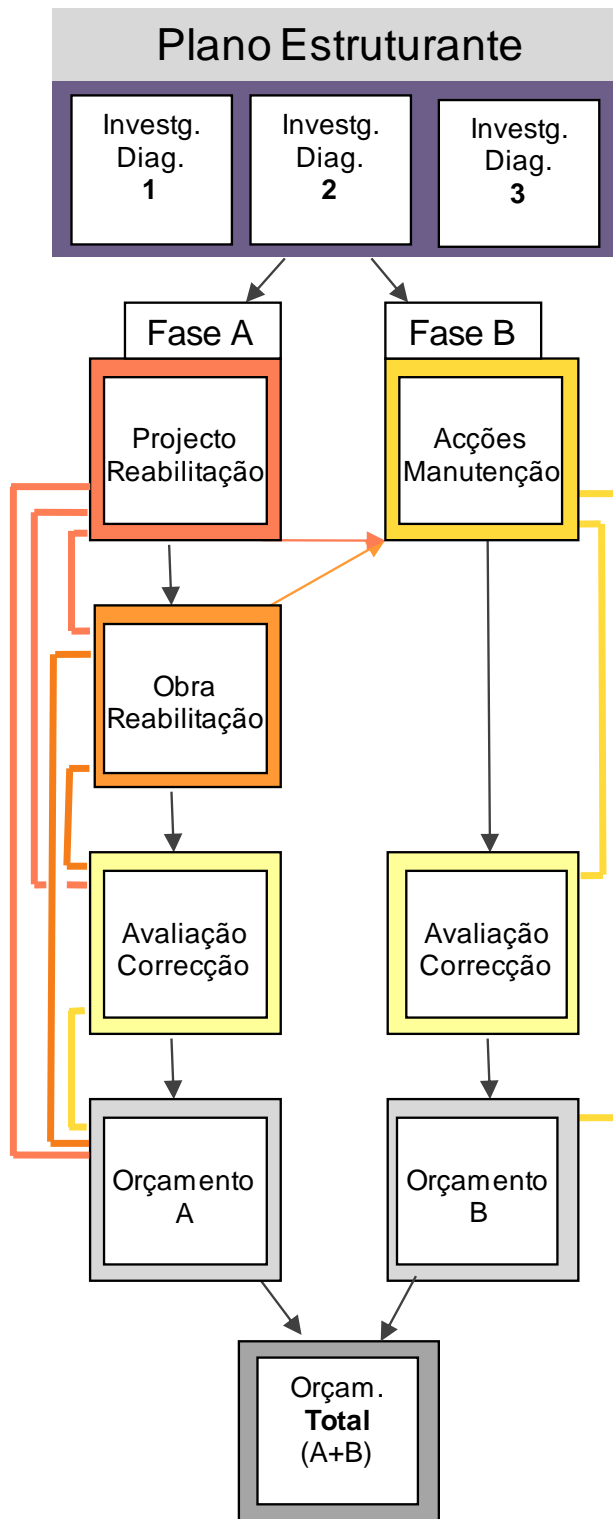


Fig.4.4. Diagrama com as duas fases do Plano Estruturante e o orçamento total.

(a) A investigação crítico-filológica²⁵⁵ e diagnóstico:

O respeito pelos valores históricos e culturais de um monumento pode estar em causa, face a uma deterioração elevada, ao nível de segurança, dos custos do projecto e das intenções no edifício. É necessária a realização de levantamentos, estudos e diagnósticos específicos. O património arquitectónico representa para a Sociedade parte do seu legado cultural, devendo ser valorizado pela importância que assume na sua memória. No entanto, só se pode conhecer com rigor científico um objecto, se se investigar os conceitos que estão na sua base. A análise das condições existentes deve ser realizada de forma imparcial, investigação dirigida a objectivos específicos e sem preferências por períodos históricos, possibilitando elaborar diagnósticos mais correctos, escolher segundo os critérios mais adequados que têm em conta os impactos e elaborar os planos de manutenção e de revisão.

“Nell’avviare un atto di restauro, di manutenzione o conservazione si compie dapprima, mediante una precisa analisi filologica, quella che potremmo chiamare l’identificazione dell’oggetto nella sua realtà quale è a noi pervenuta o da noi ancora acquisibile. Ed è la più importante delle operazioni perché attraverso di essa si ha la conoscenza e pertanto la coscienza dell’oggetto”²⁵⁶.

Esta fase tem, tal como as que se lhe seguem, o principal objectivo de não comprometer o carácter e os valores do monumento, que dela fazem parte, mas conhecer bem o objecto:

- i. Levantamentos - Nesta etapa, são identificados os vários problemas observados. Os levantamentos têm a possibilidade de serem gráficos, fotográficos, aerofotogramétrico, digitais, estratigráficos, sondagens²⁵⁷ e de observação, tais como, as patologias e problemas estruturais com a identificação e análise das causas e impactos).
- ii. Ensaio (sondagens, exames, radiografias e ensaios em laboratório). Procuram o estudo do comportamento e características dos materiais e do sistema construtivo (problemas estruturais, humidades, funcionais, térmicos, e acústicos), identificando-os e compreendendo as técnicas de construção utilizadas ao longo do tempo. Aqui são aprofundadas as origens, as causas, a evolução (efeitos), as consequências da degradação, são estudadas as soluções de melhoramento e clarificadas as intervenções a realizar, esclarecidas as especificidades de cada intervenção. O esclarecimento destes elementos contribui para a compreensão da autenticidade da obra de arte;

²⁵⁵ - A designação de *Investigação Crítico-filológica*, baseia-se em parte, no conceito de restauro de César Brandi e Umberto Belini, em que é necessário uma investigação científica e metodológica que permita identificar os valores da obra de arte antes de intervir, evitando falsificações de interpretação

²⁵⁶ - Baldini, Umberto. *Teoria del restauro e unità di metodologia*. 4ª ed., Nardine Editore, 1988, Firenze, Vol. I., pp.11. Consultado na Biblioteca Nacional cota B.A. 1783 V.

²⁵⁷ - As sondagens correspondem a métodos de análise que permitem identificar qual o estado dos materiais, técnicas de construção, bem como, o sistema construtivo e estrutural do objecto construído.

- iii. Investigação - Nesta etapa é analisada a informação e os documentos recolhidos e registados os resultados. A investigação pode ser arqueológica, arquitectónica²⁵⁸, cultural, geológica, histórica, sociológica, etc., e deve acontecer ao mesmo tempo que os levantamentos e ensaios; e,
- iv. Diagnóstico onde são enumerados os problemas existentes, previstos os seus **riscos**, as consequências de agravamento e onde são sugeridas soluções e terapias face às anomalias verificadas. A relação de custo, benefício e disponibilidade tecnológica, são alguns dos factores que condicionam a escolha final da intervenção a executar. Os diagnósticos devem ser acompanhados de relatórios ou recomendações, com prazos de conclusão.

A análise dos elementos existentes não depende apenas das condições materiais do património construído, mas também da multiplicidade de factores, que se relacionam com os habitantes ou outros intervenientes tais como, os modos de vida, os usos, as actividades, as condições sociais e económicas, a actualidade política e o modo de gestão existente. O diagnóstico deve definir as intervenções físicas mas também, as acções sociais e culturais. Esta é portanto, uma fase que não se limita à análise da problemática presente, mas que implica a necessidade de estudar a possibilidade de transformação do património e do seu impacto, devendo ser realizada uma estratégia e programação que contribua para a sua perpetuação e usufruto das gerações futuras.

Depois de realizado o diagnóstico e conhecidas as condições existentes, pode-se iniciar um projecto/ estudo de reabilitação, ou partir directamente para o projecto/ estudo de manutenção, caso não exista a necessidade de restaurar, conservar ou adaptar o existente. Esta é uma fase em que as opções podem ser discutidas e corrigidas por todas as especialidades implicadas, confirmando-se igualmente quais as prioridades dos estudos e da sua execução para a salvaguarda do monumento.

(b) FASE A

Esta etapa é relativa aos projectos, às obras, às avaliações e a um orçamento que resulta do seu somatório.

(1) Projectos/ Estudo, que são realizados por diferentes especialidades, coordenadas pelo arquitecto/ especialista. Esta sub-fase pode dividir-se:

- (i) Estudo prévio, caracterizado a nível do restauro e conservação pela escolha geral das soluções terapêuticas e a nível arquitectónico pela apresentação de opções construtivas, estéticas, funcionais e de usos;
- (ii) Projecto base, fundamentado numa estratégia de prioridades; e,
- (iii) Projecto de execução, que é faseado por zonas críticas.

²⁵⁸ - Da investigação arquitectónica faz parte o estudo funcional dos espaços (funções/uso/vivências dos espaços).

A concepção, planeamento, realização e execução do projecto, deve ter em consideração a especificidade dos vários agentes como, os promotores, os destinatários, os técnicos e os executantes. Os promotores são o dono de obra, as instituições, as construtoras. Os destinatários designam o público-alvo, cliente ou, por exemplo, uma Fundação que utiliza directamente o património construído em questão. Os especialistas executam o levantamento, diagnósticos e propõem soluções. Os técnicos realizam os projectos/ estudos, coordenando as várias especialidades e por fim, existem ainda os executantes das intervenções, como os empreiteiros e os técnicos de conservação e restauro entre outros.

Durante a concepção do projecto de restauro, o arquitecto/ técnico deve ter em conta algumas noções essenciais, das quais podemos destacar:

1. Conhecimentos avançados de história de arte e história de arquitectura;
2. Conhecimentos sobre a cultura e modos de vida da população e utentes que de alguma forma se relacionam com o bem cultural;
3. Conhecimentos teóricos sobre a conservação e o restauro, bem como uma constante actualização acerca das convenções nacionais e internacionais sobre o Património;
4. Noções de algumas técnicas de levantamento e diagnóstico;
5. Conhecimento dos antigos materiais e sistemas construtivos;
6. Informação dos novos materiais e dos sistemas construtivos, bem como a sua compatibilidade com os antigos;
7. Noções fundamentais sobre patologias²⁵⁹ na construção civil;
8. Conhecimentos sobre as técnicas tradicionais e actuais de conservação, restauro e manutenção do património;
9. Conhecimento sobre o ambiente (reduzir o impacto ambiental e aproveitamento equilibrado dos recursos existentes) e a arquitectura sustentável (durabilidade das construções²⁶⁰);
10. Noções económicas (custos do projecto, da sua execução e rentabilidade) e de gestão, bem como sobre as acessibilidade, a segurança e a saúde, durante a execução da obra;
11. Adequação dos usos existentes e adaptação a novas utilizações;
12. Conhecimento das tecnologias de informação e divulgação actuais;
13. Capacidade de realizar estratégias de Salvaguarda e Valorização do Património.

²⁵⁹ - “O termo patologia é empregado na engenharia civil quando ocorre perda ou quebra de desempenho de um produto ou componente da estrutura. Esta expressão foi extraída da área de saúde, e identifica o “estudo das doenças, seus sintomas e natureza das modificações que elas provocam no organismo” in www.ditcom.br. As patologias podem comprometer a capacidade mecânica, funcional ou estética das construções. A sua análise depende da associação com factores como o tempo, as condições de exposição relacionando-se com conceitos como a durabilidade, a vida útil e o desempenho.

²⁶⁰ - A durabilidade é a capacidade de um elemento ou objecto manter a sua funcionalidade prevista para o seu tempo de vida, conforme os níveis de qualidade desejados. Está normalmente associada à resistência dos materiais e sua conservação, ao uso, e às acções de manutenção.

No orçamento que se estipula para a obra em si, devem ser contabilizados factores de risco, nos quais se incluem o tempo e o valor de mercado, aumento de custos dos materiais construtivos. Após ser realizado o diagnóstico e o projecto, caso a sua execução demore muito tempo a ser concretizada, o seu custo vai também aumentar. O tempo que o projecto demorou a ser realizado pode originar alterações relativamente ao diagnóstico feito, podendo este já estar desactualizado na altura da obra, dado que as origens dos problemas tendem a agravar-se.

Com o decorrer do tempo, os materiais e os elementos construtivos vão apresentar uma redução no desempenho²⁶¹. Este comportamento depende ainda das propriedades dos elementos, da sua aplicação, das condições que os envolvem e a que são expostos. Quando o desempenho mínimo da edificação é alcançado, são necessárias intervenções de reabilitação que colmatem os agravamentos da situação inicial. No entanto, as acções propostas nos diagnósticos e aplicadas nos projectos, estão também condicionadas ao factor tempo. Neste sentido, a sua aplicação e adequação dependem da sua realização imediata - o desempenho que resulta das soluções propostas é aplicado ao presente em que esta é projectada.

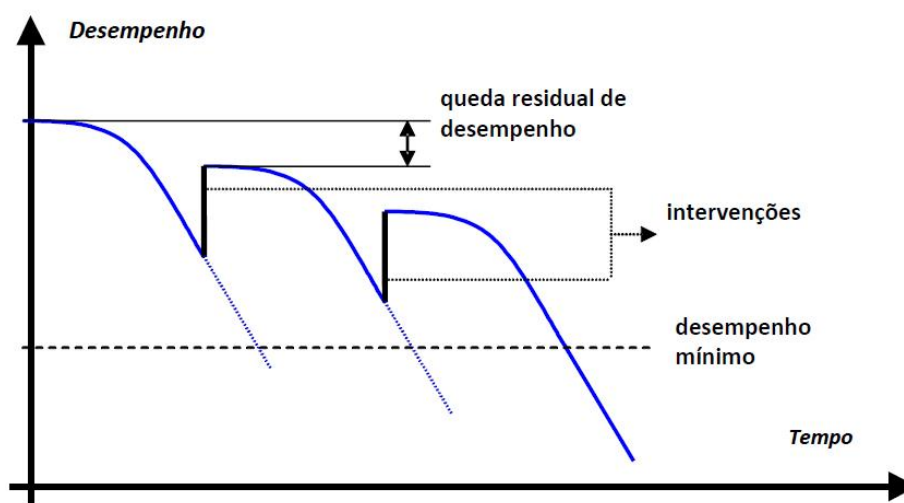


Fig.4.5. Expressão gráfica da queda de desempenho natural de uma edificação com o tempo segundo Lichtenstein (1985). in ANDRADE, Tibério e SILVA, Angelo²⁶².

²⁶¹ - O desempenho de um edifício relaciona-se com diversas de condições cujo somatório corresponde à satisfação do seu utilizador (usuário). O desempenho mínimo é quanto os requisitos pretendido não correspondem às exigências o que pode ser causado por falhas no sistema, nos equipamentos, na segurança, por patologias ou por problemas de outros níveis.

²⁶² - ANDRADE, Tibério e SILVA, Angelo Just da Costa. *Considerações sobre Durabilidade, Patologia e Manutenção das Estruturas*. s.d. pp.10. A obra citada é de LICHTENSTEIN, N.B. *Patologia das construções: procedimento para formulação de diagnóstico de falhas e definição de condutas adequada à recuperação de edificações*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

Tomemos como exemplo um projecto de recuperação para vãos de madeira: se a estimativa inicial do projecto era (y) mas levou mais tempo a ser construído (t) então vai corresponder a um factor de deterioração (α) de 5%:

$$Y \times (1 + \alpha)^T = \text{custo final}$$

Legenda:

y = custo inicial

T = n^o anos

α = factor de deterioração

$1,000 \times (1 + 0,05)^1 = 1050 \times 1.05$.

A percentagem de 5% do factor de deterioração, α , é uma estimativa do custo relativamente ao de vida do objecto em causa, caso não seja reabilitado. É um valor que representa uma estimativa de 20 anos de vida do objecto, pelo que, ao ser ultrapassado este período, a sua perda é inevitável. Deste modo, $\alpha = 1/n^o \text{ de anos de vida expectável}$. Assim, $1/20 \text{ (anos)} = 0,05 = 5\%$. Se o tempo de vida espectável sem regeneração for de cinco anos então $1/5 = 20\%$ logo, o factor de deterioração será se 20%.

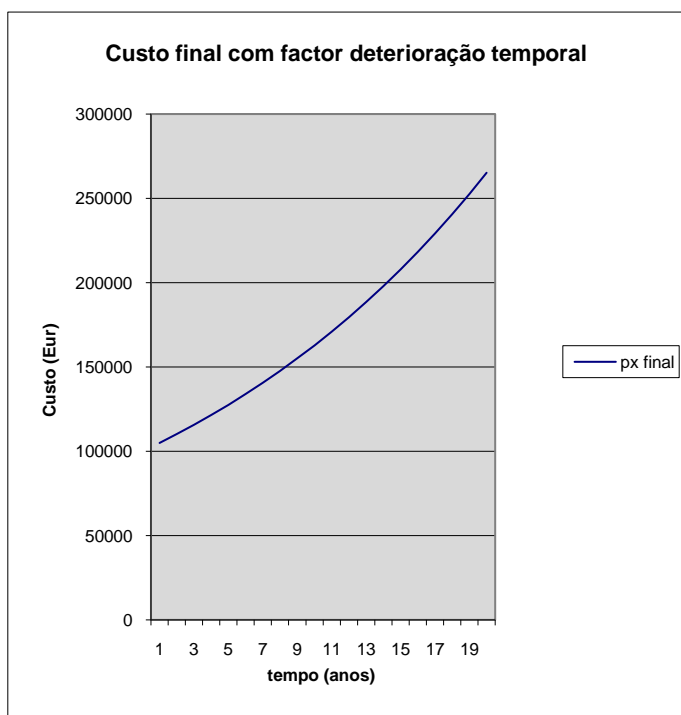


Fig.4.6. Expressão gráfica do custo final do elemento a reabilitar, perante os factores de tempo e de deterioração de 5%.

Tomemos como exemplo, um projecto de manutenção das coberturas cujo custo era de 10.000 Euros, mas demorou 3 anos a ser realizado então, $10.000 \times (1 + 5\%)^3 = 10.000 \times (1.05)^3 = 11.576$ Euros. Podemos assim concluir, que por não se ter realizado

o projecto no tempo previsto mas somente três anos após o seu diagnóstico, o custo da intervenção aumentou cerca de 1. 576 Euros. Ver Fig.4.6.

A percentagem atribuída a um tempo de vida do objecto, é sempre subjectiva dado depender de vários factores. No entanto, permite-nos compreender que o atraso da intervenção implica um aumento do valor económico e em casos extremos, a perda do património.

(2) Intervenções/ Implementação. Esta fase corresponde à execução do projecto/ estudo, em que, as intervenções referem-se à conservação, ao restauro, à recuperação, à remodelação e ao reforço. Esta fase corresponde ao momento dos custos mais elevados do plano estruturante. A mão-de-obra, os materiais, o incumprimento dos prazos calculados e principalmente os imprevistos, que resultam de descobertas arqueológicas ou construtivas, aumentam os orçamentos. Nesta etapa do plano estruturante, o acompanhamento constante (**avaliações**), durante as obras é crucial, permitindo evitar erros de interpretação e de execução, que se podem revelar graves posteriormente:

“Os restauros devem ser continuamente vigiados e dirigidos para garantir uma boa execução e para que se possa intervir de imediato e sempre que se apresentem factos novos, dificuldades ou derrocada de paredes; por fim para evitar (...) que desapareçam elementos anteriormente ignorados ou que eventualmente tenham passado despercebidos nas investigações prévias, mas por certo úteis para o conhecimento do edifício e para a condução do restauro” (Carta do Restauro, 1972).

(3) Avaliação/ Correção: Nesta fase de “*feedback*”, pode-se detectar a inoperância do projecto ou intervenções realizadas. Numa vistoria deve ser determinado se as exigências pretendidas correspondem ao existente e qual a gravidade da situação, caso não correspondam, tais como a caracterização do objecto e da sua envolvente, a comparação com o desempenho desejado e a definição de medidas de segurança. Devem ser esclarecidas as extensões dos problemas²⁶³ e no fim, registados os resultados.²⁶⁴ Esta fase é fulcral para corrigir os erros nas fases anteriores (“*feedback*”) e evitar que tenham consequências negativas para o edifício. No caso de existirem problemas irresolúveis nas fases que antecedem a revisão, esta é importante para a formulação de novas propostas. Na revisão do projecto o orçamento é novamente calculado, de acordo com o valor das intervenções, aproximando-o da realidade em que se opera. A realização das obras no tempo previsto é um factor essencial para evitar derrapagens orçamentais e, neste sentido, a fiscalização é uma forma de conhecer e evitar os imprevistos que podem originar o prolongamento do tempo proposto.

²⁶³ - É feita a quantificação ou definição da extensão real do problema, identificados os seus e os possíveis padrões atenuantes padrões de manifestação.

²⁶⁴ - CARDOSO, Francisco, FRANCO, Luíz Sérgio, et. ad. *Patologias – Conceitos e Metodologias*. Aula da disciplina Tecnologia da Construção de Edifícios II. Escola Politécnica da USP. Novembro 2003.

(4) Orçamento: A noção da economia e de rentabilidade de projecto é um elemento que, regra geral, é negligenciado. No entanto, a capacidade de o gerir e adaptar face a imprevistos é ainda uma lacuna na profissão, manifestada em problemas crónicos de erros e omissões de projecto. A existência de uma metodologia orçamental objectiva e precisa, que defina necessidades e que se integre num projecto de restauro, apresentando diversas soluções face a imprevistos é uma forma de prevenir situações inesperadas.

Consideramos a especificação do orçamento dado que determina a eficácia do plano estruturante, possibilitando a gestão de cada projecto individualmente, sendo a nível particular (por semi-fases) e global, um instrumento que garante a qualidade do projecto. A vantagem de uma gestão global é a flexibilidade de facultar orçamentos e de os integrar em diferentes intervenções de acordo com o especificado e o disponível, este não pode ainda, ser separado do mercado de trabalho, nem dos valores culturais.

Relativamente à alocação e manutenção de verbas para boas condições de trabalho, o técnico de reabilitação deve ser capaz de realizar a pesquisa, procura e fornecimento de materiais, bem como a contratação e a mobilização de mão-de-obra especializada, o acompanhamento, a fiscalização de obra e o seu controlo de qualidade.

No plano estruturante, propomos um orçamento faseado, como por ex. o orçamento 1, que corresponde ao somatório do diagnóstico 1, do projecto 1, da intervenção 1 e da avaliação 1 (ver Fig.4.4). O orçamento é ainda especificado em cada sub-fase, e por ex. o projecto 1 corresponde a um orçamento distinto do projecto 2, e ainda que cada um pode conter vários custos de acordo com a fase de projecto²⁶⁵. O orçamento é feito segundo as prioridades e facilmente calculado, de acordo com o que se pretende intervir.

A especificação da urgência de cada fase, segundo uma percentagem, permite a noção do que se pode realizar com o orçamento disponível. As cores são assim, associadas a tarefas e a prioridades a executar possibilitando uma fácil explicação das condições existentes.

²⁶⁵ - O projecto pode fasear-se em estudo prévio, em projecto base e em projecto de execução.

TABELA – 4.1. PROPOSTA DE GESTÃO DAS PRIORIDADES E SUB-FASES DO PLANO ESTRUTURANTE. * F.R.I. - Factor de Risco Inicial

	Peso →	1		0,9		0,8				
F.R.I.*	Desc.	Diagnóstico	%	Projecto	%	Reabilitação	%	Fiscalização		Custo Total
90	Cobert.	a1	90,00	a2	81,00	a3	72,00	a4	72,00	a1+a2+a3+a4
84	Pared.	b1	84,00	b2	75,60	b3	67,20	b4	67,20	b1+b2+b3+b4
73	Tecto	c1	73,00	c2	65,70	c3	58,40	c4	58,40	c1+c2+c3+c4
27	Inf.Estr.	d1	27,00	d2	24,30	d3	21,60	d4	21,60	d1+d2+d3+d4
41	Usos	e1	41,00	e2	36,90	e3	32,80	e4	32,80	e1+e2+e3+e4
										Custo Total
Cust. taref. fact.+85		a1=p1		o=p2		o=p3		o=p4		p1+p2+p3+p4
Cust. taref. fact.+75		a+b1=q1		b2=q2		o=q3		o=q4		q1+q2+q3+q4
Cust. taref. fact.+65		a1+b1+c1=r1		a2+b2+c2=r2		a3+b3=r3		a4+b4=r4		r1+r2+r3+r4
Cust. taref. fact.+55		a1+b1+c1=s1		a2+b2+c2=s2		a3+b3+c3=s3		a4+b4+c4=s4		s1+s2+s3+s4
Custo taref. Fact.+40		a1+b1+d1=t1		a2+b2+c2=t2		a3+b3+c3=t3		a4+b4+c4=t4		t1+t2+t3+t4
Custo taref. fact.+25		a1+b1+c1+d1+e1=U1		a2+b2+c2+e2=U2		a3+b3+c3+e3=U3		a4+b4+c4+e4=U4		u1+u2+u3+u4
Custo taref. fact.+10		a1+b1+c1+d1+e1=V1		a2+b2+c2+d2+e2=V2		a3+b3+c3+d3+e3=V3		a4+b4+c4+d4+e4=v4		v1+v2+v3+v4
Custo taref. fact.+0		a1+b1+c1+d1+e1=X1		a2+b2+c2+d2+e2=X2		a3+b3+c3+d3+e3=X3		a4+b4+c4+d4+e4=X4		x1+x2+x3+x4

Legenda das prioridades das tarefas: ■ Com factor ≥85≤99%; ■ Com factor ≥75≤84,99%; ■ Com factor ≥65≤74,99%; ■ Com factor ≥55≤64,99%; ■ Com factor ≥40≤54,99%; ■ Com factor ≥20≤39,99%; ■ Com factor ≥10%≤19,99%; ■ Com factor ≥0%≤9,99%

(c) FASE B

(1) A Manutenção é um elemento determinante para a funcionalidade dos projectos e durabilidade das intervenções. Esta relaciona-se directamente com a noção de conservação e, como tal, deve ser realizada de uma forma contínua para preservar o objecto – os seus prazos de conclusão devem estar rigorosamente definidos nos relatórios e recomendações do diagnóstico. Dada a conservação ser um tipo de intervenção que não permite voltar ao ponto de origem do elemento em causa, que manifesta uma queda de desempenho, a manutenção apresenta inúmeras vantagens ao evitá-la. As avaliações nesta fase são também importantes, verificando se o projectado e planificado é executado correctamente nas alturas indicadas.

A manutenção pode ter um carácter preventivo ou preditivo, sendo a primeira a operação de rotina que estabelece periodicidades de acção, dependentes das características dos elementos a manter, de maneira a evitar a ocorrência de danos e falhas técnicas, bem como problemas de uso. A manutenção preditiva é mais activa e dinâmica do que a anterior, nela são feitas monitorizações e assessorias constantes, sobre o estado de conservação dos elementos, dos espaços, dos equipamentos. A manutenção preditiva implica a realização da manutenção preventiva em simultâneo, mas o oposto não é obrigatório. As acções de manutenção quotidianas, ou feitas

periodicamente, seguindo um programa específico são fundamentais para evitar intervenções como a conservação, o restauro ou mesmo a renovação. Estas actividades compreendem os materiais e componentes do edifício, os equipamentos de apoio geral, as utilidades, o AVAC, bem como, a segurança dos usuários²⁶⁶, os consumíveis e a preservação dos elementos exteriores ao edifício, de modo a corresponder ao desempenho funcional desejado com um custo vantajoso. De acordo com a desvalorização do edifício com o tempo Amir Alani (2001), menciona a evolução dos custos aplicados à manutenção, exemplificando através de gráficos (custos x tempo) que há um aumento financeiro para as acções de manutenção face à passagem dos anos²⁶⁷, (ver Fig.4.7).

(2) Avaliação / Correção – As acções de manutenção *in situ*, devem ser acompanhadas de monitorizações e controlo periódico. Dependem do tipo de trabalho a realizar, dos materiais e técnicas, da dimensão da obra, das especialidades que abrange e do estado de conservação do bem cultural.

(3) Orçamento – É caracterizado pela soma das sub-fases anteriores: das acções de manutenção e das avaliações.

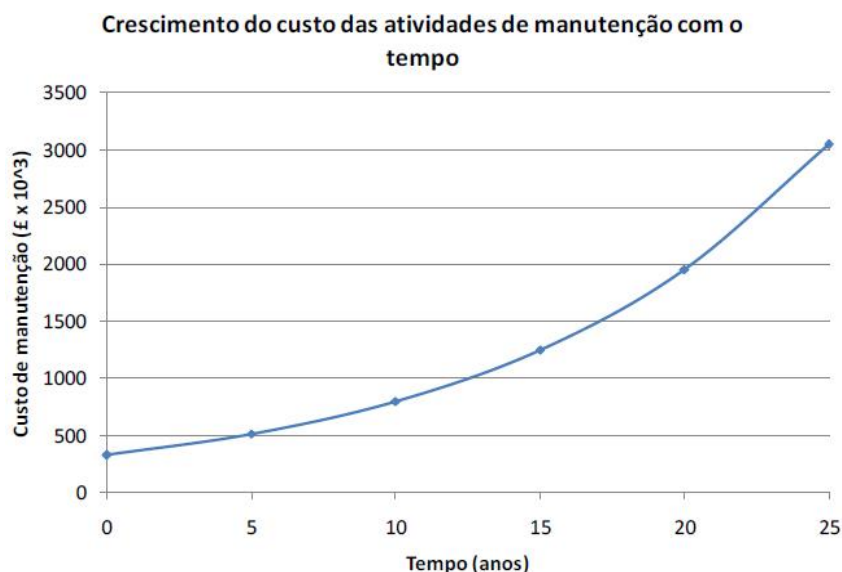


Fig.4.7. Exemplo do crescimento exponencial do custo de manutenção com o tempo (adaptado de Alani, Amir, 2001). in ANDRADE, T. e SILVA, A.

²⁶⁶ - Os equipamentos de segurança activa, como a detecção e supressão de incêndios e também os equipamentos de segurança passiva, como os sistemas de vídeo vigilância (ou *closed circuit television* – -CCTV) e contra a intrusão.

²⁶⁷ - ANDRADE, Tibério e SILVA, Angelo Just da Costa. *Ob. cit.*, pp. 112. A obra referida é de ALANI, Amir; PETERSEN, Andrew, CHAPMAN, Keith. *Applications of a developed quantitative model in building repair and maintenance – case study*. Facilities. V.19, n.5/6, 2001. pp. 215-221.

4.1.3. Uma Proposta para Manutenção Programada – Manutenção Preditiva

As avaliações ou monitorizações devem ser realizadas mensalmente, trimestralmente, semestralmente e anualmente. Mensalmente, por uma gestão local, que verifica se as acções de manutenção estão a ser cumpridas. Trimestralmente, por uma especialidade, neste caso, o técnico, que faz a avaliação dos pareceres da gestão local e a monitorização *in situ* das condições existentes. Semestralmente, por uma entidade designada pelo Estado, como por ex. o IGESPAR, que realiza uma avaliação dos pareceres do arquitecto e uma monitorização no local. Anualmente, pelo próprio Estado, cujo técnico responsável através de um protocolo de avaliação avalia os trabalhos realizados por todos os intervenientes.

Funções - Responsabilidades do arquitecto/ técnico de reabilitação

Uma das funções desta especialidade, deve ser a produção de recomendações, uma assessoria e relatório sobre a gravidade das situações, embora não tenha decisão sobre a escolha das soluções que propõe. É o dono da obra quem tem a responsabilidade sobre as opções a tomar, é ele que decide os riscos que quer correr, embora esteja alertado sobre as probabilidades da sua ocorrência e do seu valor - o custo relaciona-se então com responsabilidades. O arquitecto/ técnico ao fazer uma análise de risco e um **diagnóstico** de potencial relação entre causa e efeito e consequências a nível económico e sociocultural, juntamente com a sua equipa pluridisciplinar é responsável pelo aconselhamento, pelas recomendações, pela monitorização, por apresentar soluções e assegurar a integridade, funcionalidade e durabilidade das propostas.

O arquitecto/ técnico de reabilitação poderá evitar os incidentes graves, críticos e catastróficos. A **Carta de Risco do Património Construído** – CRPC, poderá ser um instrumento importantíssimo a usar no combate e acima de tudo na previsão das situações indesejáveis²⁶⁸. Esta destina-se ao património classificado, em vias de classificação ou a proteger e inclui zonas de protecção, conjuntos e sítios patrimoniais, edifícios singulares e todo o património cultural que lhe possa estar associado. As CRPC são medidas de prevenção que podem auxiliar nas acções de manutenção dos bens culturais, emitindo pareceres de viabilidade e licenciamento das mesmas. Estas devem ser realizadas de acordo com um conjunto de procedimentos lógicos de modo a caracterizar coerentemente a situação de risco²⁶⁹.

As cartas de risco realizadas pelo IRHU são extremamente úteis, pois estão integradas num sistema de informação, o Sistema de Informação para o Património

²⁶⁸ - Sendo também ligadas ao Património referimos a importância que as Cartas de Risco do Património Arqueológico tiveram na Irlanda prevendo, segundo o “*Archaeological Features at Risk Report (Cfr. O’Sullivan, 2001)*”, 34% da destruição dos monumentos. in DELGADO, Cidália. *Cartas de Risco do Património Arqueológico – Casos de Estudo: Mação e Vila Nova da Barquinha*. Tese de Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre 2004/2006, Instituto Politécnico de Tomar e Universidade de Trás-os-Montes, 11 de Setembro de 2006, pp. 7. Consulta na Biblioteca Nacional, cota H.G. 56236 V.

²⁶⁹ - A situação de risco é iniciada por uma identificação de causas (fase do diagnóstico) e suas consequências, seguida da sugestão de estratégias, de meios e de estratégias contra as anomalias.

Arquitectónico - SIPA, acessível a todos pela internet²⁷⁰. No entanto, como riscos só coloca os possíveis danos físicos do edifício como as patologias, não considerando a vulnerabilidade e as componentes de perigo a que está sujeito, não propondo também estratégias contra os riscos. Destacam-se os seguintes princípios da *Carta Municipal do Património* que resultou do Seminário realizado pelo IPPAR e pela Ordem dos Arquitectos – OA, em Castelo Branco, em 20 e 21 de Maio de 2005:

(...) As Cartas de Risco, devem definir estratégias, meios e soluções, e ser aprofundadas à escala da paisagem e do património imóvel (...) A Carta de Risco do Património deve ser obrigatoriamente articulada com a Carta Municipal do Património (...) A Carta de Risco deve ter o Património geo-referenciado (...) Avaliação de custos, caso a caso e na globalidade, para a prevenção e combate às situações de risco no Património”.

Perante o património, são vários os factores que poderão levar a manifestações de instabilidade e mesmo a situações de risco, com diferentes consequências, que podem ser catastróficas, críticas, graves ou pouco graves. Dividimos os riscos em três categorias, o que não significa que estas não estejam associadas, dado o Homem ser o responsável inicial de alguns riscos naturais (ver Tab.4.2.). Associados aos **riscos** encontram-se os **fenómenos**, podendo verificar-se o acontecimento de vários em simultâneo, que permitem prever possíveis riscos, tais como as fendas no solo que são um aviso de deslizamento de terras.

Para se evitar as consequências dum risco, é necessário conhecer previamente as condições existentes do elemento em causa, a perigosidade e a vulnerabilidade que o caracterizam, seguidas de uma avaliação de danos. Como tal, a inventariação e os pareceres, enunciados anteriormente são imprescindíveis.

“Por elementos em risco entendem-se os diversos factos, materiais ou pessoais da sociedade que em situação de catástrofe seriam afectados (...) A noção de risco implica a existência de uma acção exercida sobre determinado elemento” (Delgado, 2006).

Os riscos têm sempre uma causa ou origem, um efeito e consequências. Estas últimas podem ir desde a degradação à destruição e à perda do edificado. Os seus danos, traduzidos em termos económicos, são a inibição de visitas, de actividades ou mesmo, a alteração da economia local, regional e nacional. As consequências a nível cultural e social relacionam-se, com os factores que possam induzir alguma perda da dinâmica existente. Para a sociedade e a nível individual, a perda do património implica uma privação de memória, de identidade, isto é, uma privação da nossa cultura e história.

²⁷⁰ - Ver www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_D.aspx

TABELA – 4.2. ENUMERAÇÃO DE TIPOS DE RISCOS

Riscos		
Naturais	Humanos	
	Tecnológicos	Sócio-Culturais
Acção biológica	Colapso da estrutura	Abandono
Afundamento e colapso	Emergências Radiológicas	Assalto
Alterações climáticas	Gasodutos e oleodutos	Crescimento populacional
Águas subterrâneas	Incêndios Urbanos	Concentração urbana
Ciclones	Poluição	Desertificação
Cheias/ precipitações intensas	Riscos geológicos por actividades humanas	Diminuição de recursos naturais
Chuvas ácidas	Transporte de mercadorias perigosas	Disfuncionalidade
Deslizamento de Terras	Substâncias perigosas em indústria	Expansão urbana descontrolada
Erosão do solo	Rupturas de Barragens	Guerra
Furações		Intrusão
Incêndios Florestais		Interferência nos processos naturais
Incêndios locais		Perda do património
Inundações		Roubo
Ondas de calor		Saúde
Nevoeiros e Geadas		Segurança das pessoas
Nevões		Terrorismo
Sismos/ terremotos		Vandalismo
Vagas de frio		
Vulcões		
Trovoadas		
Zonas costeiras/ Estuários		

As medidas de prevenção da CRPC, de modo a evitar riscos ou a reduzir as suas consequências, podem implementar acções de manutenção, segurança ou a realização de novos projectos de reabilitação, devendo sempre considerar uma visão particular de cada risco e da sua totalidade, o somatório de todos os riscos.

Nas estratégias das Cartas de Riscos a **acção passiva** e **acção activa**, são duas formas distintas de gestão. Na primeira são criadas zonas restritivas de actuação bem como, soluções artificiais, “*com o auxílio da engenharia, de manutenção de sistemas de detecção e evacuação em caso de risco eminente, o abandono das áreas de risco ou imposição de restrições ao seu uso*”²⁷¹. Na segunda, são realizadas intervenções directa sobre os elementos em causa.

A CRPC deve ainda possibilitar a ligação com outras Cartas de Risco, como as geológicas, as arqueologias, as ambientais, as de incêndios e as florestais, num único sistema de informação, que possibilite a comparação de dados de um modo rápido e

²⁷¹ - DELGADO, Cidália. *Ob. cit.*, pp. 25.

acessível. Também as acções de manutenção devem considerar os aspectos sociais e culturais ligados ao património, no sentido de promover acções que evitem, por exemplo, o agravamento da situação sociocultural, incentivando o desenvolvimento social, económico e a diversidade cultural.

4.1.4. Um Plano de Valorização

A sobrevivência do património perante o factor tempo, não depende somente da conservação física dos seus elementos. As acções que o homem aplica aos seus bens, são fundamentais para evitar o desaparecimento dos mesmos e neste sentido, a questão dos usos e abusos é essencial. Não podemos separar os monumentos do seu valor funcional pois este, tal como definiu Riegl:

*“(...) constitui uma das valências de contemporaneidade, (...) revelando-se fundamental para entender o significado dessa mesma obra”.*²⁷²

Ao relacionarmos a forma com o valor de uso, devemos encará-la como uma representação, no sentido em que esta é gerada pela função, celebrando-a. A beleza e significado duma obra, estão sujeitas a um processo de composição que se insere numa época e cultura próprias. Elas são o resultado duma resposta da forma à função a que a obra se destina. Deste modo, o valor de uso não deve ser dissociado do valor cultural, social e económico do edifício - o modo de viver os espaços altera-se com a transformação das culturas e sociedades.

A discussão da reutilização e refuncionalização dos monumentos e da compatibilidade da obra restaurada com as suas memórias tem dois níveis de análise: o primeiro relaciona-se com o projecto e o seu programa, o segundo com a conservação do elemento a intervir²⁷³. Deste modo, para manter a estrutura morfológica do edifício, o novo programa deverá ser equilibrado, introduzindo usos que se adequem aos valores espaciais existentes e evitando tornar o edifício a reabilitar, em mais um exemplo de património degradado ou abandonado, pelo facto de ser o edifício a adaptar-se ao programa e não o contrário. A par da gestão patrimonial preventiva, as acções de valorização representam um importante papel para a sustentabilidade do património. Diferentes programas lúdicos, educativos, de divulgação e comunicação, podem ser aliados à conservação e manutenção do bem cultural, articulando várias instituições.

Uma cooperação entre várias entidades, como instituições e faculdades, pode possibilitar a realização de trabalhos de investigação específicos e que beneficiem todos os interessados. Estas associações podem ainda, favorecer a sensibilidade dos especialistas e do público em geral, para as necessidades do património. Estas

²⁷² - TOMÉ, Miguel. *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP publicações, 2002.

²⁷³ - WALTER Rossa. *Arquitectura e Engenharia civil: Qualificação para a Reabilitação e a Conservação – Reflexões finais*. in Seminário “A Sustentabilidade e a Reabilitação” de 17 de Março de 2008, Universidade de Aveiro.

parcerias a nível público ou privado revelam inúmeras vantagens económicas, dadas as possibilidades que o turismo e a publicidade do património podem oferecer para as empresas privadas e públicas. As acções desenvolvidas pelas juntas de freguesia, paróquias de concelho, associações culturais/ recreativas entre outras iniciativas, podem ser integradas em programas que se relacionem com o património, explorando várias formas de interacção e envolvimento dos cidadãos.

4.2. A APLICAÇÃO DAS HIPÓTESES NO PALÁCIO FRONTEIRA

4.2.1. Aplicação do Projecto Estruturante no Monumento

Para aplicarmos o conceito de Plano Estruturante abordaremos as intervenções realizadas no Palácio dos Marqueses de Fronteira e Alorna, no ano de 1994. As escolhas e a gestão do orçamento disponível, face ao avançado estado de degradação do monumento, tornam este plano numa referência importante. O sucesso deste fez com que no ano de 1997 surgisse um plano de valorização que se baseou no anterior. As acções de valorização e de angariação de novos apoios financeiros nunca teria sido possível sem o estabelecimento de uma metodologia específica e rigorosa, onde a avaliação e escolha das prioridades foi a ideia-chave.

Pelo facto deste monumento ser um edifício de grandes dimensões e com inúmeros compartimentos, as operações foram faseadas por espaços. Neste sentido, para a fachada e para a Loggia Norte, foram realizadas intervenções na cobertura e paredes, logo o orçamento correspondeu ao somatório do (diagnóstico 1 + diagnóstico 2) + (projecto 1 + projecto 2) + (manutenção 1 + manutenção 2) + (revisão 1 + revisão 2). Posteriormente foram reabilitadas a biblioteca e a sala das Batalhas, que optaram pelo mesmo processo e, a Ala do Séc. XVIII foi o último corpo onde foram decididas opções diferentes. Os Jardins foram a última grande obra de reabilitação no monumento e como tal, o orçamento foi calculado pelo (diagnóstico 4) + (projecto 4) + (intervenção 4) + (manutenção 4) + (revisão 4). Ver Fig.4.8.

A realização de um plano segundo prioridades possibilitou à FCFA, uma visão global dos problemas existentes e a escolha adequada dos elementos a restaurar de acordo com as verbas disponíveis. Os levantamentos, as investigações e os diagnósticos de cada espaço do Palácio foram semelhantes e os seus projectos revelaram ser idênticos, o que facilitou a sua execução e realização.

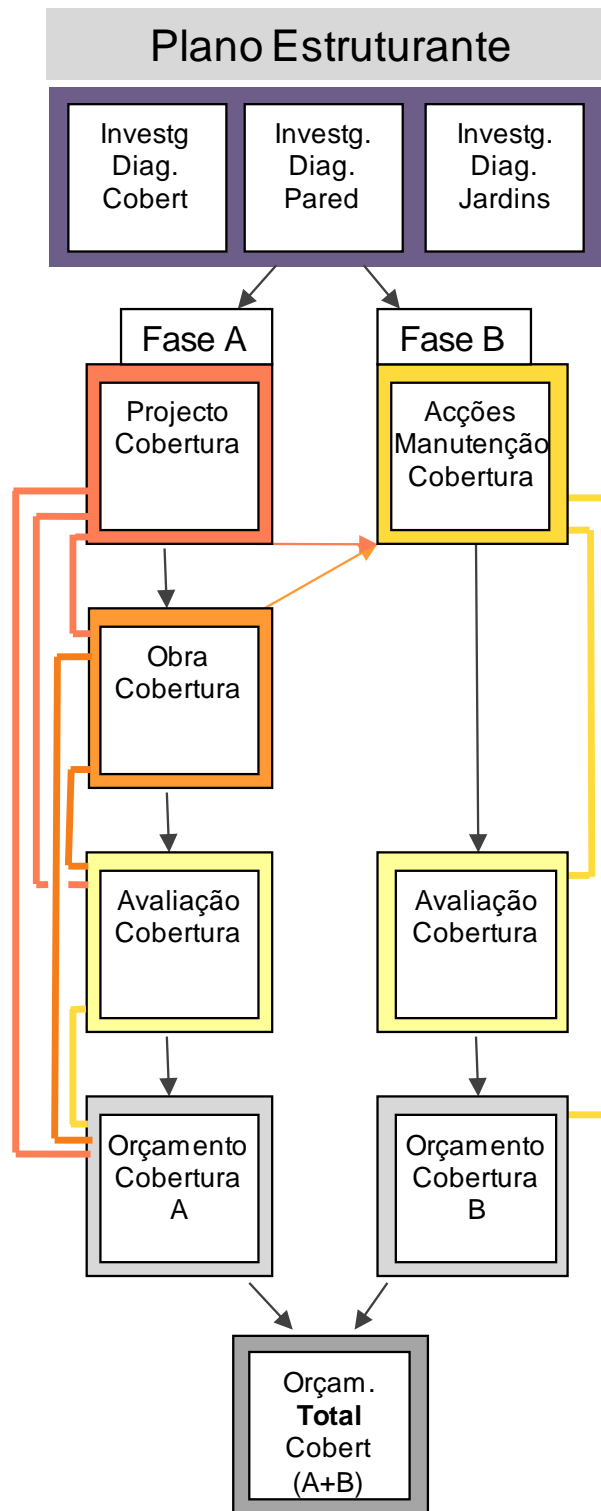


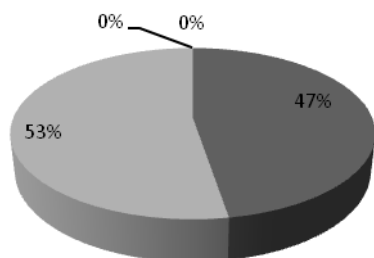
Fig..4.8. Fases do plano estruturante e orçamento total, aplicados ao Palácio Fronteira em 1994.

Na Tabela.4.3. são apresentados os elementos que foram alvo de projectos de reabilitação, de acordo com o orçamento disponível, em 1994. As tarefas que tinham um factor de risco superior a 75% de urgência foram as primeiras a serem realizadas, sendo as restantes efectuadas nos anos seguintes.

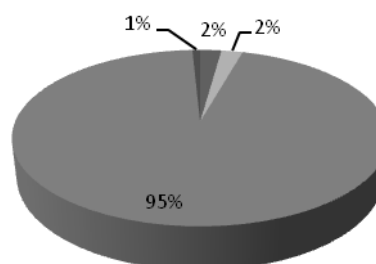
**TABELA – 4.3. GESTÃO DE PRIORIDADES NUM PROJECTO DE REABILITAÇÃO
(PLANO ESTRUTURANTE)**

Peso →		1		0,9		0,8				(Euros)
Factor de Risco Inicial	Descrição	Diagnóstico	%	Projecto	%	Reabilit.	%	Fisca.		Custo Total
90	Coberturas	15.000	90,00	20.000	81,00	953.000	72,00	5.000	72,00	993.000
84	Paredes	7.500	84,00	5.000	75,60	130.000	67,20	2.500	67,20	145.000
73	Tecto	5.000	73,00	2.500	65,70	107.500	58,40	2.500	58,40	117.500
27	Infra-estruturas	7.500	27,00	12.500	24,30	150.000	21,60	5.000	21,60	175.000
41	Usos	2.500	41,00	5.000	36,90	17.500	32,80	0	32,80	25.000
										Custo Total
Custo de tarefas com factor +85		15000		0		0		0		15.000
Custo de tarefas com factor +75		22500		25000		0		0		47.500
Custo de tarefas com factor +65		27500		27500		1083000		7500		1.145.500
Custo de tarefas com factor +55		27500		27500		1190500		10000		1.255.500
Custo de tarefas com factor +40		30000		27500		1190500		10000		1.258.000
Custo de tarefas com factor +25		37500		32500		1208000		10000		1.288.000
Custo de tarefas com factor +10		37500		45000		1358000		15000		1.455.500
Custo de tarefas com factor +0		37500		45000		1358000		15000		1.455.500

Custo de tarefas com factor +75



Custo de tarefas com factor +55



Legenda: ■ Diagnóstico; □ Projecto; ■ Reabilitação; ■ Fiscalização.

Fig.4.9. Gráficos da percentagem das tarefas realizadas face a um factor de risco de 75% e de 55%.

Podemos concluir que com menos recursos económicos e face a um factor de risco de 75%, o financiamento disponível atribuiu aos diagnósticos 47% e aos projectos 53% do seu valor. Constatamos ainda, que uma disponibilidade monetária maior, permite agir contra 55% da deterioração, como também um aumento das tarefas que se dividem agora em, diagnósticos (2%), projectos (2%), acções de reabilitação (95%) e de fiscalização (1%).

4.2.2. Aplicação do Plano de Manutenção no Monumento

Prioridades das manutenções - O custo destas manutenções periódicas é mensal. A periodicidade anual resulta do somatório das periodicidades mensais, onde o custo anual é a soma de todas elas e da fiscalização. A Tabela 4.4. apresenta a escolha das tarefas de manutenção de acordo com o seu nível de prioridade.

**TABELA – 4.4. GESTÃO DE PRIORIDADES NUM PROJECTO DE MANUTENÇÃO
(FASE DO PLANO ESTRUTURANTE)**

Factor Risco	Descrição	Manut.	%	Period. Mês	Cust.Méd. Mês	Fiscaliz.	%	Period. Ano	Custo médio Ano
25	Cobertura	2000	25,00	6,00	333	300	10,00	7,00	43
56	Paredes	1000	56,00	4,00	250	300	22,40	4,00	75
66	Pavimento	1000	66,00	12,00	83	200	26,40	2,00	100
35	Tecto	2000	35,00	2,00	125	500	14,00	1,00	500
5	Utilidades	1000	5,00	1,00	1.000	200	2,00	4,00	50
80	Jardim	1000	80,00	24,00	42	200	32,00	5,00	40
20	Art. Mów.	3000	20,00	24,00	125	500	8,00	1,00	500

				Custo Total
Cust. tarefas factor +85	0	1708	0	1.708
Cust. tarefas factor +75	1000	1792	0	2.792
Cust. tarefas factor +65	2000	1792	0	3.792
Cust. tarefas factor +55	3000	1792	0	4.792
Cust. tarefas factor +40	3000	1792	0	4.792
Cust. tarefas factor +25	5000	1792	200	6.992
Cust. tarefas factor +10	10000	1792	1000	12.792
Cust. tarefas factor +0	11000	1792	1500	14.292

4.3. BIBLIOGRAFIA DO CAP. 4 – ACÇÕES DE SALVAGUARDA

4.3.1. Publicações

- [4.1] AGUIAR, José. *Cor e cidade histórica – Estudos cromáticos e Conservação do património*. FAUP publicações, Porto, 2005, pp. 106.
- [4.2] PINHO, Ana e AGUIAR, José. *Reabilitação em Portugal: A mentira denunciada pelos números! in Arquitecturas*, nº5, Outubro. Lisboa: Arquitecturas, 2005.
- [4.3] ANDRADE, Tibério e SILVA, Angelo Just da Costa. *Considerações sobre Durabilidade, Patologia e Manutenção das Estruturas*. s.d.
- [4.4] BAGGLIONI, Raniero e LÓPEZ, Maria José. *Metodologia Aplicada ao Estudo e à Intervenção dos Bens Culturais*. in AAVV. 3.º Encontro Científico do IPCR. *Metodologias de Diagnóstico e de Intervenção no Património*. s.d., Lisboa. B.N.L., cota B.A. 24045 V.
- [4.5] CARDOSO, Francisco, FRANCO, Luíz Sérgio, et. ad. *Patologias – Conceitos e Metodologias*. Aula da disciplina Tecnologia da Construção de Edifícios II. Escola Politécnica da USP. Novembro 2003.
- [4.6] *Carta de Restauro, 1972*. in BRANDI, Cesare, *Teoria do Restauro*. Amadora: Edições Orion, 2006, Anexo 1, pp.157-179.
- [4.7] CASTEL-BRANCO, Cristina: *Os Jardins dos Vice-Reis – Fronteira*. Edições Asa II, S.S. e Cristina Castel-Branco, 2008
- [4.8] Conselho da Europa. *Carta Europeia do Património Arquitectónico*, Estrasburgo (Amesterdão), 1975.
- [4.9] Constituição da República Portuguesa, V revisão constitucional, Artigo 78º

- [4.10] DELGADO, Cidália. *Cartas de Risco do Património Arqueológico – Casos de Estudo: Mação e Vila Nova da Barquinha*. Tese de Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre 2004/2006, Instituto Politécnico de Tomar e Universidade de Trás-os-Montes, 11 de Setembro de 2006. B.N.L., cota H.G. 56236 V.
- [4.11] ICOMOS. *Carta de Burra*, Austrália, 1980.
- [4.12] ICOMOS. *Carta de Veneza – Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e dos Sítios*, 1964.
- [4.13] Instituto Nacional de Estatística - Portugal. *CENSUS de Lisboa*, 2001.
- [4.14] KEA, European Affairs - *The Economy of Culture in Europe – Study prepared for the European Commission (Directorate-General for Education and Culture)*, October 2006.
- [4.15] LAPÃO, Manuel. - *Vínculo ao Interesse Público*, em Estudos/ Património, Nº6, Publicação do IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico, 2004, Lisboa.
- [4.16] Organização dos Estados Americanos. *Normas de Quito – Recomendações sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico.*, Equador, 1967.
- [4.17] PORTUGAL, Unidade de Coordenação do Plano Tecnológico, em *Plano Tecnológico República Portuguesa XVII Governo Constitucional*. Disponível na internet em <http://www.portugal.gov.pt/Portal/>
- [4.18] *Recomendação sobre a Salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea*, UNESCO, Nairobi (Quénia), 1976.
- [4.19] SOARES, Francisco Sousa. *Sistema de Qualificação Profissional da Ordem dos Engenheiros*, pp.39-42. in *Arquitectura e Engenharia Civil: AAVV. Qualificação para a Reabilitação e a Conservação*. Edição GECORPA, Lisboa, 2000.
- [4.20] Sociedade das Nações. *Carta de Atenas do Restauro*, 1931.
- [4.21] TOMÉ, Miguel. *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP publicações, 2002, pp.71.
- [4.22] UMBERTO, Baldini. *Teoria del restauro e unità di metodologia*. 4ª ed., Vol. II e Vol. II., Nardine Editore, 1988, Firenze. B.N.L., cota B.A. 1783 V., e B.A. 1784 V.
- [4.23] Unesco. *Carta de Cracóvia – Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído*, Polónia, 2000.
- [4.24] WALTER Rossa. *Arquitectura e Engenharia civil: Qualificação para a Reabilitação e a Conservação – Reflexões finais*. in Seminário “A Sustentabilidade e a Reabilitação” de 17 de Março de 2008, Universidade de Aveiro.
- [4.25] ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitectura*, 702 Edição, Editora Arcádia, Lisboa.

4.4.2. Internet

- [4.i.1] *Governo de Portugal – Arquivo Histórico*
<http://www.portugal.gov.pt/Portal/>
- [4.i.2] *Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana – Sistema de Informação, Carta de risco*
http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_D.aspx
- [4.i.3] *International Council on Monuments and Sites – Documentation Centre*
<http://www.icomos.org>
- [4.i.4] *Euroconstruct - The European construction market*
http://www.cifs.dk/doc/euroconstruct_press_release_2001.pdf
- [4.i.5] *Plano Tecnológico – Portugal a Inovar...*
<http://www.planotecnologico.pt/>

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. ASPECTOS MAIS CRÍTICOS

Cada edifício por ser um objecto único merece uma análise individualizada, em que os critérios de intervenção estejam perfeitamente adequados ao monumento. Um trabalho pluridisciplinar intercala o conhecimento científico, com o histórico-cultural na procura de diagnósticos coerentes. Durante a concepção e execução dos estudos e nas fases subsequentes, ou que se realizam em simultâneo, como são a manutenção e a revisão, as propostas encontradas devem ser fundamentadas e manterem a continuidade da identidade nacional. Devem ser consubstanciadas pelo rigor científico e pela tecnologia recente, reduzindo as possibilidades da arbitrariedade de escolhas, sem perder de vista a autenticidade do bem cultural e dos diferentes valores que este representa para a Sociedade.

Um dos usos mais danosos que um edifício pode ter é sujeita-lo ao “desuso”, isto é, ao abandono e/ou à utilização inadequada. O Palácio Fronteira é o exemplo de um monumento onde se zelou para que se mantivesse a utilidade inicial de residência, adaptada às exigências funcionais e de conforto de distintas épocas. Actualmente, o seu uso como residência ainda se mantém parcialmente como acontecia desde o início da sua construção. A reabilitação e salvaguarda do Palácio Fronteira, através da estratégia aplicada pela Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, garantiram a sustentabilidade da sua preservação. Esta foi possível graças à atribuição de novos usos e iniciativas e à coerência do planeamento e da gestão. Garantiu-se a adequada conservação por se terem considerado as componentes físicas do construído e os dados fundamentais para a sua leitura, tais como, as diferentes artes e os elementos exteriores. A verba obtida através da venda de bilhetes ao público juntamente com outras iniciativas culturais/ lúdicas contribuem, para o restauro e conservação de todo o conjunto arquitectónico.

No actual contexto socioeconómico é fundamental conhecer o estado do património construído e do património intangível, o que implica a recolha e o tratamento crítico da informação que o documenta. Esta opção permite a habilitação para se explorar de forma mais coerente o potencial dos bens culturais, para se realizar novas metodologias de trabalho e, conseqüentemente, poder estabelecer um plano de acção após a fase de diagnóstico.

Após a tomada da consciência das condições existentes e de realizada a sua análise, é necessário elaborar um método específico de estudo de reabilitação que considere a sobrevivência dos bens culturais, como um elemento de base, no entanto, este não se deve limitar ao monumento em causa, mas incluir a envolvente. Dado a diversidade de intervenções a efectuar de maneira díspar no tempo, o estudo de reabilitação implica sempre que sejam tomadas acções directas e/ou indirectas e acções de salvaguarda.

É importante fasear a metodologia, devendo a sua opção programática ser tomada com base em prioridades avaliadas pelo nível de degradação das zonas e pelo nível de urgência interventiva.

A manutenção, como acção continua a nível temporal, deverá ser encarada como uma intervenção independente que, embora incluída no pensamento global do projecto de reabilitação, se distinga como uma fase única.

Deste modo faltam associar ao plano de salvaguarda do Palácio Fronteira:

- i) Uma investigação rigorosa sobre o impacto que o número e a frequência de visitantes no Palácio podem causar na deterioração no monumento, bem como, sobre os respectivos planos de manutenção;
- ii) A adopção de estratégias de visualização das zonas que estão interditas ao público e de percursos alternativos para a visita ao Palácio, assim como, de acessibilidade;
- iii) O desenvolvimento de estudos de segurança para protecção das obras expostas e do próprio monumento.

O projecto de reabilitação, desta peça de património arquitectónico, tem características singulares que podem servir de referência para futuras intervenções em outros monumentos. As suas condições físicas são abordadas como um todo indivisível num processo de conservação, no entanto alguns aspectos socioculturais e económicos, poderiam ter sido pensados de forma mais integrada.

Finalmente, a coerência das intervenções neste tipo de bens culturais é possível desde de que, sejam adoptados os procedimentos que asseguram a integridade e a autenticidade dos valores do Património. Estão assim estabelecidas as bases para um projecto único de conservação, de restauro, de manutenção e de salvaguarda, englobando os usos, a componente sociocultural, a económica e o acesso à informação.

5.2. FUTUROS DESENVOLVIMENTOS

No âmbito deste trabalho detectaram-se alguns pontos que podem revelar-se como temas de interesse para futuras investigações, os quais poderão estar associados a novas estratégias, de forma a adoptar diferentes metodologias de valorização e salvaguarda dos bens culturais.

5.2.1. Importância do Arquitecto/ Técnico de Reabilitação

Pela responsabilidade de trabalhar com os bens comuns da sociedade, a concepção, o planeamento e a orientação das linhas estruturantes das intervenções deveriam ser feitas por um arquitecto especialista em conservação e restauro, com uma formação técnico-artística, iria contribuir para a selecção equilibrada das opções a adoptar. Para realização do diagnóstico dos projectos de reabilitação e salvaguarda, o arquitecto conservador-reabilitador poderá assim desempenhar um papel crucial na recolha prévia da informação e na constituição e coordenação de uma equipa de apoio que seja formada pelas especialidades teóricas e técnicas inerentes ao reconhecimento dos problemas.

Para gerir uma equipa pluridisciplinar, esta especialidade necessita de conhecimentos gerais sobre as várias áreas ligadas ao património e deve ainda ter a capacidade de gerir o orçamento disponível e de realizar estratégias de valorização. Deve ser capaz de manobrar os instrumentos necessários à intervenção de reabilitação, de agir de forma operativa e rápida, de prever e gerir os instrumentos técnicos e científicos, analisando os dados e rentabilizando os recursos técnicos, económicos e humanos, de forma a facilitar a transferência dos resultados assim obtidos para a sociedade²⁷⁴.

Algumas convenções internacionais mencionam a necessidade da especialidade do técnico em reabilitação como *Carta de Amesterdão* de 1975, a *Salvaguarda e papel contemporâneo dos centros históricos*, realizada pela UNESCO em 1976, a *Carta de Burra*, 1980 e a *Carta de Cracóvia*, de 2000. A importância de uma equipa pluridisciplinar já era recomendada pela *Carta de Atenas do Restauro* de 1931, pela *Carta de Veneza* de 1964, pelas *Normas de Quito* de 1967 e pela *Recomendação de Nairóbi* de 1976.

Um projecto de intervenção no património tem um conjunto complexo de questões inerentes, que não podem ser respondidas da mesma maneira como se de um projecto de raiz se tratasse. No caso da preservação do edificado, os materiais, as técnicas construtivas, as formas, a funcionalidade e utilidades, a sua envolvência, as escolhas de natureza político-económica e socioculturais, bem como as de natureza artística e estética, são elementos que por serem muitas vezes pré-existentes, implicam uma sensibilidade de trabalho diferente na nova edificação. O arquitecto/ técnico de reabilitação deverá então ser capaz de adaptar a investigação ao

²⁷⁴ - Livre tradução de BAGGLIONI, Raniero e LÓPEZ. *Ob. cit.*, pp.163.

conhecimento global do monumento, aplicando-o em cada projecto. Consequentemente, para além desta especialidade, os outros técnicos intervenientes no projecto deverão estar inteirados da particularidade e especificidade destas questões, devendo a sua formação específica na área do património, a nível académico e profissional, ser relevante.

5.2.2. Contributo da divulgação da Informação

A maneira de divulgar a informação relaciona-se com a cultura e com a economia em que se insere. A publicidade vende a informação através dos meios de comunicação para a sociedade, caracterizando uma vertente económica da informação. A divulgação dessa informação, desde que, bem estruturada e fundamentada, poderá servir de referência para a melhoria da comunicação entre as instituições ou fundações que gerem o património, permitindo uma constante actualização das novas descobertas históricas e científicas.

A organização da informação, segundo as normas nacionais e internacionais em vigor, traduz uma universalidade da linguagem, facilita a leitura e a crítica dos dados às pessoas exteriores aos projectos de investigação. A referência, segundo procedimentos coerentes na actividade de catalogação e inventariação, bem como, a utilização de ferramentas informáticas adequadas às recomendações, contribui para uma linguagem com um maior rigor científico, evitando situações e intervenções especulativas.

A utilização de instrumentos tecnológicos avançados e de variadas formas de suportes digitais para tratamento da informação, juntamente com a possibilidade de agilidade do seu envio através de novas tecnologias e da utilização da multimédia na edição de conteúdos temáticos, facilita a divulgação dos seus conteúdos à comunidade nacional e internacional. Permite ainda salvaguardar alguns conhecimentos sobre os bens culturais, arquivando dados que podem ser os únicos testemunhos em caso de desaparecimento do património.

As vantagens da acessibilidade e promoção da informação de natureza cultural, a todos os cidadãos, poderão ser uma forma de contribuir para uma melhoria das boas práticas das acções de restauro e conservação, incluindo a própria preocupação com a preservação dos bens culturais. A integração do património na sociedade é importante, pois através do contributo de todos e do seu esclarecimento sobre os problemas existentes, aumentam as possibilidades de os antever e de evitar. A preservação do património depende do tipo das soluções adoptadas. Assim, quanto maior for a quantidade e diversidade das contribuições, maior é a comparação e mais específica esta se pode tornar.



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA

Acções de Salvaguarda e Reabilitação do Património: O Exemplo do Palácio Fronteira

ANEXOS

Joana de Avelar Teixeira Califórnia Quintas

(Licenciada em Arquitectura de Interiores)

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos

Orientação Científica

Orientador, Prof. Catedrático Doutor Jorge Novais Telles Faria Corrêa Bastos

Co-orientador, Prof. Catedrático Doutor José Manuel da Cruz Fernandes

Júri

Presidente: Doutor José Manuel Aguiar Portela da Costa

Vogal: Doutor José Duarte Centeno Jorge

Doutora Maria Teresa Pires da Fonseca Dias

Prof. Catedrático Doutor José Manuel da Cruz Fernandes

Prof. Catedrático Doutor Jorge Novais Telles Faria Corrêa Bastos

Lisboa, Março de 2011

ANEXO 1.

O texto do Escritor Alexandre Herculano, pela importância e motivação que representou na nossa investigação, dada a sua contemporaneidade, é relevante para ser transcrito.

HERCULANO ALEXANDRE. *A voz do Profeta.* in MOURÃO-FERREIRA, David. *Alexandre Herculano e a Valorização do Património cultural português.* Edição da Secretaria – Geral de Estado da Cultura, 1977, Lisboa, pp. 10 e 11. B.N.L., cota 31576 H.G.

“ Corre desesperado o vandalismo de um a outro extremo do reino, desbaratando e assolando tudo. Cómico perfeito, desempenha todos os papéis, veste todos os trajos. Aqui é vereador, ali administrador do concelho: ora é ministro, logo deputado: hoje é escritor, amanhã funcionário. Corre na Carruagem do fidalgo, faz assentos de débito e crédito no escritório do mercador, dá silabadas em latim de missais, prega nos botequins sermões de economia política e de direito público, capitaneia soldados, vende bens nacionais, ensina ciências; em suma, é tudo e mora por toda a parte. Atento ao menor murmúrio dos tempos que foram, indignado pela mais fugitiva lembrança das gerações extintas, irrita-se com tudo o que possa significar uma recordação. Assim excitado, ora argumenta, ora, esbraceja, esfalfa-se. O eretismo dos nervos só pode afrouxar-lho, como as harmonias melancólicas de harpa eólica, o ruído de algum monumento que desaba.

Apesar da ferocidade nervosa do vandalismo, não se creia, todavia, que ele desalinhado no vestuário, carrancudo na catadura, decomposto nos meneios. Nada disso. O vandalismo é apropriado no traje, lhan e grave a um tempo no porte, pontual na cortesia. Encontrá-lo-eis nas salas requebrando as damas, dançando, tomando chá; no teatro palmeando com luvas brancas os lances dramáticos. Entende francês e leu Voltaire, Pigault Lebrun e os melhores tratados do *whist*: quase sabe ler e escrever português. O vandalismo é culto, instruído, civil e afável. Tirem-lhe de diante os monumentos; será o epílogo de todos os dotes e boas qualidades; será a mansidão encarnada.”

ANEXO 2. - Relativo ao Cap. 2. – O Legado das Ideias

A.2. REFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

A evolução e relacionamento das decisões internas e das directrizes indicadas pelas organizações, sobre a construção dos conceitos ligados ao património, estão registados em diversos documentos. As cartas patrimoniais e recomendações existentes são várias e, para o efeito do nosso estudo, apenas faremos uma breve descrição das que têm um interesse mais directo para a salvaguarda do património arquitectónico e arqueológico e uma ligação evidente com a investigação.

A.2.1. Organizações europeias e mundiais

Com a I e II Guerras Mundiais a Europa ficou devastada e, parte do património cultural e natural, perdeu-se. A organização política mais antiga deste continente, o **Conselho da Europa**, foi criada em 1949, com sede em Estrasburgo, França. Esta é distinta da União Europeia - **UE**¹, embora com normas interligadas. O objectivo deste conselho é o de “*realizar uma união mais estreita entre os seus membros*” (Art.º1 do Estatuto do Conselho da Europa), sugerindo para isso acções sociais, económicas, culturais, científicas, jurídicas e administrativas, interligadas que procuram defender os direitos humanos, melhorar as condições de vida e respeitar os valores de todos.

Inicialmente formada apenas por dez países europeus, reagrupa em 2009, quarenta e sete, reconhecendo cinco outros países com o estatuto de observadores. Após a década de 70, o Conselho da Europa contribuiu com novos princípios e conceitos sobre o património, que consideram os monumentos históricos e as componentes do ambiente humanizado e edificado, tais como os centros históricos, os conjuntos rurais, a herança de interesse técnico e industrial e o património arquitectónico do séc. XIX e XX².

Com o objectivo de reconhecer e de instaurar a paz, foi criada em Outubro de 1954, a Organização das Nações Unidas – **ONU**, sendo um dos organismos internacionais de maior importância. Esta fundou, em Novembro do mesmo ano, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - **UNESCO**, com sede em Paris e tendo como objectivos proteger a nossa frágil herança, assegurar os direitos humanos e as suas liberdades fundamentais.

¹ - A União Europeia - UE, anteriormente também designada de Comunidade Económica Europeia - CEE ou de Comunidade Europeia - CE, é uma organização económica e política que inclui actualmente vinte e sete estados-membros. Foi criada após a assinatura do *Tratado de Maastrich* de 1992 (pelos doze países que estavam na base da sua origem), do *Tratado de Paris* de 1951 (que determinava a Comunidade Europeia do Carvão e Aço) e dos *Tratados de Roma* de 1957 (que criaram a Comunidade Económica Europeia, da qual Portugal fez parte em 1987 e a Comunidade Europeia da Energia Atómica ou *Euratom*). Para que os países façam parte da UE necessitam primeiro de ser membros do Conselho da Europa.

² - LOPES, Flávio. *Ob. cit.*, pp. 25 e 25.

A UNESCO sucede à Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações³, um organismo da Sociedade das Nações, também designada de Liga das Nações, idealizada em 1919, em Versalhes pelos países vencedores da I Grande Guerra. Em 1959, surgiu a organização internacional não governamental o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais – **ICCROM**, com sede em Roma, e à qual, estão associados diversos Países (Portugal aderiu em 1967) e instituições e, um dos seus principais ideais, é a partilha de conhecimento sobre a conservação e o restauro. No ano de 1965, nasceu outra organização internacional não governamental, o Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios – **ICOMOS**, com sede em Paris e colaborando com a UNESCO para a qual tem funções consultivas⁴. Esta organização tem a finalidade de “*promover a conservação, a protecção, a utilização e valorização dos monumentos, conjuntos e sítios*”⁵. Destacamos ainda o Conselho Internacional de Museus - **ICOM**⁶, também uma organização não governamental, fundada em 1946 e que sucedeu ao Serviço Internacional de Museus, cooperando actualmente com a UNESCO.

A.2.2. Cartas e Convenções

Os tratados e convenções internacionais nasceram no sentido de preservar os bens culturais, cuja destruição mais grave decorria principalmente das guerras. A convenção mais antiga foi a de Bruxelas, em 27 de Agosto de 1874, embora não tenha sido concretizada na prática. Com a *Convenção de Haia* de 1899, revista em 1907, aplicaram-se pela primeira vez, alguns dos princípios de protecção dos bens em caso de conflito armado. As Cartas do Património permitem estabelecer as regras iniciais de convivência e de paz. Segundo Flávio Lopes (2004, pp.15 e 169) as doutrinas relacionadas com o património podem agrupar-se em:

“Convenções, tratados ou pactos (aprovados pelos Estados, que se obrigam a aplicar no seu território os princípios neles expressos); recomendações (definem os princípios capazes de orientar as políticas de cada Estado, mas sem carácter vinculativo); resoluções do Conselho da Europa (resultantes de conferências de ministros ou seus representantes, não têm carácter vinculativo, mas podem servir de modelo para a adopção de recomendações e de convenções); e os restantes actos – cartas, orientações, princípios, conclusões de encontros, declarações e «normas» (definem os princípios e os conceitos sobre determinada matéria, por forma a orientar a acção dos intervenientes, mas não têm carácter vinculativo) ”.

³ - A Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações foi um organismo da Sociedade das Nações ou Liga das Nações, criada com o *Tratado de Versalhes* de 1919, pelos países vencedores da I Grande Guerra. Esta organização foi extinta em 1942, durante a II Guerra Mundial, tendo sido atribuídas as suas responsabilidades à ONU, em 1946.

⁴ - LOPES, Flávio. *Ob. cit.*, pp. 25 e 25.

⁵ - ICOMOS, Comissão Nacional Portuguesa. *Estatutos ICOMOS – Portugal*. 1983, Lisboa. III. Finalidades, Artigo 4º.

⁶ - Como função consultiva do ICOMOS destaca-se a elaboração da Lista do património cultural. A Comissão Nacional Portuguesa do ICOM foi implementada em 1975 e publicada no Diário da República, 3ª Série, de 17 de Junho de 1975.

Em seguida resumem-se as principais inovações das cartas patrimoniais ou cartas de restauro, no sentido de clarificar a data de introdução e evolução dos conceitos de restauro.

TABELA – A.2.1. SÍNTESE DAS VÁRIAS CARTAS PATRIMONIAIS

Data	Convenção de restauro	Contributos
1931	Carta de Atenas do Restauro	<ul style="list-style-type: none"> – Evolução do restauro estilístico para a conservação estrita (art. I); – Recurso a técnicas e materiais considerados modernos (art. IV); – Preocupação com a envolvente dos monumentos; – Manutenção <i>in situ</i> e anastylosis com materiais distinguíveis (art. VI); – Colaboração de entre o arquitecto e o arqueólogo (art.VI); – Colaboração entre Países (das Nações Unidas) para salvaguardar o património internacional (art. V); – Importância da documentação e sua divulgação/publicações (art. VII); – Papel da educação para a preservação dos monumentos (art. VII). – Ampliação do conceito de Património (inclui agora as resultantes da ciência e da técnica);
1932	I Carta Italiana do Restauro.	<ul style="list-style-type: none"> – Salvaguarda do ambiente e envolvente dos monumentos; – Adequação do programa ao património⁷; – Importância da manutenção e consolidação (Ponto 1) com uma intervenção; mínima e com uma linguagem distinta (Ponto 7 e 8); – Defesa da anastylosis fundamentada a nível documental (ponto 3) e recusa do <i>ripristino</i> (Ponto 2); – Conservação de todos os períodos históricos do monumento (Ponto 6); – Uso de métodos construtivos modernos e de um conhecimento científico (Ponto 11);
1954	Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado - Haia	<ul style="list-style-type: none"> – Património Cultural e sua importância para a humanidade; – Salvaguarda dos bens culturais pelos Estados em caso de conflito armado;
1964	Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e Sítios	<ul style="list-style-type: none"> – Alarga o conceito de Monumento histórico - que inclui os centros históricos e os sítios urbanos ou rurais (art. I); – Nova definição de restauro: o restauro crítico; – Usos adequados ao interesse da sociedade (art.5); – Importância de todos os elementos – escultura, pintura e decoração (art. 8); – Definição de Autenticidade vs Falsificação e defesa do Projecto de Restauro (art. 9); – Equilíbrio dos valores históricos e estéticos (art. 11); – Exclusão da reconstrução e reconhecimento dos elementos introduzidos no restauro (art. 15).
1972	II Carta Italiana do Restauro	<ul style="list-style-type: none"> – Distinção entre Salvaguarda e Restauro (art. 4); – Relatório de programa e de acções (art. 5); – Reintegração (art. 7); – Reversibilidade (art. 8); – Medidas de salvaguarda do património arqueológico submarino e explorações arqueológicas terrestres (anexo A)⁸; – Indicação de instruções para a execução do restauro arquitectónico (anexo B) e para restauros pictóricos e escultóricos (anexo C); – Importância de uma fiscalização contínua dos trabalhos (anexo B); – Alargamento do conceito de centros históricos que inclui agora “ <i>todos os assentamentos humanos cujas estruturas unitárias ou fragmentadas</i>” (anexo D); – Medidas de salvaguarda e recuperação dos centros históricos com a indicação de instruções da tutela (anexo D); – Reestruturação como um tipo de intervenção urbanística (anexo D).

⁷ - Aguiar, José, *Ob. cit.*, pp.53

⁸ - Os princípios internacionais a serem aplicados nas escavações arqueológicas foram definidos em 1956 pela Conferencia Geral. *in* Recomendações de Nairóbi, 1976.

TABELA – A.2.1. SÍNTESE DAS VÁRIAS CARTAS PATRIMONIAIS (cont.)

Data	Convenção de restauro	Contributos
1972	Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural	<ul style="list-style-type: none"> – Património Mundial da Humanidade; – Lista de Património Mundial.
1975	Da Carta Europeia do Património Arquitectónico (CEPA) à Carta de Amesterdão	<ul style="list-style-type: none"> – Planeamento urbano sendo a conservação do património, um dos principais objectivos (CEPA, comité dos ministros); – Alargamento do conceito de património arquitectónico que inclui os monumentos, cidades antigas e também as povoações tradicionais em seu ambiente natural ou construído (CEPA, ponto 1); – Conservação Integrada (CEPA, ponto 7) e utilização de meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos (ponto 8); – Participação de todos (CEPA, ponto 9); – Alargamento do Conceito de Património Cultural⁹ (carta de Amesterdão, considerações básicas) e sua conservação a nível do planeamento urbano e regional; – Disponibilização de apoios financeiros pelas autoridades locais (carta de Amesterdão); – Importância do Património na educação (carta de Amesterdão); – Apoio financeiro das autoridades e disponibilização da informação para os vários agentes terem direito à opinião (carta de Amesterdão); – Alargamento do conceito de Reabilitação e sua promoção (carta de Amesterdão); – Intercâmbio internacional do conhecimento (carta de Amesterdão).
1976	Recomendação de Nairóbi	<ul style="list-style-type: none"> – Conjuntos históricos (definições); – Divulgação da informação e cooperação internacional; – Define as medidas e objectivos da conservação integrada e a sua inserção nas políticas de conservação (medidas de salvaguarda e medidas técnicas, económicas e sociais).
1980	Carta de Burra	<ul style="list-style-type: none"> – Define Significação cultural; – Distinção entre manutenção e reparação¹⁰ (definições); – Dentro da Conservação define as destinações compatíveis (art. 7); – Esclarecimento de Reconstrução (art. 17).
1987	Carta de Conservação e de Restauro de Objectos de Arte e Cultura	<ul style="list-style-type: none"> – Artefacto histórico em detrimento de monumento e obra de arte – Reformulação dos conceitos de Conservação, Prevenção, Salvaguarda, Restauro e Manutenção (definições); – Programa de salvaguarda, manutenção e prevenção inseparável do projecto de restauro (art. 3); – Realização de recomendações de conservação (art. 5)¹¹; – Reintegração parcial da imagem onde a figuração seja limitativa e da qual pode depender a conservação de outros elementos do edifício (art. 6); – Referência à vista desarmada dos novos elemento introduzido (art. 7); – Por oposição às cartas anteriores recomenda-se a utilização de materiais e técnicas tradicionais (art.7 e anexo B) – Uso de novos métodos de conservação e restauro devem ser investigados e aprovados previamente (art. 9); – espaços verdes (anexo A);

⁹ - O conceito de Património Cultural, inclui com a Carta de Amesterdão, não só os “edifícios individuais de excepcional qualidade e as suas envolventes, mas também todas as áreas das cidades ou das vilas com interesse histórico ou cultural”;

¹⁰ - “O termo manutenção designará a protecção contínua da substância, do conteúdo e do entorno de um bem e não deve ser confundido com o termo reparação. A reparação implica o restauro e a reconstrução, e assim será considerada” (Carta de Burra, 1980).

¹¹ - As recomendações referem-se aos factores ambientais, aos físico-químicos, aos biológicos e aos humanos. Incluem ainda as catástrofes naturais e as consequências que podem advir do grande número de visitantes ou danos de outro tipo.

TABELA – A.2.1. SÍNTESE DAS VÁRIAS CARTAS PATRIMONIAIS (concl.)

Data	Convenção de restauro	Contributos
1987	Carta de Conservação e de Restauro de Objectos de Arte e Cultura	<ul style="list-style-type: none"> – Esclarecimento e ampliação dos tipos de intervenção de reestruturação urbana, que integra agora a área que se desenvolve à volta do núcleo urbano. Consideração do impacto da urbanização intensa e de aspectos ecológicos e ambientais nos planos de reestruturação urbanística, que limita ainda os – Respeito pelas características tipológicas existentes vs renovação funcional dos espaços interiores (anexo A); – Importância de um estudo prévio antes de realizar o projecto de conservação e restauro (anexo B); – Intrusões para intervenções nos materiais, estruturas e sistemas construtivos dos monumentos (anexo B); – Instruções de salvaguarda, restauro e conservação dos restos durante as investigações terrestres e subaquáticas (anexo C).
-1983 e -1991	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução do Futuro sobre a Arquitectura contemporânea, e – Recomendação nºR.(91) 13, sobre a protecção do Património Arquitectónico do século XX, ambas pelo Conselho da Europa, Estrasburgo 	<ul style="list-style-type: none"> – Arquitectura Contemporânea (séc. XX) como património.
1994	Conferência de Nara	<ul style="list-style-type: none"> – Autenticidade; – Identidade cultural.
1995	Convenção do UNIDROIT sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, Roma	<ul style="list-style-type: none"> – Combate contra os danos causados aos bens culturais resultantes das pilhagens de sítios arqueológicos, perda de informações, tráfico ilícito e roubo do património.
1999	Carta sobre o Património Construído Vernáculo, México	<ul style="list-style-type: none"> – Património Vernáculo.
2000	Carta de Cracóvia	<ul style="list-style-type: none"> – Património intelectual associado à diversidade Cultural (preambulo); – Projecto de restauro como uma estratégia para conservar a longo prazo (ponto 3) – Esclarecimento dos tipos de Património edificado (ponto 5); – Paisagem como património cultural (ponto 9)¹².
2003	Nova Carta de Atenas	<ul style="list-style-type: none"> – Cidade sustentável; – Identidade urbana; – Noções de rede, criatividade e competitividade aliada ao desenvolvimento urbano.
2007	Carta de Leipzig	<ul style="list-style-type: none"> – Desenvolvimento urbano integrado (preambulo); – Estrutura urbana policêntrica europeia (preambulo); – Cidades como centro de conhecimento e inovação; – Intra-cidades e inter-cidades; – Cultura de construção e cultura arquitectónica (criação e preservação de espaços públicos de qualidade).

¹² - Em 1962 tinha sido já realizada, em Paris, a *Recomendação para a Salvaguarda da Beleza e do Carácter dos Sítios e Paisagens*, pela conferência geral da ONU, que efectuou ainda na mesma cidade, em 1972, a *Recomendação sobre Protecção, no Plano Nacional, do Património Cultural e Natural*. Nesta última recomendação ao conceito de património cultural é adicionado o de **monumento natural** “constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos dessas formações, que tenham um valor especial do ponto de vista estético ou científico”.

(a) Carta de Atenas do Restauro, 1931

Como resultado da conferência internacional para o estudo de métodos científicos aplicáveis ao exame e preservação de obras de arte, foi proposta a Carta de Atenas do Restauro a 21 de Outubro de 1931. Esta foi elaborada pelo Iº Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, numa época de grande crise económica associada ao período pós-bélico. A destruição resultante da I Grande Guerra (1914-1918) promoveu uma intensa actividade de restauração por toda Europa, que foi feita muitas vezes sem conhecimentos técnicos. A carta veio definir os critérios do restauro moderno para a conservação do património arquitectónico. A alteração de sensibilidades sobre o património vai estar na base do nascimento de um movimento internacional e é expressa em documentos posteriormente realizados pelo ICOM e pela UNESCO.

(b) I Carta Italiana do Restauro, 1932

Esta carta, realizada em Itália pelo IIº Conselho Superior para as Antiguidades e Belas Artes, foi influenciada pela Carta de Atenas de 1931 e implementou em Itália os seus princípios de base. Na linha ideológica do documento existia uma oposição ao restauro estilístico, onde se desaconselhava o retorno à forma primitiva que levava à falsificação dos monumentos através de intervenções com elementos arquitectónicos acrescentados. Gustavo Giovannoni foi um dos principais impulsionadores deste documento, defendendo a existência de disciplinas diferentes num projecto de restauro. A salvaguarda do ambiente e da envolvente dos monumentos são algumas inovações do documento. Destaca-se ainda a importância dada à necessidade de documentação, à **manutenção**¹³ e à consolidação (ponto 1).

(c) Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado - Convenção da Haia, 1954

Esta Convenção adoptada a 14 de Maio de 1954 pelos Países Baixos, entrou em vigor no panorama internacional a 7 de Agosto de 1956, para evitar a enorme destruição do património como a ocorrida durante a II Guerra Mundial. É o primeiro tratado internacional com princípios, para todos os países do mundo, que incidem exclusivamente sobre a protecção do património cultural¹⁴ em caso de conflito armado.

¹³ - A manutenção é “ (...) o conjunto de acções decorrentes de programas de intervenção, dirigidas a manter os objectos de interesse cultural em condições óptimas de integridade e funcionalidade, especialmente depois de terem sofrido intervenções excepcionais de conservação e/ou restauro”. (JUSTICIA, M., *Antología de textos sobre restauración*, Jaén, ed. Universidade de Jaén, 1996).

¹⁴ - O *Património Cultural* é definido como um bem cultural na Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado - Convenção da Haia, 1954: “Os bens, móveis ou imóveis, que apresentem uma grande importância para o património cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitectura, de arte ou de história, religiosos ou laicos, ou sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objectos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as colecções científicas e as importantes colecções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos” (<http://www.dggc.com>).

(d) Carta de Veneza, 1964

É desenvolvida em Maio de 1964 no II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos e organizada com o auxílio da UNESCO, do Conselho da Europa, do ICCROM, do ICOM e levou à fundação do ICOMOS. Partindo dos princípios da *Carta de Atenas*, alargou o conceito de **monumento histórico**¹⁵ embora, as directrizes ainda foquem os edifícios singulares. Já revê o tema da integridade das estruturas originais, colocando a possibilidade de remoção de elementos, caso isso seja indispensável à sua salvaguarda. Este documento ainda não integra a componente social e económica que resulta da conservação do património. Giulio Carlo Argan, Bonelli, Roberto Pane e Cesar Brandi, são alguns dos nomes que participam na configuração da carta e nas teorias do *Restauro Crítico* estando presentes no seu texto, nomeadamente na defesa de equilíbrio entre valores estéticos e históricos¹⁶.

(e) II Carta do Restauro, 1972

Influenciada por Brandi e pela experiência do *Instituto del Restauro*, a II Carta do Restauro foi criada a 6 de Abril de 1972, aprofundando muitos dos conceitos e ideais debatidos na Carta de Veneza de 1964. O documento considera como operações de **reintegração** as adições, as limpezas, as anastiloses, as modificações, as novas inserções e ambientações ou instalações da obra (Art.º 7). Como um dos contributos mais significativos desta carta, temos a introdução dos conceitos de **reversibilidade**¹⁷, **reestruturação urbanística**¹⁸ e a separação entre os conceitos de *Salvaguarda* e *Restauro*. No anexo D – a noção de *centros históricos* é alargada a:

“Todos os assentamentos humanos cujas estruturas, unitárias ou fragmentárias, ainda que se tenham transformado ao longo do tempo, hajam sido construídas no passado ou, entre muitos, os que eventualmente tenham adquirido um valor especial como testemunho histórico ou características urbanísticas ou arquitectónicas particulares”.

É referida a cultura urbana como um significado independente do valor artístico ou formal da arquitectura. A componente social, é tida como um aspecto do conjunto urbanístico numa Acção de Salvaguarda, sendo aconselhado um planeamento físico

¹⁵ - “A noção de monumento histórico compreende a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo” (Artigo 1º da Carta de Veneza, 1964).

¹⁶ - AGUIAR, José, *Ob. cit.*, pp.64

¹⁷ - “Todas as intervenções devem realizar-se de tal forma e com tais técnicas e materiais que possam garantir que, no futuro, sejam possíveis novas intervenções de salvaguarda ou restauro” (Artº. 8 da Carta do Restauro de 1972). in AGUIAR, José, *Ob. cit.*, pp.67 e 533.

¹⁸ - “A reestruturação urbanística é entendida como verificação e, eventualmente, correcção onde necessário, das relações dos “Centros históricos” com a estrutura territorial ou urbana com a qual forma uma unidade. É de particular importância a análise do papel territorial e funcional que o centro histórico desenvolveu ao longo do tempo e no presente. Nesse sentido, deve-se dedicar especial atenção à análise e à reestruturação das relações existentes entre centro histórico e desenvolvimentos urbanísticos e construtivos contemporâneos, sobretudo do ponto de vista funcional, com particular referência à compatibilidade de funções directoras”. (Carta do Restauro de 1972 - Anexo d).

territorial adequado. A função dos centros históricos é também relacionada com os transportes e equipamentos urbanos.

(f) Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972

Realizada em Paris, entre 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972, na décima secção da Conferência Geral da UNESCO, a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, procurou formular normas que preservassem o património cultural de forma colectiva, introduzindo a noção de *Património Mundial da Humanidade*. Neste documento internacional podemos observar que no **Património Mundial** são incluídos os bens naturais e culturais, sendo um direito de todos os povos do mundo, independentemente do território em que se localizam.

Desta forma, foi realizada uma Lista do Património Mundial “*cuja protecção é uma responsabilidade de cooperação da comunidade internacional como um todo*” que atribuí benefícios financeiros e técnicos aos bens classificados e conferindo ainda, uma projecção internacional ao património¹⁹. Actualmente a classificação de bens na Lista do Património Mundial (segundo as categorias de “Património Cultural Mundial”, Património Natural Mundial” ou ainda “Património Cultural Natural Misto”) é preparada pela União para a Conservação Mundial - **IUCN** e decidida pelo *Comité* do Património Mundial da UNESCO.

A designação de Património Mundial incluiu a ideia de humanidade mas não especifica esta noção nem o que ela implica e até hoje não existem referências a tal. O conceito de património relaciona-se com o de **direito** e o de **humanidade**: “*Direito deriva etimologicamente de “ius rectum”, que significa aquilo que é justo, o Direito visa a prossecução daquilo que é justo. O Homem é um ser eminentemente social, vive em sociedade. Para que esta convivência social seja possível, é necessário que a sua conduta seja regulada, de modo a que seja possível a realização do seu interesse próprio e a convivência com os outros Homens*”²⁰. Na civilização Romana o direito foi definido, no séc. V a.C., na *Lei das Doze Tábuas* e aplicado pelos jurisconsultos. Este baseava-se em conceitos éticos como igualdade (*aequitas*), costume (*mos majorum*) e dignidade (*honestas, dignitas*)²¹.

¹⁹ - A lista de bens que se inscrevem na Lista do Património Mundial tem vindo a aumentar, sendo constituída em Abril de 2009 por 689 bens culturais, 176 bens naturais e 25 patrimónios culturais mistos. Portugal tem classificados 12 patrimónios culturais e 1 património natural. *in* <http://whc.unesco.org/en/list>. Esta procura turística dos bens classificados tem vindo a crescer depois do seu estatuto de Património Mundial, o que por vezes pode originar um desequilíbrio entre as capacidades oferecidas aos visitantes e as condições de conservação e preservação.

²⁰ - *Infopédia e Dicionários*. Porto Editora, 2003-2009. Disponível na internet em <http://www.infopedia.pt>

²¹ “*Desde o fim da República, foram sendo distinguidos e classificados o jus naturale, direito natural comum a todos os seres animados; o jus gentium, direito das gentes/pessoas, comum a todas as nações; e o jus civile, o direito civil, constituído pelas regras próprias de cada cidade, incluindo os éditos dos magistrados. Distingue-se também o direito público (jus publicum), emanado de uma fonte oficial, e o direito privado (jus privatum), emanado de qualquer acto privado. No seio do Império, cidadãos, escravos e estrangeiros ou peregrinos, possuíam estatutos jurídicos distintos*” (*Infopédia e Dicionários*. <http://www.infopedia.pt>).

A noção de **património da humanidade** incluiu a interacção de juízo de valores com os direitos.

(g) Da Carta Europeia do Património Arquitectónico à Carta de Amesterdão, 1975

A Carta Europeia do Património Arquitectónico foi adoptada pelo Comité dos Ministros do Conselho da Europa, em 26 de Setembro de 1975. Destaca-se o papel social e económico dado ao património, nos artigos 3º - “O *património arquitectónico é um capital de insubstituível valor espiritual, cultural, social e económico*” e 4º - “A *estrutura dos centros e sítios históricos conduz a um equilíbrio social harmonioso*” e ao seu contributo para a educação.

A **Conservação Integrada** é considerada como uma forma de afastar as ameaças e prevenir contra os perigos que o Património enfrenta (através da utilização de técnicas adequadas de restauro; da escolha de funções apropriadas; da melhoria das condições de habitabilidade; da realização de bons planos urbanos que eliminem a especulação imobiliária). O documento refere ainda, que “a *conservação integrada depende de suporte legal, administrativo, financeiro e técnico*” (artigo 8º) e que, “*não consegue ser bem sucedida sem a cooperação de todos*” (Artigo 9º).

Em Outubro de 1975 é publicada a Declaração de Amesterdão que se baseou na Carta Europeia do Património Arquitectónico ficando, mais tarde, conhecida como Carta de Amesterdão. Esta alarga o conceito de reabilitação (incluindo agora as cidades históricas) e a classificação nacional do património arquitectónico embora, ainda se limite à propriedade comum do continente europeu (Artigo 10º). Só com a *Carta de Toledo*, em 1987, é que foram publicadas as preocupações internacionais com o património urbano²².

(h) Recomendação de Nairóbi, 1976

A Conferência Geral da UNESCO foi reunida em Nairobi, de 26 de Outubro a 30 de Novembro de 1976, na sua décima nona sessão, caracterizando-se por recomendações relativas à salvaguarda dos **conjuntos históricos**²³ e da sua função na vida contemporânea. Este documento considera os conjuntos tradicionais como um valor importante para a sociedade. As actividades humanas são, juntamente com as construções, a estrutura espacial e as zonas circundantes, elementos de cada conjunto histórico ou tradicional, considerados como um todo coerente e cujo equilíbrio

²² - A Carta de Toledo – *Carta Internacional para a Conservação das Cidades Históricas*, foi elaborada em 1987 pelo ICOMOS e define os princípios, objectivos, métodos e instrumentos de actuação para conservar os bens da cidade que definem a memória da humanidade.

²³ - “*Considera-se conjunto histórico ou tradicional todo o agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto-de-vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural. Entre esses “conjuntos”, que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogéneos, ficando entendido que estes últimos deverão, em regra, ser conservados em sua integridade*” (Definições das Recomendação de Nairobi, 1976).

e carácter específico dependem da síntese dos elementos que o compõem. A Cooperação Internacional também é um aspecto inovador desta Carta, que promove o debate alargado, incentivando a documentação e a divulgação da informação a nível mundial como uma forma de Salvaguarda.

(i) Carta de Burra, 1980

A Carta de Burra ou Carta para a Conservação dos Lugares de Valor Cultural, foi elaborada, em 1976, na Austrália e segue a mesma linha conceptual da *Carta de Veneza*. Introduce o conceito de **significação cultural** “*como um valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras*” e associa-o a um uso compatível²⁴. Numa intervenção de conservação (em sítios, monumentos e áreas históricas defende-se como fins compatíveis, os que compreendem a ausência de modificação do edifício, as alterações reversíveis do seu conjunto e o mínimo de transformações que revelem algum impacto sobre as partes do edificado com significação cultural (Artigo 7º).

(j) Carta de Conservação e de Restauro de Objectos de Arte e Cultura, 1987

Na década de 80, iniciou-se uma polémica que dividia os defensores do restauro filológico (P. Marconi) e a conservação estrita (C. Brandi) resultando assim, a Carta de Conservação e de Restauro de Objectos de Arte e Cultura de 1987, elaborada pelo Consiglio Nazionale di Ricerca. Esta questionava a Carta do Restauro de 1972 e alguns paradigmas de C. Brandi, sustentando que o restauro não se deveria limitar “*à matéria da obra de arte*”, que o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte poderia não ser o objectivo principal do restauro, que a “*instância estética*” não é um valor essencialmente visual mas antes o resultado de várias actuações e de diferentes actores e, por fim, que a valorização da imagem e patina superficial contrastava com as escolhas dos materiais de consolidação, modificando profundamente a construção não visível e traduzindo uma incompreensão da relação entre forma e a construção (José Aguiar, 2005, pp. 69-70).

Neste estudo, destaca-se ainda o *Anexo D*, onde são dadas instruções para a realização do projecto de investigação antes do projecto de conservação ou restauro:

- (i) Defende o reconhecimento, com verificação e reconstrução histórica, do estado de conservação do objecto e das condições ambientais a que está sujeito, fundamentando-o com a documentação consultada, para que se possa individualizar a origem e a natureza dos possíveis contaminantes;
- (ii) As condições intrínsecas do objecto devem ser conhecidas antes da intervenção e a sua verificação é feita através de exames e análises a nível físico, químico e numérico, registadas num diário de restauro;

²⁴ - “O uso compatível designará uma utilização que não implique mudança na significação cultural da substância, modificações que sejam substancialmente reversíveis ou que requeiram um impacto mínimo” (ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *Carta de Burra - Austrália*, 1980, Art.º 1º).

- (iii) A documentação obtida deve ser constituída por partes específicas com recurso não só à fotografia, mas também a várias formas de reprodução visual (IR, UV, X); e,
(iv) Instruções para retirar as amostras a ser analisadas.

(k) Conferência de Nara, 1994

Com o objectivo de discutir o papel do património cultural no contexto da **globalização**²⁵ realizou-se pelo Comité do Património Mundial em 1994, a Conferencia sobre a autenticidade em relação à convenção do património mundial – Conferencia de Nara (Japão). Propôs o debate sobre o pensamento tradicional, a conservação, o restauro, analisando o respeito pela diversidade cultural. Procurou o esclarecimento da noção de autenticidade, para clarificar o valor universal dado aos bens culturais, classificados de Património Mundial. A problemática da globalização e da homogeneização é relacionada com a busca da identidade cultural, em que “*a diversidade das culturas e do património cultural no nosso mundo é uma fonte insubstituível de riqueza espiritual e intelectual para toda a humanidade*” e que “*todas as culturas e sociedades exprimem-se por formas particulares e através de meios tangíveis e intangíveis de expressão, que constituem o seu património, e estas devem ser respeitadas*”.

O documento afirma que a diversidade das culturas deve ser respeitada, pois representa a riqueza espiritual e intelectual da humanidade, acrescenta ainda, que o património cultural de cada um é o património de todos. Neste sentido, defende que se deve equilibrar a cultura local com a riqueza da cultura global. A noção de autenticidade é apresentada como os valores dos bens que caracterizam o património de uma civilização, ou seja, é a representação simbólica como um sentido atribuído por várias pessoas que dá valor ao património cultural – a autenticidade está dependente das várias culturas (o que é original para uma cultura pode não ser para outra). Sendo esta, um factor ético, a convenção refere que para a conhecer é necessária uma investigação histórica e científica, compreendendo as transformações do seu significado ao longo do tempo.

(l) Carta de Cracóvia, 2000

Na Conferencia Internacional sobre Conservação - *Kraków 2000*, foram enunciados novos princípios para salvaguardar o património. É defendida a existência da diversidade das múltiplas identidades que constituem a Europa actual. No entanto, a pluralidade e singularidade dos valores culturais podem originar conflitos de interesse, pelo que é necessária a consciencialização dos problemas existentes e a reflexão das decisões sobre o património cultural. O respeito na coexistência é uma atitude fundamental para a aproximação das diferentes identidades. Na gestão dos bens a Carta sustenta que é importante a observação das ameaças e das oportunidades

²⁵ - O conceito de Globalização tem origem nas escolas norte-americanas de administração e difundiu-se numa linguagem neoliberal utilizada nas principais potências capitalistas, como os EUA, a Europa Ocidental e o Japão. Estas tinham em comum, a procura de uma economia sem fronteiras, onde o capitalismo é um tipo de produção e simultaneamente um processo civilizacional (Telma, Talita 2008).

Nesta carta é introduzida a ideia de **património intelectual** cujo significado está associado à diversidade cultural. O património edificado é separado por classes que incluem o património arqueológico, os edifícios históricos e monumentos, a decoração arquitectónica, esculturas e elementos, as cidades históricas e os povos. Ao património construído são associados vários conceitos de intervenção (como manutenção, restauro, renovação, reparação e reabilitação), que variam de acordo com o tipo de bem em questão. A gestão da herança cultural e a participação dos cidadãos são alguns aspectos defendidos para o desenvolvimento sustentado da sociedade. A paisagem é associada a valores culturais, contendo aspectos humanos, naturais e integrando valores materiais e inatingíveis. Sugestão da conservação integrada para as paisagens arqueológicas.

(m) Nova Carta de Atenas, 2003

Com características muito distintas da *Carta de Atenas de 1933*, a Nova Carta de Atenas, da responsabilidade do Conselho Europeu de Urbanistas – CEU, foi aprovada em 1998, na Conferência Internacional de Atenas, sendo revista desde então. O documento traduz a preocupação com a coerência social, económica e ambiental, centrando-se “*nos habitantes e nos utilizadores da Cidade e nas suas necessidades num mundo em grandes mudanças*”. Na primeira parte, a carta define os elementos duma *Cidade Coerente* (Parte A) e, na segunda (Parte B), a reabilitação urbana relaciona-se com as preocupações de uma **cidade sustentável**²⁶, como as alterações sociais (coerência no tempo, nos espaços construídos e na cultura ou identidade), políticas (luta contra desigualdades sociais, desemprego, pobreza, e criminalidade), económicas, tecnológicas (não excluir os cidadãos das vantagens das comunicações, transportes, equipamentos e serviços), ambientais (luta contra a poluição, defesa da reutilização de recursos e da energia renovável) e urbanas. O conceito de identidade é alargado à integração de diferentes culturas que definem uma identidade urbana. Destacam-se ainda as noções de **rede**²⁷, de **criatividade** e de **competitividade**, aliadas ao desenvolvimento urbano.

²⁶ - A *Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias* (Aalborg 1994) define a cidade como “a maior unidade com capacidade para gerir os numerosos desequilíbrios urbanos que afectam o mundo moderno: arquitectónicos, sociais, económicos, políticos, recursos naturais e ambientais, mas são também a menor unidade na qual se poderão resolver estes problemas, de uma forma eficaz, integrada, global e sustentável”. Richard Rogers, em “*Cities for a Small Planet*” (1997) define-a como: “uma cidade justa, onde justiça, alimentação, educação, saúde e esperança estão ao alcance de todos e todos participam no governo da sua cidade; bonita, onde a arte, a arquitectura e a paisagem permitem a imaginação e libertam o espírito; criativa, onde a tolerância e a experimentação mobilizam todo o potencial dos seus cidadãos, permitindo uma rápida resposta à mudança; ecológica, que minimiza o seu impacto ecológico, onde a paisagem e a construção se encontram em equilíbrio e em que edifícios e infra-estruturas são seguros e eficientes em termos de consumo e de recursos; de contacto e mobilidade fácil, onde a informação é trocada presencial e electronicamente; compacta e policêntrica, que protege a natureza, focando e integrando comunidades em bairros e maximizando a propriedade; diversa, onde um leque alargado de actividade se sobrepõe, potenciando a animação, inspiração e vitalidade”.

²⁷ - “*Rede: Entidade flexível composta por um sistema de unidades interligadas, partilhando algumas das orientações comuns e a capacidade para responder de forma concertada e selectiva*”. in *Conceitos chave, Nova Carta de Atenas, 2003*.

(n) Carta de Leipzig, 2007

A Carta de Leipzig sobre Cidades Europeias Sustentáveis foi assinada na Alemanha em 2007, pelos ministros europeus responsáveis pelo ordenamento do território e urbanismo, numa reunião sobre desenvolvimento urbano e coesão territorial, organizada pela UE. Ela define as bases de uma nova política urbana europeia, que aposta no “renascimento das cidades” e procura resolver os problemas nacionais de exclusão social, envelhecimento, alterações climáticas e mobilidade, através de um dinamismo urbano face a uma competição global. Como inovações do documento podemos referir por um lado, a ideia de que cidades por serem elementos activos (a nível social, económico e cultural) são únicas e insubstituíveis, por outro que elas são centros de **conhecimento e inovação** e por isso elementos favoráveis à inclusão social e com potencialidades de crescimentos económico.

No documento, são enunciados alguns problemas que a urbe enfrenta, tais como o demográfico, a desigualdade social, a exclusão social de grupos específicos, a falta de habitação compatível e as más condições ambientais. Com o objectivo de terminar com o conflito de interesses, é questionado a quem pertence a cidade. Propõem-se um equilíbrio entre intra-cidades e inter-cidades, de modo a manter uma diversidade cultural e a qualidade do património construído e ambiental.

É ainda defendida, a necessidade de estratégias globais e de acções coordenadas da administração a inter-níveis (nacional, regional e local) e a importância da coordenação das acções sectoriais, que possibilitem a implementação de políticas urbanas integradas à escala europeia, tendo em conta, as necessidades locais e o princípio de subsidiariedade²⁸. A Carta introduz o conceito de **cultura de construção**²⁹ e de **cultura arquitectónica**, associando a capacidade de atracção de uma cidade à sua competitividade.

Dada a importância de conhecimento de outras cartas e convenções internacionais, transcreve-se uma lista de normas internacionais realizadas por F. Lopes³⁰.

²⁸ - A Constituição Europeia adaptou o protocolo sobre a aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade no *Tratado da Comunidade Europeia* - CE em Amesterdão em 1997. Segundo o *Tratado que constituiu a Comunidade Europeia* (artigo. 5) “O princípio de subsidiariedade pretende assegurar uma tomada de decisões tão próxima quanto possível do cidadão, mediante a verificação constante de que a acção a empreender a nível comunitário se justifica relativamente às possibilidades oferecidas pelo nível nacional, regional ou local. Concretamente, trata-se de um princípio segundo o qual a União só deve actuar quando a sua acção seja mais eficaz do que uma acção desenvolvida a nível nacional, regional ou local - excepto quando se trate de domínios da sua competência exclusiva” (http://europa.eu/scadplus/glossary/subsidiarity_pt.htm).

²⁹ - “A cultura da construção retrata o modo como a sociedade se relaciona com o ambiente construído e abarca a arquitectura, a engenharia civil, o urbanismo, a arquitectura paisagista e a protecção do património arquitectónico” (Carta de Leipzig, 2007).

³⁰ - BRITO, Miguel. *Património arquitectónico e arqueológico – Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. Livros Horizonte, 2004, Lisboa, pp. 321 – 327. B.N.L., cota 24427 B. A.

TABELA - A.2.2. NORMAS DE ORGANISMOS COM ÂMBITO INTERNACIONAL

Ano	Documento	Organismo
1874	Convenção de Bruxelas – Projecto de declaração internacional sobre as leis e os costumes da Guerra de Bruxelas, 27 de Agosto.	
1899	Convenção de Haia – Convenção (II) sobre as leis e costumes da guerra em terra. Haia (Países Baixos), 29 de Julho.	
1904	Recomendações do 6º Congresso Internacional dos Arquitectos. Madrid, 6 a 13 de Abril.	
1907	Convenções de Haia – Convenção (IV) sobre as leis e costumes da guerra em terra e Convenção (IX) sobre o bombardeamento por forças navais em tempo de guerra. Haia (Países Baixos), 18 de Outubro.	
1935	Pacto de Washington ou Pacto Roerich – Tratado para a protecção de instituições artísticas e científicas e de monumentos históricos. Washington, D.CC., 15 de Abril.	União Pan-Americana
1936	Ante-projecto de Convenção Internacional para a protecção dos monumentos e obras de arte em tempo de guerra. Genebra, 12e 13 de Outubro.	Serviço Internacional de Museus da Sociedade das Nações
1937	Resolução da Assembleia da Sociedade das Nações sobre escavações arqueológicas. Genebra, 30 de Setembro.	Serviço Internacional de Museus da Sociedade das Nações
1956	Recomendação sobre cursos internacionais de arquitectura e urbanismo. Nova Deli (Índia), 5 de Dezembro.	UNESCO
1963	Recomendação 365 e Directiva 216, da Assembleia Parlamentar sobre a defesa e valorização de sítios e conjuntos históricos ou artísticos. Estrasburgo, 10 de Maio.	Conselho da Europa
	Recomendação 249 e Directiva 216, da Assembleia Parlamentar sobre a actuação das autoridades locais no domínio da defesa e valorização de sítios históricos ou artísticos. Estrasburgo, 10 de Maio.	
1964	Recomendação sobre as medidas a adoptar para proibir e impedir a importação, a exportação e a transferência, ilícitas, da propriedade de bens culturais. Paris, 19 de Novembro.	UNESCO
1965	Conclusões do simpósio pan-americano sobre a preservação e o restauro de monumentos históricos. San Agustín, Florida (Estados Unidos da América).	Organização de Estados Americanos
	Directiva 243, da Assembleia Parlamentar sobre um programa de acção do Conselho da Europa para a defesa e valorização de sítios históricos ou artísticos. Estrasburgo, 30 de Setembro.	Conselho da Europa
1966	Resolução 19 do Conselho de Ministros sobre os critérios e métodos de catalogação de edifícios antigos e de sítios históricos ou artísticos. Estrasburgo, 26 de Março.	Conselho da Europa
	Resolução 20 do Conselho de Ministros sobre a revitalização de monumentos. Estrasburgo, 26 de Março.	
1967	Normas de Quito. Relatório final do encontro sobre a preservação e utilização de monumentos e sítios de valor artístico e histórico. Quito (Equador), 29 de Novembro a 2 de Dezembro.	Organização de Estados Americanos

TABELA – A.2.2. NORMAS DE ORGANISMOS COM ÂMBITO INTERNACIONAL (cont.)

Ano	Documento	Organismo
1968	Resolução 11 do Conselho de Ministros sobre os princípios e práticas de preservação activa e reabilitação de conjuntos de edifícios de interesse histórico e artístico. Estrasburgo, 3 de Maio.	Conselho da Europa
	Resolução 12 do Conselho de Ministros sobre a conservação activa de sítios, monumentos e conjuntos de interesse histórico e artístico, no âmbito do ordenamento do território. Estrasburgo, 3 de Maio.	
	Recomendação da segunda conferencia sobre a conservação, o restauro e a revitalização de conjuntos e sítios de interesse histórico. Tunis (Tunísia), 9 a 16 de Junho.	ICOMOS
	Recomendação sobre a preservação dos bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas. Paris, 19 de Novembro.	UNESCO
1969	Resoluções da 1ª conferência europeias de ministros responsáveis pela salvaguarda e revitalização do património cultural imóvel. Bruxelas, 25 e 27 de Novembro.	Conselho da Europa
1970	Recomendação 612 da Assembleia Parlamentar sobre um projecto de lei para a protecção activa do património cultural imóvel da Europa. Estrasburgo, 23 de Setembro.	
	Resolução 65 da Conferencia Permanente dos Poderes Locais e Regionais da Europa sobre o papel das autoridades locais e regionais na implementação de uma política de defesa e valorização dos conjuntos e sítios de interesse histórico e artístico. Estrasburgo, 29 de Outubro.	
1972	Resolução 20 do Comité de Ministros aos Estados Membros sobre a compilação de inventários nacionais de monumentos, conjuntos e sítios de interesse histórico e artístico. Estrasburgo, 30 de Maio.	ICOMOS
	Resoluções do Simpósio sobre a introdução de arquitectura contemporânea em conjuntos antigos. Budapeste (Hungria), 27 a 30 de Junho.	
	Recomendação 681, da Assembleia Parlamentar sobre a protecção do património arquitectónico da Europa. Estrasburgo, 20 de Outubro.	Conselho da Europa
1974	Resolução de Santo Domingo – 1º Seminário inter-americano de conservação e restauro do património monumental dos períodos colonial e republicano. Santo Domingo (República Dominicana), 2 a 8 de Dezembro.	Organização de Estados Americanos
1975	Recomendação 750 da Assembleia Parlamentar sobre a conservação do património arquitectónico da Europa. Estrasburgo, 24 de Janeiro.	Conselho da Europa
	Resoluções do simpósio internacional sobre a conservação de pequenas cidades históricas. Rothenburgog der Tauber (Alemanha), 29 e 30 de Maio.	ICOMOS
	Resolução 598 da Assembleia Parlamentar sobre os aspectos sociais da protecção do património arquitectónico. Estrasburgo, 1 e Outubro.	Conselho da Europa

TABELA – A.2.2. NORMAS DE ORGANISMOS COM ÂMBITO INTERNACIONAL (cont.)

Ano	Documento	Organismo
1976	Resolução (76) 28 do Conselho de Ministros sobre a adaptação dos sistemas legislativos e regulamentares às exigências da conservação integrada do património arquitectónico. Estrasburgo, 14 de Abril.	Conselho da Europa
	Convenção de San Salvador – Convenção para a protecção do património arqueológico, histórico e artístico das nações americanas. San Salvador (Chile), 16 de Junho.	UNESCO
	Recomendações sobre o intercâmbio internacional de bens culturais. Narobi (Quénia), 26 de Novembro.	Organização de Estados Americanos
1977	Carta de Quito – Conclusões do Colóquio sobre a preservação dos centros históricos face ao crescimento das cidades contemporâneas. Quito (Equador), 11 de Março.	ONU, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
	Recomendação 810 e Resolução 658, da Assembleia Parlamentar sobre a cooperação europeia no domínio do turismo. Estrasburgo, 8 de Julho.	
1978	Directiva 364 da Assembleia Parlamentar sobre os aspectos culturais do turismo. Estrasburgo, 8 de Julho.	Conselho da Europa
	Recomendação 848 da Assembleia Parlamentar sobre o património cultural subaquático. Estrasburgo, 4 de Outubro.	
	Recomendação sobre a protecção de bens culturais móveis. Paris, 28 de Novembro.	UNESCO
1979	Recomendação 872 da Assembleia Parlamentar sobre a arqueologia industrial. Estrasburgo, 28 de Junho.	Conselho da Europa
	Recomendação 880 da Assembleia Parlamentar sobre a conservação do património arquitectónico europeu. Estrasburgo, 8 de Outubro.	
	Resolução 707 sobre o papel dos parlamentos nacionais na convenção do património arquitectónico. Estrasburgo, 8 de Outubro.	
	Resolução 708 sobre o papel das colectividades locais. Estrasburgo, 8 de Outubro.	
	Resolução 709 sobre o papel das associações privadas. Estrasburgo, 8 de Outubro.	
	Recomendação 881 da Assembleia Parlamentar sobre o património arquitectónico rural. Estrasburgo, 8 de Outubro.	
1980	Recomendação n.º R 16 do Comité de Ministros dos Estados Membros, sobre a formação especializada de arquitectos, urbanistas, engenheiros civis e arquitectos paisagistas. Estrasburgo, 8 de Outubro.	
1981	Recomendação n.º R 13 do Comité de Ministros dos Estados Membros, sobre as acções a empreender a favor de certos ofícios ameaçados de desaparecimento no âmbito da actividade artesanal. Estrasburgo, 1 de Julho.	
1982	Declaração de Tlaxacala sobre a revitalização de pequenas povoações, 3.º Simpósio inter-americano sobre a conservação do património monumental. Tlaxacala (México), 25 a 28 de Outubro.	ICOMOS

TABELA – A.2.2. NORMAS DE ORGANISMOS COM ÂMBITO INTERNACIONAL (cont.)

Ano	Documento	Organismo
1982	Declaração de Dresden – Simpósio sobre a reconstrução de monumentos destruídos pela guerra. Dresden (República Democrática Alemã), 15 a 18 de Novembro.	ICOMOS
1985	Convenção de Delfos – Convenção Europeia sobre infracções a bens culturais. Delfos (Grécia), 23 de Junho.	Conselho da Europa
	Resoluções da 2. ^a conferência europeia de ministros responsáveis pelo património arquitectónico. Granada (Espanha), 3 e 4 de Outubro.	
1986	Recomendação n.º R 11 do Comité de Ministros do Estados Membros sobre os espaços públicos urbanos. Estrasburgo, 12 de Setembro.	
	Recomendação 1042 da Assembleia Parlamentar sobre a protecção do património cultural contra as catástrofes. Estrasburgo, 19 de Setembro.	
	Recomendação n.º R 15 do Comité de Ministros do Estados Membros sobre a promoção dos ofícios artesanais intervenientes na conservação do património arquitectónico. Estrasburgo, 16 de Outubro.	
1987	Recomendação n.º R 24 do Comité de Ministros do Estados Membros sobre as cidades industriais europeias. Estrasburgo, 2 de Outubro.	
1988	Recomendação n.º R 5 do Comité de Ministros do Estados Membros sobre a luta contra a degradação material do património arquitectónico acelerada pela poluição. Estrasburgo, 7 de Março	
	Recomendação 1072 da Assembleia Parlamentar sobre a protecção internacional dos bens culturais e a circulação de obras de arte. Estrasburgo 23 de Março.	
1989	Recomendação n.º R 5 do Comité de Ministros do Estados Membros sobre a protecção e valorização do património arqueológico no contexto de operações de ordenamento do território urbano e rural. Estrasburgo, 13 de Abril.	
	Resolução 916 da Assembleia Parlamentar sobre os edifícios religiosos desafectados. Estrasburgo, 9 de Maio.	
1990	Recomendação n.º R 20 do Comité de Ministros do Estados Membros sobre a protecção e conservação do património técnico, industrial e das obras de arte na Europa. Estrasburgo, 13 de Setembro.	
1991	Recomendação n.º R 6 do Comité de Ministros do Estados Membros sobre as medidas susceptíveis de favorecer o financiamento da conservação do património arquitectónico. Estrasburgo, 11 de Abril.	
	Conclusões do Simpósio de Cracóvia sobre o património cultural. Cracóvia (Polónia), 28 d Maio a 7 de Junho.	Conselho de Segurança e Cooperação Europeia
1992	Resoluções sobre a 3. ^a conferência europeia de ministros responsáveis pelo património cultural. La Valetta (Malta), 16 e 17 de Janeiro.	Conselho da Europa

TABELA – A.2.2. NORMAS DE ORGANISMOS COM ÂMBITO INTERNACIONAL (cont.)

Ano	Documento	Organismo
1992	Carta de Veracruz - Critérios para uma política de actuação nos centros históricos da América Latina. Cidade do México, 22 de Maio.	Organizações de Estado Americanos
	Carta de Courmayeur – Simpósio internacional sobre a protecção do património artístico e cultural contra o roubo e o tráfico ilegal. Courmayeur (Itália), 25 a 27 de Junho.	UNESCO
1993	Orientações sobre a educação e a formação para a conservação de monumentos, conjuntos e sítios. Colombo (Sri Lanka), 30 Julho a 7 de Agosto.	ICOMOS
	Carta de Fez sobre as cidades Património Mundial. Fez (Marrocos), 8 de Setembro.	OVP-OWHC ³¹
	Declaração de Oaxaca adoptada no Seminário sobre educação, trabalho e pluralismo cultural. Oaxaca (México).	UNESCO
	Recomendação n.º R 9 do Comité de Ministros dos Estados Membros sobre, a protecção do património arquitectónico contra as catástrofes naturais. Estrasburgo, 23 de Novembro.	
1995	Recomendação n.º R 3 do Comité de Ministros dos Estados Membros sobre, a coordenação dos métodos e dos sistemas de documentação em matéria de monumentos históricos e de edifícios do património arquitectónico. Estrasburgo, 11 de Janeiro.	Conselho da Europa
	Recomendação n.º R 9 do Comité de Ministros dos Estados Membros sobre, a conservação, de sítios culturais, integrada nas políticas da paisagem. Estrasburgo, 11 de Setembro.	
1996	Declaração de San Antonio – Simpósio inter-americano sobre a autenticidade na conservação e gestão do património cultural. San Antonio (Texas, EUA), 27 e 30 de Março.	ICOMOS
	Resoluções da 4.ª conferência europeia de ministros responsáveis pelo património cultural. Helsínquia (Finlândia), 30 e 31 d Maio.	Conselho da Europa
	Recomendação n.º R 6 do Comité de Ministros do Estados Membros sobre a protecção do património cultural contra actos ilícitos. Estrasburgo, 19 de Junho.	
	Princípios para o inventário de monumentos, conjuntos e sítios. Sófia (Bulgária), 5 e 9 de Outubro	ICOMOS
1997	Recomendação n.º R 2 do Comité de Ministros do Estados Membros sobre a manutenção permanente do património cultural contra a deterioração devida à poluição e a outros factores similares. Estrasburgo, 4 de Fevereiro.	Conselho da Europa
	Carta sobre o uso de antigos locais de espectáculo, incluindo a Degradação de Segesta. Verona e Palermo (Itália), Agosto	
1998	Recomendação n.º R 4 do Comité de Ministros do Estados Membros sobre medidas susceptíveis de favorecer a conservação integrada de conjuntos históricos compostos por bens culturais móveis e imóveis. Estrasburgo, 17 de Março.	Conselho da Europa

³¹ - Organização das Cidades Património Mundial (OVPM-OWHC)

TABELA – A.2.2. NORMAS DE ORGANISMOS COM ÂMBITO INTERNACIONAL (concl.)

Ano	Documento	Organismo
1998	Recomendação n.º R 5 do Comité de Ministros do Estados Membros sobre a educação para o património. Estrasburgo, 17 de Março.	Conselho da Europa
1999	Princípios para a preservação de estruturas históricas de madeira. Cidade do México, 17 e 23 de Outubro.	ICOMOS
2000	Convenção Europeia da Paisagem. Florença, 20 de Outubro.	Conselho da Europa
2001	Resoluções da 5.ª conferência europeia de ministros responsáveis pelo património cultural. Portocoz (Eslovénia), 5 a 7 de Abril.	Conselho da Europa
2003	Recomendação n.º R 1 do Comité de Ministros do Estados Membros sobre a promoção do turismo cultural relacionado com a valorização do património cultural na perspectiva do desenvolvimento durável. Estrasburgo, 15 de Janeiro.	
	Carta sobre o património industrial. Moscovo, 17 de Julho.	TICCIH ³²
	Princípios para a preservação, conservação e restauro de pinturas murais. Victoria Falls (Zimbabwe), 27 a 31 de Outubro.	ICOMOS
	Princípios para a análise, compreensão e restauro das estruturas do património arquitectónico. Victoria Falls (Zimbabwe), 27 a 31 de Outubro.	

TABELA – A.2.3. NORMAS DE ORGANISMOS COM ÂMBITO NACIONAL

Ano	Documento	Organismo
1883	Resolução do 3.º Congresso de Engenheiros e Arquitectos. Roma.	
1931	Carta de Atenas sobre o Restauro de Monumentos, Atenas, 21 a 30 de Outubro	Sociedade das Nações
1932	Resolução sobre a Conservação de Monumentos Históricos e de Obras de Arte, Genebra, 10 de Outubro.	
		Carta italiana do Restauro. Roma.
1954	Convenção da Haia para a protecção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, Haia, 14 de Maio.	UNESCO
	Convenção Cultural Europeia. Paris, 19 de Dezembro.	Conselho da Europa
1956	Recomendação sobre os princípios internacionais aplicáveis a escavações arqueológicas. Nova Deli (Índia), 5 de Dezembro.	UNESCO
1960	Carta de Gubbio sobre a salvaguarda e a requalificação dos centros histórico-artísticos. Gubbio (Itália), 17 a 19 de Setembro.	Associação Nacional para os Centros Histórico-Artísticos. Itália.
1962	Recomendação sobre a Salvaguarda da Beleza e do Carácter das Paisagens e dos Sítios. Paris, 11 de Dezembro.	UNESCO

³² - Comissão Internacional para a Conservação do Património Industrial – TICCIH.

TABELA - A.2.3. NORMAS DE ORGANISMOS COM ÂMBITO NACIONAL (contin.)

Ano	Documento	Organismo
1964	Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauo de Monumentos e Sítios. Veneza, 25 a 31 de Maio.	ICOMOS
1969	Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológicos. Londres, 6 de Maio.	Conselho da Europa
1970	Convenção Relativa às Medidas a adoptar para proibir a Importação, a Exportação e a Transferência, Ilícitas, da propriedade de Bens Culturais. Paris, 14 de Novembro.	UNESCO
1972	Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Paris, 16 de Novembro.	UNESCO
	Recomendação sobre protecção, no âmbito Nacional, do Património Cultural e Natural. Paris, 16 de Novembro.	
	Carta italiana do Restauo. Roma, 6 de Abril.	Conselho Superior das Antiguidades e Belas-Artes. Itália
1975	Carta Europeia do Património Arquitectónico. Estrasburgo, 26 de Setembro.	Conselho da Europa
	Declaração de Amesterdão - Conclusões do Congresso sobre o património arquitectónico europeu. Amesterdão, 21 a 25 de Outubro.	
1976	Carta sobre o Turismo Cultural. Bruxelas, 8 e 9 de Novembro *.	ICOMOS
	Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na vida Contemporânea. Nairobi (Quénia), 26 de Novembro.	UNESCO
	Carta do México sobre a defesa do património cultural. Cidade do México, 12 de Agosto.	Conselho Superior das Antiguidades e Belas-Artes. Itália
1977	Apelo de Granada sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território. Granada, 2 de Novembro.	Conselho da Europa
1979	Carta de Burra sobre a conservação de sítios com importância cultural Burra (Austrália), 19 de Agosto de 1979. Revista a 23 de Fevereiro de 1981, 23 de Abril de 1988 e 26 de Novembro de 1999.	ICOMOS, Austrália
1981	Carta de Florença sobre a Salvaguarda de Jardins Históricos. Florença, 21 de Maio.	ICOMOS, Itália
1982	Declaração de Deschambault – Carta sobre a preservação do património de Quebeque. Canadá, Abril.	ICOMOS, Canadá
1983	Declaração de Roma. Roma, 9 e 10 de Junho.	ICOMOS, Itália
	Carta de Appleton sobre a protecção e valorização do ambiente construído. Ottawa (Canadá) 5 e 6 de Agosto.	ICOMOS, Canadá
	Resolução 813 da Assembleia Parlamentar sobre a Arquitectura Contemporânea. Estrasburgo, 23 de Novembro.	Conselho da Europa
1985	Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa. Granada, 3 de Outubro.	Conselho da Europa
1987	Carta de Petrópolis, Primeiro Seminário Brasileiro para a preservação e revitalização de centros históricos. Petrópolis (Rio de Janeiro, Brasil).	ICOMOS, Brasil

TABELA – A.2.3. NORMAS DE ORGANISMOS COM ÂMBITO NACIONAL (concl.)

Ano	Documento	Organismo
1987	Carta Italiana do Restauro – Carta sobre a conservação e o restauro de objectos de arte e de cultura. Siena (Itália), Agosto.	Conselho Nacional de Investigações. Itália
	Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas. Washington D.C., 7 a 15 de Outubro.	ICOMOS, Washington
1989	Recomendação n.º R 6 sobre a protecção e a Valorização do Património Arquitectónico Rural. Estasburgo, 13 de Abril.	Conselho da Europa
	Carta de Cabo Frio (Vespuciana – Encontro de civilizações nas Américas). Cabo Frio (Brasil), 6 de Outubro.	ICOMOS, Brasil
1990	Carta Internacional sobre a protecção e a Gestão do Património Arqueológico. Lausanne (Suíça), 6 a 11 de Outubro.	ICOMOS, Suíça
	Carta de Gubbio sobre os centros históricos. Gubbio (Itália), 26 a 28 de Outubro.	Conselho Nacional de Investigações. Itália
1991	Recomendação n.º R 13 sobre a Protecção do Património Arquitectónico do Século XX. Estrasburgo, 9 de Setembro.	Conselho da Europa
1992	Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (Revista). La Valetta (Malta), 16 de Janeiro.	Conselho da Europa
1992	Carta sobre a conservação de sítios com valor para o património cultural. Nova Zelândia, 4 de Outubro.	ICOMOS, Nova Zelândia
	Carta para a preservação de cidades e zonas históricas dos EUA. Fredericksburg (Virgínia, E.U.A.), 11 de Maio.	ICOMOS E.U.A.
1994	Carta de Villa Vigoni sobre a protecção dos Bens Culturais da Igreja. Villa Vigoni (Itália), 1 de Março.	Secretariado da Conferência Alemã e Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja
	Documento de Nara sobre a Autenticidade do Património Cultural. Nara (Japão), 1 a 6 de Novembro.	UNESCO, ICCROM e ICOMOS
1995	Convenção do UNIDROIT sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados. Roma, 24 de Junho.	UNIDROIT
	Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada. Lisboa, 21 a 27 de Outubro.	1.º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana
1996	Carta Internacional sobre a Protecção e Gestão do Património Cultural e Subaquático. Sófia (Bulgária), 5 a 9 de Outubro.	ICOMOS
1999	Carta Internacional sobre o Turismo Cultural. Cidade do México, 17 a 23 de Outubro.	
	Carta sobre o Património Construído Vernáculo. Cidade do México, 17 a 23 de Outubro.	
2000	Carta de Cracóvia 2000 – Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído. Cracóvia (Polónia), 26 de Outubro.	
2001	Convenção para a Protecção do Património Cultural Subaquático. Paris, 2 de Novembro.	UNESCO

A.2.3. Pensamento Universal Vs. Património da Humanidade

Os modos de reabilitar adaptaram-se à cultura e à sociedade a que pertencem, tornando-se distintos consoante as diferentes regiões geográficas onde se aplicavam e evoluindo ao longo da história, procurando manter o que é considerado como autêntico. Enquanto o pensamento no séc. XIX era de âmbito nacional, no século seguinte revelou-se continental (1931) e, posteriormente, intercontinental ou global (1994).

Ao colocarmos em questão o que é um pensamento universal, ou seja, um pensamento a nível planetário, não encontramos uma definição concreta. Ao considerarmos os limites das áreas intercontinentais e a sua salvaguarda, limitamo-nos a uma reflexão a nível térreo, marítimo e, parcialmente aéreo, isto é, a zonas atravessadas por aeronaves³³. O pensamento global da herança cultural tem ainda limites geográficos, embora o património mundial não esteja inteiramente protegido.

A Antárctida é o único bem classificado de Domínio Público Internacional pelo *Tratado da Antárctica*, realizado em Washington, em 1959 e com a entrada em vigor em 1961³⁴. Com a exploração espacial e a conquista da Lua, colocaram-se novas questões sobre as fronteiras do nosso planeta e sobre a definição do conceito de paisagem, pois inclui uma visão do espaço sobre a Terra e vice-versa. Um pensamento não global mas universal, centrado não apenas nos continentes mas de fora para dentro, urge ser fixado sobre o ponto de vista patrimonial e ambiental.

Em 1957, o lançamento para a órbita do primeiro satélite Sputnik, pela União Soviética, simbolizou a primeira utilização do espaço para a ciência e actividades comerciais. Em 1964, foi lançado o primeiro satélite de televisão, para transmitir os Jogos Olímpicos de Inverno celebrados em Lillehammer, na Noruega. A competição da URSS com os Estados Unidos da América atingiu o seu auge com a conquista da

³³ - A **segurança do espaço aéreo** é abrangida pelas seguintes normativas: *Convenção de Tóquio*, de 1963 (sobre infracções praticadas a bordo de aeronaves), *Convenção de Haia*, de 1970 (para repressão do apoderamento ilícito de aeronaves), *Convenção de Montreal*, de 1971 (para repressão dos actos ilícitos contra a aviação civil) e o *Protocolo de Montreal*, de 1984 (contra os abusos do Estado na preservação de sua segurança territorial). A **segurança do espaço Extra-Atmosférico** é considerada nos seguintes documentos: *Tratado Internacional do Espaço sobre Princípios Reguladores das Actividades Espaciais dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, inclusive da Lua e demais Corpos Celestes*, realizado pela ONU em 1967 (que prevê a liberdade do espaço extra-atmosférico e dos corpos celestes, defendendo que nenhum país possa reivindicar a propriedade sobre qualquer parte do espaço e o acordo de usos pacíficos) e a *Convenção sobre as actividades dos Estados na Lua e em outros corpos celestes* (ou *Tratado Internacional da Lua*) de 1979 (que defende que este corpo celeste só pode ser destinado a fins pacíficos, proibindo os armamentos nucleares ou de destruição em massa, bem como o impedimento de propriedades privadas sobre quaisquer áreas físico-territoriais fora dos limites do planeta Terra, sendo que todos os recursos extraterritoriais são herança comum da humanidade). No entanto, o *Tratado Internacional da Lua* apenas foi assinado por cinco países (França, Roménia, Peru, Índia e Guatemala). Estes direitos reais fora da terra, contrastam com o facto de em cerca de 180 nações apenas cinco terem a capacidade tecnológica de atravessar a atmosfera terrestre.

³⁴ - O Tratado define que os 39 Estados participantes podem realizar pesquisas científicas, estações e envio de expedições (9.º Artigo), bem como a não militarização do continente (proibição de construção de bases militares, testes bélicos e lançamentos de resíduos radioactivos). Em 1980 foi ainda protegida pela Convenção de Camberra, sobre a Conservação dos Recursos vivos dos Mares adjacentes à Antárctida, seguida pelo Protocolo de Madrid, em Abril de 1991 com preocupações ambientais e preservação do continente contra toda a espécie de exploração mineral nos próximos 50 anos.

Lua nos finais dos anos 60³⁵. Actualmente discutem-se os direitos de prioridade sobre a Lua e o espaço. Opõem-se por um lado, os defensores de que este astro seja propriedade americana³⁶ pelas expedições realizadas na segunda metade do séc. XX, e, por outro, os defensores de que por ser o único satélite natural da Terra, seja considerado propriedade da Humanidade.

“O espaço é uma província de toda a humanidade e não deveria jamais ser objecto de privatização, pois representa um meio comum que pertence a todos” (Sylvia Ospina, membro do Conselho Directivo do Instituto Internacional de Leis Espaciais).

O tema do lixo espacial na órbita da Terra é também importante, questionando até que nível os detritos espaciais, objectos tecnológicos realizados pelo homem que gravitam em torno do nosso planeta³⁷, com grau de perigosidade para a segurança do homem e do seu património. A 11 de Fevereiro de 2009 o satélite de comunicações, da empresa Norte Americana “Iridium” colidiu com um satélite russo inactivo, causando a destruição de ambos e uma enorme área de destroços que ameaça outros satélites.

Este problema pode traduzir-se futuramente em dificuldades de explorações, inviabilizando futuros lançamentos espaciais, por potenciarem acidentes de colisões em órbita³⁸, impactos no nosso planeta, a reentrada de detritos na atmosfera terrestre, existindo já registo de acidentes com pessoas e propriedades³⁹, bem como, riscos ambientais resultantes do combustível radioactivo de urânio ou plutónio, atraídos pela gravidade do planeta. No sentido de gerir e minimizar o lixo espacial, a NASA estabeleceu alguns procedimentos⁴⁰.

³⁵ - No mandato do Presidente John F. Kennedy, durante o projecto Apollo em 1969, a Lua foi pisada pela primeira vez por Neil Armstrong.

³⁶ - A empresa americana *The Lunar Embassy*, defende ter a capacidade legal para vender artefactos e áreas lunares ou de qualquer outro corpo celeste. *in* <http://www.lunarembassy.com/>

³⁷ - O lixo espacial ou detritos espaciais são p. ex: satélites e outros objectos tecnológicos que não estão em funcionamento e várias peças de naves espaciais deixadas para trás após o seu lançamento.

³⁸ - A grande maioria dos detritos espaciais, localizam-se na órbita terrestre baixa ou *Low Earth Orbit* - LOW e na órbita geoestacionária ou *Geostationary orbit* - GEO. Existem três categorias de satélites: os Estacionários, acima dos 36.000km de altitude (existindo para a limitação do seu espaço de utilização a União Internacional das Telecomunicações), os satélites em órbita terrestre baixa, localizados a uma altura entre os 350km e os 1400km (para comunicarem com pontos específicos terrestres necessitam de estar ligados em rede) e os Satélites Molniya, que fazem uma órbita elíptica em relação ao centro da Terra, usados na telefonia e televisão da Rússia e em rádios móveis ou GPS. *in* www.orbitaldebris.jsc.nasa.gov

³⁹ - Em 1997 em Oklahoma, Lotti Williams foi atingida no ombro, por uma ínfima parte do tanque de combustível do foguete Delta II, lançado pela Força Aérea dos EUA em 1996, sendo a primeira pessoa a ser atingida com detritos espaciais. No ano de 2000, na África do Sul, caíram nas fazendas pedaços do foguete Delta de 1996 (reconhecidos pela NASA, e comunicados pelo seu cientista Nick Johnson). O primeiro detrito caiu na Cidade do Cabo e pesava 30kg, e o segundo pesava 55kg, medindo 1,3m de largura por 1m de comprimento. *in* www.orbitaldebris.jsc.nasa.gov

⁴⁰ - Acordo sobre recolhimento de Astronautas, em 1968, na ONU; Convenção sobre a responsabilidade pelos danos causados por engenhos espaciais, de 1972, na ONU; Convenção sobre registo Internacional de objectos lançados no espaço exterior, em 1975, na ONU.

No ano de 2003, foi sugerida à ONU um conjunto de procedimentos, concretizados em 2002, por agências espaciais de 10 países⁴¹. O maior esforço que está a ser realizado incide na prevenção de colisões, pelo acompanhamento constante dos detritos de maiores dimensões. No entanto, ainda são pouco eficazes, dado o fluxo de lançamento de novos sistemas e aeronaves.

Não faz parte da nossa investigação a salvaguarda da sustentabilidade das explorações espaciais para protecção dos bens, do ambiente e dos habitantes do nosso planeta, dos danos causados por eventuais colisões. Propõe-se assim, uma reflexão associada ao património da humanidade por especialistas de diversas áreas, sejam elas, a astronomia, a física, a aeronáutica, o património, a gestão ou os direitos humanos. Perante as várias classificações da nossa herança, como o património histórico, arquitectónico, os bens culturais, persiste a questão sobre onde se inserir o sistema Terra e Lua.

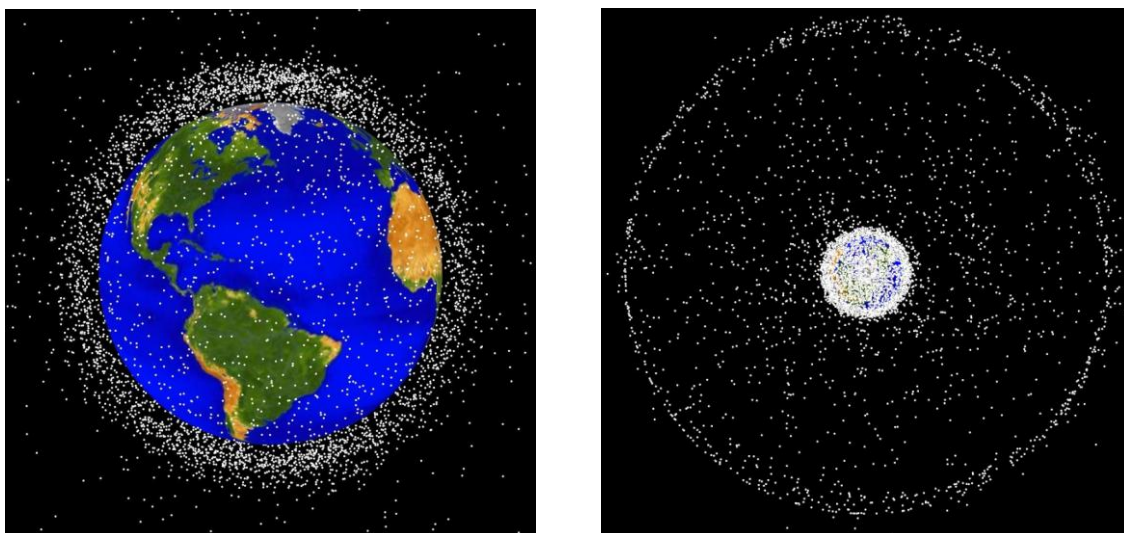


Fig. A.2.1. Volume de lixo espacial. Órbita terrestre baixa, a 2.000km da superfície terrestre (à esquerda) e órbita terrestre baixa, fotografia acima dos 35.785 km de altitude do Pólo Norte. *in* [http://www .orbitaldebris.jsc.nasa.gov/photogallery/beehives.html](http://www.orbitaldebris.jsc.nasa.gov/photogallery/beehives.html)

⁴¹ - Algumas medidas contra esta situação são: i) a passivação (formação de películas protectoras sobre a superfície de metais por imposição de correntes anódicas) dos estágios superiores dos foguetes para a libertação de combustível, prevenindo explosões; ii) a utilização de materiais com alto ponto de fusão, para se desintegrarem em grandes altitudes; iii) a capacidade de fazer os detritos reentrar na terra de modo calculado, sendo o oceano, o principal ponto de queda dos detritos, iv) a possibilidade de alterar a orbita do satélite colocando-o para além da órbita da Terra.

ANEXO 3. - Relativo ao Cap. 3. – A Quinta de Recreio dos Marqueses de Fronteira e Alorna

A.3.1. TEXTOS/ CITAÇÕES VÁRIOS

Relatório escrito pelo Conde Lorenzo Magalotti relativo à viagem de Cosme de Medicis, Grão Duque da Toscana, a Portugal a 7 de Fevereiro de 1669 in DÁ-MESQUITA, Marieta. *História e arquitectura: uma proposta de investigação: o Palácio dos Marqueses de Fronteira como situação exemplar da arquitectura residencial erudita em Portugal*, Dissertação para Doutoramento, FAUTL, Lisboa, 1992, Vol. I., pp.508.

“questa (Villa) si va al presente fabbricando com galanteria é picoletta, et ha contiguo un giardino, con diversi perterri, statue e bassirilievi, ma assai ordinari, vi sono cinque fontane grandi, et altre piccole in varie altezze distribuite per l’ineguaglianza del sito; vi é un laghetto, et un Laberinto serrato di spalliere di limoni e due grotte ornate di madreperle, pezzi di porcellane, vetri di diversi colori, e scagliette di marmi, di più sorti, che for mano all’occhio una vaga, e ben concertata prospectiva. La casa tutta, con le muraglie del Giardino é ornata di maioliche figurate, rappresentanti diverse historie, e favole, dicono, che fino ad ora vi habbi speso detto signore 50000 cruzadi, e vi resta ancòra molto da fare.”

**Carta de A.C. Jantillet, 1678, a R. Bluteau inserida em Horae Subseviae.
Tradução de Cassiano Neves, 1954, pp. 18-26.**

“Aconselho-te que vejas a casa de campo ou palácio de Benfica do Marques de Fronteira (homem eruditíssimo) que eu vi há poucos dias não sem me sentir castigado por ter tardado tanto; e, certamente, incutir-te-ei o desejo de ali ir ao descrever-te voluntariamente a beleza e a graça do lugar quando, de memória, conseguir submeter aos teus olhos, em pensamento fixo, tôdas as coisas. Não duvido que vejas outro maior em quaisquer regiões da Europa que percorras, principalmente se considerares a casa que ainda não tomou a amplitude e ordem designada na planta do edifício; mas não tanto o tamanho recomenda uma casa, como a amenidade dos jardins incorrupta durante todo o ano, porque a temperatura mais moderada do clima de verão e inverno veste e conserva árvores e flores em perene verdura de fôlhas.

Em segundo lugar esta casa de campo está situada a uma milha da cidade, naquele caminho que chamam Benfica, donde lhe vem o nome; [1]⁴² entrando pelo norte encontra-se o átrio, [2]⁴³ depois dois pórticos, um

⁴² - “Pátio de Recebimento/ Átrio”. in DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, pp. 512-523.

⁴³ - “Pórtico”. *Idem.*

dos quais está construído em tríplice arcada, com seis colunas de pedra cor de ouro em cada arco, sustentando a abóbada; o outro que está a seguir, tem os mesmos arcos e igual número de colunas de pedra transtagnada azulada. Depois dos pórticos encontram-se duas alas do edifício, formando um átrio de elegante projecto; [3]⁴⁴ no começo destas, duas pequenas fontes abertas nas paredes servem de suporte a duas cabeças de silvanos de mármore de tamanho médio que deitam água corrente. Mais adiante um pórtico dá acesso a várias entradas; [4]⁴⁵ atravessando o arco médio uma fonte pura e cristalina se depara aos visitantes e nela uma cabeça de silvano, aberta num rictos, expelle água para uma concha de puríssima pedra branca; ornam a fonte dois delfins iguais, de caudas erguidas para a figura do silvano e as suas bocas, ávidas do líquido tão próximo, inclinam-se para a concha.

[5]⁴⁶ Pela direita e esquerda da fonte se sobe ao andar superior, por duas escadas de mármore opostas uma à outra, as quais apresentam uma série de degraus direitos que depois se encurvam ligeiramente ao chegar ao pavimento superior, onde pequenas estátuas quadradas de mármore se defrontam. Igualmente nas grades, em toda a extensão das escadas, estão dispostas colunas que sustentam globos de pórfiro, tanto para uso dos moradores como para protecção dos que sobem. [6]⁴⁷ Estas escadas dão ingresso a uma câmara alegre e espaçosa⁴⁸, [7]⁴⁹ à esquerda da qual fica uma porta que dá entrada aos visitantes e conduz a um pórtico construído com três arcos e seis colunas a que se segue outro, igualmente em arcarias e colunas, sendo a construção de ambos sobranceira ao átrio.

Poderei, sem despropósito, chamar a este pórtico superior que tem uma vista ameníssima para jardins e campos, uma estufa, abrigo contra a fria tempestade do Inverno, pois evita os golpes do vento norte e conserva diariamente o sol quási desde o seu nascimento⁵⁰; [8]⁵¹ no final dele existem dois grandes gabinetes, luxuosamente arranjados, debaixo de cujas janelas, na mesma parede, estão duas estátuas de pedra, alimentando com muita fôrça de água um lago⁵² que fica a todo o comprimento do edifício e dela é muito abundante⁵³.

⁴⁴ - "*Fontes do Pátio*". Idem.

⁴⁵ - "*Fonte sob o patim da escada*". in DÁ-MESQUITA, Marieta, História e arquitectura: uma proposta de investigação: o Palácio dos Marquês de Fronteira como situação exemplar da arquitectura residencial erudita em Portugal, Dissertação para Doutoramento, FAUTL, Lisboa, 1992, pp. 512-523.

⁴⁶ - "*Escada*". Idem.

⁴⁷ - "*Espaço do vestíbulo/ Câmara espaçosa*". Idem.

⁴⁸ - "*Poderá ser o Átrio ou Vestíbulo*". Idem.

⁴⁹ - "*Antecâmara*". Idem.

⁵⁰ - "*Poderá ser a Loggia Nascente*". Idem.

⁵¹ - "*Câmara*". Idem.

⁵² - Refere-se provavelmente ao lago, hoje inexistente e do qual ainda se observam as marcas das balastradas, que envolvia as fachadas Nascente e Sul.

⁵³ - "*Refere-se provavelmente às duas torrinhas que rematam a Loggia Nascente*". Idem.

[9]⁵⁴ A seguir ao último dos gabinetes está uma sala adornada de estátuas e cimalthas sabiamente construídas, com as paredes revestidas de painéis pintados por mãos conhecedoras; na parte inferior dêstes estão incrustados azulejos, de fundo branco, pintadas de cor azulada que historiam os combates dos portugueses contra os espanhóis⁵⁵. [10]⁵⁶ A vista de três janelas dá para um passeio fechado cheio de jasmins perfumados e ternos nichos adelgaçados na parte superior e com lavor tecido, e do meio dos quais emana uma fonte que nasce da boca hiante duma serpente. [11]⁵⁷ Na sala abre-se uma entrada de dois batentes para o formoso passeio; o pavimento deste torna-se notável por pedras de diversas cores. Do lado direito fica um muro e neste, armários construídos em arco exibem imagens das artes liberais pintadas primorosamente em tijolos unidos; compartimentos cavados no intervalo dos armários, em hemicyclo, compreendem sete figuras de alabastro de planetas referentes a deuses entre os quais Apolo; próximo estão estátuas excelentes de Marsyas, este despojado da pele que arrancou ao adversário; aos pés deles várias figuras expelem água de canos, que recai em suave murmúrio sobre conchas fingidas e sobrepostas a um pequeno pavimento aonde é absorvida por buracos de chumbo.

Muros circulares cheios de flores e frutos variados adornam as partes mais altas e os intervalos deles estão cheios de bustos de homens. Na parte contrária, a todo comprimento do passeio, estende-se uma galeria de mármore de grande formosura, contendo vasos com flores e bancos dispostos para auxiliar as pessoas fatigadas do passeio. [12]⁵⁸ Ao fim uma capela particular, magnificamente começada, não tem ainda completo o vestíbulo que é revestido de ladrilho de mosaicos representando várias figuras; um menino alado oferece um gomil de bronze aos que chegam e uma pedra escada em conchinhas recebe água que dele corre.

[13]⁵⁹ Saindo deste passeio existem três entradas com outras tantas portas, de dois batentes para um refeitório forrado de madeira, de pintura branquíssima, com espelhos grandes e trabalho de madeira e pedra trazida de Itália, embelezada com flores de madeira⁶⁰;

⁵⁴ - “Estufa”. Idem.

⁵⁵ - “ Parece referir-se à Sala das Batalhas”. Idem.

⁵⁶ - “Sala das Batalhas”. Idem.

⁵⁷ - “Câmara de aparato”. in DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, pp. 512-523.

⁵⁸ - Nincho do nártex da capela. in DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, pp. 379.

⁵⁹ - “Pórtico”. in DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, pp. 512-523.

⁶⁰ - “A reconstituição deste espaço não é possível de fazer sem recurso a técnicas arqueológicas e de análise de materiais, na medida em que, tendo o edifício sofrido várias campanhas de obras, quer de aprimoramento, quer de recuperação, não se pode, de forma definitiva, atribuir uma relação directa entre esse espaço e os actuais. Põem-se a hipótese de se tratar da Sala dos Painéis, mas com uma figuração muito diferente da actual”. Idem.

[14]⁶¹ a este, outro igual se segue com abundância e riqueza de móveis ornamentados com embutidos de tartaruga e ouro; as partes mais baixas das paredes são cercadas dos lados com pinturas importadas da Holanda, imitando o género variado de pintura de caça, montes e bosques. Existe neste refeitório uma cela mais retirada, decorada com uma mistura de pintura de ouro e onde em estrados e leitos pequenos se pode muito oportunamente dormir; seguem-se outros cubículos e alcovas que servem de habitação às servas quando acontece ir a família morar no campo⁶².

[15]⁶³ Desce-se para a parte inferior do palácio por escadas de mármore; essa parte inferior é destinada ao serviço rural e uso dos trabalhadores e dos criados e contudo poucos aposentos podem competir com eles em ornato e elegância principalmente o refeitório oblongo contínuo ao passeio que é ornamentado de florinhas de subtil pintura semeadas pelo tecto ao acaso, em alegre disposição; em redor das paredes pendem espelhos de diversos géneros com as molduras de lâminas de tartaruga e ébano e outras matérias preciosas, decoradas de ouro e prata cinzelada. [16]⁶⁴ Daqui passa-se através dum pórtico baixo para a estufa⁶⁵, como já disse, e [17]⁶⁶ depois duma pequena ponte colocada sobre o lago, oferecem-se aos traseúntes, em direcção à parte superior do jardim, dezasseis talhões grandes, cada um dos quais está recortado em canteiros de mil formas e bordados de mirto aparado, apresentando todo o género de flores com grande variedade de cores, aos olhos desprevenidos em toda a parte que eles incidam; estátuas de homens e mulheres, de pé; colocadas em pedestais, ornamentam magnificamente o jardim, irrigado por cinco fontes construídas com arte notável e dispostas em xadrez: aqui uma espécie de açucena desabrocha nas suas águas, ali brotam de um vaso do mais puro cristal donde repuxam no ar por múltiplos tubos.

O espaço intermédio do primeiro passeio e das fontes é digno de ser visto pela sua magnífica estrutura: quatro meninos coroados e voltados uns para os outros, colocados pela base no cimo de colunas de mármore, expõem água por trombetas, numa grande taça de pórfiro; encosta-se a eles um vaso grande, circular, cujo centro é sustentado por um globo e este apoiado num vaso de jaspe cingido de cabeças douradas de sátiros que

⁶¹ - "Alcova". Idem.

⁶² - "Conjecturalmente põe-se a hipótese de este espaço ser a actual "Sala Império", na medida em que os azulejos são amovíveis e os próprios especialistas da área afirmam que não há ainda certezas acerca do lugar em que inicialmente foram colocados os painéis holandeses. Rainer Marggraf continua a levantar questões quanto à colocação destes painéis. A esse propósito veja-se "Les Carreaux de faïence hollandais au Portugal", *Azulejos, Europalia 91, Bruxelas*, pp. 31-36. Há que ter em conta relativamente a este problema as referências contidas no Inventário (...) com abundância e riqueza de móveis". Idem.

⁶³ - "Capela". Idem.

⁶⁴ - "Átrio para o Jardim". in DÁ-MESQUITA, Marieta, *Ob. cit.*, pp. 512-523.

⁶⁵ - "Refere-se certamente ao pórtico que estabelece a relação entre a casa e o Jardim Grande". Idem.

⁶⁶ - Jardim Formal.

deitam água pelo globo e onde estão apostas as insígnias da família do dono da casa, em redor destesles muitos tubos ressonantes.

[18] Acaba o jardim cheio de sombra. Desvia-te alegremente e dirige-te para uma abóbada sustentada por quatro colunas e sombreada por expressas latadas; por debaixo está uma mesa de sólida pedra de pórfiro, de enorme tamanho com pequenos bancos em volta; grandes árvores que no inverno afastam e quebram os ventos mais fortes e no verão oferecem sombra aos que passam com a espessura das suas copas. [19]⁶⁷ Ao lado estende-se outro lago; o ponto do jardim em que ele se encontra é longo, fechado e bastante largo; ali verás patinhos nadando em bandos e um barquinho dourado. Nos quatro cantos do lago outras tantas estátuas apoiam-se em balaústres de mármore e lançam para o ar com grande ímpeto água que cai no lago com estrépido não desagradável. Marginam este, dum e doutro lado, grades de mármore sobre as quais vasos cheios de flores e figuras de ninfas estão colocados em intervalos iguais.

[20]⁶⁸ Do outro lado, delineado em arcos e colunas, fica um muro mais alto com o corpo pintado, no qual são representados os antepassados da família Mascarenhas e os personagens mais ilustres, a cavalo, armados de couraças, ocupando os espaços entre colunas; na parte inferior do muro existem três grutas: a do meio mostra Helição com Apolo e as musas, e Pégaso ferindo o cume do monte com o casco; das outras correm duas fontes transparentes. Junto de cada extremidade do lago erguem-se escadas fronteiras e semelhantes com corrimãos e estátuas de mármore resplandecentes e na parte superior delas levantam-se duas torres com seu corpo habilmente construído; dum e de outro lado, nas frontarias, Mercúrio provido de chapéu, asas talaes e caduceu, apoia-se na ponta do pé esquerdo e estende o outro como que prestes a voar.

[21] Entre as torres estende-se um passeio sobre o lago⁶⁹, marginando o muro, munido de grades e decoradas com uma longa fila de estátuas; uma abertura colocada nas grades médias ostenta a figura de Mercúrio calcando um grande globo dourado; nas restantes grades compartimentos variados de elegante trabalho de mosaico contêm bustos dos reis lusitanos construídos em ónix. Uma das torres dá ingresso a um pequeno pórtico adornado de muitas estátuas e a este vêem dar os últimos degraus pelos quais se sobe para um pequeno mas alegre terraço. Este terraço, calçado de pedras quadradas, é sombreado por árvores; ali surge um pequeno muro no qual um hábil artista criou, à semelhança da verdade, no

⁶⁷ - Possivelmente o Tanque grande

⁶⁸ - Galeria dos Reis.

⁶⁹ - Tanque dos Loureiros ou Lago dos Pretos.

escudo, símbolo da família Mascarenhas, o pelicano com os filhos e outras aves, marchetados de várias cores e formas.

A piscina é pegada com o terraço e nela se observa um formoso bando de cisnes nadando; as margens são cercadas por estátuas que deitam água por tubos multiformes. Por aqui se desce para um bosque com veredas sinuosas enrolando-se sobre si mesmo, à maneira complicada de um labirinto; nela há um lugar umbroso tecido de frondosos e sempre verdes raminhos e abobadado sobre quatro agradáveis colunas de elegante fabrico; uma pirâmide feita de fragmentos de vidro e de louça chinesa, espécie de ornato coberto de conchas, conchinhas e pérolas entre outras cousas, expele água em forma de coroa aberta, dando origem a um lago que é ornamentado de várias cores; perto está um leito preparado onde te deitarás se te apetecer dormir a sesta em dias de verão, conciliando o sono com o som da água caindo lentamente.

[22]⁷⁰ Um pequeno horto está junto ao labirinto e no cimo dele um refeitóriozinho contém três compartimentos distintos, esplendidamente calçados de mosaico com três estátuas e outras tantas fontes. Diante do refeitório está um pequeno lago com o pavimento e o cais de ladrilhos brancos; nele estão quatro globos de cobre e de cada um sai água para o ar por quatro buracos estreitos; e dois delfins com as suas fontes, nas costas das quais estão sentados, soprando, meninos nus de mármore. Em volta dois canteiros cercados de buxo verdejante e denso oferecem aos espectadores narcisos, margaridas, jacintos, túlipas, escovinhas, anémons, rainúnculos e outras delícias dos jardins; uma fonte chamada Vénus ocupa o espaço entre os canteiros, porque a deusa feita de mármore polidíssimo, apertando a base do seios, espreme água numa concha redonda que lhe fica inferior; sustentam esta três delfins, reunindo as caudas num nó, com as cabeças colocadas sôbre três tartarugas, as quais derramam água em uma taça amplíssima. Do horto torna-se às casas inferiores do palácio por uma porta curvada em redondo.

Pega-se ao Palácio uma horta e no cimo dela fica a estrada militar que conduz a Lisboa. A meio há um terreno discreto no qual um monte cheio de árvores novas recebe os que entram. Alimenta-as a humidade de um tanque onde vão ter três fontes; a primeira dimana da cabeça de uma águia e o aspecto desta água assemelha-se a uma toalha. E do cimo do monte há descidas para uma única planície abundante de todo o género de produtos hortícolas tanto indígenas como estrangeiros; no plano médio está um vasto recipiente octogonal, tendo em cada canto um delfim acocorado que deita água pela bôca; no centro desse recipiente está um

⁷⁰ - Jardim de Vénus

tronco de mármore rodeado por quatro fontes que saltam doutras tantas cabeças de faunos; colocado sobre o tronco está outro recipiente de menores dimensões e debaixo deste uma concha pequena sobre um fulcro de jaspe que uma donzela espreme pelo meio com os pés, trazendo na mão um tubo do qual muitos canos pequenos lançam água que se mistura com um murmúrio agradável.

Circundam o jardim, além dum muro exterior e mais elevado, outro interior e mais baixo separados alternadamente por canteiros de flores brancas. Segue-se uma planície vasta e aberta semeada de macieiras dispostas em linha recta. E existem ainda no âmbito da casa de campo vários pomares e vinhas e entre estas um outeiro revestido de rosas que ninguém pode imaginar mais belo. Perto, nas partes circundantes da região fica um lugar alegríssimo e campos e outeiros férteis; o conjunto dos edifícios é visível aos que contemplam, quer em parte, quer na totalidade, notando-se em primeiro lugar o Mosteiro da Ordem de S. Domingos. E tudo isto contribui para o gozo dos que passam e para uso daqueles que agradavelmente vivem no lugar.

Estas coisas que te narro vê-las-ás porventura mais pormenorizadamente, quando as tuas múltiplas ocupações to permitirem para o que te convidará não só o formoso aspecto do lugar como também as vizinhanças, a não ser que tu, demasiadamente amigo da cidade (como diz Plínio), desejes deixar de as ver. Adeus.”

MASCARENHAS BARRETO, D. José Trasimundo. Memórias do Marques de Fronteira ditadas por ele próprio em 1861, revistas e coordenadas por Ernesto Campos de Andrade. Parte Primeira e Segunda (1802 a 1824), Imprensa da Universidade de Coimbra, 1926-1932. pp. 226. B.N.L., cota 14961 V.

Parte II – 1818 a 1824, Cap. VI.

“Benfica tinha sido decorada e mobilada para o casamento de meu Pae, debaixo das vistas de nossa tia, a Marqueza de Bellas, a qual gozava da reputação de ter bom gosto e elegância, e eu podia aproveitar-me de seus móveis, ainda que usados, mandava-os restaurar e os bellos espelhos, e conservá-los, porque iam muito em harmonia com a architectura da casa, mas não aconteceu assim: a minha inexperiência fez com que aquelles bellos moveis fossem condemnados a passar para os sótãos do palacio, guarneecendo eu a bella residência de Benfica com moveis, a que nós chamamos modernos, de mogno, mas de muito mau gosto. Um velho armador foi encarregado de armar a câmara e salas, o que fez duma maneira um tanto extraordinária e pouco elegante, não podendo eu ainda

hoje imaginar onde foi buscar os desenhos ou modelos para a sua obra. A minha côr predilecta, naquella tempo, era a do mogno e eu mandei pintar tudo, quanto pude, daquella côr. Não sei o que seria dos bellos estuques das salas, se não viesse o estucador Daniel, pertencente a uma família que havia séculos estava ao serviço dos meus parentes.

Tinha nessa época bellos serviços da India, mas também não me agradavam. Fiz aquisição de serviços de louça ingleza dum mau gosto fora do commum, Comprei um plateau para o centro da mesa; e, pensando agora naquella compra e nas vezes que o colloquei no centro da mesa, admiro-me da polidez dos meus convidados por terem sustido o riso. As equipagens eram soffríveis e as parelhas excellentes. O cocheiro, antigo bolieiro de meu Pae, de mais de setenta annos, era o primeiro batedor da capital. Cavallos para a Cavallaria, tanto meus, como de meu irmão, eram bastantes e de boa raça. A mesa uma das melhores de Lisboa. A descripção que faço da minha residência nupcial não é muito lisongeira para o meu bom gosto daquella época; ditando porém, estas minhas Memórias, tenho o firme propósito de ser o mais escrupulosamente exacto”.

MASCARENHAS BARRETO, D. José Trasimundo. Memórias do Marques de Fronteira ditadas por ele próprio em 1861, revistas e coordenadas por Ernesto Campos de Andrade. Imprensa da Universidade de Coimbra, 1926-1932. Vol. III (1824 a 1833), pp. 113. B.N.L., cota, 15418 V.

“ Minha mulher, o bom João Evangelista e eu, fazíamos todos os esforços para abandonar a choupana de Buenos Ayres e para nos estabelecermos na nossa residência em Bemfica, que muito agradável é na estação em que estávamos, que era nos fins de Junho. A casa tinha-se mobilado e tornado como ella sempre fora, depois d’uma avultada despeza. Os estragos do Jardim, que eram consideráveis, deixei os seus concertos para os fazer a pouco e pouco, limitando-me à cultura das flores e limpeza das ruas, e, quasi no final de Junho de 1834, estabelecemo-nos na nossa antiga residência, á qual tínhamos uma verdadeira amizade, porque tínhamos passado alli uma bella parte da nossa vida. Estávamos ausentes d’ella havia dez annos, à excepção dos poucos meses que alli residimos desde o anno de 1827 a 1828. Grande prazer foi o de nos vermos instalados e de passearmos livremente nas espaçosas salas da residência dos nossos Avós, nos bellos terraços e bonitos jardins”.

MASCARENHAS BARRETO, D. José Trasimundo. Memórias do Marques de Fronteira ditadas por ele próprio em 1861, revistas e coordenadas por Ernesto Campos de Andrade. Imprensa da Universidade de Coimbra, 1926-1932. Vol. IV (1842 a 1853), pp. 412 e 413. Consulta na B..N.L., cota, 15419 V

“ Escrevendo as minhas *Memórias*, não posso deixar de fallar muitas vezes num dos principais inimigos meus e de meu irmão, na época a que me refiro, o qual, sem motivo, porque nem mesmo tínhamos tido com elle a menor discussão, sendo dotado de uma cobardia indecente, trabalhava dia e noite para que fôssemos assassinados. O Marquez de Vallada, num d’aqueles dias, estando rodeado de indivíduos que o applaudiam, proclamava a morte do Commandante da Guarda Municipal e a do ex-Governador Civil, porque para grandes males, grandes remédios, dizendo que nós tínhamos acarretado sobre a pátria os males que ella estava soffrendo.

Aproximaram-se do grupo alguns Voluntários, meus antigos subordinados, e o Coronel da Silva, e, quando elles tratavam de desaggravar as offensas feitas ao seu antigo Commandante General, o Marquez, como sempre, retirou-se precipitadamente, para rematar no *café* do Marrare, encorajando os patriotas que alli estavam a invadirem a minha residência, prenderem-me e queimarem-me a casa. Os grupos argumentaram e proclamaram a sua marcha sobre S. Pedro de Alcântara, para invadirem a minha residência. Vários amigos passaram a noite comigo; a minha mulher e algumas senhoras estavam na sala, quando um amigo particular, o cavalheiro Vera, Secretário da Legação hespanhola, me veio prevenir de que, estando no *café* Marrare, viu que se organizava uma força popular para invadir a minha casa, e propunha-me ir collocar-me debaixo da protecção hespanhola. Repugnou-me este passo, e agradeçi-lhe regeitando. O cavalheiro Vera ficou na minha casa, querendo partilhar a minha sorte. Os grupos aproximaram-se da minha casa; as portas estavam fechadas, e nós estávamos prevenidos e mal ou bem armados.

Meu irmão chegou entretanto à frente d’alguma cavallaria da Guarda Municipal, e bastou o estrepto dos cavallos para os *patriotas* fugirem em debandada. Meu irmão, entrando em minha casa, foi da opinião dos meus amigos de que a minha conservação na sua casa de S. Pedro de Alcantara era impossível naquella crise e que o mesmo succedia em Bemfica, onde ficaria completamente isolado. Não havia outro meio senão emigrar ou aceitar a offerta do cavalheiro Vera ou a do meu particular amigo, Monsenhor Di Pietro. Portanto, no dia seguinte, ás onze horas da manhã, entrei numa sege, com o digno Secretário da Legação hespanhola, e, de cortinas abertas, dirigimo-nos para a Rua da Trindade, residência do meu bom amigo, onde estava installada a Chancellaria hespanhola”.

Noticia biographica da Illustríssima e Excellentíssima Senhora Marqueza de Fronteira e de Alorna. in Lisboa: Impr. Nacional, 1860, pp.17. B.N.L., cota 14956 H.G.

“ N’esta occasião já sua majestade o imperador D. Pedro tinha chegado à Europa, e o Sr. marquez de Fronteira tomando parte com os seus companheiros de armas na gloriosa expedição da Terceira, deixou em França a esposa dedicada unicamente à educação de sua filha, (...) a noticia de tomada de Lisboa pelo nobre duque da Terceira, motivou o seu regresso à pátria, na occasião em que o exército do Sr. D. Miguel de Bragança sitiava esta capital. – Terminada a guerra civil, e restituída a Sr.^a marqueza à sua casa de Bemfica, ahi prosseguiu n’aquella santa vida de caridade e religião (...)”.

ORTIGÃO, Ramalho. *Palácio Fronteira em Bemfica. IN AAVV. A arte e a natureza em Portugal: álbum de fotografias com descrições, clichés originaes, cópias em phototypia, monumentos, obras d'arte, costumes e paisagem. IV Volume, Emilio Biel & C.^a Editores, 1902-1908, Porto. B.N.L., microfilme cota F. 1721.*

“A antiga e amável povoação de Bemfica, ainda que tão decahida hoje da alta importância que teve outrora no conceito, caprichoso e inconstante, da alta sociedade da capital, é ainda assim no seu tanto, o recantinho suburbano de Lisboa que mais aproximada ideia nos suggere do que é para Roma o prestígio de Tivoli e de Frascati. Em nenhum outro lugar de Portugal, se exceptuarmos Cintra, se encontrarão reunidas em tão pequeno circuito, tão lindas, tão históricas, tão anedóticas, tão saudosas quintas como as que encerra Bemfica. Em torno da igreja, onde jazem os restos de João das Regras, da bella capella dos Castros, onde repousa a ossada do glorioso governador da Índia biographado por Jacinto Freire, em volta do que ainda resta do convento e da cerca da S. Domingos, imperecíveis na litterartura portugueza pelas incomparáveis páginas que na sua chronica lhes consagrou Frei Luiz de Sousa, aninham-se, quasi que pegadas umas nas outras, n’um doce rumor d’água, chapinhante nas fontes ou corredia e borbulhante na terra pingue dos jardins, dos pomares e das hortas, n’uma perenne verdura de vegetações ruraes e de vegetações de luxo, n’um vago e errante perfume, bucólico e idílico, de flôres e de fructas, a quinta dos marquezes de Fronteira, a do Conde de Farrobo, a dos marquezes de Abrantes, depois da infanta D. Isabel Maria, a que foi do Lodi, a do Beauséjour, do extinto barão da Glória, e muitas outras.

Já na *Chonica de S. Domingos* (...) D. Manoel de Sousa Coutinho escreveria: “De uma e outra parte (só convento) correm quintas, que cercam os ondeiros e valle em roda, algumas de bom edificio, outras mais

ao natural; todas ricas de bosques e pomares e cercadas de suas vinhas, com que a maior parte do anno mantêm no valle uma frescura e uma verdura perpétua. Fico no convento senhoreando todas com a capacidade e mais grandeza e como pagando-lhes com sua sombra o ornamento que recebe da boa companhia e visinhança d'ellas". Esta revista dá hoje dois aspectos architectonicos do jardim de uma d'essas quintas coetânea do livro de Frei Luiz de Sousa, fundada no século XVII por D. João de Mascarenhas, primeiro Marquez de Fronteira e segundo conde da Torre, propriedade hoje da senhora Marqueza de Fronteira e Alorna, viúva do Marquez recentemente fallecido e uma das mais distintas e primorosas damas da alta nobreza de Portugal.

D. João de Mascarenhas, segundo conde da Torre e primeiro marquez de Fronteira, foi o general commandante da segunda linha do exército com que D. Sancho Manoel, conde de Villa Flôr, bateu e desbaratou o exército hespanhol de D. João d'Austria na famosa jornada do Ameixal, o mais glorioso feito d'armas de memorável guerra dos vinte e sete annos, a 8 de Junho de 1663. Em recompensa dos seus serviços militares e principalmente da sua heróica bravura n'esse combate, em que os de Castella deixaram no campo quatro mil mortos e seis mil prisioneiros, o Rei D. Pedro II concedeu o título de Marquez de Fronteira ao segundo conde da Torre, D. João de Mascarenhas.

Consta da tradição d'esta illustre família da Torre, da Fronteira e d'Alorna, alliada pelo sangue às mais nobres casa de Portugal, duques d'Aveiro, marquezes de Gouveia, condes d'Alva, de Coucolim e de Gondomil, que foi para offerecer uma merenda ao rei D. Pedro II que o Marquez D. João mandou construir o pavilhão de caça que serviu de núcleo á sua casa de Benfica entre os annos de 1670 e 1681. Os azulejos de grande sala do pavilhão denominada *sala das batalhas* referem-se á batalha do Ameixal. Tanto a construção do pavilhão como a da galeria chamada dos reis se, deve a um architecto italiano, cujo nome ignoro. A capella annexa, de construcção mais antiga, data de 1584, e diz-se que n'ella celebrou missa S. Francisco Xavier antes de partir para a Índia.

Os marquezes de Fronteira residiram habitualmente em Lisboa, onde compraram o seu vasto palácio das Chagas no terreno comprehendido entre a rua do mesmo nome, a da Emenda e a da Horta Sêca. Destruída inteiramente esta casa pelo terramoto de 1755, o Marquez D. Fernando recolheu-se na quinta de Bemfica, onde pouco depois faleceu. Succedeu-lhe o Marquez D. José, quinto – se me não engano – de seu titulo, e a este se deve a transformação do pavilhão primitivo no actual palácio, cuja câmara sumptuosíssima, destinada pelo reedificador a sala de estudo de

seus filhos, é já pintada por Pedro Alexandrino. É flagrante na silhueta geral dos dois terraços em loggias sobrepostas a um vasto lago, a analogia d'esta composição, de gosto e estylo da renascença italiana, com a Villa Madama, obra de Julio Romano e de Raphael, hoje mui arruinada, em Roma. As construções architectonicas de jardim, eram frequentes nas incomparáveis Villas florentinas e romanas, como por exemplo, a Villa Frascatti em Florença, a Villa Medicis em Roma, a Villa d'Este em Tivoli, a Villa Torlonia, a Aldobrandini, a Lancelotti ou a Mondragone (...). A Bacalhôa, fundação do filho de Affonso de Albuquerque, hoje propriedade de sua magestade el-rei, em Azeitão, é nas quintas portuguezas o primeiro typo d'esse género de alto luxo aristocrático.

Os elegantes pórticos do jardim Fronteira não são porém architectonicamente inferiores ás composições da Bacalhôa, e offerece muito interesse de originalidade a sua variada e profusa ornamentação cerâmica. Na zona inferior das loggias do lago, chamadas a varanda dos reis, porque nos nichos da zona superior se acham representados em bustos de mármore de Carrara todos os reis, porque nos nichos da monarchia portugueza até D. João V, grandes painéis de azulejo figuram em tamanho natural, ao gosto caracteristicamente portuguez do século XVII, guapos e emplumados cavalleiros em grande galopada de altivo e marcial arranque, evidente reminiscência dos admiráveis retratos equestres do infante Balthazar Carlos, de Filippe IV e do conde-duque d'Olivares, por Velasquez, no Museu de Madrid. Os nichos são forrados de azulejos curvos em escamas, vermelhos, translúcidos, de reflexos metallicos, da mesma côr d'outros, em pinha, todos, ao que parece, de fabricação hespanhola. Os medalhões e as voltas dos arcos são finamente orlados de folhagens e fructos ao gosto de Lucca della Robbia, que jaz em Triana sob os azulejos que elle próprio para seu tumulo pintou. De resto todo o jardim assim como grande parte dos muros do palácio são revestidos de azulejos representando allegorias, merendas, bailados, variadas scenas de caça e de família.

N'este mesmo dia do mez de Setembro de 1903, em que escrevo estas breves linhas, estive no jardim, de que procuro dar a mais rápida e succinta ideia. D'entre os mármorees das fontes e das estatuas, d'entre as copadas vegetações dos arbustos e das árvores de luxo, tinha para sempre desaparecido a pittoresca e característica figura do ultimo Marquez, que tão desveladamente amou e cultivou aquelle nobre e poético trecho de terra portugueza. E nas águas esverdinhas e immoveis do lago, paralyzado pelos effeitos da longa estiagem, na tristeza das grandes escadarias pelos ensombrados arruamentos uma doce e murmurosa alfombra de velho ouro, tudo parecia emmudecer e penar de tristeza e de

saudade, fazendo-me pensar que tanto as coisas como os homens se pode talvez dizer que estamos morrendo muito” (Ramalho Ortigão).

MASCARENHAS, D. Fernando. *Sermão ao meu sucessor*. Integrado na terceira parte (Sermões ao Futuro) do Ciclo: *O Sermão Pregado – Oratória Lisboaeta do Passado Presente e Futuro*. Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, Lisboa, 1994. B.N.L., cota P. 12000 V. pp.21-26:

II – “Noblesse Oblige”. Reflexões para a Conduta num Aristocrata.

“(…) Respeitar a tradição é o saber que se é um elo na cadeia e que tanto conta o que está para trás como o que está para a frente. Minto, o que está para trás, é mais importante, mas sustenta-se pelo menos pelos próprios pés, vive pelo seu próprio mérito. O que está para a frente é, para cada um de nós, muito mais importante, pois viverá ou não dependendo do nosso mérito, do nosso esforço, da nossa dedicação. E não esqueçamos que uma cadeia é tão forte como o mais fraco dos elos. Se eu tivesse vendido esta casa como em tempos pensei, e não me envergonharia de o ter feito pois as circunstâncias a isso me levariam, se eu tivesse vendido esta casa, teria rompido um elemento importantíssimo na cadeia da tradição familiar, teria condicionado o futuro negativamente, e o momento presente, este sermão, não estaria a acontecer. E, no entanto, não teria feito mais do que fizeram os membros de outra família ilustre que hoje representamos, a família Almeida-Portugal, de que resta a memória e alguns retratos da família, e acabei por não fazer mais do que fez o filho edificador deste Palácio que também esteve a ponto de o vender. Felizmente não vendi a casa, mas vendi, pois assim o entendi, muitos móveis e objectos desta casa. Também o 5º Marquês de Fronteira assim fez quando precisou de dinheiro para restaurar. Tenho pena de o ter feito mas nas mesmas circunstâncias voltaria a fazê-lo, sem pestanejar.

Digo isto para te fazer entender, que cada momento, é preciso julgar as circunstâncias e saber que é disso que se faz a história, do modo como nos comportamos perante o momento em que vivemos. É isso que determina o futuro da nossa Casa. Há momentos em que é preciso sacrificar algumas coisas para salvar outras: “Vão-se os anéis, fiquem os dedos”. É uma lição de realismo de que nós os aristocratas bem precisamos de nos compenetrar, pois à custa de tudo querer salvar, quantas vezes tudo se perde. Felizmente que esta família tem no século XX casado, por vezes, com boas burguesias, pois isso foi muito útil ao reforço do sentido das realidades. Dito de forma mais erudita e mais elegante: “É preciso que alguma coisa mude para que tudo fique na mesma”. Esta frase que Giuseppe di Lampedusa põe na boca do sobrinho

do Príncipe de Salina, sintetiza bem o que é a essência da tradição e a urgência da consciência do nosso tempo, saber mudar para saber conservar.

E não se pense que se trata de oportunismo, pois esse é um fenómeno meramente do reino do curto prazo e do reino da ilusão que crê não haver nada a pagar. Estou a falar, isso sim do sentido da oportunidade, do sentido das realidades, dos que sabem que as coisas têm um preço e estão dispostos a correr riscos e a pagar esse preço. Mas essa consciência, que é condição da nossa sobrevivência, exige como contrapartida que o presente seja visto inserido no contexto de um passado e um futuro. O fascínio pelo presente, que tanto caracteriza a nossa época, se desligado da sua inserção num passado e num futuro, leva a uma espécie de desenraizamento, a uma flutuação permanente, que se torna numa contradição em termos: querendo estar sempre a agarrar o momento que foge, acaba por se ficar completamente de mãos vazias. *Para apanhar uma mosca tens que estar bem parado e apanhá-la num movimento súbito, se te puseres a correr atrás dela nunca mais a consegues agarrar.*

Meu Caro António, permite-me que seja um bocado chato e te volte a falar no teu pai. É um homem profundamente conservador na essência das suas ideias e com um profundíssimo respeito pelas tradições. É também um homem profundamente progressista que se mantém ao par da última palavra em técnicas de exploração agrícola e a quer logo pôr em prática, sempre que reconheça nessa novidade o seu valor económico. Penso que a sua condição de aristocrata muito o ajuda a conseguir esse notável equilíbrio. Honra, Educação, Nome, Tradição, Sentido de Dever, Consciência de ser o elo de uma cadeia. Estes conceitos são património comum da humanidade e o aristocrata deve lembrar-se que não tem sobre eles qualquer direito exclusivo, mas pode nunca esquecer que eles são o referente da sua conduta e que tem o dever de procurar sempre pautar-se por eles. “*Noblesse Oblige*”. E são os seguintes os nomes, honras e títulos de nobreza que, um dia, se a fortuna nos não for adversa, herdarás: Representante das Casas de Fronteira, Alorna e Távora. Donatário da Mordomia-Mór da cidade de Faro e de Fronteira; Couculim e Verodá; Assumar; Mogadouro, Paredes, Penela, Cevadeira, Ordea, Camudaes, Paradela, Távora, Valença e Castanheiro; Moura. Escudo pleno de Mascarenhas. Tratamento de Dom. Representação genealógica dos títulos de Conde de S. João da Pesqueira, Conde de Alvor e Marquês de Távora. Representação Portuguesa do título de Conde de Oyenhausen-Gravenburg. Títulos de Conde da Torre, Coculim e Assumar; Marquês de Fronteira Alorna e Aracaty.

III – Da Condição de Presidente do Conselho Directivo da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna.

Pela ordem natural das coisas, caber-te-á, António, mais tarde ou mais cedo, presidir aos destinos desta Fundação. É um fardo pesado que te deixo e que tu saberás conduzir, espero que com mão segura, até à próxima geração. Como tudo, tem os seus encantos, mas tem sobretudo muitos espinhos. Não é uma situação fácil aquela que te lego. Viverás numa casa que é tua mas que não é só tua: é propriedade de uma instituição que nela funciona e de que tu serás a menor parte. Presidirás a um Conselho Directivo que, se tudo correr bem, de vez em quando se virará contra ti. Votarás numa Assembleia Geral em que deténs a maioria absoluta dos Títulos de Participação mas em que não podes decidir nada sozinho. Dirigirás uma Fundação a que todos chamarão tua, mas que tu, saberás na verdade, não é tua. E pouco mais te posso dizer porque, por um lado, a minha experiência nesta área tem apenas alguns anos e porque, por outro, a minha situação como fundador é diferente, para melhor e para pior, do que a tua. Ao teu pai coube o mais duro, que foi recuperar o Condado da Torre, a mim coube-me o mais aliciante, que foi criar a Fundação, a ti caber-te-á o mais difícil, que é saber conservar tudo isso. António, sê digno da Fundação e faz com que a Fundação seja digna de ti. Aprende a ajustar-te à sua realidade, procura conservar os equilíbrios já conseguidos e luta por aprofundá-los. Mas acima de tudo, sê tu mesmo. Boa Sorte. Obrigada a todos pela vossa paciência. ”

A.3.2. Notas sobre a Regra de Ouro

A letra Φ (minúscula: ϕ) ou *phi* são os símbolos que representam o número de ouro. O grego Euclides de Alexandria (360 a.C. - 295 a.C.) foi um dos primeiros a estudar este número, através da divisão de um segmento de recta AB (*Elementos II, 11 e VI, 30*). O matemático Leonardo Fibonacci (1170-1250) ao investigar o modo de reprodução dos coelhos, estabeleceu em 1202 (*Liber Abaci, Livro do Ábaco*) a sucessão de números que interpretam o crescimento, isto é são ideais nas proporções humanas (0; 1; 1; 2; 3; 5; 8; 13; 21; 34; 55; 89; 144; 233; 377 etc., cuja relação tende para 0,61803 estabelecendo a base da regra de ouro). Na arquitectura o número de ouro é relacionado com as dimensões de um rectângulo, razão pela qual é também designado por *Rectângulo de Ouro*. Na música (pela relação entre números de compassos, formas, células rítmicas, inversões de melodias etc.). Em 1506, Fra Luca Pacioli (1445-1514) apresentou o número de ouro no livro *De Divina Proportioni*. Giotto di Bondone (1266-1337), Piero della Francesca (1416-1492), Leonardo da Vinci (com estudos sobre as medidas do corpo humano e particularmente o desenho Homem de *Vitruvius*, baseado na tese Pitagórica de 490-420 a.C. onde o “*homem é a medida de todas as coisas*”), Albrecht Dürer (1471-1528), Piet Mondrian (1872-1944) e Salvador Dalí (p.ex: pintura *Leda Atómica*, 1949), são alguns dos artistas plásticos que utilizaram este conceito. Le Corbusier com o Modulor (medidas modulares inicialmente

de uma pessoa com inicialmente 1,75m e, posteriormente, com 1,83m, baseada na sequência de *Fibonacci*). Em relação à natureza do crescimento, o *Nautilus* marinho auxiliou na concepção do conceito de *Espiral de Ouro*.

A.3.3. TABELAS

TABELA – A.3.1. ANTECEDENTES DA FAMÍLIA DOS MARQUESES DE FRONTEIRA.

in DÁ-MESQUITA, Marieta (1992)

Nome	Títulos	Casamentos ∞
D. Fernão Martins Mascarenhas (+ 1501)		1º D. Violante de Castro (Almada) 2º D. Isabel ou Violante Henriques
D. Manuel Mascarenhas		D. Leonor de Sousa Palha
D. Fernando Mascarenhas (+1578)		1º D. Filipa da Costa 2º D. Joana da Silva
D. Manuel Mascarenhas (+1612)		D. Francisca de Ataíde
D. Fernando Mascarenhas (1587-1651)	Iº Conde da Torre	D. Maria de Noronha
D. João de Mascarenhas (1632-1681)	Iº Marquês de Fronteira , IIº Conde da Torre	D. Madalena de Castro (+1673)
D. Fernando Mascarenhas (1656-1729)	IIº Marquês de Fronteira , IIIº Conde da Torre	D. Joana Leonor Toledo e Menezes (+ 1731)
D. João José de Mascarenhas (1679-1737)	IIIº Marquês de Fronteira , IVº Conde da Torre	D. Helena Josefa de Lencastre
D. Fernando Mascarenhas (1717-1765)	IVº Marquês de Fronteira , Vº Conde da Torre	D. Ana de Lencastre (1716-1739) teve uma filha que morreu, não deixando descendentes
D. José Luís Mascarenhas Barreto (1721-1799), irmão de D. Fernando	Vº Marquês de Fronteira , VIº Conde da Torre, VIº Conde de Cocolim	D. Mariana Josefa de Vasconcelos (1750-1796)
D. João José Luís Mascarenhas Barreto (1739-1740)	VI.º Marquês de Fronteira , VIIº Conde da Torre, VIIº Conde de Cocolim	Leonor Benedita Maria de Oyenhausen de Almeida (1778-1806), V.ª Marquesa de Alorna e IX.ª Condessa de Assumar, que uniu assim as Casas de Fronteira e Alorna.
D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto (1802-1881),	VII.º Marquês de Fronteira , V.º Marquês de Alorna, VIII.º Conde da Torre e Cocolim, VIIIº Conde de Assumar	D. Maria Constança da Câmara (1801-1860)
D. Maria Mascarenhas Barreto	VIIIª Marquesa de Fronteira , VI.ª Marquesa de Alorna, IX.ª Condessa da Torre e Cocolim, IXª Marquesa de Assumar	D. Pedro João Morais de Sarmendo (1822-1914). Deste casamento não foram deixados herdeiros
D. José Maria Barreto Mascarenhas (1856- 1930), filho de D. Carlos (1803-1861), irmão de D. José Trazimundo Barreto Mascarenhas	IXº Marques de Fronteira , VIIº Marques de Alorna, Xº Conde da Torre e Cocolim, Xº Conde de Assumar	D. Carlota de Sarmento Pinto (1867-1936)
D. José Maria Barreto Mascarenhas (1882- 1944)	Xº Marquês de Fronteira , VIIIº Marques de Alorna XIº Conde da Torre e Cocolim, XIº Conde de Assumar	D. Julieta Ofélia de Serra Penalva
D. Fernando Mascarenhas (1910-1956)	XIº Marquês de Fronteira , IXº Marques de Alorna, XIIº Conde da Torre e Cocolim, XIIº Conde de Assumar	D. Maria Margarida de Sousa Canavarro de Meneses Fernandes Costa
D. Fernando José (1945)	XIIº Marquês de Fronteira , Xº Marques de Alorna, XIIIº Conde da Torre e Cocolim, XIIIº Conde de Assumar	1º D. Isabel David Cardigos Reis 2º D. Mafalda Osório Teixeira Rebelo de Miquelino

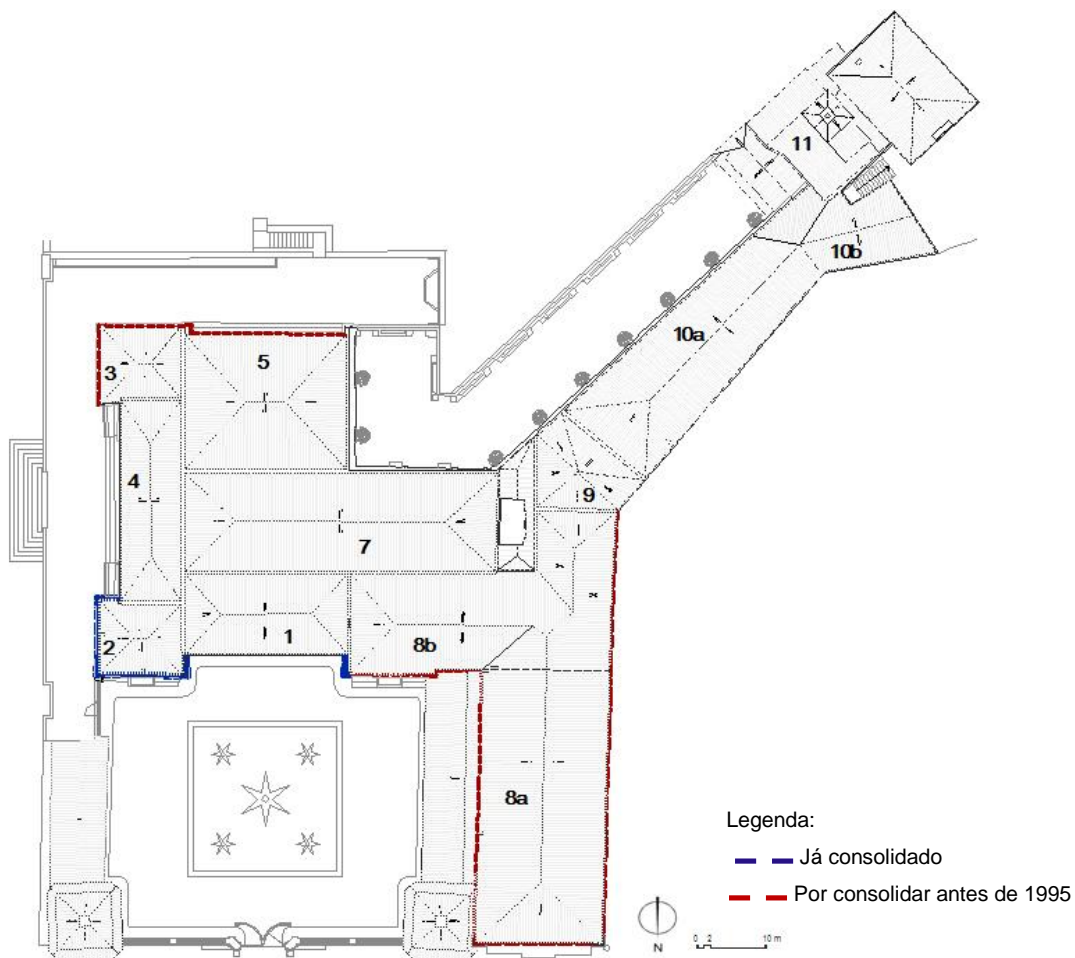


Fig. A.3.1. Planta de Coberturas - Consolidação das paredes em Alvenaria de Pedra. in A.C.E., 1994.

TABELA – A.3.2. PLANTA DE COBERTURA - Consolidação das paredes em Alvenaria de Pedra. Nota * - Paredes Revestidas com Azulejos

SECTOR	Dimensões		Fachadas	Área das Paredes em Alvenaria de Pedra			Estatuto
	Comprim.	Largura		Bruta (m ²)	Vãos (m ²)	Pregagens Bruta (m ²)	
1. Loggia Norte	12.1	5.7	N	—	—	*	Concluída
2. Torre Norte	6.1	5.1	N + E	95.1	47.3	47.8	Concluída
3. Torre Sul	6.1	5.2	E + S	100.7	54.0	*	—
4. Biblioteca	14.7	4.6	E	—	—	*	C/ cobertura provisória
5. Sala das Batalhas	12.0	10.0	S	107.4	52.0	55.4	C/ escoramento
6. Sala de Juno e 4 Elementos	13.3	7.2	N	85.5	50.0	35.5	—
7. Átrio – Sala dos Painéis	22.8	7.3	5	—	—	*	—
8a. Ala séc. XVIII	19.7	9.5	E + N	262.0	139.0	123.0	—
8b. Ala séc. XVIII	11.7	5.7	O	210.0	110.0	100.0	—
9. Cozinha e Quarto. Hospedes	6.0	7.5	O	80.5	43.5	37.0	—
10a. Anexos	20.6	6.5					
10b. Anexos	8.7	5.7					
11. Capela	10.0	8.5	—	—	—	—	—

TABELA – A.3.3. PLANO DE RESTAUROS DO PALÁCIO FRONTEIRA (1994)

IV - OBRAS PROGRAMADAS		
A – Obras nos Edifícios		Custo (Esc.) Estim.
1.	Sala das Batalhas	
1.1.	Intervenção de emergência: Escoramento preventivo dos tectos em estuque trabalhado (séc. XVIII) após queda parcial do mesmo	1.500.000\$00
2.	Torrinha Norte	
2.1.	Terminar as obras da Torrinha Norte	2.000.000\$00
3.	Torrinha Sul	
3.1.	Renovar o telhado da Torrinha Sul	2.500.000\$00
3.2.	Recuperar e Restaurar as paredes, pinturas murais e de tectos, estuques e azulejaria da Torrinha Sul	3.500.000\$00
4.	Fachada Norte	
4.1.	Restaurar os estuques e pinturas a fresco na Loggia da Fachada Norte	4.000.000\$00
5.	Átrio	
5.1.	Restaurar a fachada nascente e o seu telhado	1.000.000\$00
6.	Biblioteca	
6.1.	Renovar a fachada nascente e o seu telhado	30.000.000\$00
7.	Sala das Batalhas (continuação)	
7.1.	Renovar o telhado	30.000.000\$00
7.2.	Restaurar os estuques	10.000.000\$00
7.3.	Recuperar as paredes	15.000.000\$00
7.4.	Restaurar os painéis de azulejos	1.000.000\$00
A – Obras nos Edifícios		Custo (Esc.) Estim.
8.	Sala de Juno e dos Quatro Elementos	
8.1.	Renovar telhados	
8.2.	Restaurar estuques e pinturas nos tectos e paredes	31.000.000\$00
9.	Sala dos Painéis e Entrada	
9.1.	Renovar telhados	
9.2.	Restaurar estuques e marmoreados do tecto e paredes	34.000.000\$00
10.	Quarto Principal e Cômodos Anexos	
10.1.	Renovar telhados	
10.2.	Restaurar estuques e pinturas	52.000.000\$00
11.	Ala do séc. XVIII (restante)	
11.1.	Renovar o telhado	
11.2.	Restaurar o estuques em tectos	5.000.000\$00
12.	Quarto de Hóspedes e Saguão da Cozinha	
12.1.	Renovar os telhados	
12.2.	Restaurar os tectos	5.000.000\$00
13.	Quarto de Hóspedes, de empregados e arrumos	
13.1.	Renovar os telhados	16.000.000\$00
13.2.	Reorganizar os quartos existentes para criação de duas suítes com instalações sanitárias completas	5.000.000\$00
14.	Capela e Anexos	
14.1.	Renovar os telhados	5.000.000\$00
14.2.	Restaurar as paredes e tectos	1.000.000\$00
15.	Renovar as infra-estruturas	
15.1.	Canalizações	15.000.000\$00
15.2.	Caixilharia de todos os vãos	20.000.000\$00

Nota: 1000\$00 = 5€

Realização de um Plano de Restauros do Palácio Fronteira, com enumeração de prioridades, para a candidatura ao IPPAR e Fundação Calouste Gulbenkian. Este era constituído por: IV Obras Programadas, Listagem de obras a fazer e ainda não programadas e Faseamento.

TABELA – A.3.4. LISTAGEM DE OBRAS AINDA NÃO PROGRAMADAS DO PLANO DE RESTAUROS DO PALÁCIO FRONTEIRA (1994)

LISTAGEM DE OBRAS A FAZER AINDA NÃO PROGRAMADAS	
Garagens (telhado e adaptação para escritório da Fundação)	
Torreão Leste e anexos (telhados, estuques, etc.)	
Gradeamentos (restauro)	
Pombal (recuperação e adaptação – pintura exemplar de losangos)	
Casa no Tardoz da Galeria dos Reis (Adaptação e Renovação)	
Muro limite da propriedade (Recuperação Aumentos pontuais)	
Segurança (instalação de infra-estruturas para prevenir a intrusão e alarme contra incêndio)	
Namoratório, junto ao ribeiro (Restauro)	
Caramanchão no Jardim Grande (Restauro)	
Galeria dos Reis e Escadaria (Restauro com fixação da estatuária)	
Latadas (Restauro)	
Plano de água, frente a fachada nascente (Reconstituição)	
Lagedo envolvente do Palácio (Restauro)	
Balaustradas (Restauro)	
Praça de Touros (Remover a construção recente e Restaurar a do inícios do século passado)	
Azulejos da Galeria dos Reis (Restauro)	

TABELA – A.3.5. FASEAMENTO DAS OBRAS DO PLANO DE RESTAURO (1994)

FASEAMENTO - Período Prévio		
0.	Resto do ano de 1994	
0.1.	Sala das Batalhas	
	Intervenção de emergência: Escoramento preventivo dos tectos em estuque trabalhado (séc. XVIII) após queda parcial do mesmo	1.500.000\$00
	Renovação do telhado.....	11.000.000\$00
	Recuperação das paredes	4.000.000\$00
0.2.	Torrinha Norte	
	Terminar as obras da Torrinha Norte	2.000.000\$00
0.3.	Torrinha Sul	
	Renovar o telhado da Torrinha Sul	2.500.000\$00
	Recuperar e Restaurar as paredes pinturas murais e de tectos, estuques e azulejaria da Torrinha Sul	3.500.000\$00
0.4.	Fachada Norte	
	Restauro de estuques e pinturas a fresco na Loggia da Fachada Norte	4.000.000\$00
0.5.	Átrio	
	Restaurara estuque e pinturas do Atrio	1.000.000\$00
Total 0. (1994)		29.500.000\$00

TABELA – A.3.5. FASEAMENTO DAS OBRAS DO PLANO DE RESTAURO (1994) - concl.

1.	Triénio 95/96/97	
1.1.	Ano de 1995	
1.1.1.	Biblioteca	
	Renovação da fachada Nascente e do seu telhado	30.000.000\$00
1.1.2.	Sala das Batalhas (continuação)	
	Renovação do telhado	19.000.000\$00
	Restauro dos estuques	10.000.000\$00
	Recuperação das paredes	11.000.000\$00
	Restauro dos painéis de azulejos	1.000.000\$00
Sut -Total 1.1. (1995)		71.000.000\$00
1.2.	Ano de 1996	
1.2.1.	Salas de Juno e dos 4 Elementos	
	Renovar os Telhados	
	Restaurar estuques e pinturas nos tectos e paredes	31.000.000\$00
1.2.2.	Sala dos Painéis e Entrada	
	Renovar telhados	
	Restaurar estuques e marmoreados do tecto e paredes	34.000.000\$00
Sub -Total 1.2. (1996)		65.000.000\$00
1.3.	Ano de 1997	
1.3.1.	Quarto Principal e Cômodos Anexos	
	Renovar Telhados	
	Restaurar estuques e pinturas	52.000.000\$00
Sub -Total 1.3. (1997)		52.000.000\$00
Total 1. (1º Triénio – Sub - Totais 1.1+1.2+1.3.)		188.000.000\$00
2.	Triénio 98/99/2000	
2.1.1.	Ala séc. XVIII restante	
2.1.1.	Renovação do telhado	
	Restauração de estuques em tectos	25.000.000\$00
Sub – Total 2.1. (1998)		25.000.000\$00
2.2.	Ano de 1999	
2.2.1.	Quarto de Hóspedes e Saguão da Cozinha	
	Recuperação de telhados	
	Restauro de Tectos	5.000.000\$00
	Reorganização dos quartos existentes para criação de duas suites com instalações sanitárias completas	5.000.000\$00
2.2.2.	Quarto de Hóspedes, de Empregados e Arrumo	
	Renovação de telhados	16.000.000\$00
2.2.3.	Capela e Anexos	
	Renovação dos Telhados	5.000.000\$00
Sub – Total 2.2. (1999)		32.000.000\$00
2.3.	Ano de 2000	
	Renovação de infra-estruturas	
	Canalizações	15.000.000\$00
	Caixilharia de todos os vãos	20.000.000\$00
Sub -Total 2.3. (2000)		32.000.000\$00
Total 2. (2º Triénio – Sub -Totais 2.1.+2.2.+2.3.)		92.000.000\$00
TOTAL GERAL (totais 0. + 1. + 2.)		309.500.000\$00

Nota: 1000\$00 = 5€

TABELA – A.3.6. ESTIMATIVA DE CUSTOS REALIZADA PELA FCFA (1994) PARA O PERÍODO DE 1995 A 2000, QUE CONSIDERAVA A RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DAS COBERTURAS E DAS PAREDES DE ALVENARIA DE PEDRA.

SECTORES DO PALÁCIO	COBERTURA (C.)	PAREDES EM ALVENARIA (C.)	TOTAL ESTIMADO (C.)	OBS.
1. Loggia Norte	-	-	-	J.R.
2. Torre Norte	-	-	-	J.R.
3. Torre Sul	2,500	2,500	5,000	-
4. Biblioteca	-	-	30,000	V.G.
5. Sala das Batalhas	11,000 19,000	4,000 11,000	15,000 30,000	Fase I (95) Fase II (96)
6. Salas de Juno e dos 4 Elementos	18,000	5,000	23,000	-
7. Sala dos Painéis e Entrada	24,000	6,000	30,000	-
8-a. Ala Séc. XVIII (Quarto Principal e Cómodos)	20,000	15,000	35,000	-
8-b. Ala Séc.XVIII	15,000	7,000	22,000	
9. Cozinha e Quarto de Hóspedes	4,000	1,000	5,000	-
10-a/b. Anexos	12,000	4,000	16,000	.
11. Capela e Anexos	4,000	1,000	5,000	-

Nota: 1C. = 5€

TABELA – A.3.7. ENUMERAÇÃO DOS ESPAÇOS NO PALÁCIO FRONTEIRA EM 2009

Secção	Utilização	Classificação	Quantid.	Área aprox. (m ²)	
Piso Térreo	Zona reservada à Fundação das Casas de Fronteira e de Alorna	Escritórios	2	85.25	
		Espaços de circulação	-	15.68	
		Instalações Sanitárias	3	9.54	
		Oficina de restauro de Azulejos (Torrinha Nascente)	1	10.56	
		Arrumos (Torrinha Nascente)	1	16.39	
		Loja (Torre Norte)	1	36.88	
	Total de espaços/ Área			8	174.30
	Zona de Habitação	Torrinha (escritório)	1	15.38	
		Espaço de circulação (corredores)	-	30.77	
		Sala de Estar (Sala do Jardim Grande)	1	35.14	
		Sala de Estar (Torre Sul)	1	36.49	
		Cozinha	1	14.69	
		Quartos	3	42.77	
		Sala de Refeições	1	38.46	
		Instalações Sanitárias	4	19.9	
<i>Closet</i>	1	7.59			

**TABELA – A.3.7. ENUMERAÇÃO DOS ESPAÇOS NO
PALÁCIO FRONTEIRA EM 2009 (cont.)**

Piso Térreo	Zona de Habitação	Zona de passar-a-ferro	1	12.28
		Quarto dos funcionários	1	23.13
		Arrumos	4	113.74
		Garrafeira	1	11.61
		Zona da lenha	1	9.53
		Arquivos (antiga copa)	1	8.91
		Garagens (torrinha Norte)	2	85.93
		Espaço para o Motorista (Torrinha Nascente)	1	7.37
		Espaço Técnico	2	1.02
	Total de espaços/ Área		27	514.71
	Zona de visita/ exposições	Hall de entrada	1	18.38
		Espaço de circulação	-	19.94
		Antiga cozinha	1	29.40
	Total de espaços/ Área		2	68.26
Espaços Comuns de Habitação e Visita	Loggia Norte	1	18.38	
	Pátio de Entrada (exterior)	1	425.32	
Total de espaços/ Área		2	443.70	
Piso 1	Zona reservada à Fundação das Casas de Fronteira e de Alorna	Arrumos (Torre Norte e Torre Sul)	2	25.31+ 25.19
		Total de espaços/ Área		2
	Zona de visita/ exposições	Loggia Norte	1	59.09
		Biblioteca	1	58.42
		Sala das Batalhas	1	107.18
		Sala Holandesa/ Sala de Refeições	1	71.08
		Sala de Juno	1	52.86
		Sala Íntima	1	28.23
		Galeria das Artes	1	243.86
		Hall para Capela	1	20.17
		Capela	1	28.57
	Total de espaços/ Área		9	699.91
	Espaços Comuns de Habitação e Visita	Hall de entrada	1	30.45
		Total de espaços/ Área		1
	Zona de Habitação da família Mascarenhas	Quarto de Aparato	1	58.43
		Sala de Estar	3	36.81
		Sala de Refeições	1	16.95
		Instalações Sanitárias	3	10.75
		Espaço de circulação	-	23.04
		Arrumos	3	26.33
		Hall	1	5.06
Total de espaços/ Área		12	177.37	

**TABELA – A.3.7. ENUMERAÇÃO DOS ESPAÇOS NO
PALÁCIO FRONTEIRA EM 2009 (conc.)**

	Zona de Habitação destinada para os funcionários	Sala de estar	1	15.78	
		Copa	1	7.23	
		Cozinha	2	38.18	
		Dispensa	1	3.99	
		Lavandaria	1	30.62	
		Instalação Sanitária	2	10.59	
		Espaço de circulação	-	16.88	
		Arrumos	1	8.18	
		Casa das Arcas (Arrumos)	1	12.03	
Total de espaços/ Área			10	143.48	
Piso 2	Zona reservada à Fundação das Casas de Fronteira e de Alorna	Escritórios	1	38.88	
		Instalações Sanitárias	1	5.00	
	Total de espaços/ Áreas			2	43.88
	Zona de Habitação Da Família Mascarenhas	Quartos	2	43.32	
		Sala de Estar	1	20.73	
		Instalação Sanitária	1	9.74	
		Hall	1	89.01	
		Espaço de circulação	-	11.34	
	Total de espaços/ Área			4	174.14
	Zona de Habitação reservada aos funcionários	Zona de Passar-a-ferro	1	13.32	
		Espaço de circulação	-	41.25	
		Quartos	5	64.48	
		Instalações Sanitárias	1	3.68	
		Arrumos	1	39.26	
	Total de espaços/ Área			8	161.99
Piso 2	Torreão Poente	Sala de Estar e Cozinha	1	22.42	
		Closet	1	6.23	
		Instalação Sanitária	1	1.53	
		Espaço de circulação	-	1.61	
	Total de espaços/ Área			3	30.79
Piso 3	Torreão Poente	Quarto	1	25.34	
		Instalação Sanitária	1	4.08	
		Espaço de circulação	-	1.58	
	Total de espaços/ Área			2	31.00

TABELA – A.3.8. QUANTIFICAÇÃO DAS ÁREAS NO PALÁCIO FRONTEIRA, 2009

TIPO DE MEDIDA POR SECTOR DO PALÁCIO	Área aprox. (m ²)
Área de Implantação	2522.00
Área de Construção/ Bruta do Piso Térreo.....	1018.00 (Corpo central) + 62.00 (Torrinha) + 425.32 (Pátio) = 1505.32
Área de Construção/ Bruta do Piso 1.....	1500.80 + (Casa de fresco) 26.70 = 1527.50
Área de Construção/ Bruta do Piso 2.....	448.00 (Ala Séc. XVIII) + 46.60 (Torreão) = 494.60
Área de Construção/ Bruta do Piso 3.....	46.60
Área de Const./ Bruta total (Piso T. + Piso 1 + Piso 2 + Piso 3)	3574.02
Área de Habitação do Piso Térreo.....	533.09
Área de Habitação do Piso 1.....	320.85
Área de Habitação do Piso 2.....	366.92
Área de Habitação do Piso 3.....	31.00
Área Habitação Total (Piso T. + Piso 1 + Piso 2 + Piso 3)	1251.86
Área para visita ou serviços de Fundação, do Piso Térreo.....	686.26
Área para visita ou serviços de Fundação, do Piso 1.....	780.86
Área para visita ou serviços de Fundação, do Piso 2.....	43.88
Área para visita ou serviços de Fundação, do Piso 3.....	0
Área Total para visita ou serviços de Fundação, (Piso T. + Piso 1 + Piso 2 + Piso 3)	1511.00
Área Útil do Piso Térreo.....	1200.97
Área Útil do Piso 1.....	1101.71
Área Útil do Piso 2.....	410.80
Área Útil do Piso 3.....	31.00
Área Útil total (Piso T. + Piso 1 + Piso 2 + Piso 3)	2744.48

**TABELA – A.3.9. QUANTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DOS JARDINS DO
PALÁCIO FRONTEIRA, 2009**

TIPO DE ESPAÇO	Área aprox. (m²)
Área de Implantação do complexo da Quinta dos Marquesses de Fronteira e Alorna.....	61100.00
Área de construção do Jardim Formal.....	5077.84
Área de construção Jardim de Vénus.....	1470.16
Área de construção da Galeria dos Reis.....	456.00
Área de construção do Tanque dos Cavaleiros.....	450.00
Área de construção dos Pomares.....	16350.00
Área de construção da Zona de Bosque.....	28190.00
Área de construção Total da Quinta dos Marquesses de Fronteira e Alorna	51994.00

A.3.4. PEÇAS GRÁFICAS

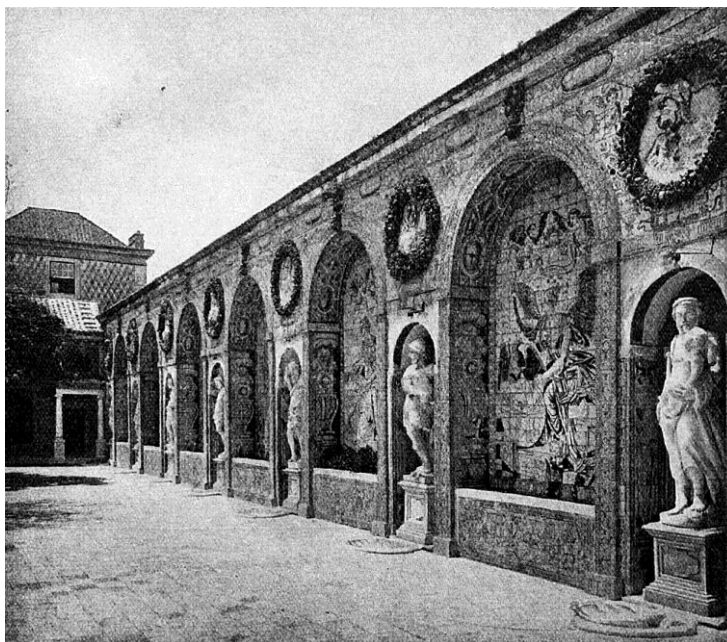


Fig.A.3.2 Galeria das Artes, onde se pode observar no torreão a Poente uma pintura em *trompe l'oeil*, em losangos alternados. in SEQUEIRA, Gustavo Matos (195--).

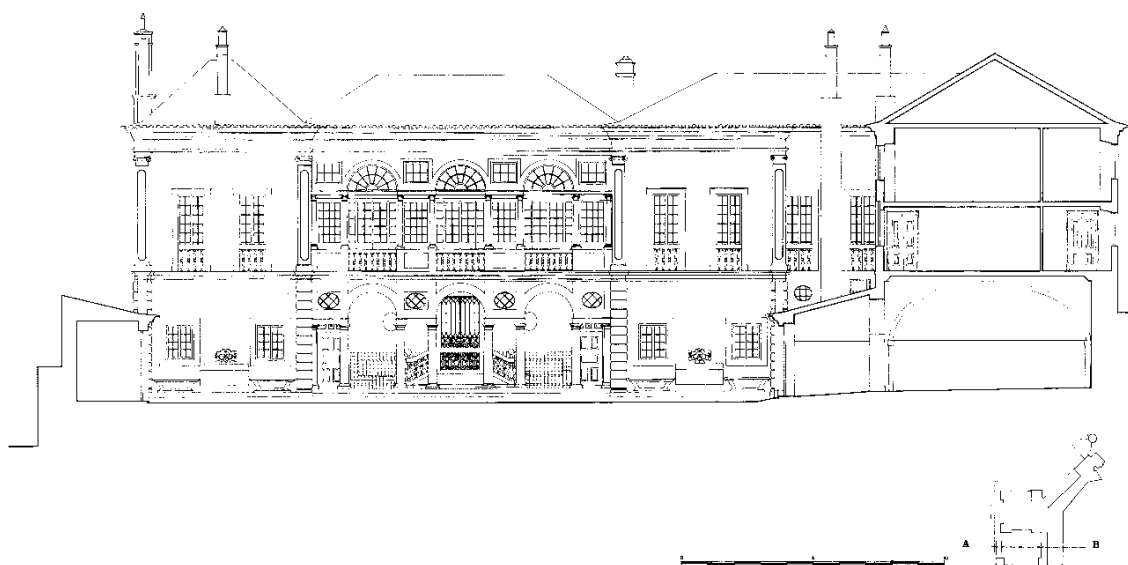


Fig. A.3.3 Desenho de Alçado Este de Frederico George nos anos 60 (cima) e Loggia Norte – Vista do Pátio de Entrada, 1959, S.a.



Fig. A.3.4 Espaço interior do primeiro andar da Loggia Norte antes de ser encerrada. *in* BINNEY, Marcus (1987).



Fig. A.3.5 Obras de iluminação, na Sala das Batalhas, realizadas em 1990. Vista para Poente. Foto da Autora (2007).



Fig. A.3.6. Ala do séc. XVIII – Vista de Noroeste, antes das obras de reabilitação.
in DÁ-MESQUITA, Marieta (1992).



Fig. A.3.7. Campo de Cultivo da Quinta antes da intervenção. Prof. Jorge N. Bastos, 1996.



a. Espaços interiores - piso térreo, (vista para Noroeste e Sudeste) e piso 1 (vista para Sudeste).



d. Tecto dos anexos do Palácio.

Fig. A.3.8. Espaços Interiores dos anexos do Palácio dos Marquês de Fronteira e Alorna, porta nº2, após a sua intervenção em 2001. Fotos da Autora (2008).

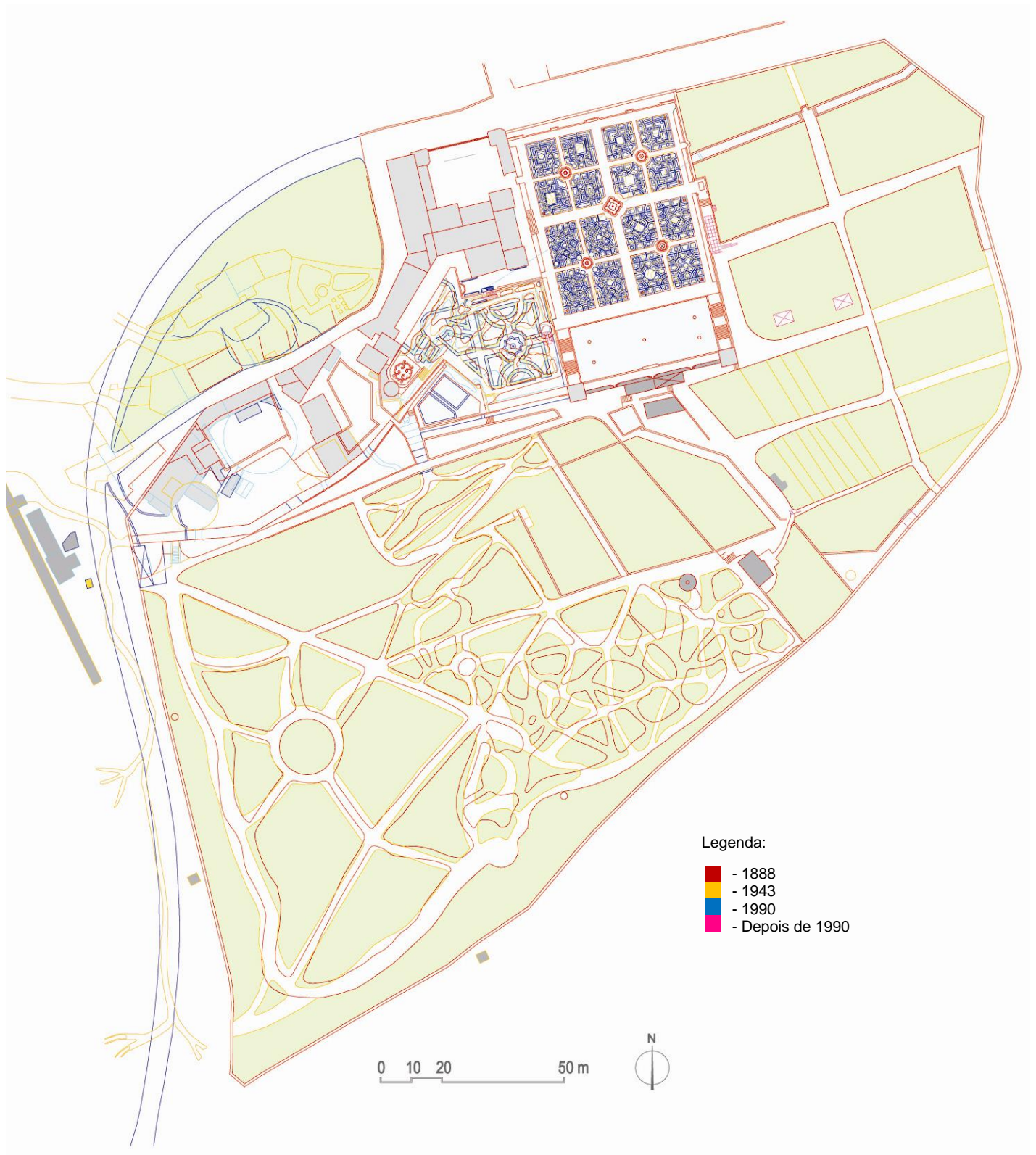


Fig. A.3.9. Planta da Quinta dos Marqueses de Fronteira e Alorna – Evolução construtiva.

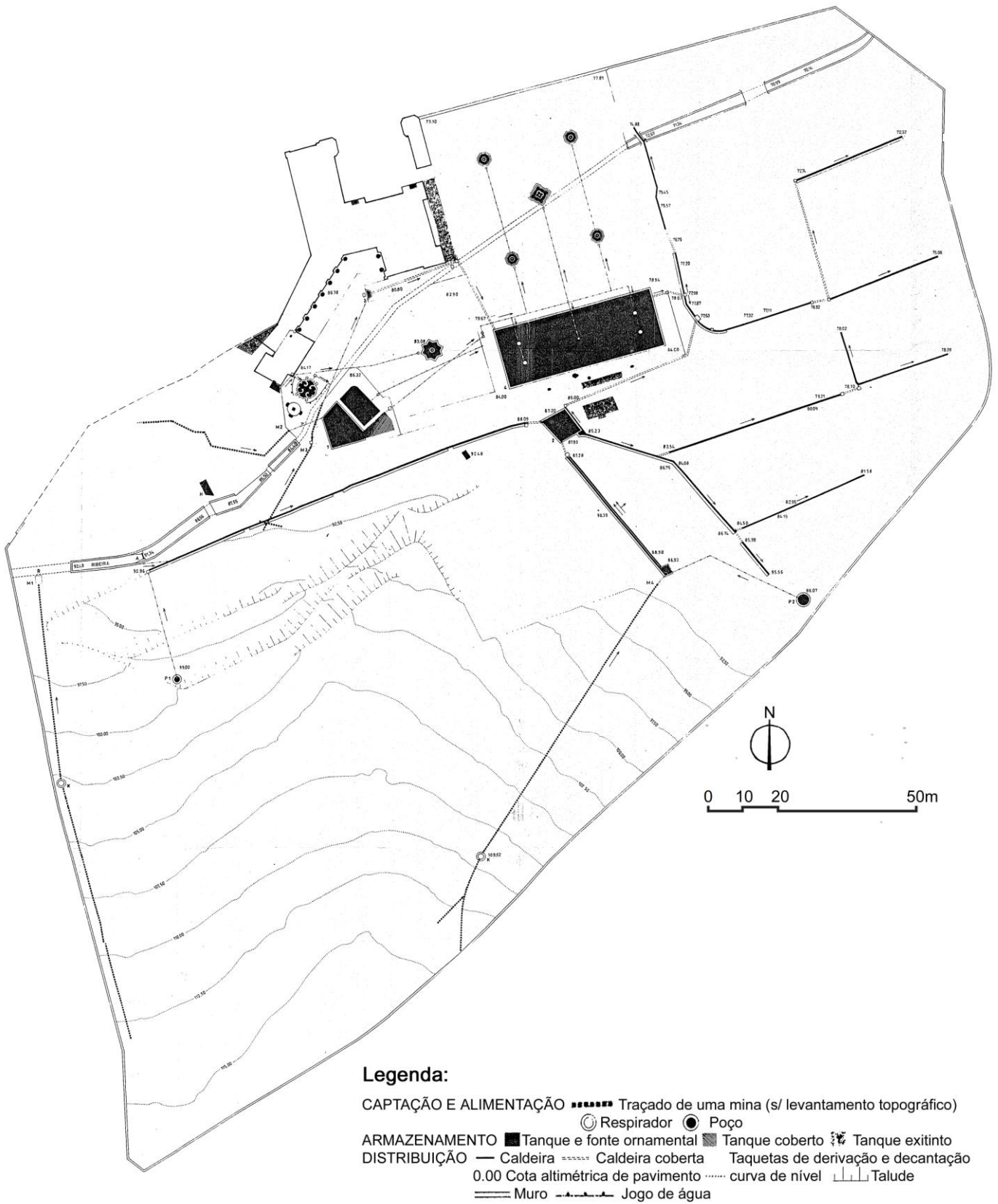


Fig. A.3.10. Planta do sistema hidráulico existente (arq. pais. João Mateus, 1997).



Fig. A.3.11. Obras de Recuperação na Fonte da Fachada Norte.
Foto da Autora (Junho de 2008).



Fig. A.3.12. Pinturas dos espaços interiores da Torre Sul, vista para SW e SE, a necessitarem de serem reabilitadas. Foto de Autora (2008).

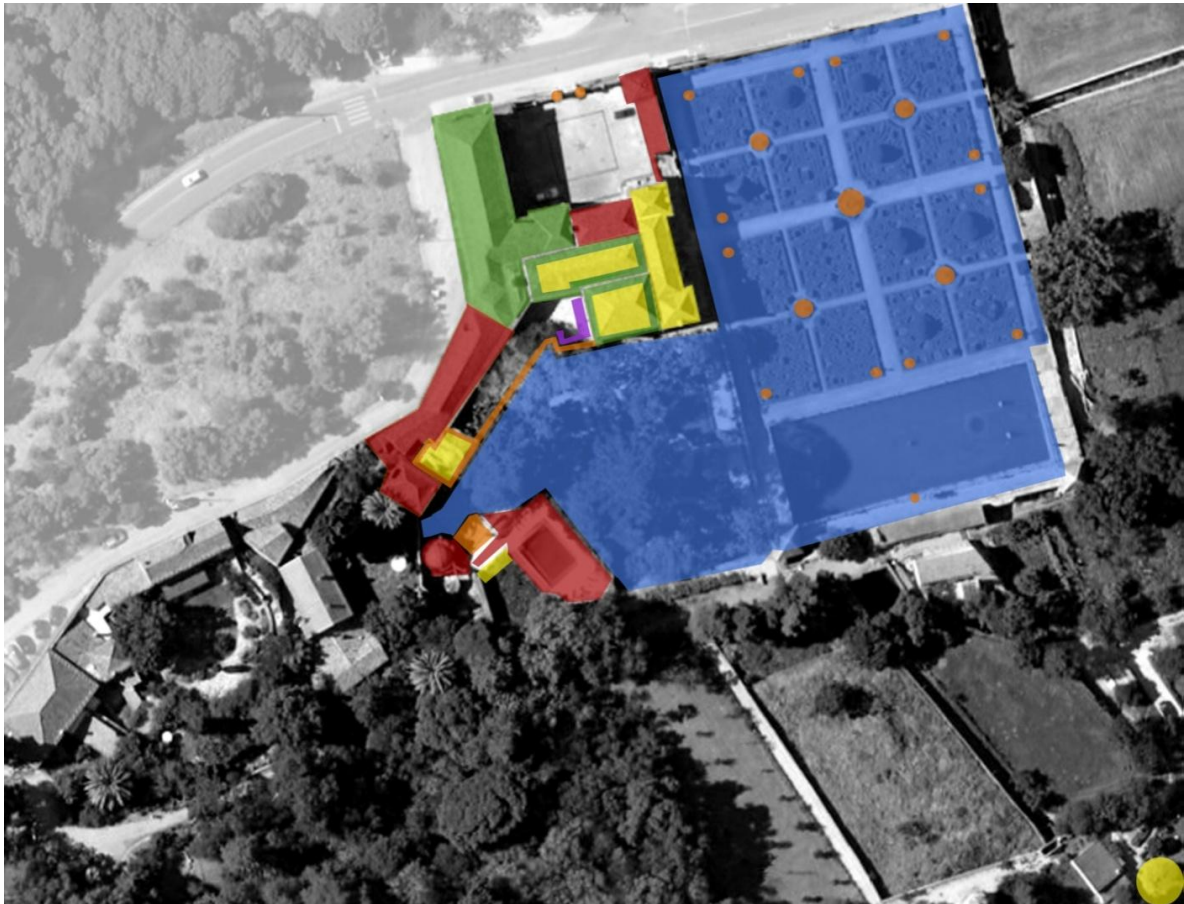


a. Zona de acesso aos quartos dos funcionários e zona de arrumação.



b. Zona de arrumação. Vista para Poente.

Fig. A.3.13. Necessidade de obras de Recuperação dos espaços Interiores do Piso 2.
Fotos da Autora (2008)



Legenda:

- FCFA – Fundação das Casas de Fronteira e Alorna
- DGEMN – Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais
- IPPAR – Instituto Português do Património Arqueológico
- ERPS – Escola de Recuperação do Património de Sintra
- IPAMB – Instituto de promoção Ambiental e
ICN – Instituto de Conservação da Natureza
- FRESS – Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva

Fig.A.3.14 Entidades que participaram na reabilitação Palácio. Montagem da Autora (2010).

ANEXO 4. - Relativo ao Cap. 3. –

A Fundação das Casas de Fronteira e de Alorna (FCFA)

Algumas das actividades e estratégias realizadas pela Fundação das Casas de Fronteira e de Alorna desde 1988 a 2007 são de destacar. A importância dos apoios facultados pela FCFA, por outras instituições e diversos tipos de mecenatos, foram decisivos para a realização de visitas e das obras de conservação e reabilitação no Palácio Fronteira.

Em **1988**, foram realizados ciclos⁷¹, colóquios, conferências, encontros e visitas temáticas. Algumas destas actividades tiveram o apoio⁷² ou a colaboração de outras entidades⁷³. No ano de **1989**, a percentagem das visitas cresceu, passando a três vezes semanais. Aumentou o número de actividades realizadas pela FCAF e as parcerias com outras entidades. Foi feita ainda, a primeira aquisição pela Fundação - dois cadernos com manuscritos da 4ª Marquesa de Alorna ou *Alcipe*⁷⁴. Em **1990**, o número de visitas ao Palácio e Jardins manteve-se, descendo a percentagem das visitas temáticas, dos ciclos dos colóquios e dos encontros, tendo também diminuído as actividades por iniciativa da FCFA. Não se concretizaram eventos com o apoio de outras entidades, no entanto a FCFA apoiou a realização de algumas actividades de outras entidades, nos espaços do Palácio e jardins, tendo cedido à fundação Calouste Gulbenkian catorze esculturas para a Exposição Antropológica de João Cutileiro organizada pelo Centro de Arte Moderna⁷⁵.

O número das visitas ao Palácio Fronteira e respectivos Jardins voltou a aumentar em **1991** passando a ser diária, mantendo-se a redução de preço aos primeiros Domingos de cada mês. Face á inexistência das visitas temáticas neste ano, aumentaram as visitas guiadas, as actividades por iniciativa da Fundação e o apoio a actividades de outras instituições⁷⁶. No ano de **1992**, manteve-se o número de visitas guiadas e de actividades realizadas pela instituição. Diminuiu o número de actividades de outras entidades apoiadas pela FCFA, mas aumentaram em colaboração com outras entidades⁷⁷.

Por sua vez, em **1993**, a FCFA passou a fundamentar as suas actividades pelos seus Estatutos, utilizando o conceito de património cultural⁷⁸. Neste ano, foram publicadas referências ao Palácio em Jornais e Revistas, bem como os seguintes artigos “*Coté*

⁷¹ - Entre 26 e 30 de Setembro de 1988 foi realizada a *Semana sobre a História da Arquitectura*, que contou com a participação de Paulo Varela Gomes, Rafael Moreira, Paulo Pereira, José Eduardo Correia, João Vieira Caldas e Leonor Ferrão.

⁷² - As duas actividades que tiveram o apoio de outras entidades foram, a gravação na Sala das Batalhas de um disco de “*Música Portuguesa Maneirista*”, do Cancioneiro Musical de Belém pelo *Segrés de Lisboa* com o patrocínio dos CTT/TLP e o lançamento do primeiro disco do *Miso Ensemble* também na Sala das Batalhas.

⁷³ - As actividades, resultado da colaboração entre a FCFA com outras entidades foram: a 14 de Abril de 1988, a conferência do Doutor Ignace Claeys Bouuaert, Professor na Universidade de Gand, sobre “*Problèmes Fiscaux des Maisons Historiques dans les États de la Communauté Economique Européene*”; a 8 de Dezembro do mesmo ano, o concerto de Canto Virginal com a interpretação musical de Mário Marques e Cremilde Rosado Fernandes, a pedido da Comissão para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

⁷⁴ - Curriculum – *Fundação das Casas de Fronteira e Alorna*, S.a, pp.9-11.

⁷⁵ - Idem, pp.13 e 14.

⁷⁶ - Idem, pp.16 e 17.

⁷⁷ - Idem, pp.19 e 20.

⁷⁸ - “*Os fins da Fundação são os estabelecidos no art. 4º dos estatutos: 1 – (i) cuidar do seu património material; (ii) cultivar o seu património cultural; (iii) promover a investigação, a criação artística e a formação cultural. 2- Entende-se por património material da Fundação, o conjunto designado por Jardins e Palácio dos Marqueses de Fronteira, assim como todos os bens móveis ou imóveis de sua propriedade, presente ou futura. 3 - O património cultural a cultivar pela Fundação é, por ordem de prioridades, o seguinte (a) o património cultural incorporizado no seu património material e o relativo à família que o construiu e preservou, cuja história está indissolúvelmente ligado; (b) o património cultural português e de influência portuguesa, o europeu e o da humanidade em geral” in Fundação das Casas de Fronteira e Alorna. <http://www.frenteira-alorna.pt/index.htm> - pesquisa efectuada dia 4 de Julho de 2009.*

Sud, Vogue (Madrid), *Travées* (Le Répertoire), *Architectural Digest*, *Atlantis, Follow Me*, *Ulysse* e as entrevistas de Fernando Mascarenhas, como *Ágora*, *O Quê?*, *Olá* e *Fortuna*. Destacamos o protocolo estabelecido entre Fundação e a Câmara Municipal de Ponte de Sôr, a 15 de Maio de 1993, sendo a primeira vez que a FCFA desenvolve actividades fora do Palácio Fronteira⁷⁹.

Em **1994**, foram novamente feitas referências ao Palácio Fronteira em revistas e jornais e Dr. Fernando Mascarenhas entrevistou em programas televisivos. O tipo de actividades foi bastante diversificado tal como anos anteriores, mantendo-se o protocolo entre a FCFA e a C.M. de Ponte de Sôr. Ainda neste ano, foi criado o “Projecto Camões” que, dispondo do subsídio do Instituto Camões, pôde convidar intelectuais Brasileiros para realizar conferências, recitais, *workshops* e debates em Portugal. Aumentaram assim, as actividades fora da sede da FCFA, cresceu a sua programação cultural e o seu âmbito de acções foi internacionalizado. A política de contenção de despesas levou a que a Fundação arranjasse alternativas para a aquisição de peças e livros ligados à história do Palácio e da família Mascarenhas⁸⁰.

No ano de **1995**, aumentou o número de publicações, como monografias e referências em livros. Mantiveram-se os protocolos da FCFA com a C.M. de Ponte de Sôr e o Instituto Camões, através do “Projecto Camões”. Para promover a edição crítica da obra da Marquesa de Alorna foi iniciado o “Projecto de Edição crítica da obra de Alcipe” inserido no Programa Lusitânia da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, dispondo de um subsídio de três anos. Observou-se a diminuição das actividades na área da música no Palácio Fronteira, pela falta de afluência do público e a conseqüente desistência da Orquestra Metropolitana de Lisboa do programa planeado para 1995⁸¹. Em **1996**, manteve-se a percentagem do número de visitas ao Palácio Fronteira e das actividades da FCFA. Continuou o levantamento e digitalização documental, bem como, o tratamento da informação pelo projecto “Edição Crítica da Marquesa de Alorna”. Mantiveram-se os protocolos entre a FCFA, a C.M. de Ponte de Sôr e o Instituto Camões. As actividades, como música, dança e teatro, foram as que menos ocorreram. Foi estabelecido em 1996 o Serviço Educativo do “Projecto de Educação Ambiental” que resultou do protocolo entre a FCFA e dois organismos do Ministério do Ambiente, tais como, o Instituto de Promoção Ambiental - IPAMB e o Instituto de Conservação da Natureza - ICN. Este, combinava a educação ambiental e patrimonial com as Novas Tecnologias⁸². As suas actividades decorreram nos Jardins do Palácio e abrangiam, inicialmente, uma vertente ambiental. Em **1997**, mantiveram-se os protocolos da FCFA com a C.M. de Ponte de Sôr e o Instituto

⁷⁹ - Curriculum – Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, S.a, pp.22-26.

⁸⁰ - Idem, pp.28-33.

⁸¹ - Idem, pp.22-26.

⁸² - De uma forma lúdica o projecto destina-se ao ensino de um público-alvo constituído principalmente por crianças e jovens. Como tal, existem duas técnicas de Educação que coordenam visitas temáticas, elaboram guiões, conduzem sessões de informática, num espaço com computadores, scanners, impressoras, máquinas fotográficas, enciclopédias e atlas digitais. *in Fundação das Casas de Fronteira e Alorna*. <http://www.fronteira-alorna.pt/index.htm> - pesquisa efectuada dia 4 de Julho de 2009.

Camões, tendo este último terminado em Junho. Iniciaram-se as actividades do “Projecto de Educação Ambiental” que consistiram, na elaboração e teste de fichas para alunos do ciclo preparatório. No total, ao abrigo deste Programa, os Jardins foram visitados por 1399 alunos e 215 docentes. As áreas de conhecimento mais abrangidas pelas actividades da Fundação foram as de ciências sociais, ensino, história, literatura, pintura e natureza, sendo que, esta última possuiu um especial destaque. Neste ano, foi ainda aprovado o apoio financeiro pelo IPAMB, do ICN e do Programa Ambiente da União Europeia, para a concretização de obras de reabilitação dos Jardins do Palácio Fronteira.

Em **1998**, predominaram as actividades realizadas pela FCFA no Palácio e Jardins relativamente às efectuadas em coordenação com outras entidades, embora se tenha mantido o protocolo com a C.M. de Ponte de Sôr. Aumentou a diversidade das áreas do conhecimento nas actividades promovidas pela FCFA, sendo que a ligada à música cresceu relativamente ao ano anterior. A data de **1999** correspondeu ao último ano do “Projecto de Edição crítica da obra de Alcipe”. Iniciou-se o Projecto denominado “A Nobreza em Portugal Hoje”, com o apoio da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e do ICS, que incluiu reuniões, visitas de estudo e a organização de um pequeno seminário. Realizaram-se variadas actividades com as crianças e seus docentes. Em Junho, este projecto desenvolveu uma vertente informática e o trabalho resultante foi candidato ao Programa da bolsa mundial “*Young Minds In Motions*”, financiado pela *Microsoft Portuguesa*⁸³.

Em **2000**, predominaram as actividades ligadas à literatura, história e ciências sociais. O Projecto de “Edição crítica da obra de *Alcipe*”, concorreu ao “Programa Sapiens 99”, tendo sido aprovado com o apoio do ICAM. Nesta sequência, iniciou-se um novo trabalho de investigação designado como “Projecto Sala das Batalhas”, que consistia na compreensão global deste espaço. Neste ano, foi também lançado o projecto das “Janelas Abertas”, com o total de 254 alunos, 162 professores e 416 visitantes. Durante o “Projecto de Educação Ambiental” o número de visitas reduziu-se, apesar do grande número de solicitações, de modo a controlar o estado de conservação do Monumento. Para além do protocolo com a C.M. de Ponte de Sôr, foi estabelecido um com a Câmara Municipal de Monforte e, um novo, com a Orquestra Metropolitana de Lisboa, segundo moldes diferentes do primeiro protocolo - com menos concertos e associados a outros eventos como p. ex: a “Homenagem à IV Marquesa de Alorna Alcipe”. Foi o ano em que ocorreram mais actividades em colaboração com outras entidades.

Em **2001**, mantiveram-se os projectos de investigação do ano anterior: “*Edição crítica da obra de Alcipe*”, “*Sala das Batalhas*”, “*A Nobreza em Portugal Hoje*”, “*Educação Ambiental*”. “*Janelas Abertas*”. Confirmaram-se os protocolos da Fundação com a C.M. de Ponte de Sôr, com a C.M. de Monforte e com a Orquestra Metropolitana de Lisboa.

⁸³ - Idem, pp.63-70.

Verificou-se um aumento das actividades realizadas pela FCFA no Palácio e Jardins, sendo na sua maioria, ligadas às artes e à literatura.

Destacamos a subida do número de visitantes do “Projecto de Educação Ambiental” e do “Projecto Janelas Abertas”, tendo no total do primeiro projecto participado 501 alunos e, no segundo, 1948 alunos, o que correspondeu a um total de 2687 visitantes. Devemos salientar o sucesso da estratégia do “Projecto Janelas Abertas” ao aumentar a periodicidade das sessões, que passaram a ser semanais, contribuindo para a melhoria de aprendizagens e do comportamento dos alunos com dificuldades de integração. Aumentou o tipo de alunos do programa, que abrangia os alunos do 1º ciclo ao secundário, alargou-se a um grupo etário de com idade superior aos quarenta, bem como, a jovens com limitações físicas, mentais e económicas⁸⁴.

No ano de **2002**, 922 visitantes inseriam-se no “Programa Descobrir os Jardins do Palácio Fronteira” e 2516 no “Projecto Janelas Abertas”, num total de 3430 visitantes - desde o seu lançamento até ao final de 2002, o número de participantes no projecto, foi de 5301, sendo que, 4268 eram alunos e 1033 professores. Embora tenham continuado os protocolos do ano anterior, o número de actividades reduziu-se em 2002, merecendo destaque, as relacionadas com as ciências sociais, história, música e literatura⁸⁵. Em **2003**, verificou-se uma pequena subida do número de actividades realizadas. O projecto Janelas Verdes teve uma subida de visitantes, para o total de 3093⁸⁶.

Em **2004**, houve uma redução da divulgação do complexo do Palácio Fronteira, nomeadamente na realização de entrevistas, publicações em revistas e a participação em programas televisivos, bem como, a edição de livros e artigos relacionados. Decresceu ainda, embora não significativamente, o número de actividades realizadas pela FCFA, em colaboração com outras entidades e, as relacionadas com o ambiente, a literatura, a música e a pintura foram as que tiveram mais destaque. Aumentou por outro lado, o número de visitas guiadas. Realizaram-se também os Projectos de investigação: “Edição crítica da obra de Alcipe”, “A Nobreza em Portugal Hoje”, “Sala das Batalhas”, “Educação Ambiental” e “Janelas Abertas”. Este último, contou com a participação de 2337 alunos e 276 professores, o que corresponde ao número total de 2613 visitantes. No ano de **2005**, manteve-se o número de actividades organizadas pela FCFA e em parceria com outras entidades. Foram feitas mais acções de divulgação do Palácio com uma entrevista, conferências e a participação no Congresso Internacional “Padre Manuel Antunes: Interfaces da Cultura Portuguesa e Europeia” pelo Dr. Fernando Mascarenhas. Relacionado com o projecto “Janelas Abertas”, dando-se novamente um aumento do número de visitantes, que corresponderam a 2962 alunos e 333 professores, com um total de 3295. O número

⁸⁴ - Idem, pp.83-94.

⁸⁵ - Idem, pp.96-111.

⁸⁶ - Idem, pp.113-121.

total de participantes registado desde o início do Projecto até ao final deste ano foi de 14302.

Em **2007** foi realizada a - Publicação de um Caderno Cultural - “Nº 4 Cartas de Lília a Tirse (1771-1777), volume I da Coleção Manuscritos - 1º volume da edição crítica da obra da Marquesa de Alorna, pela Fundação e Edições Colibri⁸⁷. Em **2008**, destacaram-se as seguintes actividades: organização de torneios de bridge, serviço Educativo Janelas Abertas⁸⁸, aluguer dos espaços a empresas, o funcionamento da loja e o site na internet. Em **2009** salientaram-se diversos apoios financeiros à FCFA:

- i. Incentivo da participação cívica, com o grupo “Os Amigos da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna”;

“ (...) associação subsidiária da Fundação que visa, entre outros objectivos angariar fundos para a Fundação, tendo já promovido o restauro de uma estátua do jardim e dois retratos de família. Organiza várias actividades, designadamente, jantares-debate e torneios de canasta e bridge. Fazer-se sócio custa apenas 5 € mês. Os seus sócios têm descontos não só nas actividades dos Amigos, mas em todas as actividades da Fundação. A Presidente da Direcção é a Senhora D. Adelaide Hidalgo”⁸⁹.

- ii. FCT - Fundação da Ciência e Tecnologia;
- iii. Fundação Calouste Gulbenkian;
- iv. Mecenate público e privado;
- v. Microsoft - Projecto Janelas Verdes;
- vi. Condado da Torre.

⁸⁷ - Fundação das Casas de Fronteira e Alorna. <http://www.frenteira-alorna.pt/index.htm> - pesquisa efectuada dia 4 de Julho de 2009.

⁸⁸ - “O projecto Janelas Abertas iniciou-se em 1999 contando desde essa data com o apoio da Microsoft. O público-alvo engloba os jovens, com prioridade para aqueles que, por qualquer razão, precisam de uma discriminação positiva. O objectivo é aliar a educação cívica, social e ambiental à utilização das novas tecnologias permitindo a aquisição de novas competências específicas a familiarização com novas formas de fazer e a adesão voluntária a um conjunto de valores que consideramos universais” (Fundação das Casas de Fronteira e Alorna. <http://www.frenteira-alorna.pt/index.htm>).

⁸⁹ - Idem.